

ÁSKESIS

REVISTA DOS DISCENTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Aristeu Portela Junior
Cleiton Ferreira Maciel
Eder Rodrigo Gimenes
Ettore Dias Medina
Felipe Rangel
Isabela Morais
Joana Pimentel Alves
Juliana Tonche
Murilo Rocha Seabra
Paulo Artur Malvasi
Rodrigo Toledo
Vanessa Moreira Sigolo
Victor Hugo Neves de Oliveira

VOLUME 1 | NÚMERO 2
[JULHO / DEZEMBRO - 2012]
ISSN 2238-3069

Áskesis: Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 1 | Número 2

Julho / Dezembro de 2012

ISSN 2238-3069

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Adilson Jesus Aparecido de Oliveira

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH)

Diretora

Prof.^a. Dr.^a. Wanda Aparecida Machado Hoffmann

Vice-Diretor

Prof. Dr. Arthur Autran Franco de Sá Neto

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Rauter Mancuso

Vice-Coordenadora

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Sinhoretto

Conselho Editorial

Adriana Rodrigues Novais, Alexsandro Elias Arbarotti, Aline Suelen Pires, Aline Yuri Hasegawa, Charles dos Santos, David Esmael Marques da Silva, Evelyn Louyse Godoy Postigo, Everton de Oliveira, Fernando Pedrazolli Filho, Francisca Batista Barbosa Geribello, Gabriel Alarcon Madureira, Guilherme Saade Floeter, Henrique Yagui Takahashi, Keith Diego Kurashige, Lara Roberta Rodrigues Facioli, Lúcio Vasconcelos de Verçoza, Marcos Vinicius de Freitas Reis, Rodrigo Fessel Segal, Tainá Reis de Souza, Vanessa Parreira Perin

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior, Alice Anabuki Plancherel, Anibal Quijano, Aristoteles Barcelos Neto, Berenice Bento, Bernard Lahire, Daniel Cefai, Ethel Volfzon Kosminsky, Gisele Rocha Cortes, Jacob Carlos Lima, John Comerford, José Lindomar Coelho Albuquerque, Jose Maria Valcuende del Rio, Lucas Cid Gigante, Lucila Scavone, Lucio Oliver, Luiz Antonio Machado da Silva, Márcia Ochoa, Maria da Gloria Bonelli, Michel Misse, Miriam Adelman, Miriam Cristina Marcillio Ribeiro, Odaci Luiz Coradini, Paulo Sergio Peres, Paulo Tavares, Simone Bateman, Ricardo Mayer, Sílvia Portugal, Vera Telles, Veronica Gimenez Béliveau

Colaboradores desta Edição

Aristeu Portela Junior, Cleiton Ferreira Maciel, Eder Rodrigo Gimenes, Ettore Dias Medina, Felipe Rangel, Isabela Moraes, Joana Pimentel Alves, Juliana Tonche, Murilo Rocha Seabra, Paulo Artur Malvasi, Rodrigo Toledo Vanessa Moreira Sigolo, Víctor Hugo Neves de Oliveira

Apoio

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar
Departamento de Sociologia

Projeto Gráfico

Frederico Floeter
fredericofloeter.org

Endereço Áskesis

<http://revistaaskesis.wordpress.com/>
email: revista.askesis@gmail.com

ÁSKESIS

Editorial

É com satisfação e esmero que lançamos o segundo número da Revista *Áskesis* – Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Essa segunda edição teve como principal característica a *continuidade*, pois a revista tem como intenção, a circulação e a renovação de seus membros do Comitê Editorial, para que o maior número de discentes do programa possam aprender todas as minúcias de uma revista de cunho acadêmico. Os objetivos dos novos integrantes da revista foram o rápido aprendizado para a realização dos aspectos burocráticos, acadêmicos, intelectuais e políticos que contêm a editoração de uma revista. Assim é de suma importância, esse espaço conquistado pelos “antigos” e atuais membros do comitê como local para o exercício e expressão intelectual – e político – dos futuros discentes.

Nessa edição da revista encontraremos desde trabalhos que fazem uma análise do contexto político-econômico brasileiro – via uma crítica às teorias ditas “centrais” –, além da significação de uma estetização do corpo, a arte enquanto forma de teorização do social e as reflexões tanto teóricas, quanto empíricas do/a pesquisador/a nas ciências sociais.

Na primeira seção, agrupada por *artigos*, inicia-se com o texto de Aristeu Portela Junior que faz uma análise da eminente figura de Florestan Fernandes. A partir de suas publicações na imprensa brasileira, durante a década de 80, período em que estava na política nacional enquanto deputado constituinte, o autor apresenta uma crítica feita por Florestan ao período de “transição democrática” que seria um continuísmo do regime militar precedente, devido à composição elitista nesse processo de “transição”.

Na mesma temática sobre cultura política, mas feita por outra abordagem, Eder Rodrigo Gimenes faz uma análise a partir da comparação do engajamento político entre: segmento de elite não estatal maringense, população da Região Metropolitana de Maringá e população brasileira. E Rodrigo Toledo desenvolve em seu trabalho as concepções teóricas de uma nova gramática política da democracia contemporânea. Empiricamente, o autor utiliza-se do Plano Diretor de Araraquara no período dos anos 2000, como exemplo crítico das tentativas de operacionalizar uma *nova gramática democrática*.

O conjunto de autores Cleiton Ferreira Maciel, Maria Izabel de Medeiros Valle e Jeanne Mariel Brito de Moura produz um artigo coletivo que apresenta, a partir de um exemplo local – o pólo oleiro da Região Metropolitana de Manaus – os desdobramentos da mundialização do capital. Esse desdobramento teria como ponto fundamental a captura da subjetividade do operário pela empresa.

Victor Hugo Neves de Oliveira utiliza como objeto analítico o corpo em contexto ritual para demonstrar a sua relação entre sagrado e profano. Entretanto, o autor não apresenta apenas uma bipolaridade entre o sagrado e o profano, mas mostra que há uma hibridização entre os dois. Por isso a utilização das festividades enquanto *espaços* rituais e estéticos dos corpos. Enquanto, Ettore Dias Medina apresenta o corpo das “mulheres bóias-frias” enquanto *lócus* da dor, da vergonha, do estupro, do aborto, narrados a partir de obras literárias de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho.

Vanessa Moreira Sigolo, em seu artigo escreve sobre o papel do sociólogo e as possibilidades de sua experiência na sociedade contemporânea, a partir dos expoentes da teoria crítica (da vertente da Escola de Frankfurt). Na primeira parte do texto, a autora se preocupa com uma reconstrução do método dialético na sociologia. Enquanto na segunda, a autora se

preocupa em apresentar a “sociologia enquanto experiência”, tendo como fio condutor o livro auto-biográfico de Benjamin “Infância em Berlim”.

Já na seção de ensaios, temos dois textos que abordam a arte enquanto espectro de análise. Isabela Morais escreve um perspicaz ensaio a respeito do filme sul-coreano *Sem Fôlego (Soom)* de 2007 do diretor Kim Ki-Duk. A autora utiliza as noções de *panoptismo*, *biopolítica* e *tanatopolítica* a partir de Michel Foucault e Giorgio Agamben, fazendo assim, uma análise do filme que se utiliza de diversas câmeras (*perspectivas*): da mídia, do vigia do presídio e o cinematográfico para exemplificar os “olhares do poder”. E Murilo Rocha Seabra escreve o texto – com uma crítica irônica – sobre as lutas existentes na produção de saberes históricos, exemplificado pela história da arte, história da historiografia e história da geografia. Apresentando que, tal como essas produções de histórias, os textos acadêmicos conferem uma aparência epistêmica de uma *estética da austeridade* (tal como a estilística desse editorial).

Na seção de *resenhas*, Joana Pimentel Alves faz a resenha do livro “Cidadania, políticas públicas e redes sociais”, uma coletânea com autores portugueses e latino-americanos. O livro aborda a importância das redes sociais como forma de associação à cidadania. E temos duas resenhas de livros publicados por professores do PPGS/UFSCar, que trabalham com a temática de gestão de conflitos em São Paulo. Paulo Artur Malvasi escreve a resenha do livro “Fronteiras de tensão: políticas e violência nas periferias de São Paulo” de Gabriel Feltran, apresentando os aspectos contemporâneos das dinâmicas do poder nas *margens* do social, numa etnografia na região de Sapopemba. E Juliana Tonche escreve a resenha do livro “Justiça perto do povo: reforma e gestão dos conflitos” de Jacqueline Sinhoretto que aponta sobre um projeto inédito de reforma da justiça. De modo a apresentar o Centro de Integração da Cidadania como forma de gestão de conflitos, a partir de uma etnografia.

Temos a estréia da seção de *relatos de pesquisa* com Felipe Rangel descrevendo as “dificuldades” e “facilidades” que obteve na sua pesquisa sobre o trabalho informal de calçados, com três entradas de campo diferentes (e de certo modo, divergentes): Franca, Jaú e Birigui, sendo todas cidades do estado de São Paulo.

Por fim, um sincero agradecimento a todos(as) que colaboraram para a realização desse segundo número da *Áskesis*. **Em especial, os autores que contribuíram nesta edição, professores do PPGS da UFSCar, assessores ad hoc, membros do Conselho Científico, integrantes do Comitê Editorial e colegas de curso.**

Uma boa leitura!

Henrique Yagui Takahashi
Comitê Editorial – Revista Áskesis

SUMÁRIO



Artigos

Limites políticos e conceituais da democracia no Brasil: Florestan Fernandes e a “transição democrática”

Aristeu Portela Junior | p. 10 - 22 |

Engajamento político entre atores não-estatais: participação convencional e não convencional em perspectiva comparada

Eder Rodrigo Gimenes | p. 24 - 39 |

As artimanhas do capital: um estudo das estratégias empresariais no Pólo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus.

Cleiton Ferreira Maciel; Jeanne Mariel Brito de Moura; Maria Izabel de Medeiros Valle | p. 40 - 53 |

Regozijai-vos na fé: estudos sobre o sagrado e o profano

Victor Hugo Neves de Oliveira | p. 54 - 64 |

Vivendo a Vida Rapina: considerações sobre a presença das mulheres bóias-frias do caminhão de turma na literatura de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho

Ettore Dias Medina | p. 66 - 78 |

Colecionador de borboletas: reflexões sobre a sociologia e a experiência na sociedade contemporânea

Vanessa Moreira Sigolo | p. 86 - 91 |

Teorias democráticas diante da nova gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade

Rodrigo Toledo | p. 92 - 108 |



Ensaaios

Sem fôlego: panoptismo e biopolítica na narrativa de Kim Ki-duk

Isabela Moraes | p. 112 - 123 |

História da Arte e das Ciências Humanas: Palco para lutas linguísticas

Murilo Rocha Seabra | p. 124 - 139 |

Resenhas

PORTUGAL, Sílvia; MARTINS, Paulo Henrique (org.). **Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais.**

Joana Pimentel Alves | p. 142 - 144 |

FELTRAN, Gabrielde Santis. **Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.**

Paulo Artur Malvasi | p. 145 - 148 |

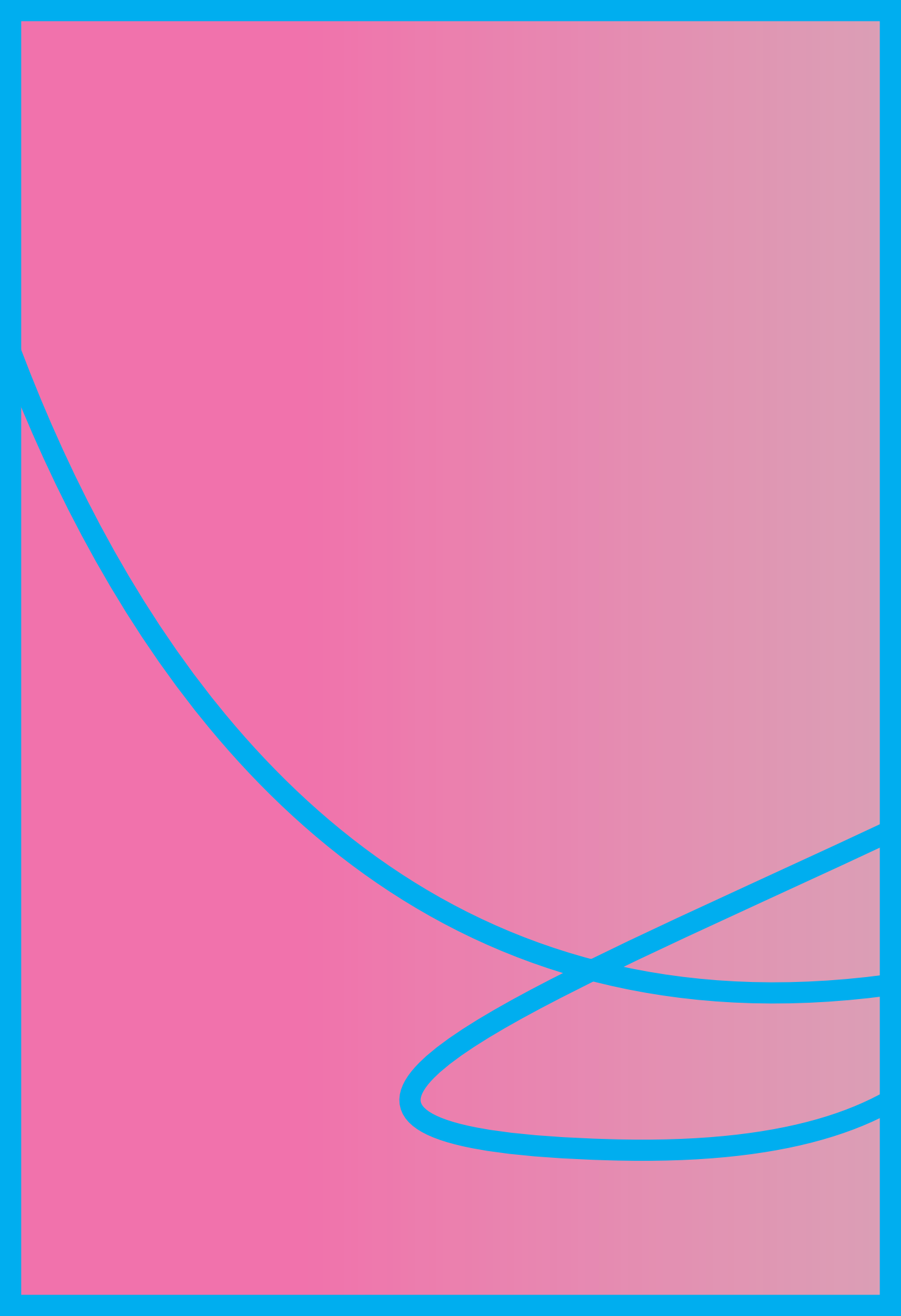
SINHORETTO, Jacqueline. **A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos de autoria.**

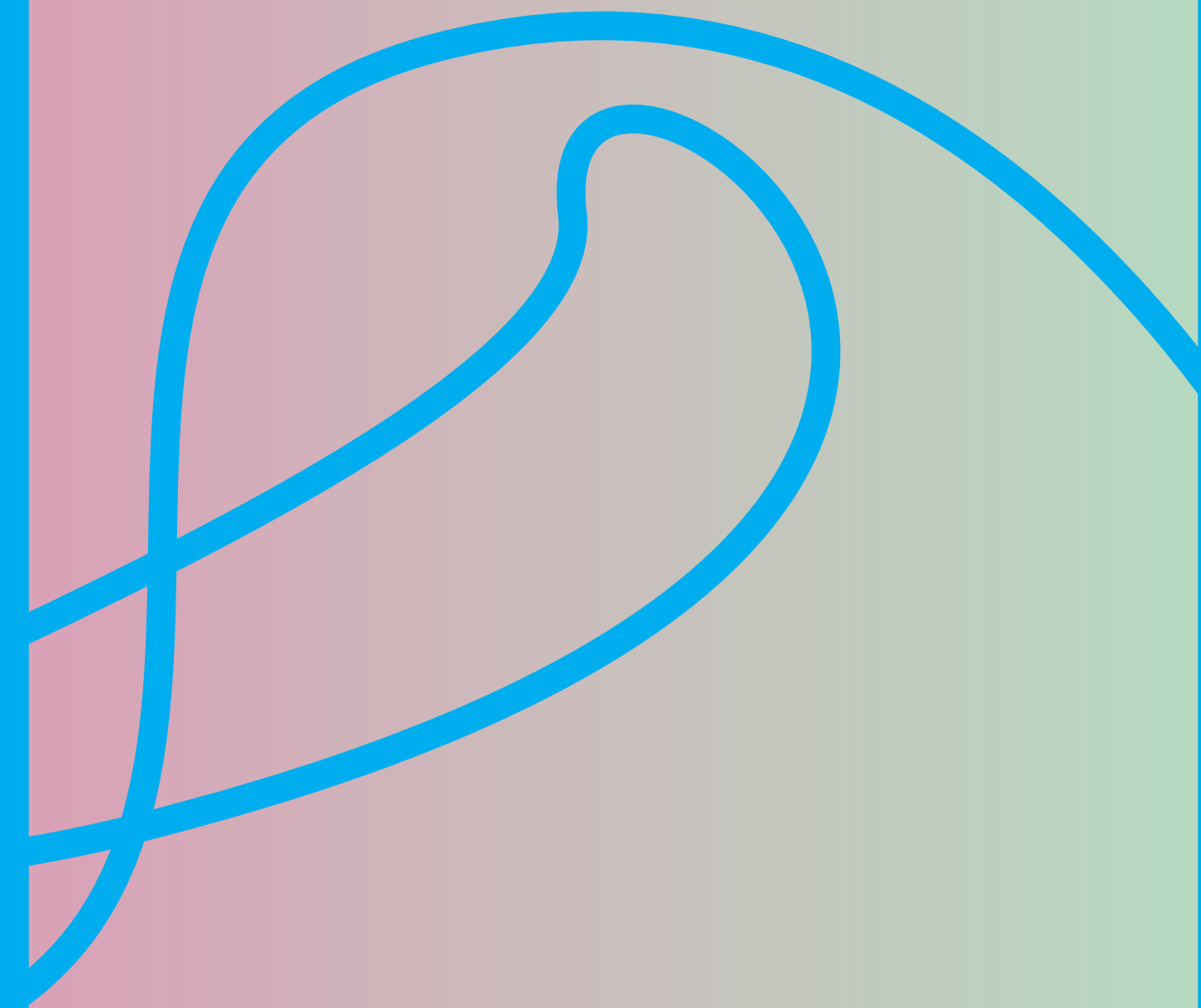
Juliana Tonche | p. 149 - 154 |

Relato

A Pesquisa de Campo com Trabalhadores Domiciliares na Indústria de Calçados: Caminhos e Obstáculos

Felipe Rangel | p. 158 - 165 |





ARTIGOS

Limites Políticos e Conceituais da Democracia no Brasil: Florestan Fernandes e a “Transição Democrática”¹

Aristeu Portela Júnior²

Resumo

Este trabalho propõe a análise dos artigos de Florestan Fernandes publicados na imprensa brasileira na década de 1980, com o intuito de delinear os fatores estruturais que impedem o solapamento do que o autor chama de “democracia restrita”, quando do processo de “transição democrática” no Brasil à época. Desenvolve dois eixos interligados de análise: a fundamentação histórico-social da democracia restrita na sociedade brasileira, a partir da obra de Fernandes; e o delineamento do modo como o autor parte dessa base para compreender e explicar as lutas políticas no período da “transição democrática”. Mostra que Fernandes elabora uma crítica simultaneamente política e conceitual à democracia.

Palavras-chave: Democracia, Florestan Fernandes, Transição democrática.

Abstract

This paper proposes the analysis of Florestan Fernandes' articles published in the Brazilian press in the eighties, in order to delineate the structural factors that prevent the undermining of what the author calls “restricted democracy” during the “democratic transition” in Brazil at the time. It develops two interlinked axes of analysis: the historical and social reasons of restricted democracy in Brazilian society; and the delineation of how the author understands and explains the political struggles in the period of “democratic transition”. Shows that Fernandes develops a critique both conceptual and political of democracy.

Keywords: Democracy, Florestan Fernandes, democratic transition.

1 Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada originalmente, sob a forma de comunicação oral, no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (Alas), realizado na cidade do Recife entre 6 e 11 de setembro de 2011.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do CNPq.

Introdução

Seria um verdadeiro truísmo reafirmar aqui a importância de Florestan Fernandes para as ciências sociais no Brasil. Dispensa apresentações mais detalhadas aquele que é usualmente reconhecido como “o fundador da sociologia crítica no Brasil” (IANNI, 2004, p.317); um dos personagens centrais no processo de aproximação da pesquisa sociológica com padrões científicos, racionais (ARRUDA, 2001); o centro aglutinador da “escola mais inspirada do pensamento sociológico e histórico” brasileiros a surgir no ambiente acadêmico (MOTA, 2008, p.79). Todas essas são perspectivas já clássicas – e profícuas – de se encarar e discutir a obra e a trajetória desse eminente sociólogo.

Ainda que o presente trabalho aborde as reflexões sociológicas de Florestan, nos detemos aqui em uma parte da sua produção intelectual que nem sempre recebe a atenção devida – mesmo tendo sido nela que, segundo Heloísa Fernandes (2008, p.22), Florestan tenha realizado sua “vocação intelectual”. Trata-se dos artigos escritos para a imprensa brasileira, notadamente a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, no final da década de 1983.

Esta época da carreira de Florestan coincide em grande parte com sua atividade como deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, quando possuía uma “posição privilegiada de observação” da realidade brasileira (FERNANDES, 1989, p.9). Seus textos, embora tratem de assuntos variados, em sua maioria abordam, de uma perspectiva assumidamente socialista, as contradições da política institucional brasileira. São analisados por sua pena, assim, tanto os últimos respiros da ditadura militar, quanto as vicissitudes do “governo Sarney” e as dificuldades do processo constituinte. Em suma, muitos desses textos estão voltados para a análise da chamada “transição democrática” (expressão utilizada sempre entre aspas por Florestan, por motivos que esperamos deixar claros mais a frente).

Voltamo-nos para esses escritos com o intuito específico de analisar, a partir da  tica de Florestan, os fatores estruturais que impedem o solapamento do que ele chama de “democracia restrita”, quando do processo de “transição democrática” no final da década de 1980. São duas as razões principais que nos orientam para esse fim. Primeiro, num plano mais eminentemente teórico, porque encontramos nessas reflexões de Florestan um caminho para a superação dos limites a que análises dos processos democráticos brasileiros, e mesmo latino-americanos de modo geral, encontram quando se prendem a categorias conceituais consagradas pela teoria democrática europeia e norte-americana (VITULLO, 2006). Esses escritos são uma clara demonstração da extraordinária imaginação sociológica de Florestan, da sua não submissão a padrões analíticos estranhos à realidade histórica analisada – no caso, a sociedade brasileira (SOARES, 2010)

Em segundo lugar, num plano que poderíamos crismar (sem muita precisão) de “político”, retomar os estudos de Florestan mostra-se imprescindível para a compreensão dos alicerces sociais nos quais a política brasileira ainda se assenta hoje. Eles impõem um olhar mais nuançado e sistemático sobre os fundamentos daquilo que tão banalmente se costuma denominar “democracia brasileira”. Arma-nos, enfim, para questionar o sentido mesmo do que estamos chamando de “democracia”.

Em se tratando de Florestan Fernandes, evidentemente que está em jogo, neste trabalho,

3 Esses artigos foram reunidos posteriormente pelo autor em diversos livros. Dados os fins deste artigo, trabalharemos diretamente apenas com as coletâneas *Que Tipo de República?* (publicada originalmente em 1986) e *A Constituição Inacabada* (publicada em 1989). Entre os autores que já trabalharam com esse material, mas não sob o viés aqui adotado, podemos citar Oliveira (2006) e Costa (2009).

mais do que uma (necessária) análise dos fundamentos e dos meandros do seu pensamento; a questão central consiste na discussão dos dilemas enfrentados pelo Brasil na construção de uma ordem social mais livre e igualitária para todos. E são esses dilemas que passamos a discutir, ao mesmo tempo em que buscamos articular os modos como Florestan os compreendia e explicava teoricamente.

Os fundamentos histórico-sociais da democracia restrita

O ponto de partida para se compreender a interpretação de Florestan Fernandes da história brasileira, dentro dos marcos que interessam a este trabalho, está na sua perspectiva política: ele parte sempre, explícita e conscientemente, do ponto de vista dos “de baixo” (FERNANDES, 2009), dos “condenados da terra”, como por vezes chama, ecoando Frantz Fanon. Essa perspectiva está presente desde o início da carreira acadêmica de Florestan, refletindo-se seja na escolha dos seus “sujeitos de pesquisa” – camadas sociais marginais, como negros e índios – seja no seu envolvimento nos debates políticos prementes da sociedade brasileira, entre os quais podemos destacar a discussão acerca dos dilemas da educação no Brasil, que marca sua trajetória intelectual desde pelo menos o final da década de 1950 até sua trajetória enquanto deputado (FERNANDES, 1966; SILVA, 2005; SOARES, 2009). Nos artigos para a imprensa que ora tratamos, essa visão mescla-se com uma posição assumidamente socialista e revolucionária (cuja significação para o debate em torno da construção de uma ordem social democrática no Brasil buscaremos tornar evidente mais adiante).

Esse ponto de vista é imprescindível para compreendermos as análises de Florestan, especialmente as que tomam como marco a interpretação da história brasileira desenvolvida no livro *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicado em 1975). Ainda que esse livro trate, conforme interpreta Gabriel Cohn (2002, p.385), do papel das elites na história brasileira, toda a argumentação só faz sentido quando se põe em relevo a crítica que Florestan estabelece à condução da história (política, econômica e sociocultural) por parte dessas elites. Com efeito, é possível ler esta obra buscando nela os fundamentos histórico-sociais de uma das construções mais importantes (novamente: do ponto de vista que nos interessa aqui) dessas elites: o que o autor vai chamar de “democracia restrita”.

Utilizado de forma recorrente, nos escritos para a imprensa, para analisar o Brasil de fins da década de 1980 – referindo-se tanto a um passado a ser superado quanto a um futuro a ser evitado – este conceito aponta basicamente para a exclusão efetiva, mesmo que não formal, do povo do Estado e da sociedade civil (FERNANDES, 1989, p.31; 2006, p.403). Ou seja, exclusão tanto dos processos de elaboração coletiva dos rumos históricos da sociedade em que vivem, quanto das garantias legais que os tornam cidadãos, portadores de direitos.

[...] a sociedade civil existente o Brasil incorpora morfológicamente milhões de miseráveis da terra, de trabalhadores assalariados livres e semilivres. Porém, ao mesmo tempo, castra-os socialmente. Eles não possuem nem peso nem voz nessa sociedade civil. Os senhores da fala, da riqueza e do poder decidem tudo. Aos outros, a imensa maioria de não cidadãos ou de cidadãos pela metade, sejam ou não eleitores, cabe o papel passivo de sofrer e obedecer (FERNANDES, 1989, p.31).

Está implicado, portanto, que a política institucional é conduzida pelas classes possuidoras e suas elites. O Estado e a “sociedade civil” identificam-se com essa camada social; ela é a única

portadora de direitos – civis, políticos e sociais, segundo a clássica divisão de Marshall⁴.

As raízes históricas dessa situação, na perspectiva de Florestan, estão na própria constituição do Brasil enquanto “nação” (portanto, na organização da sociedade imperial brasileira, com todos os seus ranços coloniais), processo que teria ocorrido em condições altamente desfavoráveis à difusão de ideais democráticos de vida pública (FERNANDES, 2008b, p.99) – tomando por referência os ideais emanados dos países em que se processou uma transformação capitalista a partir de um modelo democrático-burguês.

Segundo o autor, a organização da sociedade colonial e imperial se dava de um modo tal que a participação regular em direitos e deveres reconhecidos socialmente obedecia a critérios e normas estabelecidos pela tradição, como a integração a uma dada comunidade familiar, o sexo, a idade e, evidentemente, a situação econômica e a localização na hierarquia social. É claro que essas condições de convivência humana se refletiam nas formas de solidariedade social e nas probabilidades de exercício do poder. Os laços de solidariedade eram muito intensos unicamente no seio das parentelas e, através destas, nas camadas sociais constituídas por pessoas da mesma “raça” e socialmente classificadas dentro da ordem estamental. Fora daí, as manifestações de solidariedade praticamente não chegavam a se cristalizar.

“Assim, a dominação patriarcal se inseriu em uma sociedade em que o direito de mandar e o dever de obedecer se achavam rigidamente confinados, concentrando o poder na mão de um número restrito de cabeças de parentelas” (FERNANDES, 2008b, p.99). Graças a essa composição estrutural, a maior parte da população brasileira adulta não tinha participação direta na vida política, ou nela tinha acesso para exercer atividades subordinadas aos interesses das camadas dominantes.

Desnecessário dizer que a República herdou muito dessa situação e dessas orientações de comportamento. A “democracia”, aqui, foi equacionada como uma “democracia entre iguais” (FERNANDES, 2006, p.232). Mesmo as práticas que, nominalmente, hoje se reconhecem como democráticas (segundo o modelo liberal generalizado nos Estados Unidos e na maior parte dos países europeus), tais como a existência de um parlamento, eleições periódicas e o instituto do voto, eram à época articuladas de modo a não quebrar a hegemonia dessas camadas sociais no poder político institucional (CARVALHO, 2008, p.38-45). Situação que não se estendia apenas à “Primeira República” (1889-1930). Nos escritos para a imprensa, Florestan deixaria mais claro como, na sua visão, o chamado “período democrático” da história brasileira – entre 1945 e 1964 (FAUSTO, 2009, p.395-462) – na verdade esconde a mesma ausência do protagonismo popular que os anteriores, seja através da exclusão pura e simples das suas organizações, seja através da manipulação populista (por exemplo, FERNANDES, 2007, p.30, 244, 256).

A República, portanto, preservou as condições que permitiam, sob o Império, a coexistência de “duas nações”. Uma, que se incorporava à ordem civil (a rala minoria, que realmente constituía uma “nação de mais iguais”). Outra, que estava excluída da garantia de direitos, de modo parcial ou total (a maioria, a “nação real”).

No entanto, as elites das camadas dominantes, incorporadas depois à classe burguesa, não se enxergavam desse modo no plano da identificação simbólica. A burguesia, condicionada pelos requisitos ideais e legais da ordem social competitiva, se definia, em face de seus

4 Florestan sem dúvida retoma, num viés interpretativo próprio, a clássica formulação que postula ter havido uma diferenciação e um distanciamento, no Brasil, entre “Estado” e “Nação”, entre os valores e interesses daqueles que controlam o poder político e o restante da sociedade (FERNANDES, 2006, p.406-407; 2008a, p.36-38) Esse tema tem forte ressonância no pensamento social brasileiro, como por exemplo nas obras clássicas de Sérgio Buarque de Holanda (2009) e Raymundo Faoro (2008).

papeis econômicos, sociais e políticos, como se fosse a equivalente de uma burguesia revolucionária, democrática e nacionalista. Representações ideais que valiam apenas para a própria burguesia: quando outros grupos se puseram em condições de cobrar essa identificação simbólica – no momento da “crise do poder burguês” de que fala Florestan, cujo ápice teria se dado no início da década de 1960 e cuja exacerbação teria conduzido à conformação da ditadura civil-militar no Brasil –, ela se desvaneceu, e a burguesia “mostrou as verdadeiras entranhas, reagindo de maneira predominantemente reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico...” (FERNANDES, 2006, p.242).

Com efeito, a exacerbação da dimensão autocrática da dominação burguesa no país vem no esteio da confluência entre pressões *internas*, por parte das classes desfavorecidas, no sentido de exigirem um pacto social com a burguesia para a garantia de direitos básicos; e pressões *externas*, das nações capitalistas centrais e do sistema econômico mundial, para a garantia das condições (políticas, econômicas, sociais) de desenvolvimento do capitalismo monopolista (FERNANDES, 2006, p.252-259). Para reagir a essas pressões que, de modos distintos, afetavam as bases materiais e a eficácia política do poder burguês, os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma “contrarrevolução autodefensiva”, como Fernandes define. O golpe civil-militar de 1964 garantia assim não só a continuidade do *status quo ante*, mas também as condições materiais ou políticas para encetar a modernização tecnológica, a aceleração do crescimento econômico e o aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava então. Fechar o espaço político à mudança social construtiva era o único caminho da burguesia para conciliar sua existência e florescimento com a continuidade da expansão do capitalismo monopolista.

Este é o sentido da afirmação de Florestan de que a “revolução burguesa” no Brasil (e na periferia do mundo capitalista, de modo geral) é um fenômeno essencialmente político, “de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias” (FERNANDES, 2006, p.343), voltadas para manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore.

Em outras palavras, a burguesia, no Brasil, luta não apenas para consolidar vantagens de classe, mas também por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo. Essa variação histórica dota, segundo o autor, a “revolução burguesa” aqui desenvolvida de um caráter distinto da ocorrida nos “casos clássicos”, e leva a que o idealismo burguês, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês mais ou menos coerente, seja posto de lado. Assim, se configura um poder que

se impõe sem rebuços de cima para baixo, recorrendo a quaisquer meios para prevalecer, erigindo-se a si mesmo em fonte de sua própria legitimidade e convertendo, por fim, o Estado *nacional e democrático* em instrumento puro e simples de uma ditadura de classe preventiva. (FERNANDES, 2006, p.346).

“Transição democrática”?

Em linhas gerais, este caminho que nos leva de uma democracia restrita a uma escancarada ditadura de classe, ambas necessárias para o desenvolvimento capitalista do Brasil, constitui o “solo histórico” do qual “brotam” (para usar termos caros à escrita de Florestan) os dilemas com os quais nosso autor se depara ao analisar a política brasileira na década de 1980. Ao leitor

desatento, os artigos de Florestan publicados na imprensa nacional nesse período poderiam passar por meras análises de conjuntura – e, sem deixar de sê-lo, na verdade transcendem essa modalidade de jornalismo político por estarem embasados numa sólida interpretação da história brasileira, cujos traços gerais buscamos reconstituir na seção anterior.

Nossos propósitos, ao encarar essa produção intelectual hoje, ao fim da primeira década do século XXI, não consistem numa reconstrução das singularidades históricas daquele período, mas sim em buscar, nas interpretações de Florestan, os fatores estruturais e dinâmicos que obstaculizam o processo de superação tanto do regime ditatorial quanto da democracia restrita no Brasil, num período que o próprio autor reconhecia como de extrema significação histórica no sentido de transformação da ordem social vigente (FERNANDES, 1989).

Essa *aposta de leitura* dos escritos de Florestan tem por fundamento a própria forma de argumentação que ele construía em seus textos. Como já dito, estes não se esgotam na análise de conjuntura, mas com frequência retomam, à guisa de fundamentação histórico-social dos problemas presentes, análises que o autor desenvolveu em momentos anteriores de sua trajetória intelectual. São nos estudos que realizou acerca da revolução burguesa no Brasil, do capitalismo dependente, da revolução socialista, dos dilemas da mudança social no país, que ele busca os eixos da sua interpretação da “transição democrática” pós-ditadura. Retomemos pois algumas dessas linhas interpretativas.

Muito do que Florestan escreve nos artigos para a imprensa nesse período consiste numa crítica ao modo como as elites das classes dominantes conduziam – conduzem? – a política institucional no Brasil. Dificilmente se pode dizer que nosso autor tinha grandes expectativas com relação a essas elites. Em trabalhos anteriores, ele já havia buscado delinear os fundamentos da “resistência à mudança social” por parte dessas camadas. Ele apontava como a própria organização colonial e imperial da sociedade brasileira, solidificada em torno de uma dominação polarizada numa democracia restrita, socializou esses círculos sociais de modo a conceberem como “normal” a manipulação das mudanças sociais em termos de uma estratégia na qual contava, em primeiro e último lugar, seus interesses e valores, bem como o fortalecimento de suas posições na estrutura de poder da comunidade nacional (FERNANDES, 1976, p.216).

Sem dúvida, o Estado exprime, em qualquer parte, mais os interesses econômicos e os ideais políticos das classes dominantes que os do povo como um todo. Contudo, os interesses essenciais da coletividade, de que dependem a sua existência e sobrevivência como comunidade política, alcançam expressão muito maior na organização do Estado nesses países [da Europa e EUA]. Se isso ocorresse também no Brasil, a maioria da população não se manteria afastada do exercício contínuo, exigente e motivado dos próprios direitos cívicos (FERNANDES, 2008b, p.103).

Esse privilegiamento exclusivo dos interesses das elites nos processos de mudanças sociais “parece ser fruto de uma sorte de padrão colonial de reação societária aos problemas sociais, inseparável do estilo pelo qual as camadas dominantes sempre procuraram resolver as ‘questões sociais’ na América Latina” (FERNANDES, 1976, p.219). No entender de Florestan, as elites das camadas dominantes trabalharam (e trabalham) contra a implantação de uma ordem de coisas compatível com os “ideais de igualdade, de segurança e de plena realização da pessoa difundidos pela civilização moderna”, porque “temem não encontrar de novo um lugar ao sol na estrutura de poder de uma sociedade brasileira renovada” (FERNANDES, 1976, p.207). Essas camadas só aceitam as inovações que conseguem dominar, dirigir e aproveitar, ou seja, as inovações que não modificam a estrutura da situação e suas perspectivas de desenvolvimento.

Aí está o dilema social brasileiro, que urge aflorar à esfera da consciência coletiva e precisa ser combatido com denodo construtivo. *Ele consiste numa resistência residual ultra-intensa à mudança social, que assume proporções e consequências sociopáticas.* (FERNANDES, 1976, p.211; grifo no original).

Os efeitos negativos das pressões conservantistas têm solapado, contínua e profundamente, a consolidação da ordem social democrática no País, proscrevendo do cenário histórico os influxos construtivos das classes médias e das camadas populares na reconstrução social. Até as medidas mais elementares, que amparam a formação da concepção e do estilo democráticos de vida, são sistematicamente sabotadas, diluídas e adulteradas (FERNANDES, 1976, p.225).

A partir de categorias conceituais dessa ordem é que Florestan interpreta a conjuntura política da época da “transição democrática”. Nelas se encontra a base de uma perspectiva que enxerga nos processos que levaram à “redemocratização” a permanência da ditadura por outros meios. Ou, alternativamente, a retomada da democracia restrita que marcou a história republicana brasileira até o eclodir do regime militar.

Mas as análises de Florestan não se restringem ao comportamento político das elites. Como já indicamos, por partir do ponto de vista das camadas populares, nosso autor está sobretudo preocupado com os modos como o povo pode lutar não por uma “transição”, mas por uma *revolução democrática*, naquele contexto político específico (FERNANDES, 1980, p.50). Os dilemas que as camadas sociais oprimidas pelo “capitalismo selvagem” enfrentam no processo de auto-organização, os papéis dos partidos políticos de esquerda nessa conjuntura, bem como dos intelectuais face ao povo, constituem igualmente pontos centrais dos seus escritos.

É este movimento pendular – interpretação do comportamento das elites e do povo – que marca sua forma de análise do processo de “transição democrática”.

O movimento das “Diretas Já” e seus desdobramentos são um ótimo exemplo inicial. Para Florestan, o significado mais profundo dessa mobilização não estava tanto em torno dos objetivos explícitos a que ela se propunha – a aprovação de uma emenda parlamentar que instaurasse as eleições diretas para presidente da República. Esta, apesar de inegavelmente importante, implicava em alguma medida a submissão à ordem institucional *ilegal* implantada pela ditadura, e o consequente protagonismo dos políticos profissionais nesse processo. Mas o movimento tinha sim algo de inovador, a começar pelo expressivo apoio popular. Apesar de o palco político central estar ocupado pelos partidos e suas cúpulas,

a força política que impulsiona a oposição, sacode os partidos, faz os políticos perderem o sono e amedronta um Executivo irresponsável se concentra na base mais pobre da pirâmide das classes. Antes, essa base era designada desprezivelmente como “gentinha”, o povilêu sem eira nem beira. Hoje, ela é o *Povo*, a parte viva do despertar da Nação, o dínamo que finalmente transmutou a Nação em realidade política e a converte em fonte de uma revolução democrática original e estuante (FERNANDES, 2007, p.228-229).

Só este arremedo de participação, limitada ainda às greves e à participação em comícios, já era em si uma novidade. Ela indicava que o protagonismo político *revolucionário* não estava em tal ou qual partido de “oposição consentida” ou da “esquerda”, nem nos seus supostos “líderes esclarecidos”. Eram os de baixo que se colocavam enfim na cena histórica. E de uma forma inovadora, como dizíamos, por não estarem meramente interessados na transformação institucional da ordem instituída.

Por estarem de certo modos atrelados à ordem “legal” da ditadura, os partidos e o objetivo principal da campanha pelas eleições diretas não respondem diretamente à pressão popular. Esta

vai não só contra a ordem ilegal existente, ela se manifesta primariamente – e de forma impaciente – em favor de uma ordem legal nova, verdadeiramente democrática, o que marca o elemento diferencial revolucionário e construtivo dessa pressão espontânea” (FERNANDES, 2007, p.231).

Daí Florestan classificar a não aprovação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, bem como a subsequente “eleição” de Tancredo Neves como presidente, pelo Colégio Eleitoral, como “traição” aos anseios democráticos populares. A “resistência às mudanças” era um traço estrutural muito forte em nossas elites para ser tão facilmente superado. As diversas “conciliações pelo alto” evidenciavam o escopo das manobras políticas que, encobrindo-se com um verniz democrático, buscavam na verdade sustentar posições privilegiadas na estrutura da sociedade e restaurar a democracia restrita nos moldes característicos da tradição brasileira. A tão alardeada “transição democrática” era tão somente uma outra forma de realizar a “distorção lenta, gradual e segura” concebida pelos últimos governos militares.

A abertura nada tem de “democrática”: os governantes que assaltaram o Estado brasileiro e o amoldaram a seus fins políticos engendraram uma forma policial-militar de ditadura burguesa que pode oscilar, “endurecendo” ou “liberalizando-se” de acordo com a conjuntura econômica, social e política e com o volume de pressões contra a ordem ilegal estabelecida como “institucional” e “revolucionária”. [...] A “abertura” é fechada demais para que, através dela, possa atravessar uma pulga. A ordem ilegal, implantada e defendida com base na força bruta, não possui qualquer flexibilidade. Está dimensionada para reproduzir e aperfeiçoar a ditadura, com seu espaço político típico das formas restritas de democracia, nas quais somente os senhores são livres. (FERNANDES, 2007, p.208-210).

Talvez em nenhum momento essas forças tenham estado, até então, em conflito tão direto (mas desigual, evidentemente) quanto no processo constituinte em 1987. De um lado, as forças sociais que buscam a mudança em termos de uma democratização do Estado e da sociedade civil; de outro, as forças que buscam controlar as mudanças sociais em termos de manter e ampliar os privilégios de uma minoria.

Quanto a estas últimas, e especificamente quanto ao seu papel no processo constituinte, pouco mais precisa ser dito. Apesar de a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) ter sido inundada por um grande número de miseráveis da terra, ela permaneceu estática. “O Povo penetrou dentro da casa, mas não a conquistou. Tudo foi feito para excluí-lo, da forma mais minuciosa possível” (FERNANDES, 1989, p.128). Do horário das sessões à própria organização destas, tudo contribuía para afastar a participação popular no processo. É justo “pensar que a ANC possui um estrategista exímio, pronto a derrotar todos os que pretendem democratizar o processo constituinte” (FERNANDES, 1989, p.129). Enquanto o povo fervilha em anseios democráticos, os constituintes conservadores e os partidos da ordem divorciam-se desse processo – divorciam-se da “nação real”.

É, mais uma vez, nos de baixo – na “massa popular”, os “trabalhadores livres e semilivres, pequena burguesia urbana e rural, estratos baixos das classes médias” (FERNANDES, 1989, p. 150) – que Florestan encontra a esperança para a construção de uma nova ordem social. De sua perspectiva socialista, uma Constituição nos moldes burgueses, ainda que democrá-

ticos, pouco significaria além de uma “revolução dentro da ordem”, isto é, de transformações estruturais concernentes às potencialidades de expansão da ordem burguesa, como as “revoluções” agrária, urbana, demográfica, nacional, etc. (FERNANDES, 1981, p.10-11).

Ainda assim, era preciso dimensionar essas possíveis conquistas com o contexto brasileiro à época. Tratava-se de um momento *potencialmente* inovador numa realidade em que a classe burguesa não realizou suas tarefas históricas – de construção das “revoluções” acima citadas – e em que a sociedade civil – isto é, as camadas sociais portadoras de direitos legais – não abrangia a totalidade, sequer a maioria, da população. Esta realidade conferia um outro caráter ao processo constituinte, se o pensarmos a partir de uma perspectiva socialista, como faz Florestan.

O papel das classes populares nesse contexto passa a ser, na perspectiva do autor, não a construção imediata de uma sociedade socialista, mas dos pré-requisitos sociais para tanto. Tratava-se de realizar aquilo que a burguesia nativa não pôde, ou seja, a própria democracia burguesa, infundindo “ao capitalismo, ao regime de classes e ao Estado normas civilizadas, igualitárias, libertárias e democráticas, típicas desse modo de produção, de organização da sociedade civil e de funcionamento do Estado nos países centrais” (FERNANDES, 1989, p.159).

Tratava-se, portanto, de construir uma “democracia de participação ampliada”, em contraposição à “democracia restrita”. Aquela se caracterizava pela democratização da sociedade civil – a garantia de “liberdades políticas, direitos civis e garantias sociais” (FERNANDES, 1989, p.45) às camadas populares – e do Estado – ou seja, a participação dos de baixo na definição dos rumos da sociedade nacional, ainda que de forma indireta, pela escolha de representantes.

A democracia de participação ampliada permite que os conflitos e a luta de classes se explicitem. E é desse conflito que pode nascer a liberdade. Isto porque, enquanto as classes dominantes giram em torno de si mesmas, sob o signo de uma herança escravista e patrimonial, as classes subalternas, a plebe, lutam por conquistar os direitos civis, políticos e sociais. São estas classes que se incumbem de levar à cabo as reformas e revoluções que a burguesia foi incapaz de realizar: a reforma agrária, a revolução nacional e democrática. (TÓTORA, 1999, p.122).

Os proletários e os humildes precisam de uma democracia que lhes garanta a liberdade maior de *ser gente*, de ter peso e voz na sociedade civil, de exercer controles sociais diretos e indiretos sobre a composição e o rendimento do Estado. Em seus termos, a questão da democracia é uma questão vital como premissa para que ultrapassem sua condição atual de morte civil e para que conquistem para si (como pessoas), para as suas organizações sociais, culturais e políticas (como movimentos) e para a sua classe e subdivisões de classe (como forças vivas essenciais da Nação), o direito e o dever de participar de forma livre e independente da solução dos grandes problemas nacionais e dos dilemas de nossa época. Eles constituem a única garantia que temos de quebrar o círculo de ferro da democracia dos donos do poder e de imprimir perpetuidade à revolução democrática (FERNANDES, 2007, p.87-88).

É nesse sentido que Florestan conclama por uma luta simultânea a ser empreendida pelas camadas sociais despossuídas: buscar uma “revolução dentro da ordem”, que neste caso significa a desagregação da dominação de classe burguesa e do monopólio burguês do poder político, criando assim as bases para o estabelecimento de uma “democracia de participação ampliada”; e a luta por uma “revolução contra a ordem”, a luta sem tréguas contra a ordem política burguesa e o modo de produção capitalista, em que a classe revolucionária se organiza para a construção de um mundo novo ou de uma nova ordem (FERNANDES, 1979, p. 66; TÓTORA, 1999, p.113-114).

Nesses termos, uma “democracia de participação ampliada” – aquela que supera a democracia restrita na medida em que amplia a abrangência da população salvaguardada por direitos, ou seja, capazes de se classificar na sociedade civil (FERNANDES, 1989, p.45) – é o ponto de partida para uma “revolução democrática” que, dotada de conteúdos socialistas, possibilite a conformação de uma sociedade comunista (FERNANDES, 1982, p.68-69).

Embora limitado, era portanto evidente o papel de “revolução dentro da ordem” que a Constituição poderia desempenhar – caso fossem superados os movimentos reacionários. Mesmo frustradas em diversos sentidos – o próprio Fernandes assume: “Conseguí tão pouco [enquanto deputado constituinte], em contraste com o que pensei que conquistaríamos...” (FERNANDES, 1989, p.10) – as esperanças direcionadas à Constituição não foram de todo inúteis. Elas desaguaram numa “carta constitucional aquém das exigências históricas, mas moderna em várias partes e democrática no essencial” (FERNANDES, 1989, p.205).

Com a Constituição de 1988 ainda vigente (o que, na história das cartas constitucionais no Brasil, é algo a ser apreciado), a sociedade que foi construída tendo como base jurídica esse documento nos impõe diversas questões. Se nos detivemos nos textos do Florestan publicista para delinear os fundamentos da nossa situação histórica atual, deles devemos partir para, mais do que buscar respostas, poder construir perguntas necessárias sobre nossa época.

Crítica política e conceitual

“Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade e felicidade dos trabalhadores e oprimidos” (FERNANDES, 1996, p.13). Há mais nessas frases do que a explicitação do ponto de vista político de Florestan Fernandes. Elas expressam uma consciência ainda pouco comum nos estudos do que se convencionou chamar de “democracia”.

As análises de Florestan acerca da “transição democrática” brasileira contêm elementos essenciais para se compreender a realidade contemporânea do Brasil. O que se coloca nessas análises é uma dialética sutil com padrões estabelecidos pelas nações capitalistas centrais acerca do que constitui um governo democrático. Florestan era profundamente consciente das realidades díspares que se colocam entre aquelas nações e os países da então chamada “periferia”. Para poder lidar com esses padrões, dentro dos limites temáticos que abordamos aqui, sua saída, simultaneamente analítica e política, foi *historicizá-los*.

Apenas por submeter os tão propalados requisitos institucionais da democracia a uma profunda análise histórico-sociológica é que Florestan pôde desvelar o sentido dos seus usos sociais. Pôde demonstrar que no Brasil não só esses requisitos obedeceram à construção de uma *restrição* da sociedade civil e do controle do Estado às classes possuidoras, como também que o desenvolvimento do capitalismo, polarizado pelos interesses do mercado mundial, impele a que a dominação política assim estabelecida dote-se de um eminente caráter autocrático. Ademais, sua posição socialista permitiu que ele compreendesse as limitações das instituições democráticas burguesas quanto à construção de uma sociedade mais livre e igualitária para *todos* os seus membros – afastando-se da então em voga teoria democrática de raiz schumpeteriana, que postulava a necessidade de primazia das elites na condução dos assuntos públicos.

Embora Florestan não escape de uma certa idealização da democracia nas “nações centrais” (CARDOSO, 2005, p.23-24), certamente seu olhar está sociologicamente atento para os sentidos que as instituições e os princípios da democracia liberal assumem quando se con-

cretizam na realidade histórica brasileira. Não há, portanto, uma “reificação” desses fatores, como se eles pudessem ser válidos em todo e qualquer contexto histórico-cultural sem quaisquer alterações substanciais – e é justamente esse tipo de raciocínio deturpador que orienta o atual processo de “internacionalização” do regime democrático, levado a cabo pelas nações ocidentais (HOBSBAWN, 2007).

Por outro lado, também não há nenhuma condenação desses padrões em si mesmos. E aqui as análises de Florestan desvelam toda a sua sofisticação. No contexto concreto dos últimos suspiros da ditadura militar, ele percebeu o caráter de pré-requisito daqueles padrões para o estabelecimento de uma ordem social de plenas liberdade e igualdade para os de baixo. Para uma ordem social socialista, em seus termos. Tais análises parecem indicar que, se as eleições e o sufrágio, por exemplo, assumiram historicamente, no Brasil, um caráter restritivo da cidadania, essas mesmas instituições poderiam, sob outras intervenções sociais, assumir um caráter político inovador.

Nesse sentido, são duas as principais contribuições dessas análises de Florestan para o leitor brasileiro de hoje.

Em primeiro lugar, trata-se da atitude de enxergar as instituições e princípios democrático-liberais em seus devidos contextos sociais; de se afastar do (auto)elogio complacente que marca o discurso político e acadêmico dominante nessa questão. Elas possuem sim o seu valor, como aponta Florestan, quanto às potencialidades de universalização de direitos; mas, como ele também aponta, podem tornar-se uma mera epiderme para ditaduras de classes e opressão dos menos favorecidos. É preciso então, como diria João Quartim de Moraes (2001), ir contra a “canonização da democracia”, no sentido em que esta foi estabelecida pela tradição liberal. Apenas compreendendo os padrões de relações sociais em que tais instituições e princípios se inserem é que se pode estabelecer distinções entre uma “democracia restrita” e uma sociedade livre e igualitária para todos.

Em segundo lugar, e de certa forma implicado no primeiro ponto, Florestan aponta para a necessidade da crítica ao uso indiscriminado de modelos teóricos e conceituais transplantados dos “países centrais”. Como já apontamos, Fernandes termina por evidenciar, em suas próprias análises, a importância de se construir mediações entre marcos teóricos e a realidade histórica que eles ajudam a compreender. E esta não é uma posição periférica na obra intelectual do nosso autor, como bem destaca Diogo Costa (2010, p.50):

Florestan Fernandes não acreditava que a sociologia deveria optar entre ser brasileira ou universal. Isso se configuraria como um falso problema. A questão, para ele, era de como o sociólogo da periferia poderia trazer contribuições valiosas para a teoria geral. [...] [Ele] criticava a produção sociológica que se limitava a repetir os modelos e objetivos de conhecimento traçados pelas necessidades intelectuais e políticas das nações centrais.

No fundo, Florestan Fernandes vale-se da sua condição de intelectual “periférico” para melhor compreender as potencialidades e os limites das categorias teóricas elaboradas nos países centrais. E, dessa forma, estabelece uma compreensão mais crítica das contradições sociais envolvidas no processo de construção, no Brasil, de uma sociedade livre e igualitária para todos. Uma sociedade *democrática*, poderíamos dizer – mas, depois das análises de Fernandes, saberíamos da necessidade de qualificar criteriosamente este termo tão eivado de múltiplas significações.

Referências

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. In: *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001. p. 189-330.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Sobre a teorização do capitalismo dependente em Florestan Fernandes. In: FAVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil*. Um banquete nos trópicos. Vol. 2. São Paulo: Editora Senac, 2002. p. 385-402.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo. Florestan Fernandes e a América Latina. In: *Boletín Onteiken*, Córdoba, ano 5, n. 10. p. 48-62, 2010.

_____. *Florestan Fernandes e a Nova República: a “redemocratização” sem cidadania no Brasil*. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. Reflexões sobre a mudança social no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 202-236.

_____. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A manipulação dos partidos. In: FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. p. 41-94.

_____. *O que é revolução?* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A Constituição Inacabada*. Vias históricas e significado político. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

_____. Democracia e Socialismo. In: *Crítica Marxista*, n. 3. São Paulo: Unesp, 1996. p. 11-13.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *Que tipo de República?* São Paulo: Globo, 2007.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008a. p. 28-62.

_____. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008b. p. 93-113.

FERNANDES, Heloisa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In: *CADERNOS de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009. p. 29-53.

HOBBSAWN, Eric. As perspectivas da democracia. In: *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 97-115.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. In: *Crítica Marxista*, n. 12. São Paulo: Unesp, p. 9-40, 2001.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora 34, 2008.

IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 307-348.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. *O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista*. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, 2006.

SILVA, Andréia Ferreira da. Florestan Fernandes e a educação brasileira nas décadas de 1950 e 1960. In: FAVERO, Osmar (Org.). *Democracia e educação em Florestan Fernandes*. Campinas: Autores Associados; Niterói: EdUFF, 2005. p. 79-86.

SOARES, Eliane Veras. Educação e democracia na trajetória de Florestan Fernandes. In: *CADERNOS de Estudos ENFF*. Vol. 4. O Legado de Florestan Fernandes. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2009. p. 55-68.

_____. Florestan Fernandes e os caminhos para a emancipação das ciências sociais no Brasil. *Estudos de Sociologia*, v. 16, n. 2, p. 269-285, 2010.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48. p. 109-241, 1999.

VITULLO, Gabriel E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, p. 348-377, 2006.

Engajamento Político Entre Atores Não Estatais: Participação Convencional e Não Convencional em Perspectiva Comparada

Éder Rodrigo Gimenes¹

Resumo: O artigo trata da mensuração da participação política entre os atores políticos não estatais nas diferentes formas de engajamento político convencional e não convencional, bem como da análise comparativa dos dados resultantes desta medição com outras bases de dados, com vistas a identificar as semelhanças ou diferenças entre as medidas de participação convencional e não convencional nas suas várias formas entre os atores selecionados e os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá e a população nacional.

Palavras-chave: Participação – Contestação - Atores políticos – Democracia - Elites

Abstract: The article concerns to the measurement of the political participation among non state political actors in the different forms of political engagement conventional and unconventional, as well as the comparative analysis of data resulting from this measurement with other databases, to identify similarities or differences between the measures of conventional and unconventional participation in its various forms among the actors selected and the metropolitan region of Maringá citizens and the national population.

Keywords: Participation – Contestation - Political actors – Democracy - Elites.

¹ Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro do grupo de pesquisa "Cultura Política e Democracia" (CNPq). Contato: ergimenes@uem.br.

1. Considerações iniciais

Nas últimas décadas, os países latino-americanos têm experimentado mudanças significativas em seu desenvolvimento econômico, político e social. As jovens democracias enfrentam pressões populares pela geração de maiores oportunidades equitativas de acesso à arena política, pelo aumento da transparência na atuação dos gestores públicos e das instituições políticas.

Dados coletados pelo Latinobarómetro (2007) apontam que em metade dos países latino-americanos o percentual de cidadãos que considera a democracia como a melhor forma de governo é próximo à metade do número de entrevistados. Em termos quantitativos, o Brasil ocupa apenas a décima terceira posição dentre os dezoito países analisados, com percentual de 50,48% de indivíduos que entendem que a democracia é melhor que os demais tipos de regimes políticos.

Na verdade, o Brasil, assim como outros países submetidos no século passado a regimes autoritários, tem vivenciado apenas nas últimas décadas a experiência democrática, quando enfrenta dificuldades para a consolidação e funcionamento efetivo do regime por conta de diversos problemas, dentre os quais se destacam as bases para adesão dos atores às regras do jogo político democrático, com oposição entre a adesão instrumental com ênfase nas instituições e aquela baseada em princípios e valores (LIMA; CHEIBUB, 1996).

Diante desse cenário, autores como Moisés (1995, 2005) e Ribeiro (2008) identificaram em suas pesquisas diferentes níveis de adesão ao regime democrático no Brasil, com distinção entre o apoio à democracia em termos abstratos e avaliativos, conforme medidas definidas por Easton (1975). Segundo esse último autor, o primeiro nível de adesão se refere aos valores dos indivíduos acerca do sistema, ao passo que o segundo trata da avaliação dos indivíduos quanto ao desempenho de instituições e autoridades.

Em termos de participação democrática, muitos pesquisadores têm identificado resultados que apontam para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação (DALTON; WATTENBERG, 2001; PUTNAM, 2003; BORBA; RIBEIRO, 2011) e para a ascensão de modalidades não convencionais (INGLEHART; CATTERBERG, 2002; CATTERBERG, 2003; DELLA PORTA, 2003; WELZEL; INGLEHART; DEUSTCH, 2005; NORRIS, 2007; BORBA; RIBEIRO, 2011).

Diante desse cenário, cabe destacar que tais afirmações consideram, não raras vezes, resultados de pesquisas desenvolvidas por institutos como o Latinobarómetro, *World Values Survey* (WVS) e *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). Sobre tais pesquisas, é importante salientar que apesar de o Brasil ter sido incluído em alguns importantes estudos internacionais sobre o tema, não existem estudos sobre eventuais singularidades no comportamento de grupos de indivíduos.

A partir de tal constatação, foi empreendida uma pesquisa com a finalidade de estabelecer o perfil de um grupo específico de atores políticos não estatais do município de Maringá (PR), constituintes de um segmento de elite, em termos de valores, crenças e comportamento político. Tal pesquisa se justificou a partir do argumento de que se a cultura política deve ser considerada um importante fator explicativo para os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes daquelas pessoas que estão mais diretamente envolvidas nos processos políticos possuem uma relevância ainda maior (GRYNSZPAN, 1996; LIMA; CHEIBUB, 1996; ALMEIDA; BRAUNERT, 2007; PERISSINOTTO *et al*, 2007; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008; RIBEIRO, 2008).

Os resultados da pesquisa permitiram inferir que tais indivíduos aderem em maior medida à democracia, em termos de apoio difuso e específico, em comparação com a população da

mancha urbana da Região Metropolitana do município, segmentos de elites políticas estaduais e políticas e empresariais nacionais e com a população nacional (GIMENES, 2011).

Nesse contexto, considerando que o destacado segmento de elite não estatal maringuaense adere à democracia em medidas expressivas, faz-se relevante avançar na análise da cultura política de tais indivíduos e questionar como tais indivíduos desempenham seu papel enquanto atores sociais participativos.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivos:

- 1) Mensurar as medidas em que se dá a participação entre atores políticos não estatais nas diferentes modalidades de engajamento político convencional e não convencional;
- 2) Analisar comparativamente os dados decorrentes de tal mensuração com outras bases de dados, a fim de identificar semelhanças ou discrepâncias entre as medidas de participação convencional e não convencional em suas diversas modalidades entre os atores selecionados e as populações da Região Metropolitana do município de Maringá e nacional.

Para tanto, o presente artigo encontra-se dividido, além das presentes considerações acerca do tema da pesquisa, em seções que tratam: da conceituação e tipificação das modalidades de participação política; da metodologia empreendida na definição da amostra, coleta e análise dos dados; da apresentação dos resultados da pesquisa quanto a caracterização dos atores políticos não estatais e seu engajamento político; da análise comparativa entre os resultados expostos na seção anterior e aqueles decorrentes de outras pesquisas em nível local e nacional; e das conclusões da pesquisa.

2. Abordagens teóricas sobre a participação política

O tema da participação política e sua relação com o regime democrático é um dos mais debatidos em se tratando da história da reflexão política (BORBA; RIBEIRO, 2011). Na verdade, o conceito de política remete à participação (DELLA PORTA, 2003).

Segundo González (2011), a dificuldade encontrada pelos sistemas políticos vigentes quanto à representação da totalidade dos segmentos das populações nacionais e os déficits de apoio às instituições representativas democráticas, na década de 1990 e no princípio do século XXI, foi enfrentada pela proposição de mecanismos alternativos de participação nas decisões políticas. Nesse cenário,

Mesmo ocupando um papel de coadjuvante no funcionamento das modernas democracias, restam à participação outras funções relacionadas ao controle e à fiscalização da autoridade política. Atividades de demandar bens públicos, de tematizar questões públicas e os protestos também fazem parte do rol das formas de participação (BORBA; RIBEIRO, 2011, p. 95).

Em termos de tipologias, a classificação mais usual acerca das modalidades de participação diferencia formas convencionais e não convencionais, sendo as primeiras relacionadas, de modo geral, ao momento eleitoral, e as segundas a atividades contestatórias ou de protesto.

Dentre os estudos que tratam sobre a participação, Milbrath (1965) propôs que os comportamentos participativos ocorrem num *continuum*, em termos de custos e complexidade, cuja sistematização consistiria na seguinte listagem: expor-se a solicitações políticas, votar, participar de uma discussão política, tentar convencer alguém a votar de determinado modo, usar um distintivo político, fazer contato com funcionários públicos, contribuir com dinheiro a um partido ou candidato, assistir a um comício ou assembleia, se dedicar a uma campanha política, ser membro ativo de um partido político, participar de reuniões onde se tomam decisões

políticas, solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas, candidatar-se a um cargo eletivo, e ocupar cargos públicos.

Tais comportamentos, relacionados a formas socialmente aceitas de participação, foram definidos como convencionais. Os autores, assim como Almond e Verba (1963) e Verba e Nie (1972), desconsideravam em suas análises outras formas de engajamento político, como a participação em movimentos de protesto político, por exemplo.

Entretanto, a partir da década de 1960 iniciou-se uma expansão dessas formas de mobilização, as quais Norris (2007) denomina de participação *cause-oriented*, fortemente ligadas às atividades de contestação, que vão reconfigurar o campo das práticas e repertórios de ação daqueles indivíduos engajados politicamente.

Conforme Della Porta (2003), tais comportamentos se expressam por atividades que se caracterizam como formas não convencionais de participação, dentre as quais a autora destaca: escrever a um jornal, aderir a um boicote, auto-reduzir impostos ou rendas, ocupar edifícios, bloquear o trânsito, assinar uma petição, fazer um *sit-in*, participar numa greve, tomar parte em manifestações, danificar bens materiais e utilizar violência contra pessoas.

Para Borba e Ribeiro (2011), considerando a distinção entre as modalidades de envolvimento acima descritas, uma série de investigações empíricas tem apontado para o declínio ou estabilização das formas convencionais de participação e para ampliação das não convencionais. Ainda segundo tais autores, desde a década de 1970, Inglehart já apontava em suas pesquisas a ocorrência de alterações nas prioridades valorativas individuais em direção a uma postura pós-materialista (RIBEIRO; BORBA, 2010).

Sobre a atuação dos indivíduos por meio do engajamento político, Della Porta (2003) afirma que a participação convencional encontra-se relacionada à não convencional, um indicativo de que enquanto existem atores que optam por uma ou outra forma de participação, há também aqueles que combinam ambas as modalidades em suas ações.

Por sua vez, Ribeiro e Borba (2010) afirmam que a adoção de uma postura crítica em relação ao funcionamento das instituições democráticas e o questionamento dos mecanismos tradicionais de representação implicaram na redução significativa das taxas de mobilização política convencional nas últimas décadas, situação que poderia se configurar em sinal de apatia por parte dos indivíduos caso não estivesse ocorrendo em paralelo um movimento inverso: o aumento dos índices de participação em atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas.

Há que se mencionar ainda a opinião de Putnam (2003), segundo o qual as evidências empíricas do crescimento das novas formas de participação são bastante frágeis (BORBA; RIBEIRO, 2011) e para quem os indícios de tal crescimento não necessariamente seriam positivos para a democracia.

Não há, entretanto, uma convergência entre os autores que pesquisam sobre a participação quanto ao avanço, estagnação ou queda do engajamento político dos cidadãos, nem quanto ao efeito de suas variações sob o regime democrático. Segundo Borba e Ribeiro (2011, p. 100), o panorama atual sobre o assunto apresenta “de um lado, a visão otimista sobre a convergência entre as diferentes formas de participação. De outro, o pessimismo de Putnam e sua tese do declínio do capital social”².

2 Conforme destacado anteriormente, esta pesquisa pretende apresentar considerações empíricas acerca da participação política entre atores políticos não estatais pertencentes a um segmento de elite, de modo que a discussão acerca dos efeitos das variações nas modalidades de engajamento não se constitui em objetivo deste artigo.

3. Metodologia da pesquisa

Os dados analisados decorrem da pesquisa intitulada “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a). O segmento de elite não estatal analisado é composto por dirigentes de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL), uma vez que tais indivíduos atuam como agentes políticos na medida em que são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades voltadas às mais diversas finalidades sociais (TONELLA, 2008) e ainda pelo fato de que muitos participam de conselhos gestores e, por conseguinte, da proposição, elaboração e implementação de políticas públicas no âmbito municipal (GIMENES, 2011).

Foram considerados como população da pesquisa os dirigentes de entidades sociais legalmente constituídas como FASFIL no município de Maringá (PR) detentoras de algum título de reconhecimento concedido pelo Governo Federal, totalizando 113 indivíduos, dentre os quais foram sorteados aleatoriamente 82 dirigentes, compondo uma amostra representativa com nível de confiança de 95% e intervalo de confiança de 5%.

Os dados coletados foram tabulados com o software *PASW Statistics 18* e analisados por meio de técnicas estatísticas descritivas (BOHRNSTEADT; KNOKE, 1988; BARBETTA, 2011). Ademais, faz-se relevante mencionar ainda a afirmação de Ribeiro e Bolognesi (2008), quando da conclusão de sua pesquisa acerca da elite política paranaense, de que

Uma análise adequada dos pressupostos da sofisticação e coerência do sistema de valores e crenças de uma elite política [...] deveria adotar um procedimento comparativo na análise de dados de *survey* que confrontasse as orientações desse grupo com aquelas partilhadas pela população em geral, composta pelos ‘homens comuns’ que não têm a política como atividade fundamental.

Desta forma, além da análise descritiva dos dados referentes às modalidades de participação, os mesmos serão comparados àqueles referentes à população da mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá (TONELLA, 2011) e à população brasileira (LATINOBARÓMETRO, 2007).

4. Medidas de participação política convencional e não convencional entre atores políticos não estatais

Os atores políticos cujos valores são analisados nesta pesquisa compõem uma elite não estatal majoritariamente masculina, de idade superior a 40 anos, com alta escolaridade, brancos, religiosos, casados, com filhos, com empregos com altos rendimentos, trabalham em empresas privadas e se identificam como pertencentes à classe média. Tais indivíduos apresentaram tendência a posicionamento de direita no espectro ideológico, alto interesse por política e entendimento mediano quanto à sua eficácia política subjetiva, nos termos definidos por Almond e Verba.

Sobre tais dados cabe destacar que tais atores apresentam configuração demográfica diferenciada da população municipal, uma vez que esta é predominantemente feminina, com concentração superior à 60% da população em faixas etárias inferiores a 40 anos e com rendimentos mensais em torno de 3 salários mínimos.

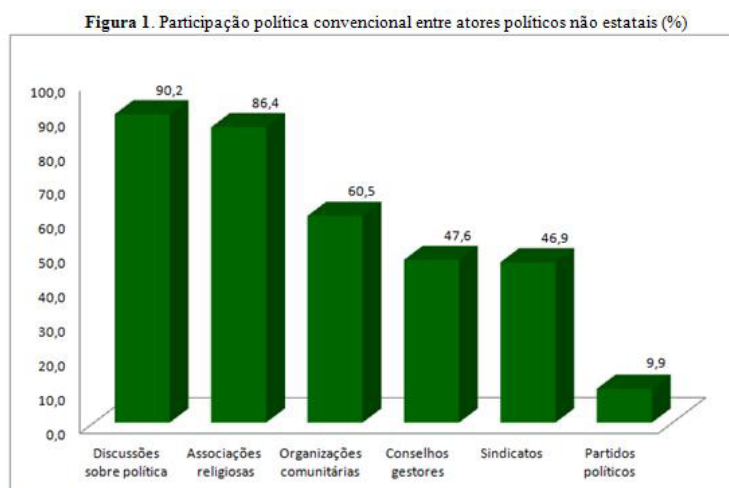
Sobre o vínculo empregatício, destaque-se que 53,2% trabalham em empresas privadas ou indústrias, ao passo que 36,4% trabalham em organizações privadas não-lucrativas e apenas 10,4% trabalham para o governo ou instituições públicas. Dentre tais percentuais faz-se salutar mencionar que mais de um terço dos dirigentes são remunerados pelas entidades em que atuam, mas 63,6% atuam de maneira voluntária na gestão de tais instituições.

Em termos de engajamento nas FASFIL, a aplicação dos questionários permitiu inferir que a maior parte dos entrevistados atua a cerca de 15 anos nas entidades, mesmo valor encontrado para a média da variável. No entanto, existe um *outlier* referente a um dirigente que se encontra envolvido com a instituição a 45 anos. Além dessa informação, cabe ressaltar que 37% declararam participar de mais entidades além daquelas das quais são dirigentes, o que indica expressiva participação em entidades entre o público pesquisado.

Em se tratando especificamente dos dados que permeiam a presente discussão, os atores políticos não estatais foram submetidos a questões relacionadas às formas de participação política convencional e não convencional.

As questões referentes ao engajamento convencional tratavam da declaração de participação em partidos políticos, organizações comunitárias (desportivas, artísticas ou de proteção ao meio ambiente), organizações religiosas ou igrejas, sindicatos ou associações profissionais, conselhos gestores e conversas e discussões relacionadas a política. Os resultados da bateria de questões relacionadas a participação política convencional seguem expostos na figura abaixo.

Figura 1.



Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a).

A Figura 1 permite inferir que o percentual de dirigentes que conversa sobre política se destaca dentre as formas de participação política convencional, porém em medida pouco superior à participação em organizações religiosas ou igrejas, o que se justifica se considerarmos que apenas 2,4% dos entrevistados declararam não pertencer a nenhuma religião ou grupo religioso.

Com relação ao percentual de atores que participam de organizações comunitárias, cabe destacar que tal valor se refere apenas àquelas entidades ou grupos alheios à função de dirigente de FASFIL exercida pelo entrevistado, de modo que tal medida expressa o engajamento dos indivíduos em atividades ou instituições diferentes daquelas com as quais possuem o compromisso da gestão.

Em se tratando dos conselhos gestores, é importante destacar que os entrevistados que participam de tais instrumentos democráticos não representam apenas as entidades das quais são dirigentes, mas a totalidade daquelas que desenvolvem atividades relacionadas à área de atuação de cada conselho, uma vez que no município a escolha dos representantes das FASFIL para atuação junto aos conselhos é realizada por seus pares, ou seja, pelos próprios dirigentes das entidades. Desta forma, os 47,6% de conselheiros vinculados às FASFIL representam a

totalidade de interesses e necessidades de tais entidades, ainda que apenas estes participem da gestão estatal por meio dessa modalidade de participação.

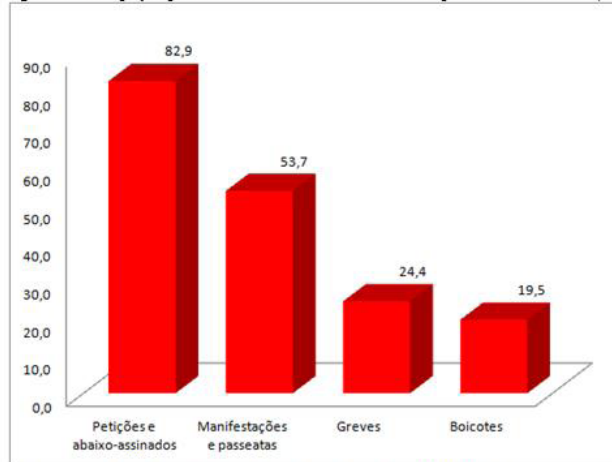
Com pequena variação percentual em relação à participação em conselhos gestores é possível identificar os sindicatos e associações profissionais, entidades representativas de trabalhadores cujo procedimento para a análise seguiu os mesmos critérios mencionados para as organizações comunitárias. Tratando especialmente desta variável é importante mencionar que dentre as entidades sorteadas aleatoriamente para a composição da amostra nenhuma tinha como área de atuação a defesa de direitos trabalhistas, o que confere lisura ao percentual encontrado para tal forma de participação.

Por fim, com o percentual menos expressivo identificamos a participação em partidos políticos, o que poderia ser explicado pela necessidade de tais dirigentes de negociar demandas e discutir questões com representantes de diferentes siglas partidárias nos poderes Executivo e Legislativo³.

Com relação às formas não convencionais de participação, o questionário continha questões acerca do engajamento em petições e abaixo-assinados, boicotes, greves e manifestações e passeatas. Os resultados da bateria de questões relacionadas a participação política não convencional seguem expostos na Figura 2.

Figura 2.

Figura 2. Participação política não convencional entre atores políticos não estatais (%)



Fonte: Pesquisa "Cultura política e elites não estatais" (GIMENES, 2011a).

A figura acima destaca o alto percentual de atores políticos que já assinaram petições ou abaixo-assinados, cujo valor supera em muito aquele apresentado na coluna referente às manifestações ou passeatas, cujos resultados também apresentaram percentual de engajamento superior a 50% dos entrevistados.

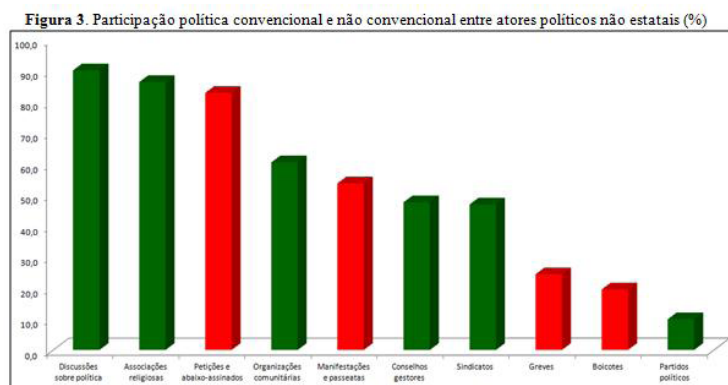
Por sua vez, a participação política contestatória por meio de greves e de boicotes obteve pouca adesão entre os dirigentes de FASFIL, uma vez que os percentuais de entrevistados que

³ Tal discussão foi abordada em Gimenes (2011) quando da explicação acerca da ausência de identificação de partidos políticos de preferência ou repulsa pelos atores políticos não estatais por meio de análise estatística bivariada. A hipótese explicativa abordada foi de que exposição de preferência ou repulsa por algum partido político poderia se caracterizar como empecilho para o estabelecimento ou manutenção do diálogo com os atores públicos responsáveis, uma vez que existe grande rotatividade de partidos políticos nos Poderes Executivo e Legislativo no cenário político municipal.

declararam já ter participado de ambas as formas de protesto concentraram menos de um quarto dos casos.

Se analisarmos ambas as figuras (1 e 2) de maneira conjunta é possível visualizar três diferentes blocos de modalidades de participação em termos de percentual de engajamento dos atores políticos não estatais, conforme exposto na Figura 3.

Figura 3.



Fonte: Pesquisa “Cultura política e elites não estatais” (GIMENES, 2011a).

A figura acima nos permite classificar as modalidades de participação em três diferentes blocos de acordo com os percentuais de engajamento decorrentes das respostas ao questionário: alta, mediana e baixa participação. Considerando tal divisão, podemos classificar como modalidades com altos índices de engajamento as discussões sobre política, associações religiosas ou igrejas e assinaturas de petições e abaixo-assinados. São classificadas como formas de mobilização com participação mediana entre os atores políticos não estatais as organizações comunitárias, manifestações e passeatas, conselhos gestores e sindicatos. Por fim, apresentaram baixos índices de engajamento as medidas de participação em greves, boicotes e partidos políticos.

Sobre os resultados das diferentes modalidades de participação cabe uma consideração: os percentuais registrados por conversas e discussões sobre política e assinaturas de petições e abaixo-assinados podem estar relacionados ao avanço de temas relacionados à política na internet, destacados por Tonella (2011) em sua pesquisa na RMM, principalmente por conta das redes sociais. Tal possibilidade, no entanto, não foi alvo de questionamento específico da pesquisa “Cultura política e elites não estatais” quando de sua elaboração por conta da menor expressão dos meios digitais em termos de possibilidade de participação se comparada aos dias atuais⁴.

4 Atualmente, a participação por meio de discussões e mobilizações organizadas em redes sociais, assim como petições e abaixo-assinados, se constitui em tema relevante às pesquisas relacionadas ao engajamento político, de modo que é de entendimento deste autor que tal temática se apresenta cada vez mais relevante em termos de agenda de pesquisa no campo da Cultura Política.

5. Análise comparativa da participação política convencional e não convencional entre atores políticos não estatais com públicos local e nacional

A apresentação dos resultados constantes na seção anterior é relevante para a identificação das modalidades de engajamento político do segmento de elite estudado. No entanto, para além dessa dimensão descritiva, o presente artigo estabeleceu como objetivo também a verificação de tais dados em comparação com bases de dados referentes às populações da Região Metropolitana do município de Maringá e brasileira, a fim de identificar semelhanças ou discrepâncias entre as medidas de participação convencional e não convencional entre os três grupos.

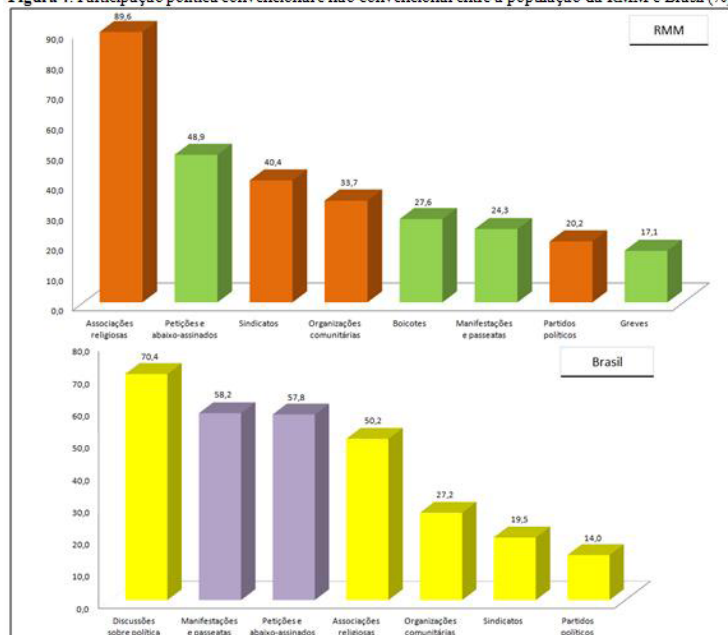
Com relação à base de dados local, esta se refere à pesquisa empreendida por Tonella (2011) com uma amostra da população da RMM. Em se tratando da população nacional, os resultados expostos decorrem da última onda de *surveys* aplicados pelo Latinobarómetro no Brasil, no ano de 2007. Os percentuais de declaração de participação em modalidades convencionais e não convencionais entre a população da RMM e nacional seguem expostas na Figura 4.

Considerando os valores dispostos na parte superior da Figura 4 é possível destacar a participação em associações religiosas e igrejas, cujo percentual próximo a 90% se distancia em muito dos valores atingidos pelas demais formas de participação, os quais demonstraram relativa distribuição de frequência entre engajamento convencional e não convencional entre a população da mancha urbana da Região Metropolitana de Maringá, uma vez que tais valores demonstraram, em escala decrescente, indicação de participação por meio de assinaturas de petições e abaixo-assinados, participação em sindicatos, em organizações comunitárias, em boicotes, em manifestações e passeatas, em partidos políticos e em greves.

Já com relação à população nacional, cujos dados são apresentados na parte inferior da referida figura, fica evidente que, à exceção das conversas e discussões sobre política, os brasileiros manifestaram maior participação por meio de formas não convencionais que dentre aquelas convencionais tratadas no questionário aplicado pela Latinobarómetro, inclusive atingindo percentuais muito semelhantes de engajamento por parte dos entrevistados.

Figura 4.

Figura 4. Participação política convencional e não convencional entre a população da RMM e Brasil (%)

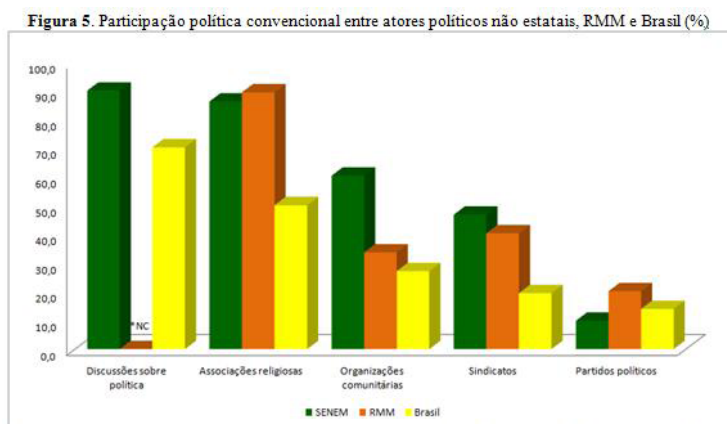


Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).
Onde: RMM = Região Metropolitana de Maringá

Cabe ressaltar que as bases de dados decorrentes do *survey* do Latinobarómetro (2007) e da pesquisa empreendida por Tonella (2011) não contemplavam a totalidade das formas de participação abordadas na pesquisa “Cultura política e elites não estatais”, de modo que as considerações acerca da variação do engajamento político convencional e não convencional entre os diferentes públicos se deu a partir das comparações possíveis.

Uma vez apresentados perfis da participação política convencional e não convencional em nível local e nacional a partir das informações constantes na Figura 4, é possível tratar da comparação entre as formas de engajamento político por parte dos atores políticos não estatais e as demais populações mencionadas. A Figura 5 expõe as formas de participação convencional em perspectiva comparada.

Figura 5.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gimenes (2011a); Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).
 Onde: SENEM = Segmento de elite não estatal maringaense
 RMM = Região Metropolitana de Maringá
 *NC = Não consta [no questionário da pesquisa]

Primeiramente é necessário destacar a ausência da questão acerca de discussões sobre política na pesquisa de Tonella (2011), bem como de questionamento sobre a participação em conselhos gestores na mesma pesquisa e naquela desenvolvida pelo Latinobarómetro (2007). Em se tratando dos dados apresentados, fica evidente a ausência de uniformidade entre as formas de participação política convencional, de modo que é cabível uma análise desvinculada das referidas manifestações de engajamento.

Em termos de discussões sobre política os atores políticos não estatais maringaenses apresentaram maior indicação de conversas, com considerável diferença percentual próxima aos vinte pontos percentuais, o que permite inferir que o segmento de elite não estatal composto por dirigentes de FASFIL congrega indivíduos com maior propensão ao diálogo político que a população brasileira em geral.

Com relação às associações religiosas e igrejas, os atores políticos não estatais informaram participar em medida próxima àquela manifestada pela população da RMM, ainda que esta tenha se manifestado em maior quantidade. Já os dados do Latinobarómetro apontaram para participação moderada nas referidas entidades por parte da população nacional, um indicativo de os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá, dentre os quais estão aqueles pertencentes ao segmento de elite destacado, participam em maior medida de instituições religiosas que os brasileiros.

Quanto às organizações comunitárias, os dirigentes de FASFIL manifestaram percentual



moderado de participação em tais entidades, porém superior a 60% dos casos, um valor consideravelmente superior aquele encontrado por Tonella (2011) e pelo Latinobarómetro (2007), o que em muito pode ocorrer pelo relacionamento direto dos atores políticos não estatais com o meio em que as organizações comunitárias desenvolvem suas atividades.

Já em se tratando dos sindicatos e associações profissionais, assim como verificado entre os resultados para associações religiosas, os percentuais referentes ao segmento de elite sob análise a população de Maringá, Sarandi e Paiçandú foram muito próximos, desta vez com destaque para aquele relacionado os atores políticos não estatais. Tais valores, moderados em termos percentuais, representam participação maior que o dobro daquela identificada entre a população brasileira em geral.

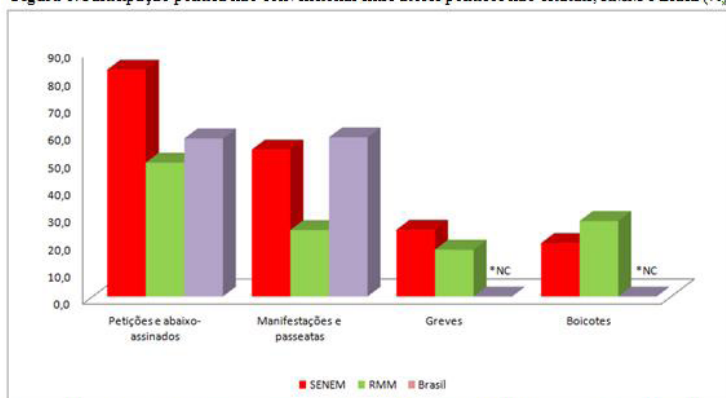
Por fim, o engajamento em partidos políticos foi a forma de participação convencional que atingiu menores percentuais, os quais demonstraram que os atores políticos não estatais atuam de maneira tímida em tais instituições se comparados com a população da RMM, cujo valor identificado corresponde a cerca do dobro da participação, e da população nacional, cuja participação se manifestou em medida superior à dos dirigentes em quatro pontos percentuais. Cabe recordar que a hipótese explicativa para a baixa participação dos dirigentes de FASFIL em partidos políticos foi destacada na seção anterior.

Diante da Figura 5 e da análise acima, é possível inferir que os atores políticos não estatais maringaenses empreendem maiores índices de participação convencional que a população da RMM e brasileira em geral, uma vez que a análise comparativa destaca percentuais muito próximos ou maiores que aqueles referentes ao grupo local e maiores que os manifestados pela população nacional. A única exceção a tal constatação diz respeito à participação em partidos políticos, mas o fato de ambos os grupos comparados apresentarem baixos percentuais de engajamento em tais instituições nos permite extrapolar as considerações referentes às demais formas de participação convencional para o conjunto de tais medidas.

De maneira semelhante à discussão corrente, a Figura 6 apresenta as comparações entre as formas de participação não convencional para os atores políticos não estatais maringaenses e as populações da RMM e nacional.

Figura 6.

Figura 6. Participação política não convencional entre atores políticos não estatais, RMM e Brasil (%)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Gimenes (2011a); Tonella (2011) e Latinobarómetro (2007).

Onde: SEMEM = Segmento de elite não estatal maringaense

RMM = Região Metropolitana de Maringá

*NC = Não consta [no questionário da pesquisa]

Assim como ocorrido na análise da Figura 5, cabe primeiramente ressaltar que não constam no questionário aplicado pelo Latinobarómetro questões referentes à participação por meio de greves e boicotes, de modo que tais comparações se deram apenas em nível local.

Em se tratando de petições e abaixo-assinados, o elevado percentual encontrado entre os atores políticos não estatais não se replica entre a população local e nacional, cuja participação se manifesta em níveis moderados. É importante ressaltar que ainda que a população da RMM apresente menor percentual de engajamento por meio da assinatura de petições e abaixo-assinados que os brasileiros em geral, tal constatação não se replica entre os dirigentes de FASFIL, mais engajados politicamente em relação a tal modalidade participativa.

Com relação à participação por meio de manifestações e passeatas, novamente os atores políticos não estatais apresentaram percentuais consideravelmente mais elevados que aqueles decorrentes da população local. Entretanto, apesar de se constituírem em valores muito próximos daqueles identificados para a população nacional, os dirigentes de FASFIL declararam menor participação em manifestações e passeatas que os brasileiros em geral.

Quanto à participação em greves e boicotes, tanto os atores políticos não estatais quanto a população da RMM demonstraram baixos percentuais de engajamento em tais modalidades. Entretanto, enquanto os dirigentes de FASFIL se declararam mais engajados em greves, a população da mancha urbana de Maringá demonstrou maior participação em atividades de boicotes.

Diante da Figura 6 e da análise acima, é possível inferir que os atores políticos não estatais maringaenses não atuam de maneira uniforme nas modalidades de participação política não convencional. Contudo, tal engajamento se manifestou em medidas superiores ou próximas às superiores manifestadas pelas demais populações quando estas representavam os maiores percentuais, a exceção das assinaturas em petições e abaixo-assinados, que se destacaram como forma de engajamento contestatório com alto índice de participação por parte dos dirigentes de FASFIL.

6. Conclusão

Baseado em autores que destacam a maior importância a ser atribuída aos valores, crenças e comportamentos das elites em relação à cultura política da população em geral, o presente artigo buscou mensurar, por meio do estudo de um grupo de atores políticos componentes de um segmento de elite não estatal que conferem grande apoio ao regime democrático em termos normativo e avaliativo, a participação política entre tais indivíduos nas diferentes formas de engajamento político convencional e não convencional, bem como a análise comparativa dos dados resultantes desta medição com outras bases de dados, com vistas a identificar as semelhanças ou diferenças entre as medidas de participação convencional e não convencional nas suas várias formas entre os atores selecionados e os cidadãos da Região Metropolitana de Maringá e a população nacional. Tais procedimentos analíticos foram desenvolvidos nas seções 4 e 5.

Com relação ao primeiro objetivo, foram identificados percentuais altos e moderados para a participação política convencional entre os atores políticos não estatais maringaenses, à exceção dos partidos políticos, enquanto as formas não convencionais de participação se distribuíram entre alto, moderado e baixo índice de engajamento.

Em se tratando do segundo objetivo, a comparação entre as medidas de participação política convencional permitiram inferir que os dirigentes de FASFIL empreendem maiores índices

de participação convencional que a população da RMM e brasileira em geral, novamente excluindo apenas os partidos políticos.

Por fim, no que tange às medidas de participação política não convencional, os resultados permitiram inferir que tal modalidade de engajamento sofre variações de acordo com instrumentos utilizados para tanto. Além do destaque conferido às assinaturas de petições e abaixo-assinados, verificou-se que a participação em manifestação e passeatas se aproximou da frequência encontrada para os brasileiros e o engajamento em greves e boicotes foi próximo àquele identificado entre a população da RMM.

Diante de tais resultados é possível inferir que os atores políticos não estatais maringenses que atuam como dirigentes de FASFIL gozam de uma cultura política diferenciada da população local e nacional, conclusão esta consonante com aquela decorrente da pesquisa acerca das medidas de adesão normativa e específica ao democratismo, que identificou maiores índices de apoio entre o referido segmento em relação a um grupo local de dirigentes de entidades sociais, a população da RMM, a segmentos de elites políticas paranaenses e político-administrativas nacionais e a população brasileira em geral (GIMENES, 2011).

Tal conclusão, mais que encerrar uma discussão, parece-nos um ponto de partida para novos estudos, com vistas a responder uma nova pergunta que surge quando nos deparamos com os resultados apresentados neste artigo e na dissertação que tratou da adesão democrática entre tais atores (GIMENES, 2011). A questão seria: a quantidade de participação à qual os dirigentes de FASFIL entrevistados tiveram acesso seria capaz de aumentar a qualidade de sua participação em termos de apoio à democracia ou se seria a qualidade de seus valores democráticos que lhes conduziram a uma maior quantidade de participação?

Uma vez que a foram identificados maiores níveis de apoio à democracia e de engajamento político, a realização de estudos acerca do relacionamento entre tais variáveis poderia, além de explicar a causalidade entre as partes, fornecer subsídios para o entendimento das características que fortalecem ou prejudicam tal relação.

Referências

ALMEIDA, B. G. M. de; BRAUNERT, M. B. Técnicos de Estado e democracia: os valores políticos da elite político-administrativa paranaense. In: PERISSINOTTO, R. *et al.* (Org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, [1963] 1989.

BARBETTA, P. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 7. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2011.

BOHRNSTEDT, G. W.; KNOKE, D. *Statistics for Social Data Analysis*. 2. ed. Itasca: Peacock, 1988.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A. Participação convencional e não convencional na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

CATTERBERG, G. Evaluations, referents of support, and political action in new democracies. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 44, jun. 2003. p. 173-198.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. *Parties without partisans: political change in advanced industrialized democracies*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DELLA PORTA, D. *Introdução a Ciência Política*. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. *British Journal of Political Science*, Cambridge, v. 5, n. 4, 1975. p. 435-457.

FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, jul./set. 2000. p. 105-112.

GIMENES, E. R. *Cultura política e democracia: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR)*. 2011. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Maringá: UEM, 2011.

_____. *Base de dados: Cultura política e elites não estatais*. 2011a.

GONZÁLEZ, R. S. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org.). *Cultura(s) políticas(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 41. jan./jun. 1996. p. 35-83.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in political action: the development trend and the post-honeymoon decline. *International Journal of Comparative Sociology*, Thousand Oaks, v. 43, n. 3-5, oct. 2002. p. 300-316.

LATINOBARÓMETRO. *Banco de dados*. 2007.

LIMA, M. R. S. de; CHEIBUB, Z. B. Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, 1996. p. 83-110.

MILBRATH, L. *Political Participation: How and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally, 1965.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Revista Lua Nova*, n. 65, 2005. p. 71-94.

_____. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: political activism worldwide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

PERISSINOTTO, R. *et al.* (Org.). *Quem governa? Um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: UFPR, 2007.

PUTNAM, R. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. 2008. Tese de Doutorado em Sociologia. Curitiba: UFPR, 2008.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Revista Opinião Pública*, Campinas, v. 16, 2010. p. 28-63.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. *Revista Tomo*, São Cristóvão, n. 12, jan./jun. 2008. p. 83-110.

TONELLA, C. Cultura política, dimensões do exercício da cidadania e participação na vida pública em cidades da Região Metropolitana de Maringá – PR. In: Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, 4, 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: WAPOR, 2011.

_____. Participação social cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 6, 2008, Campinas. *Anais...* Campinas: ABCP, 2008.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America*. Political democracy and social equality. New York: Harper & How, 1972.

WELZEL, C.; INGLEHART, R.; DEUTSCH, F. S. Social capital, voluntary associations and collective action: Which aspects of social capital have the greatest 'Civic' Payoff? *Journal of Civil Society*, London, v. 1, n. 2, set. 2005. p. 121–146.



As artimanhas do capital: um estudo das estratégias empresariais no Pólo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus

Cleiton Ferreira Maciel¹; Maria Izabel de Medeiros Valle²; Jeanne Mariel Brito de Moura³

Resumo: O presente artigo analisa as estratégias do capital sobre o trabalho no Pólo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus (RMM), setor que fabrica 80% dos tijolos e telhas consumidos no estado do Amazonas. Essas estratégias estão relacionadas à reorganização do processo global de acumulação do capital a partir das exigências dos novos paradigmas da produção: flexibilidade, inovações organizacionais, novas tecnologias, etc. Assim, na primeira parte do trabalho busca-se mostrar a inserção e a importância da produção de tijolos no cenário econômico amazonense. Na segunda parte aborda-se a contribuição sociológica para a compreensão das artimanhas do capital sobre o trabalho, nos ajudando a compor, assim, a terceira parte do artigo, onde se identificam e problematizam-se os arranjos organizacionais do capital no âmbito oleiro-cerâmico da RMM.

Palavras-chave: capital; trabalho; olaria; Região Metropolitana de Manaus; estratégias empresariais.

Abstract: This article analyzes the strategies of capital over labor in the Pottery Pole of the Metropolitan Region of Manaus (RMM), a sector that produces 80% of bricks and tiles consumed in the state of Amazonas. These strategies are related to the reorganization of the global process of capital accumulation based on the requirements of the new paradigms of manufacturing: flexibility, organizational innovations, new technologies, etc. The first part of this work will show the insertion and the importance of production of bricks in the economic scenario of Amazonas. In the second part we will bring the contribution to the sociological understanding of the wiles of capital over labor, helping us to write, so the third section, where we will identify and problematize the organizing ways of capital in the Pottery Pole of the RMM.

Keywords: capital; work; pottery; Metropolitan Region of Manaus; business strategies.

1 Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas (2010). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade (PPGS- UFAM) e membro do grupo de pesquisa "Trabalho e Sociedade na Amazônia". E-mail: cleiton.keto@hotmail.com.

2 Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Líder do grupo de pesquisa "Trabalho e Sociedade na Amazônia". E-mail: izabelvalle@ufam.edu.br.

3 Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2009). Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG) e membro do grupo de pesquisa "Comunicação, direitos, cidadania e mudanças sociais". E-mail: maribrito21@yahoo.com.br.

Introdução

Desde o início da década de 1990 a Amazônia tem sido palco de intensas transformações no setor produtivo vinculadas a uma nova divisão internacional do trabalho. No bojo dessas mudanças desencadeadas, sobretudo, por um arranjo reestruturativo da economia capitalista, observa-se uma onda de introdução de práticas globais de organização do trabalho que são dadas como “receitas” aos países que buscam adentrar os portões da globalização.

As ciências humanas e, em especial, a sociologia têm voltado os olhos para essa *nova economia global*, percebendo que começa a desenhar-se no horizonte um cenário produtivo transnacional, cuja principal característica é ignorar os espaços territoriais tradicionais, imprimindo nestes uma lógica de produção vinculada à ordem mundial de acumulação do capital. Trabalhos como o de Silva (1997), Valle (2007), Castro (2008), Oliveira (2007) e Seráfico (2011) vêm acompanhando e problematizando essas questões no âmbito local, contudo, vinculando seu *modus operandis* ao macro espaço da produção capitalista, qual seja, a “multidimensionalidade” da globalização e sua trama de relações sociais que estruturam a configuração global do capitalismo (SERÁFICO, 2011).

Nesse novo desenho da produção capitalista são configuradas práticas produtivas que não mais estão circunscritas ao espaço local; pelo contrário, emergem elementos e estratégias de organização do mundo do trabalho, que, por seu turno, fazem parte dos arranjos do atual desenvolvimento do capitalismo: a mundialização do capital.

Tendo em vista essa perspectiva da organização do capitalismo em âmbito global, qual uma *teia produtiva mundial* da nova divisão internacional do trabalho, esse artigo discutirá como se configuram as estratégias do capital em um contexto específico do global: o Pólo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus. Nesse sentido, apontaremos, primeiramente, o papel que a produção de tijolos e telhas desempenha do cenário econômico brasileiro e, em particular, no estado do Amazonas. Em seguida, faremos uma discussão teórica sobre a *moderna* organização do capitalismo, tendo em vista a compreensão das artimanhas do capital sobre o trabalho dentro do processo de mundialização do capital. Essa discussão nos ajudará a problematizar aquilo que trataremos na etapa final desse artigo, qual seja, as estratégias empresariais em uma olaria da Região Metropolitana de Manaus.

A produção de tijolos e telhas no cenário nacional e regional

A produção de cerâmica vermelha (tijolos e telhas) constitui-se em umas das principais atividades econômicas dentro do cenário produtivo brasileiro, tendo em vista a sua participação fundamental na movimentação do mercado da construção civil nacional. Trata-se de um setor produtivo com diversas cerâmicas espalhadas pelos estados brasileiros, e que produz anualmente cerca de 2,5 bilhões de peças. Contudo, diante da existência de um mercado consumidor que por razões históricas é o maior do Brasil, a concentração nacional das indústrias ceramistas está localizada na região sudeste (ANICER, 2010).

Em face dessa configuração da indústria ceramista nacional, a região Norte emerge como um importante ator dentro desse cenário de fabricação de tijolos e telhas, tendo uma participação considerável na produção mensal, a qual está estimada em 114 milhões de peças e que gera, segundo dados do SEBRAE, cerca de 10 mil empregos diretos e indiretos (SEBRAE, 2010).

No que diz respeito ao estado do Amazonas, a produção de cerâmica vermelha está concentrada nos municípios de Manacapuru e Iranduba, os quais fazem parte da Região Metro-

politana de Manaus⁴. Entretanto, este último, tradicionalmente apresenta-se como o principal pólo oleiro-cerâmico do estado, com um total de 25 olarias instaladas e associadas a ACE-RAM⁵. Segundo Trindade (1999), esta concentração deve-se à relação de proximidade que o município tem em relação à capital amazonense⁶. Acresce-se a isso, segundo o autor, a grande disponibilidade de argila de alta qualidade que é a principal matéria-prima desse ramo de atividade econômica. Outro fator que contribuiu para que Iranduba se tornasse o maior produtor de cerâmica vermelha do Amazonas, foi o não pagamento de ICMS⁷ quando do ingresso do produto na cidade de Manaus, principal mercado consumidor da produção oleira amazonense.



Foto 1. Vila do Cacau Pirêra (embaixo), distrito da cidade de Iranduba. O transporte de tijolos e telhas era feito até Manaus (em cima) pelo porto dessa vila, antes da construção da ponte Rio Negro. Foto do autor, 2011.



Foto 2. Portal da cidade de Iranduba, onde é possível ver o símbolo da cidade: uma chaminé oleira. Foto da internet, s/d.

4 A Região Metropolitana de Manaus foi criada em 30 de maio de 2007, e reúne 8 municípios: Manaus, Itacoatiara, Iranduba, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea, Manacapuru, Novo Airão e Presidente Figueiredo.

5 Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas.

6 A cidade de Iranduba fica distante 20 km de Manaus.

7 Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços.

A primeira fábrica de tijolos do município de Iranduba data de 1946, época em que a cidade ainda era distrito de Manaus, tendo sido pioneira a Cerâmica Marajó, que ainda hoje opera na fabricação desse tipo de produto. Em 10 de dezembro de 1981, a Vila de Iranduba tornou-se um município autônomo, sendo elevada a categoria de cidade do mesmo nome.

Em um primeiro momento, o município teve sua base econômica centrada no setor primário, como o cultivo de hortaliças, criação de bovinos de corte e de leite e cultivo de frutos (ABREU, 2004). Contudo, com a expansão imobiliária ocorrida em meados dos anos 80 por conta do estímulo dado à construção civil através do Sistema Financeiro de Habitação, ocorreu uma explosão na demanda por produtos da indústria oleira-cerâmica, fazendo com que os empresários de Manaus passassem a vislumbrar uma oportunidade de obter lucros no emergente mercado imobiliário, e iniciassem um processo de investimento na aquisição de terrenos e máquinas para a instalação de novas indústrias ceramistas no município de Iranduba (CHAVES, 2001).

Hoje, o município de Iranduba é responsável por cerca de 80% de toda a produção de cerâmica vermelha do Estado do Amazonas, o que representa em termos quantitativos, aproximadamente 10 milhões de tijolos por mês (ACERAM, 2012). Além disso, o Pólo Oleiro-Cerâmico de Iranduba movimentada, em média, 80% da construção civil amazonense, gerando no município, cerca de 2.000 empregos diretos e indiretos e abrangendo um total de 6.000 trabalhadores, entre prestadores de serviço e fornecedores (ACERAM, 2012).

As olarias da Região Metropolitana de Manaus: crise e rearranjo industrial

O início dos anos 2000 marca o cenário oleiro amazonense como um período crítico na estrutura produtiva desse ramo industrial. A lenha nativa era a matéria-prima usada nos fornos de queima de tijolos, sendo que a maioria das empresas comprava esse material dos pequenos produtores rurais, os quais não tinham permissão dos órgãos ambientais para desmatar, transportar e vender a madeira às olarias. Nesse período era comum ver caminhões com a carroceria cheias de “toras”⁸ de árvores semi-queimadas, uma vez que grande parte dessa lenha provinha dos roçados⁹ localizados nas proximidades do Pólo oleiro-cerâmico¹⁰.

Em face da chamada “crise ambiental” que vem forjando a atual conjuntura mundial de leis de proteção ao meio ambiente, esses órgãos ambientais, como IBAMA e IPAAM passaram a realizar uma série de operações tendo em vista a fiscalização contínua do transporte ilegal de lenha pelas estradas dessa região amazônica, bem como o acompanhamento por satélite das áreas desmatadas no entorno das olarias¹¹.

Tratava-se, assim, de um momento fulcral dentro da organização produtiva oleira-cerâmica, ou seja, buscava-se mudar a base de material de queima de tijolos, sinalizando às agências de proteção ambiental o interesse em enquadrar-se na lógica do “desenvolvimento sustentável” ou continuava-se a operar do modo “tradicional”, constituindo-se, portanto, em empresas ilegais dentro de um cenário de pressão ambiental não apenas local, mas, sobretudo, global.

8 Pedacos das arvores geralmente cortados por uma motosserra.

9 Área desmatada e queimada usada para a plantação, sobretudo, de mandioca.

10 No ano 2000 o índice de área desmatada em Iranduba era de 13,39%, sendo que no mesmo período a média amazonense era de 2% (MACIEL; VALLE, 2010).

11 O Pólo oleiro cerâmico está situado apenas a 10 quilômetros do maior hotel de selva do Amazonas: o Ariaú Amazon Tower.

No bojo dessas metamorfoses em curso na Amazônia, às olarias voltaram-se à primeira plataforma de mudanças, qual seja, implementar uma agenda de alterações na configuração produtiva que, por um lado, desse conta de responder positiva e satisfatoriamente aos interesses dos órgãos ambientais nacionais e globais, e, por outro lado, fosse cômoda à reprodução dos interesses dos empresários do setor oleiro.

As condições propícias ao desenvolvimento de uma política organizacional que favorecesse diversos agentes foram forjadas através da ação do próprio Estado, tendo o SEBRAE como a força transformadora da engrenagem que se tinha até aquele momento. O que haveria de ser realizado se constituiria, assim, não em uma ruptura com as práticas produtivas do passado, mas em uma fase de transição cômoda rumo a um modelo “moderno” de organização industrial, onde os diversos interesses e forças em jogo teriam suas demandas atendidas, ainda que em níveis diferenciados. Em trabalho recente denominei esse processo como “simbiose do capital” (MACIEL; VALLE, 2010).

A alteração macro-organizacional teve como momento inicial a formação de uma estrutura burocrática dentro do próprio SEBRAE que ficou responsável pela elaboração de uma agenda de políticas produtivas as quais seriam introduzidas, primeiramente, nas três maiores empresas oleiras da cidade de Iranduba. Nesse sentido, não se romperia radicalmente com a base produtiva anterior, caracterizada pela queima substancial de lenha. A transição seria lenta, gradual, tendo em vista o papel que a indústria oleira representa no cenário da construção civil manauense, em franca expansão desde meados da década de 2000.

Essa transição teve como desenho central uma plataforma de políticas organizacionais protagonizada pelo empresariado oleiro, que, por seu turno, fazem parte do movimento estratégico do capital sobre o trabalho. Portanto, faz necessário problematizar aqui como esse processo histórico-dialético vem sendo debatido pela sociologia, de sorte que nos forneça ferramentas conceituais no sentido de compreender as singularidades e as implicações das artimanhas produtivas do capital no Pólo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus. É o que será feito a seguir.

As artimanhas do capital no bojo da relação capital-trabalho

A partir dos anos de 1980 lança-se sobre a teia produtiva global uma série de inovações tecnológicas – a década de 1980 é conhecida na Sociologia do Trabalho como “a década das inovações capitalistas” – que tinham como elemento norteador a busca pela *flexibilização*. Essa torna-se a palavra-chave para superar os entraves gerados no seio do modelo fordista de produção. Isso implicou, principalmente em um novo padrão de organização do trabalho, denominado modelo Toyotista de produção, o qual assumiu como traços fundamentais do processo produtivo os métodos *just-in-time* / *Kan-ban* e *CCQ's*, a racionalização da produção e uma nova divisão internacional do trabalho (HARVEY, 1993).

A divisão internacional do trabalho consistiu, com efeito, na valorização de determinados capitais na medida em que se estabelecia um novo padrão tecnológico onde o capital mais valorizado era aquele associado ao conhecimento (SERÁFICO, 2011). Os países desenvolvidos formaram a “divisão superior” e buscaram concentrar a cadeia produtiva na fabricação de bens de alto valor agregado, ou seja, aqueles produtos que necessitam do uso intenso de tecnologia de ponta para serem fabricados. Na “divisão inferior” localizaram-se os chamados “países emergentes”, que assumiram o papel de fornecedores de produtos de baixa ou média intensidade tecnológica.

O discurso pregado pela lógica toyotista é que a sobrevivência dessas empresas em um cenário de maior competição internacional vinculava-se à capacidade de fabricar novos produtos mais especializados e de elevada qualidade dentro de novos processos produtivos. A tônica discursiva do Toyotismo tem como baluarte, portanto, a ideia de que a configuração produtiva das empresas precisa ser, cada vez mais, flexível; em uma palavra, com os ouvidos atentos aos delineamentos da cultura do consumo.

Nessas empresas, a relação entre capital e trabalho passa a configurar-se, assim, como uma espécie de “horizontalização” das relações, onde se transfere para o trabalhador o peso das incertezas do mercado. Em face disso, o trabalhador precisa ser portador de qualidades que são exigidas pelas empresas desse “novo” momento da organização do trabalho, como: espírito de colaboração, vontade de trabalhar em equipe e disposição em ser, constantemente, “aperfeiçoado” (LIMA, 2007). O que acontece, de fato, é aquilo que vem sendo denominado como o trabalho *polivalente* e *multifuncional*, tendo em vista que, dentro da retórica empresarial, possuindo essas qualidades do mundo do trabalho, cada trabalhador passa a ser um “gerente” ou, mais usualmente conhecido, um “colaborador” (VALLE 2007).

Logo, a organização do trabalho baseia-se na “desespecialização” dos trabalhadores, tornando-os “plurioperadores”. Trata-se, portanto, de confrontar o saber do trabalhador qualificado através da multifuncionalidade produtiva, o que, por seu turno, diminui seu poder sobre a produção e aumenta a intensidade do trabalho.

A lógica reinante dentro da perspectiva toyotista de produção se assenta, pois, nessa macro ideia de *flexibilização* que apresenta, concretamente, sua manifestação micro sobre o *trabalhador coletivo*¹² (MARX, 1985). Assim, a organização do trabalho, baseada na *flexibilização* do próprio conjunto de trabalhadores propicia ao capital se beneficiar de uma totalidade de mão-de-obra, na medida em que se tenta motivar os “colaboradores” a produzir mais e com mais vigor.

Nestes termos, o Toyotismo tem no *trabalhador coletivo* sua grande força de dinamização do capital em face de um grande número de trabalhadores atuando juntos e coordenadamente, daí se pregar de forma intensiva a colaboração entre os trabalhadores, o “espírito de equipe”, etc. De fato, dentro dessa perspectiva de cooperação entre a mão-de-obra floresce um maior ganho ao capitalista tendo em vista a diminuição do tempo de trabalho exigido à realização de uma atividade proposta (ANTUNES, 2010).

No bojo dessa conjuntura produtiva, as empresas multinacionais desenvolvem técnicas de gestão e de organização desse *trabalhador coletivo* na tentativa de, por um lado, extrair uma maior produtividade, possibilitando maiores taxas de lucros e, por outro lado, tornar o *trabalhador coletivo* cada vez mais individual, num paradoxo produtivo inerente ao sistema capitalista.

Em uma palavra, quando se trata de perseguir os objetivos centrais do “modelo japonês” – produtividade e qualidade – as empresas buscam ter o *trabalhador coletivo* enquanto *unidade matizada*, colocando-o como parte fundamental do “espírito” da empresa. Contudo, quando se trata da organização dos trabalhadores enquanto classe, a lógica toyotista procura fazê-los se auto enxergarem como unidades autônomas, sem interesses coletivos à margem dos interesses da empresa (ANTUNES, 2005).

No âmago dessa configuração observa-se, assim, uma maior dependência do *trabalhador coletivo* em relação à empresa. Esta, por seu turno, busca substituir a própria ação sindical

12 Para Marx (1985), o *trabalhador coletivo* representa a reunião de muitas forças individuais em uma força única e comum a todos os trabalhadores, formando, assim, uma *força de trabalho coletiva*.

através da negociação direta entre trabalhadores e gerência, sem passar pela via dos sindicatos. A ideia das empresas é desconfigurar o papel da organização dos trabalhadores enquanto sujeitos autônomos e com objetivos próprios. Em face disso, mobilizam recursos para manter o *trabalhador coletivo* cada vez mais envolvido com a empresa¹³. Em uma palavra, pretende-se inculcar que os interesses da empresa são os mesmos interesses dos trabalhadores, fortalecendo, nessa direção, o poder de negociação do próprio capital (VALLE, 2007).

Essa é a lógica: fomentar aparatos da organização produtiva para se ter o Estado de bem-estar social dentro da própria empresa. Aquilo que Marx (1998) fazia referência no que diz respeito ao entendimento de que a *fábrica* é um espaço de lutas e de resistência por excelência, é, com efeito, invertido dentro da perspectiva toyotista. A fábrica não é um local onde se desenvolve a *dominação*, mas um espaço de *cooperação*, sem luta pela hegemonia.

Nestes termos, é possível pensar que o Toyotismo caracteriza-se, portanto, pela radicalização da própria *racionalização capitalista* que tem como afinidade eletiva, segundo Weber (2004), a ética protestante do século XVI. Weber (2004) observa que o processo de racionalização das empresas capitalistas modernas ocorre a partir de um controle contábil dos custos, das formas racionais de organização do trabalho e da mecanização.

Assim, as transformações engendradas no seio das empresas capitalistas modernas envolvem uma *ação social* que visa excluir os indivíduos do controle sobre os meios de produção, impondo uma estrutura de organização burocrática que, por seu turno, procuram manter certa ordem de “regras calculáveis” dentro do processo de fabricação (WEBER, 1982).

Dentro dessa lógica, as várias esferas do mundo do trabalho são racionalizadas. A radicalização dessa racionalização se dá, no atual estágio do capitalismo globalizado, em face da captura da *subjetividade* do operário. Esse é o ponto fundamental. O que queremos dizer é que, concretamente, o modelo que convencionou-se chamar de *Toyotismo* se diferencia do *Fordismo*, sobretudo, na capacidade de operar, em um nível micro, indo de encontro às motivações das ações dos trabalhadores.

Quando Weber (1982) postulou o conceito de *ação social*, o autor buscava entender e interpretar o *sentido* das ações para explicá-las, sociologicamente, em seu desenvolvimento e significado. Dessarte, o objetivo da sociologia em Weber seria compreender as ações dotadas de *sentido*, observando as suas regularidades. Nestes termos, a *ação social* seria uma ação que carrega um *significado subjetivo*, o qual motivaria o agir do sujeito em uma *relação social*.

Sob a égide da reestruturação produtiva e da globalização, o capital busca capturar, exatamente, o *sentido* da ação do sujeito, na medida em que formula estratégias de controle do trabalho na fábrica. Assim, emerge como elemento fundamental da lógica toyotista, sobre a qual o pensamento de Weber nos ajuda a refletir, o fazer com que a ação dos trabalhadores tenha um sentido único, um *fim* pré-determinado: a busca de ganhos para a empresa.

Desse modo, o Toyotismo visa descomplexificar a *ação social* do operário, dotando-a de um *sentido* que esteja em consonância com os ideais globais da acumulação do capital. Em suma, lança suas garras sobre a *subjetividade* que motiva a ação do trabalhador, objetivando-a na cooperação deste para com a produtividade nas empresas.

Em um nível macro, a *racionalização*, a qual Weber faz referência, torna-se uma *racionalidade global* na era da globalização. Está em curso a burocratização do mundo (IANNI, 2004). A *flexibilização*, portanto, envolve a racionalidade radicalizada. Todos os padrões tra-

13 Para uma melhor compreensão de como se dá esse processo de “envolvimento” entre empresa e trabalhadores no contexto regional, consultar Andrade (2011).

dicionais de produção são colocados em xeque em face de uma *objetivação universal* do Toyotismo, como se o capital tivesse descoberto o seu “segredo” de ampliação e reprodução. Daí Alves (1998, p.86) afirmar que:

(...) No decorrer dos anos 80, ele tenderia a assumir um valor universal surgindo como “produção enxuta” – a *lean production* – uma nova racionalidade de capital em sua etapa de mundialização. (...) Deste modo, a *categoria da flexibilidade* é algo intrínseco à produção capitalista, surgindo, ainda em seus primórdios, quando o capital instaurou o trabalho assalariado das condições de vida, a separação do trabalhador de seus meios de produção, a separação ente o “caracol e sua concha”.

Assim, o processo de reestruturação produtiva mostra-se como uma nova configuração no mundo globalizado, onde se tem como elemento fundamental a mundialização do capital. Introduce-se, dessa forma, uma nova dinâmica nas relações industriais, na configuração das políticas sobre o trabalho, nos contratos e na qualificação dos trabalhadores. A organização do trabalho passa a estar vinculada ao pragmatismo empresarial da lógica produtivista e da qualidade. Aparece, nestes termos, a figura do “colaborador”, aquele que “faz parte do espírito da empresa”.

Esse processo se desenvolve em diferentes locais do mundo, e não seria inconcebível se falar do “mundo nos locais”. Por seu turno, Iranduba constitui-se enquanto esse local mundial onde a essência da acumulação do capital ganha forma e substancialidade; onde arranjos produtivos locais são transformados e redesenhados. Em uma palavra, onde se torna observável sociologicamente o estabelecimento de determinados constrangimentos do capital sobre o trabalho. É o que buscaremos problematizar a seguir.

Estratégias empresariais no mundo do trabalho oleiro da Região Metropolitana de Manaus

Como falamos no início do artigo, foi o SEBRAE que “selecionou” 3 empresas oleiras para que fossem pioneiras na introdução de novas tecnologias dentro da estrutura produtiva oleira. No planejamento delineado, esse conjunto de elementos industriais seria implementado em outras olarias à medida que fosse se estabelecendo uma *nova cultura organizacional* no ramo oleiro-cerâmico da Região Metropolitana de Manaus (MACIEL; VALLE, 2010).

As empresas iniciaram, dessa forma, um processo de reorganização do trabalho, estabelecendo metas de produtividade, busca por qualidade e controle do processo produtivo. Uma dessas formas de racionalização do trabalho diz respeito à adoção de inovações organizacionais de origem japonesa, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ).

Na empresa onde nossa pesquisa foi efetuada os trabalhadores em conjunto com a liderança se reuniam de 15 em 15 dias, formando, assim, um CCQ. Era nessas reuniões efetuadas dentro do período de trabalho dos funcionários que os líderes e “colaboradores” avaliavam a execução de cada etapa do projeto e traçavam as novas metas a serem alcançadas pela empresa, mapeando todas as etapas do processo de fabricação.

Nosso interesse em mostrar os resultados dessa pesquisa está em trazer a lume a perspectiva de que as estratégias empresariais vinculam-se a uma nova forma de organização da produção, e que, portanto, remete a uma onda de reordenamentos industriais a fim de estabelecer parâmetros de racionalização produtiva tendo em vista o controle do capital sobre o trabalho.

O primeiro desses reordenamentos diz respeito à própria contratação dos trabalhadores que preenchem o quadro de funcionários da olaria. A partir da adoção das inovações organizacionais e da emergência da ideia de que o trabalho em equipe é o cerne do ganho de produtividade, a cerâmica passou a estabelecer uma *política de contratação* baseada no critério *comportamental* do trabalhador. Assim, passou-se a ter como estratégia empresarial a adoção de critérios de seleção da força de trabalho que levem em conta a capacidade do trabalhador em ser *participativo, cooperador, responsável e comprometido* com os objetivos da empresa (MACIEL; VALLE, 2010).

Esse processo de contratação tem em vista uma espécie de *domesticação* do trabalho, uma vez que na filosofia empresarial da cerâmica pesquisada os trabalhadores que possuem estas “qualidades” estão aptos a se envolverem com maior afinco às tarefas determinadas pelo Círculo de Controle de Qualidade.

Nesse contexto, portanto, a *subjetividade* do trabalhador adquire papel chave na estrutura organizativa do setor oleiro, e mostra-se enquanto objeto analítico-explicativo fundamental por se apresentar como uma das artimanhas do capital para exercer o controle sobre o trabalho, buscando o *comprometimento* do trabalhador para com as metas produtivas traçadas pela empresa.

O segundo reordenamento é concernente à introdução dos Círculos de Controle de Qualidade na empresa. Fazer reuniões dentro do período de trabalho fez parte de uma estratégia para mostrar que o trabalhador tem a centralidade na empresa. Assim sendo, a introdução dos CCQs buscou aprofundar a extração do trabalho, capturando a força de trabalho não somente no plano técnico, mas na própria subjetividade do trabalhador. Pretende-se, dessa forma, “envolver” o operário com a política organizacional da empresa, seja oferecendo cursos sobre a importância da *qualidade*¹⁴, seja introduzindo a bonificação como um modo de mostrar para o trabalhador que ele é “peça fundamental”¹⁵.

Nessa perspectiva, o discurso da cerâmica passa a estar voltado para a ideia de que os ganhos da empresa giram em torno do trabalho feito em equipe, no qual todos precisam de todos, formando um *corpo produtivo* bem ajustado. Destarte, aflora-se a “pedra de toque” da ação empresarial moderna (VALLE, 2007), ou seja, a filosofia de que o que mobiliza a empresa na adoção dessas inovações é a *valorização do ser humano*, introduzindo, em face disso, o espírito de cooperação entre trabalhador e empresa.

Dito de outra forma, a artimanha do capital visa a postular a ideia de que, mais do que um mero trabalhador, o “homem do barro”¹⁶ é um *colaborador*. Isso traz implicações importantes na relação capital-trabalho, uma vez que no cerne desse discurso empresarial ancora-se a perspectiva de que o trabalhador está sendo peça fundamental na formulação de um *projeto* de empresa. A empresa não se constituiria, nesse sentido, enquanto um espaço de contradição entre os possuídos e despossuídos dos meios de produção, mas enquanto um espaço de convergência de interesses, tanto dos trabalhadores quanto dos empresários.

14 Cursos promovidos na olaria pelo SEBRAE/SP. No ano de 2009 a empresa construiu uma sala de aula onde esses cursos são oferecidos.

15 A *bonificação* consiste em pagar uma diária extra se o trabalhador não faltar nenhum dia da semana.

16 “Homem do barro” se refere aos trabalhadores que participam do processo de fabricação do tijolo, desde a extração do “barro” até o carregamento do caminhão e expedição para os clientes. O Serviço Geológico do Brasil denomina a matéria-prima de fabricação de tijolos como *argila*, contudo, os trabalhadores chamam-na de “barro”.



Figura 3. Reunião do Círculo de Controle de Qualidade. Foto do autor, 2010.



Figura 4. Os “colaboradores” recebendo treinamento da gerência da olaria. Foto do autor, 2010.

A ideia, portanto, é fazer com que o trabalhador veja que ele *colabora* na construção desse “segundo lar”, e, assim sendo, precisa estar disposto a oferecer não apenas os membros do corpo ao trabalho, mas ter o sentido de seu trabalho voltado para o “espírito” da empresa, qual seja, a busca incessante do lucro.

O terceiro reordenamento diz respeito à responsabilidade atribuída ao trabalhador no que concerne à gestão da produção. Fluxogramas (Figura 5) e croquis (Figura 6) indicando como se deve proceder em cada máquina ou que não fazer em determinado processo são espalhados pela fábrica, como uma tentativa de controle invisível sobre as etapas da produção.

Podemos dizer que nessa organização da produção de tijolos em Iranduba, o papel de supervisionar a produção, ou de inspecionar as etapas do processo de fabricação sai do plano tradicional, para uma dimensão do trabalho flexível, onde o inspetor não existe, mas está “bem ali”, em cada canto do chão da fábrica, criando, assim, uma mentalidade favorável à concentração no trabalho, e estabelecendo o não-desperdício com distrações e fantasias.

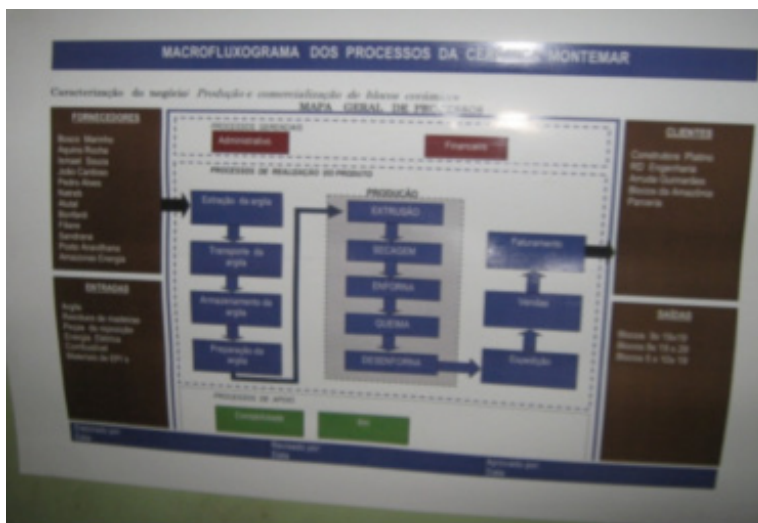


Figura 5. Um dos fluxogramas espalhados no “chão” da fábrica. Foto do autor, 2010.

ITEM	SEQUÊNCIA OPERACIONAL	CRITÉRIO PARA QUALIDADE	MÉTODO DE MEDIÇÃO E MONITORAMENTO	UNIDADE	FREQUÊNCIA	PONTUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
ANTES DO INÍCIO DA PRODUÇÃO							
01	Ligar o forno e cargar o material	Temperatura ambiente e nível do forno	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
02	Transferir o material do forno para o forno de cozimento	Temperatura do forno de cozimento	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
DURANTE A PRODUÇÃO							
01	Transferir as placas para o forno de cozimento	Temperatura do forno de cozimento	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
02	Aplicar as placas embebidas no forno de cozimento	Temperatura do forno de cozimento	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
03	Fazer parte de verificação para de cada 10 placas	Medição manual	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
FIM DO PROCESSO							
01	Ligar equipamento de utilização dos produtos	Calor em lugar apropriado	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	
02	Ativar equipamento em lugar apropriado	Medição manual	Medição manual	Grados Celsius	Dia	100%	

Figura 6. Croqui indicando como se deve proceder nas diversas etapas da produção. Foto do autor, 2010.

O quarto reordenamento refere-se ao papel que a busca por ISOs¹⁷ adquire na transição produtiva em curso¹⁸. Trata-se de uma exigência global que visa unificar e padronizar *comportamentos produtivos*. Quando uma empresa persegue a certificação dada pela ISO, ela precisa cumprir algumas cláusulas estabelecidas em parâmetros internacionais de normas fabris (MACIEL; VALLE, 2010). Uma dessas cláusulas se refere ao processo em que as auditorias exigem que os trabalhadores demonstrem conhecimento sobre os procedimentos de diversas etapas da produção de determinado bem.

Logo, cada procedimento necessário para a integração entre qualidade e produtividade precisa estar articulado no processo de produção, constituindo-se, assim, numa forma de criar mecanismos de controle do trabalho, fixando metas a serem alcançadas a cada mês, avaliando os resultados da produção nas reuniões quinzenais, em face de uma visão sistemática e racional sobre os ganhos e perdas na produção.

17 *International Organization for Standardization*. As ISOs 9000 e 14000 se referem a certificações dadas às empresas que buscam cumprir normas de gestão da qualidade e legislação ambiental, respectivamente.

18 A meta da empresa pesquisada é obter as certificações ISO 9000 e 14000 até o ano de 2013.

Considerações Finais

A proposta deste artigo foi fazer uma breve discussão acerca das estratégias empresariais no mundo oleiro da Região Metropolitana de Manaus, observando, assim, que as transformações ora em curso dão conta da incorporação de um “capitalismo moderno” e sua conseqüente relação com o trabalho de indivíduos que, até então, tinham um modo de vida baseado no cultivo de mandioca, guaraná e pesca de subsistência.

Esse choque de racionalidades é característico dentro da formação econômica capitalista, onde determinadas práticas sociais são alvo das artimanhas do “processo civilizador” do capital. No bojo dessas transformações, as “teias do capital” vêem o trabalho enquanto um objeto de enlaçamento social privilegiado em face da sua capacidade fundante da organização não apenas da produção, mas também da própria constituição da sociedade (ANTUNES, 2009).

Dito de outra forma, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se buscando romper as especificidades do trabalho *local*, tendo em vista a estruturação de uma nova totalidade histórico-social que possa reproduzir os ditames das forças globais dominantes. Contudo, essas forças são dinamizadas de formas distintas em distintos lugares dessa *inforvia* mundial. Trata-se, portanto, de um movimento dialético entre *capital* e *arranjos* do trabalho específicos, nos quais se desenrolam certas práticas político-econômicas. Em outras palavras, uma contradição latente e ao mesmo tempo obscura que instiga à pesquisa sociológica.

Podemos dizer, nesse sentido, que as inovações organizacionais, bem como a busca por certificações internacionais ISO 9000 e 14000, são frutos das artimanhas do capital sobre o trabalho, onde se ancora a reestruturação produtiva. A própria pressão ambiental por parte dos órgãos governamentais em relação à queima de lenha nativa diz respeito à agenda internacional sobre as mudanças do clima. Interesses globais e interesses de um empresariado local entram, destarte, em cena, negligenciando as formas específicas de produção e reprodução da vida. São estratégias quem visam estabelecer parâmetros produtivos globais em uma indústria local, com o discurso da valorização do trabalhador e de um “novo momento do Pólo oleiro-cerâmico”, escondendo, assim, a busca pelo controle do capital sobre o trabalho.

Nas reuniões dos Círculos de Controle de Qualidade realizadas quinzenalmente, por exemplo, não são discutidas temáticas que envolvam diretamente o real interesse dos trabalhadores do setor oleiro, como jornada de trabalho, salários e condições de trabalho. Nesses *meetings* são tratados os problemas da empresa que dizem respeito à busca pela qualidade e produtividade. Não há espaço para a discussão em torno da questão da própria adoção das inovações tecnológicas, ou seja, se elas são uma estratégia de organização industrial que realmente precise ser ancorada às empresas do setor oleiro-cerâmico de Iranduba.

Nas entrevistas realizadas, os trabalhadores se queixavam relatando que passavam a maior parte do seu tempo na olaria, e que quando chegavam em casa já estavam muito cansados, sem disposição, portanto, para o convívio com a família ou para realizarem práticas de subsistência, como pesca, caça ou cultivo de algum tubérculo. Esse quadro ainda é agravado pelo fato da extensão do trabalho oleiro nos fins de semana. Como as olarias “pagam dobrado” pelo dia de trabalho aos sábados e domingos, é comum ver trabalhadores que, em face da oportunidade de se obter um dinheiro a mais, estendem os dias *dentro do trabalho* também nos fins de semana. Nas palavras de um desses “homens do barro”: “ (...) *como o pagamento mensal é pouco, a gente tem que sacrificar um pouco da família para ganhar um dinheiro a mais*” (Pesquisa de campo, 20. Nov. 2010).

É esse o processo em que o capital visa extirpar as experiências dos indivíduos enquanto sujeitos em circunstâncias históricas singulares, buscando, dessarte, anular suas “narrativas” de vida, seu modo de organização do tempo dentro e além da fábrica, estabelecendo mecanismos de *comprometimento* do “colaborador” para com o *projeto* de empresa da qual ele é “parte” substancial.

O que se observa é uma lógica que tem como proposição a micro-universalização de ideais produtivos mundiais, e que assumem, portanto, contornos pragmáticos no setor oleiro, ou seja, a tentativa de organizar os trabalhadores em torno da empresa, não em torno de si mesmos. O número, por exemplo, de pessoas que podem participar das reuniões do Círculo de Controle de Qualidade é definido pela gerência, ou seja, uma decisão vertical que visa horizontalizar resoluções tomadas pelo próprio setor administrativo, embora o discurso seja de que “não existe hierarquia na empresa”.

A hierarquia fica invisível uma vez que, no plano descritivo, o trabalhador passa a ter uma maior participação nas decisões da empresa enquanto um projeto. Contudo, num plano analítico é mais razoável pensar na ideia de uma *concentração sistemática do controle* que busca tornar invisível a hierarquia característica do processo de acumulação capitalista entre força de trabalho e donos dos meios de produção. O processo de hierarquização é refeito, redesenhado. O que se muda não é a estrutura hierárquica, mas a forma como se mostra a organização produtiva, de sorte que a “valorização” do trabalhador não caracteriza o fim da hierarquia, e sim uma nova forma de enevoar as velhas relações entre capital e trabalho.

Referências

ABREU, Suelen. *A empresa oleiro-cerâmica do município de Iranduba*. 2004. Monografia, Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, 2004.

ACERAM (Associação dos Ceramistas do Estado do Amazonas). *Relatório da APL de Base Mineral: “Central de Resíduos”*, 2012.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. *Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: [s.n], 1998.

ANDRADE, Allison Santos de. Modelo japonês e práticas de gestão na indústria de veículos sobre duas rodas no Brasil. In: *Revista Novos Cadernos NAEA*, Belém, v.14, n. 2. p. 141-170, 2011.

ANICER (Associação Nacional da Indústria Cerâmica). *Curso: “A implantação de controles para melhoria da qualidade de produto cerâmico”*. Rio de Janeiro, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CASTRO, Edna (Org.). *Cidades na floresta*. São Paulo: Annablume, 2008.

CHAVES, Saile Wastran Queiroz. *Estudo de mercado da produção de tijolos no município de Iranduba*. Manaus: Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2001. Monografia.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: o fordismo à acumulação flexível*. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LIMA, Jacob Carlos (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

MACIEL, Cleiton Ferreira; VALLE, Maria Izabel de Medeiros. *As inovações tecnológicas no pólo oleiro-cerâmico de Iranduba-AM: um estudo de caso*. Manaus: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, Universidade Federal do Amazonas, 2010. Relatório final.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). *Manual para a indústria de cerâmica vermelha: redução dos desperdícios e maior eficiência no setor: Fascículo 1/ Roberto Segundo Enrique Castro Tapia*. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2010.

SERÁFICO, Marcelo. *Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus*. São Paulo: Annablume, 2011.

SILVA, Marilene C. da. *Metamorfoses da Amazônia*. 1997. Tese (Doutorado) - Departamento de Ciências Sociais/IFCH/Unicamp, Campinas, 1997. Mimeo.

TRINDADE, Pedro. *Análise do desempenho da economia oleiro-cerâmica do município de Iranduba*. Manaus: Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 1999. Monografia.

VALLE, Izabel. *Globalização e reestruturação produtiva: um estudo sobre a produção offshore em Manaus*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Max Weber. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Regozijai-vos na fé: Estudos sobre o sagrado e o profano

Autor: Victor Hugo Neves de Oliveira¹

Resumo

A pesquisa tem por escopo discutir os entrecruzamentos entre devoção e diversão nas ações e significações produzidas pelo corpo em movimento no âmbito do culto; localizando, assim, possibilidades de discursos significativos sobre o ato de fé e(m) festa e analisando as relações entre sagrado e profano nos espaços de arte e religiosidade popular.

Palavras-chave: sagrado, profano, limiar, ritos, cerimônias.

Abstract

The purpose of the research proposal is to discuss intersections between devotion and entertainment in the action and meanings produced by the body in motion within the cult; providing scope for meaningful discourse about the act of faith and the piety ceremonies and looking for relationships between categories of the sacred and the profane in artistic representations and expressions of popular piety.

Key-words: sacred, profane, threshold, rites, ceremonies.

¹ Doutorando em Ciências Sociais (UERJ), Mestre em Ciência da Arte (UFF) e Bacharel em Dança (UFRJ). Professor dos Cursos de Graduação em Dança da UFRJ (biênio 2010-2011). Atualmente Bolsista FAPERJ.

Em seu livro, *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*, Mircea Eliade (1992, p. 14) propõe que “a primeira definição que se pode dar ao sagrado é que ele se opõe ao profano”, apresentando, pois, ambas as categorias da experiência humana no mundo como distintas e contrárias. Segundo o autor, a manifestação do sagrado – aqui designada por hierofania, cujo conteúdo etimológico indica algo de sagrado que se nos revela – instala o *homo religiosus* em um espaço não homogêneo, consistente, qualitativamente diferenciado dos espaços cotidiano-utilitários e em um universo real à medida que “[...] potência sagrada quer dizer ao mesmo tempo realidade, perenidade e eficácia. A oposição entre sagrado/profano traduz-se muitas vezes como uma oposição entre real e irreal ou pseudo-real”(Eliade, 1992, p. 16).

Desse modo, a experiência numinosa (do latim *numen*, “deus”) torna possível ao homem a estruturação de um mundo onde a hierofania revela o real através da irrupção do sagrado e produz uma rotura dos níveis cósmicos, ou seja, possibilidades de trânsito entre a Terra e o Céu que suscitem a passagem de um modo de ser a outro, a comunhão com o Ignoto e representam o desejo de viver em um Cosmos puro e santo, tal como era no princípio, no instante mítico da Criação.

Neste sentido:

[...] o sagrado é o *real* por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida e fecundidade. O desejo do homem religioso de viver no *sagrado* equivale, de fato, ao seu desejo de se situar na realidade objetiva, de não se deixar paralisar pela relatividade sem fim das experiências puramente subjetivas, de viver num mundo real e eficiente – e não numa ilusão (ELIADE, 1992, p. 27).

A instalação do sagrado, portanto, em uma espécie de Cosmos estrutura-se como forma indispensável aos arranjos da religiosidade que integra o homem à natureza devocional, amparando-o, protegendo-o e afastando-o, periodicamente, dos aspectos profanados da vida; a experiência do espaço tal como é vivida pelo homem religioso, por um homem apto a viver a sacralidade do mundo, assume um valor existencial que implica orientação, aquisição de um ponto fixo e a fundação de um espaço qualitativamente diferenciado dos demais; por isso, sobretudo, é que:

[...] a vida religiosa e a vida profana não podem coexistir no mesmo espaço. Para que a primeira possa desenvolver-se, é preciso arranjar-lhe lugar especial do qual a segunda seja excluída. Vem daí a instituição dos templos e dos santuários: são parcelas de espaço reservadas às coisas e aos seres sagrados e que lhes servem de moradias; porque não podem se estabelecer em terra senão com a condição de se apropriar totalmente dela num raio determinado (DURKHEIM, 2008, p. 373).

No entanto, o desejo do homem religioso de mover-se em um mundo numinoso, sua necessidade de existir em um universo total e organizado, ou seja, em um Cosmos, sua tentativa de permanência em estados supraterrrestres, colabora à estruturação não apenas do processo de sacralização do espaço, mas também na organização e inscrição de conteúdos e significados religiosos à dimensão temporal. Assim, apreendemos que o tempo também não é para o homem religioso, nem homogêneo, nem contínuo e, por isso, não se situa na duração temporal ordinária, mas faz-se potencialmente reatualizável e indefinidamente recuperável ou repetível²; portanto:

2 Utilizamos aqui, do termo repetição “não como algo alienante que exclui a capacidade criativa do ser humano, mas como forma de reviver, de resgatar a mitologia e o tempo mítico nas condições sociais de hoje e na perspectiva do novo” (LARA, 2008, p. 28).

[...] a vida religiosa e a vida profana não podem coexistir nas mesmas unidades de tempo. É, pois, necessário destinar à primeira dias ou períodos determinados dos quais todas as ocupações profanas sejam eliminadas [...] Não existe religião nem, por conseguinte sociedade que não tenha conhecido e praticado essa divisão do tempo em duas partes estanques, alternando uma com a outra conforme uma lei variável de acordo com os povos e as civilizações; é até muito provável, como dissemos, que tenha sido a necessidade dessa alternância que levou os homens a introduzirem, na continuidade e na homogeneidade da duração, distinções e diferenciações que ela não comporta naturalmente (DURKHEIM, 2008, p. 373).

Desta maneira, compreendemos que “o tempo sagrado é por sua própria natureza reversível, no sentido em que é, propriamente falando, um ‘tempo mítico primordial tornado presente’ (ELIADE, 1992, p. 59) caracterizando-se, portanto, como um tempo ontológico por excelência, ou seja, um tempo que não se esgota, não muda, não flui. Depreendemos, pois, que:

O homem religioso vive assim em duas espécies de Tempo, das quais a mais importante, o Tempo sagrado, se apresenta sob o aspecto paradoxal de um tempo circular reversível e recuperável, espécie de eterno presente mítico que o homem reintegra periodicamente pela linguagem dos ritos. Esse comportamento em relação ao Tempo basta para distinguir o homem religioso do homem não religioso. O primeiro recusa-se a viver unicamente no que, em termos modernos, chamamos de “presente histórico”; esforça-se por voltar a unir-se a um Tempo sagrado que, de certo ponto de vista, pode ser equiparado à Eternidade (ELIADE, 1992, p. 60).

Deste modo, se para o homem não-religioso o Tempo não pode apresentar nem rotura, nem heterogeneidades, nem deslocamentos entre as modalidades da experiência humana no mundo, para o homem religioso, a duração temporal profana pode ser potencializada periodicamente pela inserção, por intermédio dos ritos, de um Tempo sagrado, não-histórico, estruturado pela cosmogonia³ do eterno retorno.

A extrema facilidade com a qual as forças religiosas se irradiam, se difundem e se confundem às coisas do mundo profanado nada tem, portanto, de surpreendente se avaliarmos sua concepção, formulação e composição como estruturas exteriores às coisas, espaços, tempos e pessoas nas quais elas residem.

Elas não são, com efeito, senão forças coletivas hipostasiadas, ou seja, forças morais; constituem-se das idéias e dos sentimentos que o espetáculo da sociedade desperta em nós, não das sensações que nos vêm do mundo físico. Elas são, portanto, diferentes das coisas sensíveis nas quais as situamos. Podem tomar de empréstimo a essas coisas as formas exteriores e materiais sob as quais são representadas; mas não lhes devem nada daquilo que constitui a sua eficácia. Não se ligam por laços internos aos diversos suportes sobre os quais se colocam; não têm raízes aí; segundo uma expressão que já empregamos e que pode servir para caracterizá-las melhor, *elas lhes são acrescentadas*. Assim, não existem objetos que, com a exclusão de todos os outros, estejam predestinados a recebê-las; os mais insignificantes, os mais vulgares até, podem exercer essa função: são circunstâncias adventícias que decidem quais serão eleitos (DURKHEIM, 2008, p. 389).

Aí, percebemos que sagrado e profano não são propriedades das coisas, mas significações que se estabelecem pelas atitudes dos homens perante coisas, espaços, tempos, pessoas, através

3 Aqui, aplicamos o termo para designar o modelo exemplar da Criação Divina, das ações e mitologias dos santos e o processo de reatualização deste modelo pela ação simbólica dos homens.

de seus processos de ritualização e suas tentativas de transubstancialização da natureza que promovem coisas inertes, tal como pedras, árvores, fontes e sinais visíveis de uma teia invisível de significações.

Todos eles são símbolos, ou pelo menos elementos simbólicos, pois, são formulações tangíveis de noções, abstrações da experiência fixada em formas perceptíveis, incorporações concretas de idéias, atitudes, julgamentos, saudades ou crenças (GEERTZ, 1989, p. 68).

Neste sentido, deduzimos que em um ritual o que se faz não é:

[...] uma veneração da *pedra como pedra*, um culto da árvore como árvore. A pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque são *hierofanias*, porque “revelam” algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado, o *ganz andere*⁴ (ELIADE, 1992, p. 15).

A este respeito, Rubem Alves (1984, p. 26) complementa:

Pão como qualquer pão, vinho como qualquer vinho. Poderiam ser usados numa refeição ou orgia: materiais profanos, inteiramente. Deles não sobe nenhum odor sagrado. E as palavras são pronunciadas: “Este é o meu corpo, este é o meu sangue...” – e os objetos visíveis adquirem uma dimensão nova, e passam a ser sinais de realidades invisíveis.

Esta visão auxilia-nos a compreender a relação estabelecida entre o mundo secular/profano e a utilidade e efemeridade das coisas e aproxima-nos de um entendimento do sagrado como arranjo de fenômenos perenes e sobre-humanos, ou seja, “o que vai além da compreensão e da explicação do homem e o que ultrapassa sua possibilidade de mudá-lo” (CANCLINI, 2006, p. 192). O homem, por isso:

Sente-se ligado às coisas sagradas por laços de profunda reverência e respeito; ele é inferior; o sagrado lhe é superior, objeto de adoração. O sagrado é o criador, a origem da vida, a fonte da força. O homem é a criatura, em busca de vida, carente de força. Vão-se os critérios utilitários. [...]. Sente-se dominado e envolvido por algo que dele dispõe e sobre ele impõe normas de comportamento que não podem ser transgredidas, mesmo que não apresentem utilidade alguma. De fato, a transgressão do critério de utilidade é uma das marcas do círculo do sagrado (ALVES, 1984, p. 61).

O sagrado e o profano se instalam, portanto, não como forças doutrinárias, a despeito de Rubem Alves (1984) afirmar que a essência da religião seja a força (conjugando no termo fé, devoção, respeito e esperança), mas sim como significações e emoções que regulam as relações dos homens com os homens, dos homens com a natureza, dos homens com os deuses; tais significações e emoções, todavia, não derivam de propriedades intrínsecas dos objetos – afinal, “o sagrado [...] não é um valor absoluto, mas um valor que indica situações respectivas” (GENNEP, 1978, p. 32) – mas consistem em atributos elaborados e decodificados pelos próprios sujeitos, o que nos induz a relativizar as estâncias possíveis de manifestação do homem no mundo e nos conduz a apreender possibilidades de trânsito, deslocamento ou fluxo entre as esferas do real e o do irreal; porquanto, como nos informa Durkheim (2008, p. 390):

[...] se as forças religiosas nunca têm lugar próprio, a sua mobilidade torna-se facilmente explicável. Já que nada as vincula às coisas nas quais as

4 A expressão *ganz andere* indica o totalmente outro; manifestando o sagrado um objeto qualquer parece uma outra coisa, sem deixar, entretanto, de ser ele mesmo.

localizamos, é natural que, ao menor contato, escapem, a despeito delas mesmas, por assim dizer, e se propaguem mais adiante. A sua intensidade incita-as a essa propagação a que tudo favorece.

E prossegue:

Por si mesmas, essas emoções não estão ligadas à idéia de nenhum objeto determinado; mas, como se trata de emoções e como elas são particularmente intensas, são também eminentemente contagiosas. Elas se alastram, pois; estendem-se a todos os outros estados mentais que então ocupam o espírito; penetram e contaminam sobretudo as representações nas quais se exprimem os diversos objetos que o homem, no momento, tem nas mãos ou sob os olhos: os desenhos totêmicos que cobrem o seu corpo, os *bull-roares* que faz ressoar, os rochedos que o circundam, a terra em que pisa etc. É assim que esses objetos assumem valor religioso que, na realidade, não lhes é inerente, mas lhes é conferido do exterior (DURKHEIM, 2008, p. 390-391).

Ora, se sagrado e profano são experiências com possibilidades de re-localização, trânsito e circulação – à medida que são elaboradas pelos homens e podem ter suas estâncias relativizadas – é possível pensarmos em perfis interativos, entre estes campos, articulados por diálogos e confrontos, combinações e resistências, que conquanto instaurem uma solução de continuidade entre estas modalidades da experiência ritual não necessariamente as anula, tampouco as extingue: eis o limiar.

O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – e o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado (ELIADE, 1992, p. 24).

E, com efeito, é quase impossível que o sagrado consiga concentrar-se de modo absoluto, irrestrito e hermético em ambientes espaciais e temporais que lhes são atribuídos; é inevitável que haja um vazamento que indique tanto um estado de isolamento e mútua oclusão quanto um caráter de extraordinária contagiosidade e fugacidade entre sagrado e profano; desta maneira:

[...] por uma espécie de contradição, o mundo sagrado parece tender, por sua própria natureza, a se propagar nesse mesmo mundo profano que, por outro lado, exclui: ao mesmo tempo que o repele, tende a derramar-se sobre ele assim que se aproximam (DURKHEIM, 2008, p. 384).

Aí, apreendemos que se produz uma rotura de nível que abre espaço à comunicação e possibilita a passagem, de ordem ontológica, de um modo de ser a outro, promovendo destacamentos e integrações, oposições e junções, saliências e inibições, traços ambíguos de perfis, a priori, significativamente diversos e opostos. Este espaço limiar – qual a pele ou a membrana dos organismos vivos que serve ao intercâmbio do mundo interior com o exterior, através de suas porosidades, formando uma unidade complexa indivisível que caracteriza a presença do homem no mundo, ou ainda como o osso que promove o intercâmbio entre as camadas mais íntimas de nosso ser e os arranjos de cadeias musculares – engendra espaços limítrofes, onde sagrado e profano se encontram, confundem e fecundam campos difusos e indeterminados no espaço entre: o cenário da intertransponibilidade.

O limiar, a porta, *mostra* de uma maneira imediata e concreta a solução de continuidade do espaço; daí a sua grande importância religiosa, porque se trata de um símbolo e, ao mesmo tempo, de um veículo de *passagem* (ELIADE, 1992, p. 25).

Esta visão teleológica⁵ do limiar conjugada à sua multivalência simbólica possibilita-nos perceber uma extensão do conteúdo essencial e, por isso, profundo do sagrado e do profano e permite-nos, sobretudo, apresentar e desenvolver reflexões acerca das novas e possíveis estruturas de relação entre o real e o irreal que como eventos fomentam traços de oposições complementares e contrastes em novas harmonias a partir da festividade e da fantasia – categorias limiarias que transcendem o hiato entre sagrado e profano e estabelecem a afirmação jogresca e imaginosa às situações da vida consideradas radicalmente contrárias, reunindo através da conjugação de seus elementos aspectos do real e do irreal.

Esta reunião nos induz a crer que “entre outras coisas, é o homem em sua verdadeira essência, um *homo festivus* e *homo phantasia*. Celebrar e imaginar são partes integrantes de sua humanidade (COX, 1974, p. 20) e, por isso, sem estas potências, que vinculam o homem ao passado e ao futuro em presença, este não seria um ente-histórico.

Assim, compreendemos que a festividade habilita o homem a ampliar seu quadro de experiências (re)vivendo eventos do passado e atualizando a cosmogonia exemplar através da remodelação de símbolos presentes; esta capacidade, entretanto, de relacionar o homem ao passado não é elaborada tão somente por nossa capacidade intelectual, mas pelo exercício da ação; afinal “o passado não se revoca recordando-o apenas, mas revivendo-o” (COX, 1974, p. 18).

Neste espaço de re-validação do pretérito, apreendemos a festividade “como uma ocasião socialmente aprovada para expressar sentimentos normalmente reprimidos ou negligenciados” (COX, 1974, p. 26) cuja composição essencial abarca três elementos: 1) excesso consciente; 2) afirmação celebrativa; 3) justaposição, que propicia-nos, respectivamente a dispensa das convenções sem o elemento das infrações, ou seja, “o comportamento é dominado pela liberdade decorrente da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora” (DAMATTA, 1997, p. 49), o prazer e alegria da ação e a manifestação dos contrastes entre celebração e o espaço/tempo ordinário que nos permite apreender, de modo mais apurado, o estado das coisas que nos cercam, num processo de reconhecimento nítido entre o domínio do cotidiano e o universo dos acontecimentos extracotidianos.

É por isso que a própria idéia de cerimônia religiosa de alguma importância desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa quando, por suas origens é puramente leiga, apresenta determinadas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos, tem como efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim estado de efervescência, às vezes até de delírio que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si mesmo, distraído de suas ocupações e de suas preocupações ordinárias. Assim, de ambas as partes, observam-se as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que restaurem o nível vital etc. Observou-se muitas vezes que as festas populares levam a excessos, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito; o mesmo se dá com as cerimônias religiosas que determinam como que uma necessidade de violar as regras normalmente mais respeitadas (DURKHEIM, 2008, p. 456).

Por sua vez, a fantasia possibilita ao homem alargar as fronteiras do futuro, aproximando-nos através dos devaneios à dimensão do porvir sem precauções e/ou reticências; sua manifestação plena – como conjunto de aspectos estéticos, emocionais e simbólicos da vida humana – não se dá, todavia, tão somente pela preparação do futuro, mas conjurando-o e desvelando-

5 Termo proveniente do vocábulo grego *telos* que significa fim, propósito.

-o. Daí, apreendermos na fantasia elementos de arte e de criatividade consciente, atributos de invenção e inovação, aspectos opostos a unidades espúrias.

A fantasia é, no sentido que eu emprego o vocábulo, “imaginação avançada”. A fantasia não conhece barreiras. Não apenas suspendemos as normas de conduta social, mas toda a estrutura da “realidade” de cada dia. Pela fantasia não só nos transformamos em nosso próprio ser ideal, mas em gente totalmente diferente da que somos. Abolimos os limites de nosso poder e de nossa percepção. Pairamos no ar (COX, 1974, p. 66).

E, de fato:

A imaginação criativa é muito mais rica do que as imagens; ela não consiste na habilidade de evocar impressões sensoriais e não se restringe a preencher as lacunas do mapa oferecido pela percepção. É chamada “criativa” porque consiste na habilidade de criar conceitos e sistemas conceituais que podem não encontrar nenhum correspondente nos sentidos [...] e também porque suscita idéias não-convencionais (TURNER, 2008, p. 45-46).

A fantasia, portanto, se apresenta aqui como a transmutação de formas e símbolos familiares e a elaboração de impulsos e idéias que irrompem o estado presente, cooperando ativamente no processo de transcendência do mundo e sublimidade da existência, desafiando todos os cânones existentes sobre o útil e o real e favorecendo, deste modo, estados de hibridação e relações entre o sagrado e o profano.

Com efeito, ainda que, como definimos, o pensamento religioso seja algo completamente diferente de um sistema de ficções, as realidades às quais ele corresponde só chegam, no entanto, a se exprimirem religiosamente se a imaginação as transfigura [...]. O mundo das coisas religiosas é, portanto [...] mundo parcialmente imaginário e que, por essa razão, presta-se mais facilmente às livres criações do espírito (DURKHEIM, 2008, p. 454).

Nesta perspectiva, percebemos que o ritual ao propiciar forma e ocasião à expressão da festividade e da fantasia, por intermédio do movimento, gesto, canto, dança, invenção e criação, desempenha papel fundamental à articulação e expressão de estruturas limiaries que permitem aos homens conviverem periodicamente na presença dos deuses, participando dos valores da religiosidade e da santidade do mundo, através do riso, da festa, do pagode e(m) ação.

Desta maneira, o caráter cerimonial do rito articula-se como drama, ou seja, ação constituída pela força coletiva onde o que é fundamental é que os indivíduos estejam reunidos, sentimentos comuns sejam experienciados e estes se expressem por atos compartilhados em um processo de partilha do sensível⁶.

O ritual é um *dromenon*, isto é, uma coisa que é feita, em ação. A matéria desta ação é um *drama*, isto é, uma vez mais um ato [...] O rito, ou “ato ritual”, representa um acontecimento cósmico, um evento dentro do processo natural [...] O ritual produz um efeito que, mais do que figurativamente mostrado, é realmente reproduzido na ação. Portanto, a função do rito está longe de ser simplesmente imitativa, leva a uma verdadeira participação no próprio ato sagrado (HUIZINGA, 1990, p. 18).

A perspectiva do ritual como evento re-atualizado, dentro do processo natural, a identificar-se com um acontecimento cósmico, auxilia-nos a perceber o agenciamento entre a substância da

6 “Partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em quinhões. Uma partilha do sensível é, portanto, o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum partilhado e a divisão de partes exclusivas” (RANCIÈRE, 2009, p. 07).

devoção e a textura da diversão – que inclinam os homens a executarem determinados atos e a experimentarem certas espécies de sentimentos através do reconhecimento de conceitos, concepções e disposições que participam de uma ordem de existência geral e coletiva – e a partir da promoção deste encontro apreender a exibição de fenômenos consagrados destinados a provocar admiração e respeito pelos ideários religiosos.

É no ritual – isto é, no comportamento consagrado – que se origina de alguma forma essa convicção de que as concepções religiosas são verídicas e de que as diretivas religiosas são corretas. É em alguma espécie de forma cerimonial – ainda que essa forma nada mais seja que a recitação de um mito, a consulta a um oráculo ou a decoração de um túmulo – que as disposições e motivações induzidas pelos símbolos sagrados nos homens e as concepções gerais da ordem da existência que eles formulam para os homens se encontram e se reforçam umas às outras (GEERTZ, 1989, p. 82).

Aí, portanto, apreendemos o drama como ação em um mundo (com)partilhado simbolicamente, cuja estruturação se funde à motivação da elaboração dos atos rituais. Em verdade, o rito não possui essência diferente do mundo que nos cerca, mas corresponde, sobretudo, a (trans) e (con)substancialização de nosso entorno e sistemas habituais de crença, funcionando como um aspecto das relações sociais, onde “o princípio sagrado outra coisa não é senão a sociedade hipostasiada e transfigurada” (DURKHEIM, 2008, p. 416). Por isso, o “mundo do sagrado não é uma realidade do lado de lá, mas a transfiguração daquilo que existe do lado de cá” (ALVES, 1984, p. 98-100).

Nesse sentido, o estudo dos rituais não seria um modo de procurar as essências de um momento especial e qualitativamente diferente, mas uma maneira de estudar como os elementos triviais do mundo social podem ser deslocados e, assim transformados em símbolos que, em certos contextos, permitem engendrar um momento especial ou extraordinário (DAMATTA, 1997, p. 76).

Depreendemos, pois, que a matéria-prima do mundo ritual é a mesma que garante plasticidade à vida diária e que entre elas as diferenças são apenas de grau não de qualidade; o rito, portanto, estrutura-se como a permanência que se realiza, contraditoriamente, na passagem e, por isso, é limiar, espaço/estágio intermediário entre profano e sagrado, plano irreal e realidade.

Neste caminho, podemos analisar o corpo que dança, em contexto ritual, como lugar de atravessamentos dos conteúdos sagrados e profanos, espaço próprio à manifestação da cosmogonia, ou melhor, à atualização do “eterno retorno” da Criação Numínosa. Isto porque o pensamento religioso se exprime a partir da transfiguração da imaginação, afinal “as entidades religiosas são entidades imaginárias” (ALVES, 1984, p. 30), processos gerados pelas livres combinações do espírito, que nos induzem a compreender melhor a natureza do culto, à medida que evidenciam um importante elemento do rito: a estética.

Considerando, pois, que o “objeto estético tem em primeiro lugar uma existência física” (VÁZQUEZ, 1999, p. 115) apreendemos, nestas celebrações da devoção em atos de diversão, a fé qual abstração adimensional a concretizar-se tridimensionalmente no corpo que dança e cultua a Vida e compreendemos a possibilidade de o corpo tornar-se lócus da hierofania; afinal “a espiritualidade não impede nem contradiz a corporalidade e a estética” (PAVIS, 2010, p. 262).

Dançando os indivíduos podem estabelecer o seu modo de existir, de viver e de se relacionar com o mundo, renovando-se. Têm a possibilidade de efetivar todas as interações possíveis, intensificando as relações sociais, as criações, o potencial comunicativo, retornando ao tempo sagrado (LARA, 2008, p. 45).

A este respeito, Durkheim (2008, p. 455) nos informa:

Assim, a religião não seria ela mesma se não deixasse algum espaço para as livres combinações do pensamento e da atividade, ao jogo, à arte, a tudo o que recreia o espírito cansado por aquilo que há de demasiado pesado no labor cotidiano: as próprias causas que a trouxeram à existência determinam esta necessidade. A arte não é apenas ornamento exterior com que o culto se revestiria para dissimular o que pode ter de muito austero e de muito rude; mas, por si mesmo, o culto tem algo de estético.

O corpo inserido em um contexto ritual é o estágio intermediário que possibilita a passagem entre a porta que distingue e relaciona o mundo profano e o sagrado, concretizando “tanto a delimitação entre o ‘fora’ e o ‘dentro’, como a possibilidade de passagem de uma zona a outra” (ELIADE, 1992, p. 146) que através da atualização das atividades simbólicas rearranjam a trama social organizando um universo que abriga homens e deuses, festa e devoção, folia e oração numa situação alternada e indissolúvel que promove e estrutura o ritual; tal estado de indissolubilidade, que nos aponta incoerências e ambivalências, se reflete não apenas nas práticas devotas, mas também no imaginário coletivo, onde percebemos que o mundo para os devotos (em especial àqueles que se prestam a modos inconscientes de atividade ritual) é percebido:

[...] como uma teia de forças em iteração, forças de diferentes tipos e intensidades que tendem ao equilíbrio. Num universo sacralizado, qualquer ação do homem ganha caráter ritual, direcionando-se para equilibrar a sua força vital com as demais energias do Cosmo. E convivem em *continuum* o mundo dos homens, da materialidade, e o mundo invisível, dos ancestrais e divindades. Sendo, pois, a vivência do sagrado total e quotidiana, ela não exclui as emoções humanas, o prazer e a alegria: a fé com festa que tanto intriga aos cronistas (DIAS, 2001, p. 866).

A devoção como atividade lúdica estrutura-se, então, como um misto de fé e(m) festa, em processo de completude (fundador dos rituais representativos, como ilustração e transfiguração coletiva da vida social) que nos habilita analisar não uma simples transferência de valores do real para o irreal ou o reverso, mas, sobretudo celebrar o hibridismo, a impureza, a mistura, a (trans)formação originária de combinações, diálogos e reconciliações dos contrários – *coincidentia oppositum*; assim:

Mesmo com suas especificidades, os opostos são necessários e interdependentes, pois o sagrado não seria o que é sem o profano, o qual não sobreviveria sem a atuação do sagrado. A reciprocidade é, portanto, necessária e fundamental (LARA, 2008, p. 40).

A reunião destes elementos aparentemente incongruentes; a capacidade de emparelhar, há um tempo, modos de ser, à primeira vista, contraditórios; o conagraçamento matiz a matiz dos símbolos e poderes de uma esfera sagrada à outra profanada auxilia-nos a descobrir o elemento lúdico que existe e, potencialmente, se estabelece em estados tão graves como a fé e nos habilita a perceber o estreito parentesco entre riso e oração através da brincadeira. “E brincar significa literalmente ‘colocar brincos’, isto é, unir-se, suspender as fronteiras que individualizam e compartimentalizam grupos, categorias e pessoas” (DAMATTA, 1997, p. 62).

A propósito Rahner (*apud* COX, 1974, p. 152) complementa:

Brincar é entregar-se a uma espécie de magia, encenar para si o totalmente outro, antecipar o futuro, fazer de mentiroso o abominável mundo dos fatos [...] o espírito se prepara a aceitar o inimaginado e inacreditável, a entrar num mundo onde valem leis diferentes, a ser aliviado de todos os pesos que o oneram, a ser livre, régio, descontraído e divino.

Ante esta perspectiva, apreendemos nítidas evidências a corroborarem, através de diversos ângulos, à familiaridade entre o riso e a oração; ambos estabelecem a suspensão de fronteiras, nos direcionam a um espaço/tempo sublimado e a estados de entendimento que não se circunscrevem ou limitam ao mundo dos fatos. O riso, portanto, se enraíza na oração e esta, por sua vez, se desdobra naquele; ambos são formas lúdicas.

É coisa estranha que a teologia cristã tenha perdido durante tantos anos o seu senso do cômico. Dante, talvez o maior poeta cristão de todos os tempos, não foi sem razão que batizou sua obra-prima de *Divina Comédia*. Dom Quixote, criação da consumada imaginação de Cervantes, é, sem dúvida, uma figura cômica, no mais amplo sentido do termo. Na época em que esses homens escreveram, os escultores cinzelavam, nas catedrais, carrancas, e os pintores debuxavam quadros dum Deus criança, sentado no colo da mãe e brincando com o globo terrestre. *Deus Ludens* é o Deus que brinca. Faz piscadelas aos homens, sua criatura-séria-demaís, abrindo-lhe a dimensão cômica de tudo isso (COX, 1974, p. 156).

A festividade e a fantasia, portanto, estruturas limiáres que congregam o sagrado e o profano na elaboração dos rituais representativos projetam na autenticidade do riso e da oração, através da ludicidade e esperança, a voz da fé. O fundamento do humor está diretamente relacionado à disposição religiosa, pois é ele que põe à mostra o quanto se reduzem as coisas terrenas e humanas, sob a medida de Deus, fomentando nos homens a necessidade de participação na luta por um mundo mais justo e fraterno de modo equilibrado e são, a partir dos dispositivos da sacralidade do corpo profanado ou dos agenciamentos profanos do corpo em ação de graça.

O corpo, pois, como arcabouço da fé ou substrato da festa representa e descobre o estreito parentesco entre atividade lúdica e religião, promovendo associações e similaridades entre os aspectos sociais do complexo sagrado-profano. Desta maneira, percebemos que a fé encontra no riso a possibilidade de comunicar e estender seus fundamentos e a estrutura da força coletiva, induzindo o homem a mover-se e, sobretudo, comover-se à compreensão dos fenômenos do mundo comum, orientando-lhes, por esta via, à compreensão do mundo trans-humano e a celebração do Ser Supremo.

A palavra celebrar quase diz tudo: o ato sagrado é celebrado, isto é, serve de pretexto para uma festa. A caminho dos santuários, o povo prepara-se para uma manifestação de alegria coletiva. As consagrações, os sacrifícios, as danças e competições sagradas, as representações, os mistérios, tudo isto vai constituir parte integrante de uma festa. Pode acontecer que os ritos sejam sangrentos, que as provas a que é submetido o iniciado sejam cruéis, que as máscaras sejam atemorizantes, mas tudo isso não impede que o ambiente dominante seja de festividade, implicando a interrupção da vida cotidiana (HUIZINGA, 1990, p. 25).

No terreno da celebração, as fronteiras entre a festa e o ritual se dissolvem no campo da atividade e do movimento, eliminando nódulos inseridos entre tais representações coletivas e fomentando um estado de compartilhamento onde ideais e práticas adquirem fluidez e ductilidade possibilitando, assim, a construção de uma contigüidade orgânica entre as formas de expressão social, através da dança, da música, da cena, do corpo.

Deste modo, inferimos que o corpo que dança nos rituais promove a partir da prática gestual, programada pelos mecanismos da fantasia e da festividade, o estabelecimento dos traços sincréticos e relações hibridizadas entre sagrado e profano; o homem funda ontologicamente as estranhezas (ou seja, o lugar em que as oposições, as contrariedades, as dualidades, os

opostos se transformam uns nos outros, fundindo-se e confundindo-se) em seu ser, instituindo aí o binômio fé e(m) festa e estruturando o (des)aparecimento dos contornos da Vida no entre.

Esta religiosidade onde a alegria é o principal ingrediente da fé, numa vivência sagrada impregnada de lúdico promove soluções plásticas e tramas fluidas às relações do homem no mundo, transformando o ato devocional não em estrutura oposta ou separada da vida social, mas, sobretudo como essência, âmago, cerne de nossa existência em sociedade, aquilo que nos permite perceber o que somos, quem somos e como somos: limiares.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. *O que é Religião*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2006.

COX, Harvey. *A Festa dos Foliões*. Petrópolis: Vozes, 1974.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIAS, Paulo. A Outra Festa Negra. In: JANCSON, István (Org.). *Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EdUSP, 2001.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulus, 2008.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: O Jogo Como Elemento da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LARA, Larissa Michelle. *As Danças no Candomblé: Corpo, Rito e Educação*. Maringá: Eduem, 2008.

PAVIS, Patrice. *A Análise dos Espetáculos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: Estética e Política*. São Paulo: EXO, 2009.

TURNER, Victor. *Dramas, Campos e Metáforas: Ação Simbólica na Sociedade Humana*. Niterói: EdUFF, 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Convite à Estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1999.

Vivendo a Vida Rapina: considerações sobre a presença das mulheres bóias-frias do caminhão de turma na literatura de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho

Ettore Dias Medina¹

Resumo: este artigo investiga a presença das mulheres boias-frias do caminhão de turma no poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, e nos contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço”, do jornalista e escritor Murilo Carvalho. Os temas figurados nas obras literárias – a vestimenta, a vergonha, a violência de gênero e o aborto – são contextualizados por trabalhos da etnografia e sociologia empírica voltados às trabalhadoras boias-frias. A interpretação dos temas figurados nas obras literárias está baseada em categorias da teoria literária, história, filosofia e psicanálise. Tenho por hipótese que as obras literárias investigadas podem ser lidas através da perspectiva da literatura de testemunho.

Palavras-chave: mulheres boias-frias, literatura de testemunho, realidade social, Carlos Rodrigues Brandão, Murilo Carvalho.

Abstract: This paper investigates the presence of women seasonal farm workers outfit truck in the poem “Women of the outfit truck (proletarian conditions of body and clothes)”, of the anthropologist Carlos Rodrigues Brandão, and the short stories “Crying in silence” and “To pay the price”, of the journalist and writer Murilo Carvalho. The themes figured in literary works - the dresses, the shame, the gender violence and abortion - are contextualized by the work of ethnography and empirical sociology aimed at seasonal farm workers. The interpretation of figurative themes in literary works is based on categories of literary theory, history, philosophy and psychoanalysis. My hypothesis is that literary works investigated can be read from the perspective of the literature of testimony.

Keywords: women seasonal farm workers, literature of testimony, social reality, Carlos Rodrigues Brandão, Murilo Carvalho.

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara – SP, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. ettoremedina@yahoo.com.br

Introdução

Viver onde a vida é tão rapina. Esta frase sintetiza o avançado grau de precarização da existência enfrentado pelos trabalhadores rurais conhecidos como boias-frias. A situação de boia-fria remete à individualização do trabalho de colonos, parceiros, moradores, pequenos arrendatários e sitiantes. Estes tipos de relações sociais foram impossibilitados pelo processo de modernização das relações de trabalho e uso da terra no campo iniciado na década de 1960.

Na situação anterior ao processo de modernização o trabalhador rural vivia na propriedade de terra onde trabalhava, podendo repartir o tempo de trabalho entre a produção para o comércio – ou para o proprietário da terra, dependendo do tipo de relação – e a produção de subsistência. Desta última conseguia uma variedade de alimentos que serviam para seu próprio consumo e possibilitavam a criação de uma indústria doméstica. Além disso, as relações de trabalho e também a vida cotidiana dos trabalhadores eram permeadas por traços comunitários.

Com a modernização do campo os trabalhadores rurais passam a ser expulsos da terra sem direitos ou garantias, enfrentando uma realidade nova e hostil. Os laços familiares e coletivos, e também a indústria doméstica são brutalmente transformados, chegando a serem dissolvidos. Os trabalhadores rurais adentram a sociedade de mercado pela porta dos fundos, tendo de se adaptar a uma condição onde os elementos básicos para a reprodução da existência são mercadoria. A monetarização da existência se reflete no surgimento de gastos antes inexistentes, como o aluguel da casa e a compra de produtos e gêneros alimentícios que antes provinham do próprio trabalho.

As mulheres foram as maiores vítimas desse processo. Nas relações sociais anteriores ao processo de modernização do campo, a situação da mulher já era precária. Sua jornada de trabalho era maior que a do homem, estando enlaçada à partilha do tempo entre o trabalho doméstico, o trabalho na lavoura e a postura do homem com quem vivia. Com a individualização do trabalho decorrente do processo de modernização do campo, sua situação piora.

Lançadas no mundo trabalho, as maiores dificuldades das mulheres não estão ligadas ao trabalho propriamente dito: já estão acostumadas a ele, desde crianças. As dificuldades encontradas deveram-se a dois fatores: a alteração da concepção de tempo de trabalho, que passa a ser submetido à racionalidade da empresa capitalista; e a submissão a novas formas de controle e dominação, que deixam de ser centradas na figura do pai ou do marido – arquétipos da dominação masculina –, passando a centrar-se nas figuras do feitor, fiscais, “gatos” e empreiteiros, figuras do espaço público (SILVA, 1992, p.152).

A mencionada alteração da concepção do tempo de trabalho tem por correlato uma alteração no espaço do trabalho. A trabalhadora rural é obrigada a “pegar” o caminhão de turma, que passa a ser o único meio de acesso ao espaço de trabalho. Este, por sua vez, torna-se um obstáculo a ser enfrentado. Se antes a trabalhadora rural convivia com familiares e vizinhos, agora a mulher boia-fria será obrigada a trabalhar no eito com a turma. Esta situação foi analisada por Verena Martinez-Alier no trabalho etnográfico “As mulheres do caminhão de turma”, realizado nos anos 1970 em uma fazenda próxima à cidade de São Paulo:

Os caminhões são o que nesta área se chama de caminhão de turma. As pessoas transportadas são chamadas coletivamente de turma. Individualmente são conhecidas pelo público e denominadas pela imprensa como volantes ou bóias-frias, supostamente porque, por um lado, elas não têm lugar fixo de trabalho e, por outro, porque a comida que trouxeram consigo já está fria na hora em que comem. O motorista, e frequentemente proprietário do caminhão, é chamado de turmeiro (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.71).

Após serem expulsos da terra, a maioria desses trabalhadores passou a viver na periferia das pequenas cidades, tornando-se alvo da figura do turmeiro. Este sujeito recruta os trabalhadores e os transporta de caminhão diariamente para a fazenda, sendo responsável por fiscalizar o trabalho e realizar os pagamentos. “O turmeiro é mediador entre os trabalhadores e a fazenda” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.71).

A discussão que ora apresento tem por objetivo contribuir para a investigação das relações sociais e condições de existência vivenciadas pelas mulheres boias-frias do caminhão de turma. No entanto, optei por abordar a vida difícil dessas mulheres partindo de um viés pouco discutido, a presença da mulher bóia-fria na literatura. As análises se voltam para o poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, e para os contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço”, do jornalista e escritor Murilo Carvalho.

Além da questão temática que perpassa o poema e os contos escolhidos, os livros “Diário de campo, a Antropologia como Alegoria”, de Carlos Rodrigues Brandão, e “A cara engraçada do medo”, de Murilo Carvalho apresentam semelhanças em seu processo de produção. Os dois escritores lançaram mão da escrita literária para abordar aspectos de uma realidade com a qual conviveram pessoalmente. Vejamos como Carlos Rodrigues Brandão reagiu ao contato com as mulheres do caminhão de turma:

Por exemplo, em todos os dias menos os domingos as mulheres “bóia-fria” dos caminhões “de turma” desembarcavam aos bandos nos bairros “de baixo” em Itapira. Elas vinham vestidas com roupas sujas do trabalhador volante e traziam anexos de sacolas e facões do corte de cana. Cobertas dos pés à cabeça de lonas, panos e palhas, algumas deixavam de fora só o vão dos olhos. Eu vi aquelas mulheres muitas vezes enquanto estive pesquisando lá. Nas tardes mansas de domingo conversei com duas ou três. A roupagem de guerrilhas daquelas moças é ao mesmo tempo trivial, gigantesca e terrível. Mulheres-marias com facões e armaduras andando nas ruas de terra de uma cidade em São Paulo (BRANDÃO, 1982, p.11, grifos do autor).

O antropólogo diz não ter encontrado uma maneira de anotar seus repetidos encontros com as mulheres bóias-frias em seus cadernos de campo, o que o levou a recorrer à escrita literária. Desta maneira não precisaria explicar o que compreendia, passando a esforçar-se em compreender o que sentia. O poema o livrou do rigor da teoria, e se mostrou como “*um modo menos ortodoxo de dizer não tanto a situação vista, mas o sentimento de vê-la*” (BRANDÃO, 1982, p.12, grifos do autor).

Murilo Carvalho publicou um grande número de reportagens sobre trabalhadores do campo e da cidade no jornal “Movimento”. Muitas destas reportagens foram publicadas em 1976 na coletânea “Estórias de trabalhador”, inclusive reportagens sobre os trabalhadores boias-frias. Em relação ao livro de contos, destaco a seguinte passagem de sua capa: “Os treze contos que constam de *A cara engraçada do medo* são fruto de trabalho de três meses junto aos boias-frias em Minas, São Paulo e Paraná” (CARVALHO, 1978, grifos do autor). Esta passagem sugere um trânsito no tipo de registro utilizado para abordar os trabalhadores boias-frias, em um processo semelhante ao que ocorreu a Carlos Rodrigues Brandão. Acredito que Murilo Carvalho trocou o texto jornalístico – que é pautado pela descrição e objetividade – pela escrita literária porque esta permite o uso da imaginação e possibilita expressar aspectos do cotidiano dos trabalhadores boias-frias que não caberiam nas reportagens.

A forma pela qual esses escritores retrataram as trabalhadoras boias-frias tem semelhanças

com a face da literatura conhecida como literatura de testemunho². Uma das características desta forma de produzir literatura é revelar algo que está oculto, dando visibilidade e voz para sujeitos que não têm acesso aos espaços “legítimos” de produção cultural e literária. Além disso, a literatura de testemunho reivindica uma relação com o mundo extraliterário, estabelecendo um novo tipo de compromisso com o real. Assim, as relações entre literatura e realidade são redimensionadas, havendo um entrecruzamento entre literatura e mundo fenomênico. Parto da hipótese de que o poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”, e os contos “Chorar em silêncio” e “Pagar o preço” podem ser lidos pela perspectiva da literatura de testemunho, pois existe um teor testemunhal nestas obras.

As proximidades entre as obras literárias escolhidas e a literatura de testemunho tornam-se mais visíveis quando exploramos a postura dos dois escritores. “Em latim pode-se denominar o testemunho com duas palavras: *testis* e *superstes*”³ (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.373, grifos do autor). O posicionamento de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho em relação aos aspectos da realidade literariamente retratados tem afinidades com a noção *testis*. Segundo Márcio Seligmann-Silva (2006), esta palavra indica o depoimento de um terceiro em um processo. Não sendo trabalhadores boias-frias, Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho chamam para si a responsabilidade de apresentar e discutir a situação de opressão e sofrimento que aqueles trabalhadores experimentam. Agindo assim, os escritores em questão realizam uma espécie de enfrentamento jurídico com o real, como se sua produção literária fosse portadora de uma verdade que deve ser desvelada. Visando compreender as relações entre as obras literárias e a literatura de testemunho, lancei mão de reflexões, artigos e ensaios sobre esta face da literatura.

Também compõem a metodologia uma aproximação entre as obras literárias e trabalhos de ciências sociais voltados para as condições de vida das mulheres boias-frias. Os trabalhos de antropologia e sociologia empírica foram fundamentais para a contextualização das situações apresentadas nas obras literárias, enriquecendo a mediação entre literatura e realidade social. A escolha de categorias de outras disciplinas como a teoria literária, a história, a filosofia e a psicanálise surgiu em decorrência dos temas abordados. Em outros termos, as obras literárias tiveram centralidade. As teorias foram escolhidas a partir dos problemas concretos suscitados pela investigação.

2 A literatura de testemunho é uma maneira encontrada pelos escritores para lidar com acontecimentos que envolvam violência grave. Esta face da literatura tem o *testimonio* latino americano e os estudos sobre a *shoah* como suas principais vertentes. A primeira vertente remete a trabalhos realizados por antropólogos, jornalistas e outros intelectuais solidários que captam ou registram o discurso de sujeitos que passaram por acontecimentos radicais como a violência causada pelas ditaduras militares na América Latina, ou pela dominação imperialista que oprimiu e chacinou populações indígenas e afrodescendentes. O *testimonio* latino americano visa dar voz e visibilidade a sujeitos que não têm acesso aos espaços de produção cultural e literária. Como diz Valéria De Marco, existe no *testimonio* latino americano um “vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea” (MARCO, 2004, p.45). Por isso, esta vertente da literatura de testemunho acaba funcionando como um espaço de resistência que possibilita a emergência de um ponto de vista que se coloca em oposição à história oficial. Já no caso dos estudos sobre a *shoah*, os relatos de sobreviventes dos campos de concentração nazistas tem centralidade. Atualmente outras literaturas, como a africana, e também os relatos de sujeitos encarcerados no Brasil têm sido lidos pelo viés do testemunho.

3 A palavra *superstes* “indica a pessoa que passou por uma provação, o sobrevivente” (SELIGMANN-SILVA, 2006, p.374). Esta noção será explorada em outro momento deste artigo.

A roupa, a identidade e a vergonha de ser boia-fria

Viver onde a vida é tão rapina. É com este verso que Carlos Rodrigues Brandão inicia seu poema “As mulheres do caminhão de turma (*situações proletárias de corpo e de roupa*)”. Ele é composto por nove estrofes, e cada uma delas pode ser pensada como uma distinta reflexão do eu lírico sobre as mulheres boias-frias. Diferentemente das outras, a primeira estrofe é composta apenas pelo verso citado, causando estranhamento no leitor. Aqui, o verbo “viver” remete à configuração do conjunto de condições, situações e práticas que permitem ao sujeito reproduzir sua própria existência, ou a própria vida. No verso em questão, o substantivo “vida” é aproximado do advérbio “onde”. No entanto, os outros momentos do poema mostram que esse advérbio remete a um local, mas também a uma situação social específica imposta pelo tipo de trabalho realizado. A vida em questão é qualificada pelo adjetivo “rapina”, ou seja, uma forma de roubo praticada com violência. Esta caracterização negativa da vida é exagerada pelo advérbio “tão”, reforçando as dificuldades da situação mencionada.

Esta escolha composicional do poeta sugere que aquele verso e o conjunto de significados que ele traz posicionam o leitor frente a grande opressão que perpassa a vida das trabalhadoras boias-frias, que é poeticamente investigada nas outras estrofes. Através dos recursos possibilitados pela linguagem poética, Carlos Rodrigues Brandão tece considerações sobre os momentos que perpassam o itinerário de trabalho daquelas mulheres, como o despertar em plena madrugada e o retorno ao lar no fim da tarde. Em sua primeira aparição no poema, as mulheres do caminhão de turma são focalizadas no local de trabalho, em plena atividade.

No corte bruto da cana queimada de antevéspera
as mulheres-do-caminhão-de-turma se cobrem de tal modo
de sapato de homem, chapéu, calça, camisa e saia grossa,
que da pessoa visível da mulher trabalhadora
fica de fora apenas a frágil força-de-trabalho. Em fila,
na longa linha viva da pequena multidão de gente igual
ali, sem nome e cara avançando como em uma guerra
a golpes certos de facão canavial adentro (BRANDÃO, 1982, p.22-23)

A maneira como as trabalhadoras se vestem para realizar a atividade bruta de cortar cana de açúcar tem centralidade, sendo metaforicamente aproximada da situação de guerra. É interessante notar a opção pelo verbo “cobrir”, e não “vestir”. Aquele verbo faz pensar em um uso específico para as roupas, que remete à necessidade de proteger as trabalhadoras. Além disso, neste contexto “cobrir” está próximo da ideia de esconder. A disposição das peças de roupa em um único verso sugere o conjunto formado por elas, que em outro momento do poema será designado pela paradoxal expressão “armadura de pano”. Esta armadura esconde quase todo o corpo das mulheres, na verdade, transformando-as.

A vestimenta faz com que as trabalhadoras percam seus referenciais identificatórios e suas “insígnias humanas” (ROSA e POLI, 2009, p.9), escondendo os traços que apontam a individualidade daquelas mulheres – como o rosto e o nome –, tornando-as iguais umas às outras. É a condição de trabalho que as faz iguais, e se torna seu único elemento visível. Logo, a identidade pessoal é quase totalmente ofuscada pela condição de trabalho. Como veremos, a identidade pessoal será objeto de manipulação, em uma tentativa de dissociar a imagem da mulher que vive o tempo livre daquela que enfrenta a condição de boia-fria, por mais imbricadas que estas situações estejam. No intuito de explorar esta forma da trabalhadora se relacionar com a identidade pessoal, trago ao leitor outra estrofe do poema.

Por que então nas tardes quentes das cinco horas do verão em Itapira as mulheres-do-caminhão-de-turma desembarcam de volta na cidade e não levantam um dedo da couraça maldita da farda de trabalho? Por que de volta não se desvestem do avental e não arrancam panos de cobrir a cabeça, o corpo, o rosto? Porque todos os dias ao chegarem em turma ao Risca-Faca as moças usam as mesmas vestes de campanha para ocultarem de todos – do fio afiado do olhar do outro – os segredos dos rostos de quem são. Porque todos os dias ao chegarem do campo à vila onde, não obstante, preferem ser mais a mulher do que a “bóia-fria” do “caminhão de turma” elas, moças como as outras dos “bairros de cima”, sentem no vão da pele o peso da vergonha de passear nas ruas com facões, sacolas-volante e marmitas e tira-colo e serem vistas com roupas de guerra e de vergonha nos seus rostos de mulher, de gente. De maria (BRANDÃO, 1982, p.24).

Nesta estrofe o eu lírico se mostra perplexo com o comportamento das mulheres ao retornarem do eito para a cidade com o caminhão de turma. Escolhem manterem-se vestidas e enfrentar o calor das tardes de verão da cidade de Itapira a retirar a roupa de trabalho e mostrar a identidade escondida por ela. Esta difícil estratégia visa impedir que os moradores da cidade que não são trabalhadores boias-frias associem a “boia-fria” com a “mulher” que vive seu tempo livre nas casas de madeira do bairro “Vila Ilse”. Aqui, a vestimenta funciona como uma espécie de “apresentação estética” que situa o local da pertença do sujeito, acionando um mecanismo de reconhecimento e desprestígio que perpassa todos os momentos do itinerário de trabalho da mulher boia-fria. Esta situação tem semelhanças com aquela que afeta a vida de outros grupos oprimidos:

A identificação, como sabemos, traça o limite da pertença a grupos distintos. Porém, tanto nos campos [de concentração] como nas favelas, as insígnias do grupo dos detentos e dos miseráveis é uma “não-insígnia”. Isto é, ela se define pelo negativo em sua qualidade, auferindo ao portador uma condição também negativa: não-humano, ou um humano não-qualificado, não apenas para os exteriores ao grupo, mas para o próprio grupo e para si mesmo (ROSA e POLI, 2009, p.9, grifos meus).

Esta divisão perpassa a subjetividade, o corpo, a vestimenta, e também se desdobra na construção de uma divisão social do espaço da cidade, como percebido por Carlos Rodrigues Brandão. No caso da cidade de Itapira, os bairros dos moradores que não são boias-frias são designados como “bairros de cima”. Já o bairro onde as mulheres do caminhão de turma moram, a “Vila Ilse”, recebeu a denominação de “Risca-Faca”. Trata-se de uma referência às brigas de migrantes mineiros e paulistas de outras cidades que ocuparam o bairro no passado. Segundo o antropólogo e poeta, assim como os trabalhadores “volantes” não gostam de ser chamados de “boias-frias”, os moradores do bairro “Vila Ilse” evitam aquela denominação pejorativa. Em outra situação envolvendo trabalhadores boias-frias Maria Aparecida de Moraes Silva mostra como a desvalorização simbólica ocasionada pelo caminhão de turma e pela própria condição de trabalho leva a comportamentos como o de descer do caminhão de turma antes de chegar ao bairro onde moram. Nas palavras de um trabalhador, em um relato colhido pela socióloga: “Os outros tiram sarro, por isso a gente desce antes” (SILVA, 1992, p.154).

Tendo em vista o teor das situações investigadas até aqui, pode-se dizer que a vergonha é o sentimento que leva as trabalhadoras boias-frias a esconderem seus rostos e seus ende-

reços, visando preservar os aspectos de sua existência que são entendidos por elas como não contaminados pela situação de trabalho, ou ao menos simbólica e materialmente distintos. O ato de “pegar” o “caminhão de turma” e também as vestes utilizadas envergonham as trabalhadoras, fazendo da sensação de serem vistas algo desconfortável e humilhante que deve ser evitado. Nas relações sociais que envolvem as trabalhadoras o olhar torna-se uma forma de poder que “fere” o outro. No entanto, como nos mostra Maria Aparecida de Moraes Silva “[...] o poder de eficácia do olhar do outro só se exerce na medida em que o “olhado” se reconhece, interioriza a percepção e a apreciação” (SILVA, 1992, p.155). Neste sentido o corpo, as formas de olhá-lo e também as formas de sentir o olhar sobre o próprio corpo não são naturais, mas socialmente construídos. Nas palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu:

O corpo socialmente objetivado é um produto social que deve suas propriedades distintas a suas condições sociais de produção, e o olhar social não é um simples poder universal e abstrato de objetivação (...) mas um poder social, cuja eficácia se deve sempre, em parte, ao fato de que encontra, naquele ao qual se aplica, o reconhecimento das categorias de percepção e de apreciação por ele aplicadas (BOURDIEU, 1979 apud SILVA, 1992, p.155).

Esta capacidade atroz do “olhar social” em fazer com que o sujeito dominado interiorize algumas das categorias que realizam a dominação está presente no poema investigado, e também servirá de parâmetro para a interpretação do conto “Chorar em silêncio”, de Murilo Carvalho. Nesta narrativa a intimidade de uma família de trabalhadores boias-frias apanhadores de café é enfocada. A protagonista é uma adolescente que tinha acabado de fazer quinze anos e estava apaixonada. No entanto, desistiu de ir à festa onde encontraria seu pretendente por ter vergonha de mostrar as mãos. Ela está deitada, chora e não consegue dormir. A matéria narrada é apresentada através do fluxo de consciência da protagonista, formalizada pelo uso do discurso indireto livre. Nesta configuração, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço, de forma que os aspectos espaciais sejam apresentados de maneira exagerada, em diálogo com a subjetividade da personagem.

O motivo que aflige a protagonista do conto revela o caráter precário do trabalho realizado, e remete à divisão sexual do trabalho existente entre os trabalhadores e trabalhadoras boias-frias. Em seu trabalho etnográfico Verena Martinez-Alier diz que a colheita de café era considerada uma tarefa especificamente feminina. “Os homens não gostavam de fazer esse tipo de trabalho; eles não podiam competir com as mulheres, pois estas tinham dedos ágeis” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.90). Ainda segundo a antropóloga, a preocupação com as mãos é uma questão importante para as trabalhadoras boias-frias. “Algumas das jovens enrolam suas mãos, dizendo que é “para não ter calos”, para não ter mãos feias, “para parecer mais”” (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.80). Esta frágil maneira de proteger as mãos não é possível para as mulheres que apanham o café, pois o contato dos dedos com os grãos é fundamental para que o trabalho se realize com eficácia. Esta e outras agruras que envolvem o itinerário da trabalhadora boia-fria são apresentadas em um momento no qual a protagonista nega sua própria condição:

Vontade de acabar com tudo, ser diferente, não ter que ir panhar café mal debruçava a madrugada, os braços rijos de frio, a boca abrindo de sono, o chacoalhar enjoado do caminhão, a comida velha, as costas doendo, o cheiro do melado do café escorrendo viscoso pelos dedos, entrando debaixo das unhas, pretejando a mão, ressecando a pele macia, transformando sua mão em coisa velha, antiga, enrugada como caroço de pêssego. Mas o trabalho era a vida (CARVALHO, 1978a, p.75).

O trabalho era não só a vida dela, mas também a vida da mãe, do pai e dos irmãos. Como todos dividiam o único quarto do barraco de madeira, a protagonista tinha de conter-se e chorar baixo, pois o descanso proporcionado pela noite de sono era fundamental para a jornada de trabalho do outro dia. Esta situação demonstra como os tipos de sociabilidade familiar e também as formas de fruição da intimidade são socialmente determinadas pela classe social. A crise da protagonista afeta a todos, pois ela não consegue conter o choro intenso.

A passagem do conto citada acima insere o leitor nas adversidades que envolvem o itinerário da apanhadora de café da casa ao trabalho. Este itinerário é abordado de maneira crítica, do ponto de vista de uma trabalhadora que se revolta com a própria condição. Os eventos que compõem o itinerário – como o despertar, o transporte no caminhão de turma, a alimentação e o próprio trabalho – são qualificados pelas sensações desconfortáveis que os acompanham. As mais graves são as que envolvem o contato da mão com o melado expelido pelos grãos do café, fazendo da importante capacidade da mão em “unir-se à matéria das coisas” (BOSI, 2010, p.75) um motivo de tormento e vergonha: “[...] doía a vergonha das mãos escuras” (CARVALHO, 1978a, p.76). O sentimento experimentado pela personagem tem proximidades com as considerações do filósofo Emmanuel Levinas sobre a vergonha. Nesta passagem, Geórgio Agamben comenta as ideias de Levinas:

Segundo o filósofo, a vergonha não deriva, como acontece na doutrina dos moralistas, da consciência de uma imperfeição ou de uma carência do nosso ser frente à qual tomamos distância. Pelo contrário, ela fundamenta-se na impossibilidade do nosso ser de dessocializar-se de si mesmo, na sua absoluta incapacidade de romper consigo próprio. Se, na nudez, sentimos vergonha é porque não podemos esconder o que gostaríamos de subtrair ao olhar, porque o impulso irrefreável de fugir de si mesmo encontra seu paralelo em uma impossibilidade, igualmente certa, de evadir-se (AGAMBEN, 2008, p.109, grifos do autor).

A protagonista sente uma grande vontade de ter uma vida diferente, que não a obrigasse a realizar uma atividade tão dura e humilhante como a de apanhar café. Não podendo mudar a própria condição, optou pela única evasão que lhe era possível: deixar de ir à festa. Estamos diante de outro efeito do “olhar social” no sentido proposto por Pierre Bourdieu. Aqui, a interiorização dos parâmetros e atributos que desqualificam o sujeito foi tão forte que impossibilitou a jovem trabalhadora de se mostrar: “[...] não tinha coragem de pegar nas mãos dele, na hora da dança, talvez ele preferisse outra, de mãos mais suaves, que não trabalhasse como ela, madrugada atrás de madrugada, gastando as mãos no melado do café maduro” (CARVALHO, 1978a, p.76). As mãos danificadas pelo trabalho podem ser entendidas como uma metonímia para a condição de classe social experimentada pela jovem boia-fria. A vergonha das próprias mãos levou a personagem a uma experiência subjetiva que a fez conhecer em profundidade sua própria condição. Nas palavras de Emmanuel Levinas: “O que aparece na vergonha é, portanto, precisamente o fato de se estar pregado a si mesmo, a impossibilidade radical de fugirmos de nós para nos escondermos de nós mesmos, a presença irremissível do eu frente a si mesmo” (LEVINAS apud AGAMBEN, 2008, p.109).

Tendo desistido de realizar seu desejo, sofre com as cenas imaginárias da festa que invadem sua consciência e a impedem de dormir. O sentimento de vergonha experimentado pela protagonista e a vida psíquica tumultuada objetivada por aquele sentimento contaminam a estrutura narrativa desse conto, que termina da mesma maneira como começou. A protagonista testemunha seu próprio desconcerto enquanto seus familiares esperam em silêncio que ela durma.

Vida rapina:

quando as dominações de classe social e de gênero se encontram

Neste momento a investigação se volta para as relações sociais existentes no espaço onde as trabalhadoras boias-frias realizam seu trabalho, o eito. Um olhar inicial revela as relações de classe social existentes neste espaço. “O eito é também chamado de talhão ou talho, que é uma parte do canavial, laranjal ou cafezal, delimitada por pistas mais largas, os carreadores, por onde circulam caminhões, tratores, etc. É o cenário do processo de trabalho” (SILVA, 1992, p.159). Maria Aparecida de Moraes Silva aponta semelhanças entre as formas de controle existentes no eito e na fábrica:

[...] o talhão constitui-se no correspondente ao setor da fábrica. O controle da produção, da produtividade da turma é feito em cada talhão, em cada seção do conjunto da unidade produtiva. A atribuição de tarefas, a supervisão, enfim a organização do trabalho são planejadas e controladas em cada talhão (SILVA, 1992, p.159).

Como ocorre no espaço fabril, o eito constitui-se como um espaço contraditório. Ao mesmo tempo em que serve de cenário para práticas de dominação de classe social e de exploração do trabalho, também ali são engendradas as formas de conscientização e de resistência por parte dos trabalhadores.

Conforme já dito, o responsável pelo caminhão de turma, o turmeiro, tem o papel de controlar e disciplinar a força de trabalho dos boias-frias, que são constantemente observados e controlados. Qualquer falha na conduta do boia-fria, seja durante o transporte no caminhão de turma, ou durante o trabalho no eito, pode resultar em represálias que impossibilitam o trabalhador de vender sua força de trabalho. Práticas como o “gancho” – que é uma suspensão temporária do trabalhador – e a “lista negra” – na qual os nomes de trabalhadores considerados inconvenientes ou politizados são anotados em uma lista que circula entre os fazendeiros da região – são utilizadas com frequência. Tais práticas visam manter altas taxas de produtividade e minar a resistência dos trabalhadores em se organizar contra as péssimas condições de trabalho. Como o turmeiro é o dono do caminhão, ele escolhe os sujeitos que farão parte da turma de trabalho do dia. Os trabalhadores vistos como problemáticos não são levados, ou podem ser largados no meio do caminho entre a cidade e o eito.

Sendo o mediador entre os trabalhadores e o fazendeiro, também cabe ao turmeiro realizar a contagem da produção individual do trabalhador boia-fria, assim como a responsabilidade pelo pagamento. O poder do turmeiro ganhará novas facetas quando voltado para as trabalhadoras boias-frias. As mulheres, além de enfrentarem as formas de precarização que envolvem o transporte no “caminhão de turma” e o trabalho no eito, deparam-se com formas de dominação de gênero. Um olhar mais aprofundado para esses dois espaços permite entendê-los como espaços sexuados, “[...] separados e discriminados segundo relações de um sexo sobre o outro” (SILVA, 1992, p.149). Assim, nos espaços do “caminhão de turma” e do eito estão inscritas dominações de classe social e de gênero. Como em outros momentos da história, no trabalho rural o corpo da mulher será alvo de desejo e dominação. “Corpo desejado, o corpo das mulheres é também, no curso da história, um corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (PERROT, 2007, p.76). Ainda segundo a historiadora francesa Michele Perrot, a escala das violências exercidas sobre as mulheres seria ao mesmo tempo variada e repetitiva. A variação estaria relacionada às maneiras de olhar os tipos de violência cometidos e ao grau de tolerância da sociedade em relação à violência.

No caso das trabalhadoras boias-frias, pode-se dizer que o grau de tolerância da sociedade em relação às formas de violência de que são vítimas é ainda muito grande. Uma das facetas da dominação exercida sobre as mulheres boias-frias está presente na vestimenta utilizada. Além de servirem para proteger o corpo da mulher do sol, mosquitos, cobras e das próprias plantas, servindo também como meio das trabalhadoras não revelarem sua identidade para as pessoas, as vestes refletem a necessidade de ocultar a condição de mulher, objeto de desejo dos homens. “A obrigatoriedade do uso da calça comprida sob a saia é condição obrigatória para que a mulher suba no caminhão” (SILVA, 2002, p.572). No entanto nem as vestes, e tampouco os constantes cerceamentos do marido e da família formaram um impedimento capaz de conter as investidas e assédios de turmeiros, feitores e outros agentes responsáveis pelo controle do trabalho.

Ao invés de controlar o trabalho delas, desaparecem no meio do café com elas ou levam-nas para a cidade nos fins de semana. Algumas das moças não se recusam a responder às abordagens dos turmeiros, pois isso geralmente significa algumas vantagens materiais, ainda que pequenas, tais como presentes ocasionais e menor controle de seu trabalho (MARTINEZ-ALIER, 1977, p.96).

O turmeiro se vale do fato de controlar a contagem da produção e o pagamento para seduzir as trabalhadoras. Aquelas que cedem aos assédios podem ser beneficiadas com uma quantia em dinheiro acima da produção individual conseguida. Este mecanismo lesa todos os trabalhadores que compõem a turma, pois o dinheiro a mais passado para a trabalhadora é descontado do pagamento dos outros trabalhadores. No caso das trabalhadoras que recusam as investidas dos turmeiros e agentes de controle do trabalho, elas deixam de ser escolhidas para compor as turmas de trabalho ou passam a sofrer perseguição. Nos casos mais extremos, sofrem a ameaça de ver seus parentes serem dispensados do trabalho ou mesmo de serem mortas.

A narrativa de Murilo Carvalho chamada “Pagar o preço” tem por protagonista uma trabalhadora boia-fria. O narrador a focaliza deitada, quase dormindo. Como na outra narrativa investigada, o tempo narrativo tem preponderância sobre o espaço. Assim, as cenas acontecidas no passado são apresentadas ao leitor em forma de lembrança. Por uma destas lembranças o leitor descobre que a trabalhadora foi estuprada pelo turmeiro. “Ele havia entrado nela como os cavalos agora batiam suas patas, esmagando o ventre” (CARVALHO, 1978b, p. 24). Por essas condições, pode-se dizer que a protagonista deste conto ocupa a posição de *superstes*, no sentido da pessoa que testemunhou um evento grave, passou por uma provação e tornou-se uma sobrevivente. No momento presente da narração a personagem está praticando um aborto. Os acontecimentos narrados em “Pagar o preço” envolvem violência grave e nos levam a refletir sobre as soluções estéticas escolhidas pelo escritor para lidar com temas tão difíceis. Começemos por abordar a cena do aborto:

Ela estava quase dormindo agora, o suor refrescava e era gostoso na pele, vinha um sono macio, devagarinho, e ela deixava ir, o corpo, a cabeça, num balanço suave. Então os cavalos apareciam parede adentro, trotando, um eco multiplicado pelos cantos do quarto e paravam em cima dela, pisoteando, os cascos duros batendo seco entre as pernas, arrebatando a vagina e a dor voltava, intensa, funda, brotando junto com o sangue que se misturava ao suor e virava um frio só. Ela fechava os olhos e deixava doer, procurava esquecer a dor, achar o sono: tinha certeza que o sono a salvaria das patas dos cavalos. Mas eles ainda iriam galopar muito, ainda tinham muita força para trotar sobre ela, até que o ventre estivesse esmagado e escorresse todo pela vagina, suco espremido, nascido ali no escuro do quarto, criado pelas

suas próprias mãos que precisavam afastar o pesadelo. E o talo de couve, recurvo e grosso, como haviam ensinado, era um jeito desesperado, muito além dos chás, dos banhos, das simpatias. Era preciso eliminar do ventre a semente do medo (CARVALHO, 1978b, p.23).

O escritor se valeu de uma metáfora para abordar a dor causada pela introdução do talo de couve na vagina. A figura utilizada na construção da imagem que sustenta a metáfora – “os cavalos” – é retirada do cotidiano da vida rural, indicando um vínculo com o imaginário da protagonista do conto. A escolha desta imagem aponta um diálogo entre as consciências do narrador e da personagem, fazendo o discurso do primeiro ser contaminado pelas emoções da protagonista. A imagem dos cavalos é desdobrada, sendo-lhe atribuída o movimento de trotar quarto adentro, parando em cima da personagem. A multiplicação do eco do barulho dos passos dos cavalos pelo quarto traduz o mal estar causado pela chegada da dor. O momento em que esta se torna mais lancinante é apresentado por outro desdobrar da imagem, o pisotear dos cascos duros sobre a vagina. A temporalidade agônica causada pelos avanços e recuos da dor trazida pelos cavalos estrutura esta narrativa.

Na situação enfrentada pela protagonista o “real” é experimentado em excesso, de forma semelhante ao que ocorre em situações traumáticas. O caráter excessivo da situação traumática faz com que o sujeito que a vivencia tenha dificuldades em dar-lhe um contorno, incorporando-a em sua própria experiência. Isso acontece porque o trauma envolve uma situação limite na qual o sujeito se depara com a proximidade da morte. A representação descritiva de um evento onde o real é experimentado em excesso é eticamente reprovável, pois tem o efeito de banalizar sua radicalidade. Neste sentido, os recursos imaginativos e poéticos existentes em uma narrativa – como a linearidade, as repetições e a construção de metáforas (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69) – são utilizados para dar conta do evento traumático. “A imaginação é chamada como arma que deve vir em auxílio do simbólico para enfrentar o buraco negro do real do trauma. O trauma encontra na imaginação um meio para sua narração” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.70).

Em “Pagar o preço” o evento traumático é abordado no momento em que ocorre, correspondendo ao presente da narrativa. O uso da metáfora livra o escritor de apresentar o evento traumático através de uma linguagem que o coisificaria, esvaziando seu conteúdo radical. O caráter comparativo – e por isso figurado, não literal – da metáfora utilizada demonstra a aproximação cuidadosa do narrador em relação à dor sentida pela personagem. Este cuidado, na verdade um posicionamento crítico do narrador em relação à matéria narrada, é corroborado pelo fato do acesso ao discurso direto ser negado à protagonista. Em outras palavras, trata-se de uma solução estética que sugere a dificuldade da personagem em expressar com palavras o conjunto de sensações e emoções que experimenta. No entanto, seu ponto de vista não deixa de estar presente, pois suas emoções contaminam a entonação do discurso do narrador.

A gravidez tem um impacto desestruturador no modo de vida das trabalhadoras boias-frias. Muitas delas, depois de engravidadas, tornam-se alvo de maledicência das pessoas, e em casos mais extremos são expulsas de casa e abandonadas. Tendo em vista que a mulher grávida é impedida pelos turmeiros de trabalhar, não são raros os casos de mulheres que transformaram a roupa de trabalho em um meio de esconder a gravidez. Este conjunto de circunstâncias nos ajuda a entender a opção das mulheres boias-frias pelo aborto.

Ao lado das exigências dos atestados de esterilidade e do número limitado de mulheres por caminhão, proliferam as práticas de aborto clandestino como forma de as mulheres controlarem a natalidade e conseguirem trabalho. Trata-se de práticas transmitidas de geração a geração e se constituem historicamente, como parte do saber feminino (SILVA, 2002, p.574).

Apesar da precariedade das condições, do medo, da dor e dos riscos que envolvem o aborto, esta prática demonstra uma recusa das mulheres em aceitar a condição de opressão em que se encontram. A escolha em assumir o domínio do próprio corpo através do controle reprodutivo tem semelhanças com o tipo de transgressão que Michele Perrot denominou de “saída”. Assim, em decorrência de uma vontade de fuga, de um sofrimento, ou mesmo pela recusa de um futuro insuportável, a mulher realiza uma verdadeira “saída para fora” (PERROT apud SILVA, 2002, p.573) do papel que lhe foi imposto. A noção de “saída” nos ajuda a entender a escolha da protagonista do conto em interromper a gravidez. A personagem assume o risco de sua própria morte para não abrir mão de um ponto que não deveria ser abandonado em hipótese alguma (BETTELHEIM, 1985, p.127), uma vez que ultrapassar este limite implicaria aceitar sua morte como ser humano. Ao praticar o aborto, recusa um futuro que lhe parece insuportável, decidindo os rumos de sua própria vida.

Considerações finais

Nesta investigação as condições de existência e de trabalho das mulheres boias-frias do caminhão de turma foram abordadas a partir de diferentes olhares. As considerações feitas pelos trabalhos de ciências sociais voltados a essas trabalhadoras permitiram situar o surgimento da condição de boia-fria na história do mundo rural brasileiro. Além disso, os trabalhos de ciências sociais foram fundamentais para a contextualização dos temas figurados nas obras literárias, como a vestimenta, a vergonha, a violência de gênero e o aborto.

O teor testemunhal presente nas obras literárias investigadas corrobora o esforço de Carlos Rodrigues Brandão e Murilo Carvalho em abordar literariamente um grupo social que ainda hoje tem pouca visibilidade em nossa sociedade. Assim, as obras não só revelam traços de uma sociabilidade violenta, mas funcionam como uma espécie de espaço de escuta para as vítimas do capitalismo cujos corpos sentem dor e fome (PENNA, 2006, p.346) e cujas sensações e emoções raramente são conhecidas. O entrecruzamento entre literatura e mundo fenomênico realizado pelo poema e pelos contos apresenta e denuncia condições sociais de existência que devem ser superadas, fazendo dessas obras exemplos de produção cultural de resistência.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. A vergonha, ou do sujeito. In: _____. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 93-138.

BETTELHEIM, Bruno. Comportamento em situações extremas: coerção. In: _____. *O coração informado: autonomia na era da massificação*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 89-141.

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 8 ed. revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Diário de Campo – A Antropologia como Alegoria*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Murilo. Chorar em silêncio. In: _____. *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1976a. p. 73-78.

_____. Pagar o preço. In: _____. *A cara engraçada do medo*. São Paulo: Hucitec, 1976b. p. 23-25.

MARCO, Valéria De. A literatura de testemunho e a violência de estado. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 62, p. 45-68. 2004.

MARTINEZ-ALLIER, Verena. As mulheres do caminhão de turma. In: PINSKI, Jaime (Org.). *Capital e trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977. p. 69-100.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, Memória, Testemunho: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp. p.297-350.

PERROT, Michele. Minha história das mulheres. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

ROSA, Miriam Debieux; POLI, Maria Cristina. Experiência e linguagem como estratégias de resistência. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.21, p.5-12. 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. In: _____ (Org.). *História, Memória, Testemunho: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp. p.371-386.

_____. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 65-82. 2008.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres bóias-frias a caminho do eito. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Entre a virtude e o pecado*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p.147-168.

_____. De colona a bóia-fria. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp/Contexto, 2002. p. 554-577.

Colecionador de Borboletas: reflexões sobre a sociologia e a experiência na sociedade contemporânea

Vanessa Moreira Sígolo¹

Resumo

O objetivo desse artigo é refletir sobre os debates e concepções da chamada teoria crítica a respeito do conhecimento sociológico, especialmente a partir do pensamento e de formulações de Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Busca-se nessa reflexão investigar elementos sobre o papel do sociólogo e as possibilidades de sua experiência na atualidade. Para isso, centra-se nas concepções a respeito da dialética e da experiência, e seus desdobramentos para uma reflexão sobre o sentido da sociologia na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Teoria Crítica; Sociologia Contemporânea; Experiência e Dialética.

Abstract

The aim of this paper is to analyze the debates and conceptions of the critical theory about the sociological knowledge, especially based on the thoughts and formulations of Theodor Adorno, Herbert Marcuse and Walter Benjamin. The intension is to investigate elements that discuss the role of the sociologist and the possibilities of your experience nowadays. To do so, the article focuses on the conceptions of dialectics and experience, and its implications for a reflection about the meaning of sociology in contemporary society.

Keywords: Critical Theory; Contemporary Sociology; Experience and Dialectic.

¹ Socióloga. Doutoranda em sociologia na Universidade de São Paulo (USP); mestre pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da USP; pesquisadora do Núcleo de Economia Solidária (NESOL/USP) e atual secretária-executiva da Plataforma Faces do Brasil.

Introdução

O objetivo desse artigo é refletir sobre os debates e concepções da chamada teoria crítica a respeito do conhecimento sociológico, especialmente a partir do pensamento e de formulações de Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Walter Benjamin. Busca-se nessa reflexão investigar elementos sobre o papel do sociólogo e as possibilidades de sua experiência na sociedade contemporânea.

Cabe destacar que esse artigo buscou aprofundar alguns questionamentos e indagações teórico-metodológicas geradas ao longo do desenvolvimento inicial de minha pesquisa de doutorado em sociologia, que problematiza a relação entre Estado e sociedade na democracia contemporânea, e analisa a experiência e cultura de participação política na América Latina atual. Todavia, é importante apontar que este é um trabalho em andamento, que apresenta algumas reflexões atuais, vivas, e por isso, em movimento.

Como aponta Gabriel Cohn (2008) na “Apresentação” do livro que contém o registro do último curso ministrado por Adorno, em 1968: *Introdução à Sociologia*, para esse autor, e também para a escola que ele representa, a chamada “Escola de Frankfurt”, o interesse mais profundo da sociologia “está voltado para questões essenciais em uma acepção muito precisa. Trata-se daquelas [questões] dotadas de ‘significado essencial para a sobrevivência e para a liberdade da espécie humana’” (COHN, 2008, p. 25).

É interessante enfatizar, conforme revela Cohn, que Adorno incorpora uma qualificação fundamental à sobrevivência: “a exigência básica da liberdade”, que permite converter “a mera vida em vida digna de ser vivida”. Somando essa qualificação, o autor situa “a ideia da espécie humana (e da sociedade enquanto associação livre de homens livres) como meta prática última do conhecimento social” (COHN, 2008, p. 25).

Por essa orientação, a teoria crítica buscou se debruçar sobre a sociedade contemporânea e seus desafios, e desenvolver uma teoria do conhecimento e da sociedade, que, inspirada na obra de Karl Marx e em suas raízes hegelianas, construiu uma visão crítica à racionalidade técnica e instrumental, identificada por seus pensadores tanto no positivismo como no stalinismo. Diversamente a estas correntes, a teoria crítica defende a razão abrangente e humanística, posta a serviço da liberdade dos homens, que a “dialética do esclarecimento” busca alcançar. Propõe, com isso, a recomposição da ideia de dialética, como base para uma sociologia crítica, que recoloca a teoria em tensão com o mundo presente.

Esse artigo, dentre a diversidade de questões, temas e abordagens possíveis de serem investigadas na teoria crítica, centra-se nas concepções a respeito da dialética e da experiência, e seus desdobramentos para uma reflexão sobre o papel da sociologia na sociedade contemporânea.

A reconstrução da dialética

O pensamento dialético, para a teoria crítica, é a base para a articulação entre a abstração conceitual e os sujeitos reais, ou seja, uma possibilidade de enfrentar a dualidade entre estrutura e ação, presente no centro do debate sociológico, em suas diferentes vertentes. Enfrentando essa dualidade, seus autores buscam criar em suas teorias caminhos para a produção de um pensamento que reconhece, de um lado, a dominação que impossibilita a constituição plena de sujeitos, e de outro, a necessidade da referência aos sujeitos para o conhecimento sobre a sociedade. Nesse embate, pelo movimento dialético, desenvolve-se a tensa e inseparável relação entre sociedade e indivíduo.

A dialética é um tema fundamental para se compreender os elementos trazidos pela teoria crítica ao debate sociológico contemporâneo. Sobre o tema, Marcuse, em seu texto “Sobre o conceito de negação na dialética”, de 1966, ressalta a importância de se reconhecer a “imobilização da dialética da negatividade” no período atual, e propõe um contraponto à crítica que aponta os limites da teoria marxista para a interpretação da sociedade contemporânea. Segundo ele “defrontamo-nos com novas formas do capitalismo maduro e, portanto, com a tarefa de desenvolver o conceito de dialética, adaptado a essas novas formas” (MARCUSE, 1972, p. 160).

Os autores da teoria crítica justificam a defesa da construção dialética do conhecimento no fato de que a própria realidade é dialética, constituída por relações contraditórias. Como reforça Adorno, em uma de suas aulas, “[...] a sociedade em que vivemos – e, salvo se negamos sua existência como o fazem alguns sociólogos, a sociedade constitui o objeto da Sociologia – é essencialmente contraditória em si mesma” (ADORNO, 2008, p. 53).

Por essa perspectiva, se contrapondo ao que denominam de teoria tradicional, os teóricos da Escola de Frankfurt reconhecem que a realidade empírica não deve ser meramente descrita, pois isto não seria suficiente para a sua compreensão. Pela dialética, aborda-se a sociedade como totalidade, reconhecendo suas diferentes dimensões. Nesse sentido, a teoria dialética não define *a priori* uma trajetória para a história, mas busca expor as orientações das possibilidades de transformação que cada época é portadora, reconhecendo que a formulação das questões e o sentido para o qual se orientam as respostas podem dar provas da atividade humana e de seu poder na história.

Marcuse (1972) ressalta que a teoria crítica tem como principal dificuldade a identificação das forças negativas, que sustentam potencialidades transformadoras, desenvolvidas no seio do sistema antagonico vigente no capitalismo atual. Isto porque Marcuse reconhece que há forças de integração e coesão social que são

forças sociais suficientemente poderosas e materiais para neutralizar as contradições durante todo um período, para suspender as forças negativas, destruidoras, ou mesmo transformá-las em forças positivas, que reproduzem o existente ao invés de destruí-lo (MARCUSE, 1972, p. 163).

Diante dessas forças de reprodução do *status quo*, buscando resgatar a ideia perdida de revolução, Marcuse enfatiza que o pensamento dialético atualmente “se encontra diante da tarefa de elaborar teoricamente esta situação essencialmente nova, sem reduzi-la simplesmente aos conceitos herdados” (MARCUSE, 1972, p. 164), e de reconhecer novas necessidades, reprimidas na sociedade antagonica. Novas necessidades que surgem, afirmando objetivos e valores, que expressem

uma relação radicalmente modificada entre homens e em um meio ambiente social e natural radicalmente distinto: solidariedade ao invés da luta de concorrência; sensorialidade ao invés de repressão; desaparecimento da brutalidade, da vulgaridade e de sua linguagem; a paz como situação duradoura (MARCUSE, 1972, p. 165).

Desafios propostos pela teoria crítica para a sociologia

Uma das características de uma teoria dialética – e a teoria da sociedade cujos fragmentos estou apresentando é dialética – é que, de acordo com Hegel, não se pode resumi-la em uma “frase” e somente praticando-a pode-se alcançar o que uma tal teoria ou a Sociologia ela própria é ou deve ser (ADORNO, 2008, p. 71).

Adorno reconhecia um “caráter duplo da sociologia”, de um lado, voltada para um trabalho socialmente útil, e de outro, orientada para a compreensão efetiva do que mantém o nexo do sistema. Analisando o papel do conhecimento sociológico, o autor era bastante crítico, como ressalta Cohn (2008), à exigência de pureza científica da sociologia, e sustentava a visão da inexistência de uma clara separação entre questões empíricas e normativas, e da indissociabilidade entre os problemas sociais e o método para o conhecimento sociológico. Afirmando que a sociologia não é uma construção acabada, Adorno aponta que “a Sociologia não é uma ciência tão unânime como a Medicina ou o Direito, [e isto] não têm sua causa apenas na heterogeneidade de seu objeto, mas em sua natureza específica, isto é, em seu próprio caráter antagônico” (ADORNO, 2008, p. 68).

Nesse sentido, como sintetiza Cohn (2008), a teoria crítica defende que a sociologia, para não se tornar estéril, deve

elaborar de modo consequente e criativo a sua condição de ciência impura, intimamente mesclada a outras. [...] A sociologia recebe, destarte, a incumbência de ousar ser impura sem deixar de ser ela mesma: ciência da sociedade que não hesita em perturbar o severo rigor do método com os ruídos da crítica, do entrelaçamento com outras ciências e das exigências normativas (COHN, 2008, p. 33).

Para a teoria crítica, a sociologia tem o desafio de tematizar o essencial, como ressaltado anteriormente, contudo, como afirma Adorno (2008): “O essencial não pode se identificar com os grandes temas”. Ou seja, na sociologia, segundo a teoria crítica, o essencial deve ser encontrado na atenção ao “miúdo”, ao “aparentemente insignificante”, como explica Cohn (2008), que carregam elementos que podem atingir pontos nevrálgicos da estrutura.

Por caminho semelhante, Benjamin refere-se ao “efêmero”. Como cita Adorno (2008) em uma de suas aulas, pelo pensamento de Benjamin pode-se compreender que: “A ocupação com o efêmero, o imperceptível, e não no sentido da temática oficial já disponibilizada, pressupõe naturalmente que se traga consigo – quase diria, de modo latente – o interesse no essencial e o olhar para o essencial” (ADORNO, 2008, p. 75). Nesse sentido, Adorno preocupava-se com as sociologias específicas e a importância de se manter, mesmo olhando o específico, a atenção ao essencial e às lutas sociais.

Nessa reconstrução dos desafios apresentados pela teoria crítica à sociologia é importante também tratar do conhecido embate travado entre Karl Popper e T. Adorno, acerca do positivismo e da teoria dialética. Tendo como marco um debate ocorrido em 1961, na Sociedade de Sociologia Alemã, inicia-se uma longa discussão teórico-metodológica em torno do método e da racionalidade científica da sociologia. Nesse debate, Popper, sobre a lógica das Ciências Sociais, defende como sua principal tese o chamado “princípio da refutabilidade”, que identifica a objetividade do método científico na possibilidade de teste, validação ou refutação de uma proposição. Com base nessa visão, Popper acusa o marxismo e a psicanálise de serem teorias dogmáticas e pseudocientíficas.

Adorno, por outro lado, a partir da perspectiva da teoria crítica e por seu esforço em desenvolver uma teoria da sociedade que supere a divergência entre pesquisa empírica e pensamento filosófico, afirma que a teoria crítica se diferencia do positivismo pelo fato deste último considerar apenas o fenômeno como relevante, em contraposição à busca por reconhecer as relações dialéticas e as mediações entre a essência e o fenômeno. Para o autor, com o positivismo, pelo seu praticismo, “o empreendimento das ciências sociais corre permanentemente o risco de, por amor à clareza e à exatidão, passar ao largo daquilo que quer conhecer” (ADOR-

NO, 1986, p. 47). Com isso, a aplicação da ciência às situações da realidade, tal como um elemento exterior, que fundamenta o “princípio da refutabilidade”, não serve para a compreensão da sociedade, e orienta-se para a conservação dos sistemas sociais vigentes.

Em contraste, na perspectiva da teoria crítica, o objeto e o sujeito da sociologia não são separados. Nesse sentido, seus procedimentos teórico-metodológicos devem reconhecer o caráter contraditório da sociedade. Adorno também ressalta que o conhecimento social deve se fundamentar na crítica: ao objeto da análise, às hipóteses, aos conceitos, às teorias, ou seja, que a crítica deve permear todo o processo de conhecimento. Para isso, a concepção e a prática dialética da sociologia identificam na história uma parte constitutiva do conhecimento social, que se desenvolve com base em um conceito de pesquisa interdisciplinar, e a partir dele busca reconhecer os conceitos de integração e diferenciação, que movimentam a sociedade.

Esse debate entre Popper e Adorno marca a história da filosofia da ciência e da sociologia do século XX. As tradições que esses pensadores representam continuam se confrontando no presente, com novas feições e versões, constituindo as diferentes perspectivas da teoria sociológica atual. A dualidade presente nesse debate também alimenta novos movimentos teóricos, que buscam superar a dicotomia entre estrutura e agência, e inventar caminhos teórico-metodológicos para integrar as condicionantes estruturais da ação e a dimensão dos sujeitos.

A teoria crítica e o conceito de sociedade

O conceito de sociedade, conforme aponta Adorno (2008), é fundamental para a sociologia. Deve-se a isso sua dedicação à proposição de elementos para a compreensão desse conceito. Segundo o autor, a sociedade, de modo mais geral, é um conceito que designa a relação entre pessoas, e refere-se a uma abstração e também a uma realidade que:

Pode ser detectada – diria: até mesmo na pele – ao deparar com alguns modos de comportamento coletivo dotados com o momento da inacessibilidade verbal, sobretudo incomparavelmente mais fortes do que os indivíduos singulares que manifestam esses modos de comportamento, de maneira que, com um pequeno exagero, pode-se dizer que no sentido de Durkheim a sociedade pode ser sentida onde dói” (ADORNO, 2008, p. 115).

Para a teoria crítica, o conceito de sociedade, como afirma Adorno (2008, p. 119), “deve ser e é por si próprio um conceito dialético”, e com isso, “não é nem mera soma ou aglomeração, ou outro nome que preferirem, entre os indivíduos, nem é algo absolutamente independente frente aos indivíduos, mas sempre contém em si, simultaneamente, ambos estes momentos”. As duas categorias contrapostas: indivíduo, de um lado, e sociedade, de outro, estão presentes em ambos: não há sociedade sem que em seu conceito tenha a mediação dos indivíduos, e vice-versa. Com isso, o conceito de sociedade torna-se dinâmico, e reconhecendo essa dinâmica do conceito, a teoria crítica e seus diferentes pensadores analisam a sociedade contemporânea.

Na construção do conhecimento dialético sobre a sociedade contemporânea, para Adorno: “Uma das tarefas da sociologia é fixar certas determinações essenciais, como as classes, que perduram em um sentido decisivo, a saber, o da dependência da maioria dos homens a processos econômicos anônimos e não transparentes” (ADORNO, 2008, p. 91). Sobre essa compreensão, a teoria crítica busca criar mediações entre fatos e conceitos. Como um exemplo, Adorno defende ser essencial a compreensão de que, na sociedade contemporânea, “o decisivo continua sendo a posição dos homens individuais no processo produtivo, portanto, se

dispõem dos meios de produção ou se estão separados destes” (ADORNO, 2008, p. 88). Para isso, em suas análises, traz novos elementos à busca pela compreensão dos conflitos sociais, que além das contradições entre forças produtivas e relações de produção, devem incluir a investigação das dinâmicas de formação da consciência humana.

Nessa tarefa de construir um conhecimento dialético sobre a sociedade contemporânea, Adorno (2008) ressalta que o conceito de sociedade

[...] mesmo não sendo um fato, é efetivamente real em sua dimensão mais profunda. [...] O não factual, o que não pode ser diretamente convertido em percepção sensorial, não é dotado de um grau menor de realidade efetiva, mas sim maior; isto é, determina a vida das pessoas mais do que os chamados *concreto*, com que nos deparamos de imediato (ADORNO, 2008, p. 140).

Com isso, ele diferencia o que denomina “fenômenos da experiência”. E sobre isso, o autor conclui:

Parece que o mais forte argumento contrário a um ponto de vista positivista da sociedade é que este último, que confere destaque tão grande ao conceito de experiência em suas denominações, como ‘empirismo’ ou ‘empirismo lógico’, justamente limita a experiência (ADORNO, 2008, p. 141).

A sociologia como experiência

Ao analisar concepções da teoria crítica com relação à experiência e à sociologia, nos envolvemos no debate político sobre importantes questões do pensamento e da prática sociológica e científica contemporâneas. A partir de formulações teórico-metodológicas, a teoria crítica apresenta algumas orientações políticas com relação a uma questão fundamental: como os problemas sociais se transformam em problemas sociológicos na teoria contemporânea.

Em um contexto de incredulidade em relação às grandes narrativas e teorias, e de exacerbação de características da modernidade, como o individualismo, o rompimento entre o passado e o presente, a crise da política e do espaço público, como analisa Hannah Arendt. Somam-se novos elementos, que caracterizam a contemporaneidade, como as novas configurações e precarizações no mundo do trabalho e o surgimento de novas relações de tempo e espaço pelo surgimento das novas tecnologias de informação e pela mundialização e financeirização da economia. Ao diagnosticar as limitações do tempo presente, como é possível criar uma experiência na sociologia e enfrentar os dilemas do pensar sociológico na sociedade contemporânea?

Retomando o pensamento de Benjamin e algumas análises em que o autor trata sobre experiência, buscamos elementos para investigar sobre o papel da sociologia. Apesar de a obra de Benjamin ser em grande parte compreendida no campo da filosofia da história, suas formulações trazem importantes reflexões para a investigação sociológica, especialmente no que se refere à cultura e à sociedade. Sua caracterização do que denomina de modernidade apresenta elementos fundamentais para iniciarmos uma reflexão sobre o presente e a possibilidade da experiência na sociedade contemporânea.

Em suas análises, Benjamin afirma que as inovações técnicas e o desenvolvimento urbano produziram metamorfoses na maneira de viver, sentir e perceber: “Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem” (BENJAMIN, 1985, p. 115). Nas grandes metrópoles, vive-se a temporalidade do progresso, o andar apressado, que persegue o tempo do relógio, o tempo quantitativo, marcado pelo ritmo do trabalho mecanizado capitalista. Na multidão, que pulsa no tempo homogeneizador, os compor-

tamentos são reações a choques: “À vivência do choque, sentida pelo transeunte na multidão, corresponde a ‘vivência’ do operário com a máquina” (BENJAMIN, 1989, p. 126).

Esse tempo infernal e veloz, que Benjamin caracteriza como o tempo da vivência (*Erlebnis*) de choques, impossibilita o sujeito construir uma experiência (*Erfahrung*), compartilhar referências simbólicas ou tradições, e apropriar-se de uma imagem de si. Dessa forma, as histórias são silenciadas e perde-se a capacidade de narrar e ouvir. Define Benjamin: o presente é o tempo do esquecimento, que rompe a relação com o passado, com a sua memória e historicidade, nele foi interrompida a transmissão cultural, a passagem do “anel” de geração a geração. E alerta o pensador: “Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano [...] para recebermos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (BENJAMIN, 1985, p. 119).

Na temporalidade aderida ao eterno presente, a experiência (*Erfahrung*) – tal como um saber compartilhado coletivamente, pautado em uma tradição comum, retomada e ressignificada pela palavra – se torna rara. A espoliação da experiência também destituiu os homens de uma existência integrada à coletividade (BENJAMIN, 1989, p. 130). Como um indivíduo solitário, o homem privado não deixa rastros. As marcas desaparecem no ritmo da produção do novo, da temporalidade efêmera, e rompe-se a relação entre o novo e o antigo. O presente torna-se o tempo da destruição do antigo e da memória.

O novo necessita ser produzido incessantemente, pois imediatamente torna-se obsoleto. Contudo, aponta Benjamin, ele carrega uma falsa aparência de novidade, pois na essência traz o tempo do “eterno retorno do mesmo”, da história da dominação. Esse tempo repetitivo é o tempo do “declínio da aura”, pois no ritmo do movimento das massas, da temporalidade do domínio do capital, tudo se torna mercadoria.

Nesse cenário descrito por Benjamin, pode-se enxergar o processo pelo qual os objetos, as obras de arte e as produções sociológicas e acadêmicas passam a ter existência serial, perdendo a autenticidade e, com isso, sua aura.

O colecionador de borboletas

No contexto do declínio da aura e da experiência, o colecionador, apesar de ser um homem privado, do tempo presente, para Benjamin, é também um resistente, que busca “retirar das coisas o seu caráter de mercadoria”, substituindo o valor de uso pelo valor afetivo. Com isso, o colecionador, no sentido em que analisa o autor, reaviva a “aura” das coisas, ao colecioná-las (BENJAMIN, 1991, p. 38).

O próprio Benjamin foi um colecionador de livros e citações, que considerava como suas “pérolas”. Conforme descreve H. Arendt, ele tinha

[...] pequenos cadernos de notas, com capas pretas, que sempre levava consigo e onde incansavelmente introduzia, sob forma de citação, o que a leitura e a vida diária lhe rendiam como ‘pérolas’ e ‘coral’. Por vezes lia-as alto, mostrava-as como artigos de uma coleção seleta e preciosa (ARENDE, 1987, p. 171).

Além de suas citações, Benjamin criou uma outra coleção, talvez mais preciosa, que deixou para a posteridade, tal uma coleção de borboletas: as imagens que fixou da modernidade. Imagens que revelam traços da cultura, imagens exemplares, “mônadas”, que no instante de um relâmpago aproximam o presente do passado, rompendo com o “tempo vazio e homogêneo” (BENJAMIN, 1985, p. 229). Ao fixar imagens com sua escrita, Benjamin construiu um tipo singular de experiência, possível ao indivíduo moderno. Por meio da narrativa, retomou o fio

do passado, reconstituindo a historicidade do tempo, e construiu uma percepção crítica de seu tempo presente.

O autor, em sua coleção de borboletas, busca encontrar o passado silenciado, não “como ele de fato foi”, pois este passado está irremediavelmente perdido, mas pela construção da experiência que movimenta o “tecido da rememoração” e retoma o fio com o passado. Pela memória, suas imagens da modernidade promovem o entrecruzamento de tempos históricos.

Ao vincular o presente ao passado, não encerrando os acontecimentos em uma única versão, o pensamento dialético dá abertura para infinitas interpretações, realçando, assim, o caráter inacabado do passado. Como um colecionador de imagens da modernidade, Benjamin forjou, no cotidiano da vivência do tempo presente, um espaço para o devaneio, no qual imagens do passado possam irromper, como borboletas voando. Por caminhos incertos da subjetividade, Benjamin constrói a sua experiência. Todavia, para o autor, o encontro e a fixação dessas imagens não seguem o acaso, mas deve se guiar por exigências ético-políticas e por uma preocupação com o agir sobre o real, que escute o apelo do presente por um tempo diferente.

Benjamin, em *Infância em Berlim*, sua narrativa autobiográfica, buscou fixar imagens de sua cidade natal. Todavia, a beleza desse ensaio está na lucidez com que compreende a importância da volta ao passado. O texto é escrito em 1932, ano do quadragésimo aniversário de Benjamin, no contexto de instalação do regime nazista na Alemanha, que leva o autor ao exílio. Fixar imagens de sua cidade natal nesse momento é também uma despedida, pois não enxerga perspectivas de volta, e mesmo que regressasse, Berlim não mais seria a mesma.

Em sua viagem para o passado, Benjamin propõe-se a narrar sua infância em Berlim, como um ritual de transmissão de um patrimônio cultural para a geração seguinte, e dedica o trabalho a seu único filho. Enfrentando um contexto especialmente hostil, sua vida e morte foram tragicamente marcadas pelo nazismo. Exilado em Paris, sua narrativa autobiográfica tem um certo tom de nostalgia, deslocando o sujeito que narra no tempo e no espaço ao encontro de suas memórias de infância. Por meio da escrita, Benjamin busca fixar imagens de Berlim por volta de 1900, tal como um patrimônio cultural que não pode ficar imerso no esquecimento. Frágeis e preciosas imagens da memória da cidade são capturadas e fixadas no papel, antes que fossem destruídas.

As imagens do passado são tesouros arqueológicos. Os textos de *Infância em Berlim* são expedições na profundidade da lembrança, em que o passado rememorado entrecruza o presente que rememora. Sua narrativa é construída em forma de *tableaux*, os quais são imagens que explodem em outras diversas imagens, tal como uma montagem, não linear, com significados infinitos.

Nessa construção, nasce um universo: “Quando o pensamento pára, bruscamente, numa constelação saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada” (BENJAMIN, 1985, p. 231). Uma imagem que condensa e concentra, em um instante, um conjunto de significações. Esse é o “tempo do agora”, intensificado, que se paralisa, configurando imagens, de um tempo lembrado a partir de um apelo do presente. Imagens nas quais são revelados silêncios e sua fixação é o único meio para a construção da experiência e da crítica.

Extrapolando a dimensão do passado autobiográfico, nas imagens de *Infância em Berlim*, a história individual e coletiva está imbricada, formando a matéria da experiência. Se por um lado, a narrativa segue os caminhos incertos da memória, por outro, ocorre também uma ampliação da dimensão social do sujeito, que possibilita a construção de referências culturais, sociais e históricas da época, fundamentais à crítica e à ação social e política.

Os silêncios, os “possíveis” do passado, são acolhidos por Benjamin na construção de uma percepção crítica, que ao dar voz ao passado contribui para a sua libertação, e também do presente. Com certo tom ingênuo, as imagens da infância subvertem os discursos oficiais, revelando os seus silêncios. Aproximam-se de uma percepção infantil, do olhar daquele que descobre o mundo: “As cores irromperam um dia sobre mim, e ainda sinto a doçura com que meu olhar então se saciou” (BENJAMIN, 1994, p. 101).

No exílio, é possível a construção do distanciamento, do estranhamento ao que era familiar, tal como as imagens da viagem construídas por Benjamin em *Partida e regresso*, observando que “também se distanciava de mim o que ainda agora estivera próximo e me abraçara. Nossa casa se apresentava à memória como deformada” (BENJAMIN, 1994, p. 83). Assim, Benjamin, tal como um “apátrida”, retorna a sua cidade natal pela rememoração, capaz de olhar para sua família, sua geração, sua cultura e sua sociedade.

A construção de um refúgio é necessária para o surgimento dessa percepção, de um lugar que permita o estranhamento do habitual e o distanciamento do tempo efêmero e veloz. Na rememoração, o desejo de destruição desse mundo fechado se transforma em energia crítica. Em “O caráter destrutivo” (in: *Imagens do Pensamento*), Benjamin constrói um auto-retrato do crítico. Segundo ele, o crítico necessita de espaço e ar fresco, é jovial e alegre, estando sempre rodeado de pessoas. Adversário do “homem-estojo”, limitado ao eu soberano, o crítico tem consciência do homem histórico. Preocupado com a transmissão da tradição, que permite a construção da experiência, o crítico vê, tal é o caráter infinito do lembrar, caminhos por toda parte (BENJAMIN, 1994, p. 235).

As ruas da cidade tornam-se parceiras do escritor no trabalho de rememoração. Nas ruas de Berlim, a criança, por sua pequenez, percebe na “pálida luz dos respiradouros” ou nas “figuras secundárias das bases das estátuas e das colunas de vitória” a imagem do *outro*. A percepção do infantil constrói imagens, guiada por um olhar que atravessa os limites do modo de vida burguês, e revela a presença subterrânea dos vencidos. O mundo burguês busca afastar os outros, no entanto, a criança os percebe. Em suas imagens, ao mesmo tempo em que fornece um retrato da cultura burguesa, Benjamin faz a ela uma crítica implacável. São inúmeras imagens que retratam a vida burguesa e a identificam com a imagem da dominação. Nessas imagens, explicita-se que para Benjamin, o conflito de classes sociais “é ao mesmo tempo uma experiência sempre viva e uma premissa teórica de toda análise da cultura e da sociedade” (HONNETH, 1999, p. 529).

A construção de uma percepção crítica, pela percepção do infantil, dá-se pela fixação dessas imagens, que revelam os vazios e silêncios da história dos vencedores, da história da dominação. Imagens que escutam o outro, como um avesso do direito. Essas imagens reveladoras captadas por Benjamin, mais do que o avesso, são entrecruzamentos entre este e o direito, construídas por uma perspectiva dialética da sociedade, que possibilitam a construção de um outro saber.

Nesse esforço de interpretação, Benjamin constrói sua coleção e sua experiência: “[...] Era a caixa espaçosa na parede de meu quarto, com os primórdios de uma coleção de borboletas” (BENJAMIN, 1994, p. 80).

Em *Infância em Berlim*, o autor capturou imagens de seu passado, e fixou-as, com “éter, algodão, alfinetes de cabeça colorida e pinças”, para a posteridade. Imagens, somente encontradas por aquele que permite se perder para, então, se encontrar.

As ardorosas caçadas que tão freqüentemente me atraíam dos caminhos bem cuidados do jardim para lugares ermos, onde me defrontava impotente

com a conjuração do vento e dos perfumes, das folhagens e do sol, que possivelmente comandavam o vôo das borboletas (BENJAMIN, 1994, p. 81).

Frágeis imagens, tal o “corpo frágil” de uma borboleta, irrompem das expedições no passado. No entanto, “apesar de tanto estrago, tanta deselegância e violência, a borboleta assustada permanecia trêmula, e, contudo, cheia de graciosidade, numa dobra da rede” (BENJAMIN, 1994, p. 81). Borboletas, como imagens condenadas ao desaparecimento, foram capturadas e fixadas por Benjamin, em um momento de perigo.

Com a rede levantada [...] teria querido dissolver-me em luz e em ar a fim de me aproximar da presa sem ser notado e poder dominá-la (...) era como se sua captura [das borboletas] fosse o único preço pelo qual minha condição de homem pudesse ser reavivada (BENJAMIN, 1994, p. 81).

Ao relacionar o presente com o passado, são reavivadas as tensões entre os tempos históricos. O fio de uma história inacabada pode ser retomado, para que se possa tecer-lhe uma nova continuação. Essa construção abre caminho para o “despertar” no presente de um futuro perdido, busca fazer emergir a experiência, e com ela a esperança por um futuro diferente. Benjamin, em *Infância em Berlim*, guiado por uma exigência ético-política, construiu uma experiência na modernidade.

Adorno, tal como Benjamin, analisa que no mundo em que vivemos raramente é possível atingir uma “experiência genuína”, uma “experiência de algo novo, não previamente existente” (ADORNO, 2008, p. 141). A crise da experiência, segundo esse autor, tem como uma das suas causas o fato de que “mediante o sistema de regras que impõe ao conhecimento, a ciência no fundo não permite tal experiência” (ADORNO, 2008, p. 142).

Frente a isso, para esse autor, a teoria dialética da sociedade justamente busca “restabelecer a experiência obstruída, seja pelo próprio sistema social, seja pelas regras da ciência” (ADORNO, 2008, p. 142). Nesse caminho, o pensamento dialético, para Adorno, fomenta uma “rebelião da experiência contra o empirismo”, contrapondo-se ao risco do ideal científico oficial escamotear a experiência. O autor acrescenta que a sociologia depende da permanência dessa experiência em contato próximo com os fatos, não de forma destacada e exterior a eles, constituindo-se, assim, como uma experiência viva.



As análises da teoria crítica sobre a sociologia e a experiência na sociedade contemporânea apontam muitos elementos sobre os desafios da construção do conhecimento sociológico. A ênfase na reconstrução do fio com o passado reforça a importância dos pensadores clássicos, convergindo com Jeffrey Alexander (1999), quando este autor diferencia a sociologia das ciências naturais, apontando nos clássicos o papel de “integrar o campo do discurso teórico” e de criar um “ponto de referência comum” para o desenvolvimento do conhecimento sociológico.

Sabe-se das diferenças existentes entre os pensadores do círculo intelectual da Escola de Frankfurt, e também das lacunas de suas teorias, apontadas por vários esforços de pesquisa, inclusive por seus sucessores, como Jürgen Habermas e Axel Honneth. Entre as críticas, são apontadas as limitações geradas pela negação, principalmente por parte de Adorno e Max Horkheimer, do processo civilizatório de ampliação das liberdades jurídicas e do escopo da ação individual, e também da importância da comunicação política entre grupos sociais. Essa

releitura crítica, na visão de Honneth (1999, p. 504), “retirou do velho projeto uma parte do seu fascínio inicial e moldou-o numa abordagem realista aberta à verificação”).

Frente a esse diagnóstico crítico à própria teoria crítica da sociedade, encontramos na formulação de Benjamin possíveis caminhos renovadores para a análise da sociedade. Formulações que, inclusive, como aponta Honneth, não foram à época reconhecidas pelo “círculo interno” da Escola de Frankfurt e se constituem, para ele, as “suas pesquisas sociologicamente mais produtivas”. Como destaca Honneth (1999), Benjamin foi um dos raros pensadores independentes do século XX, e apesar de ter estabelecido relações com a chamada Escola de Frankfurt e ser considerado como um de seus membros secundários, teve com ela uma relação bastante conflituosa, especialmente com os seus mais destacados integrantes. Também segundo Honneth, a teoria de Benjamin foi, juntamente com outros teóricos do círculo mais externo da Escola, em parte resgatada na revisão da teoria crítica empreendida por Habermas, que, por sua vez, gerou desdobramentos bastante divergentes, o que extrapola os debates propostos para esse artigo.

De todo modo, a permanente postura alerta e crítica, que faz com que a teoria crítica se proponha a estar “sempre ciente de seu contexto social de origem, assim como do seu contexto de aplicação prática” (HONNETH, 1999, p. 509), aponta orientações e preocupações ético-políticas à sociologia. Sobre elas, destaca-se, em especial, no pensamento de Benjamin, a abertura aos possíveis do passado e do presente e a relevância à experiência e ao seu sentido social e coletivo.

Conforme destaca Honneth (1999), Benjamin superou os limites funcionalistas dos horizontes dos referenciais filosóficos da teoria crítica, presente em seu círculo dominante, na perspectiva da vida social integrada por um sistema de controle social administrativo e pelo conformismo individual. Diferentemente dessa perspectiva, Benjamin reconhecia que “os mundos experimentais de diferentes grupos e coletividades representam não tanto o simples material de dominação quanto as próprias forças logicamente independentes de que brota o movimento da vida social” (HONNETH, 1999, p. 532). Assim, o autor atribuía a faculdade de percepção criativa aos grupos oprimidos e depositava esperanças no potencial de imaginação coletiva e de politização da cultura.

Neste sentido, Benjamin desenvolveu o seu conceito de experiência. E o reconhecimento de sua atualidade e de seu potencial para a teoria crítica, no campo de debates sobre a construção do conhecimento sociológico na sociedade contemporânea, significa a reconstrução de um fio com o passado, que busca resgatar conceitos, formulações e experiências fundamentais, negligenciados pelas interpretações e pela história dominantes.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor. *Introdução à sociologia*. São Paulo: UNESP, 2008.

_____. Sobre a lógica das Ciências Sociais. In: COHN, G. (Org.). *Theodor W. Adorno*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1986.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Obras Escolhidas II – Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Paris Capital do século XIX. In: KOTHE, F. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

COHN, Gabriel. Apresentação à edição brasileira. A sociologia como ciência impura. In: ADORNO, T. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MARCUSE, Herbert. Sobre o conceito de negação na dialética. In: MARCUSE, H. *Ideias sobre uma Teoria Crítica da Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Teorias democráticas diante da nova gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade

Rodrigo Toledo

Resumo

O presente artigo aborda as concepções teóricas democráticas reformuladas diante da nova gramática social em que atores emergiram clamando por demandas sociais reprimidas a partir da segunda metade do século XX. Desenvolveu-se, neste trabalho, uma abordagem sobre as principais contribuições das dimensões da concepção democrática. Como resultado, apresentamos que as inovações institucionais, advindas do processo de uma institucionalidade da democracia, constituíram um ideal participativo e inclusivo de grupos sociais, até então, apartados do processo político-decisório.

Palavras-chave: democracia, participação, Estado e Governo, teorias democráticas, processo decisório.

Democratic theories facing the new rules of society organization and the relationship between the State and the Society

Summary

This article is about the democratic theoretical conceptions reformulated in face of the new social rules in which actors showed up claiming repressed social repressed from the second half of the XX century. In this article an approach of the main contributions of the dimensions of the conception of democracy. As a result, we present that the institutional innovations that came from a process of institutionalism of democracy have built a participative and inclusive ideal of social groups that so far were apart from the decision process in politics.

Key-words: democracy, participation, State and Government, democratic theories, decision making process.

Introdução: Democracia e participação

A Ciência Política emprega, correntemente, a expressão participação política para designar uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião partidária, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas dentre outras. Fica claro que tal uso dessa expressão reflete praxes, orientações e processos típicos das democracias ocidentais. Isso se dá pelo fato de, não obstante a ampliação de tais estados, os conhecimentos erigidos sobre o assunto derivam de pesquisas realizadas em um número limitado de países ocidentais (BOBBIO, 1991).

A utilização desses estudos como arcabouço teórico às interpretações de contextos diversos nem sempre produzem resultados analíticos satisfatórios. Isso se dá porque, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), a aplicação dos esquemas preparados para o estudo da participação política em sociedades desenvolvidas e possuidoras de uma tradição democrática mais ou menos sólida em sociedades em vias de desenvolvimento, carentes de infraestruturas políticas e caracterizadas por elevadas taxas de analfabetismo, não é sempre frutífera. Além dessas considerações iniciais, devemos atentar para o fato de à expressão participação política se prestarem interpretações diversas. Afinal, o termo “participação” se acomoda a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte de alguma coisa de diversas formas, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque.

A despeito dos impactos que as análises elaboradas anteriormente possam gerar na compreensão de um fenômeno político – relativo à participação política, singular –, há pelo menos três formas, ou níveis, de participação política apresentadas por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), que é importante citarmos. A primeira forma, denominada de intensa e mais marginal de participação política, refere-se a comportamentos fundamentalmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc. São situações em que o indivíduo não elabora qualquer contribuição pessoal. A segunda é designada como de atuação: o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, ou de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Esse tipo de participação aparece claramente quando se faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde à imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto etc. Finalmente, o termo participação poderia ser reservado para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. Nesses sentido estrito, só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos. Na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, ou seja, do pessoal investido de poder, por certo período de tempo, para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade. A participação política, no seu sentido mais estrito, só ocorre com um número bastante reduzido de pessoas, em sistemas políticos que não possuem um caráter competitivo e que utilizam mecanismos eleitorais para fins bem diretos. (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 2000).

A inserção de grandes massas nos mecanismos da vida política é um fato bastante recente. Excetuados os Estados Unidos, o sufrágio universal e a igualdade de voto só foram conquistados nos primeiros decênios do século XX.

O ideal democrático pressupõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública. Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), numerosas pesquisas realizadas nos últimos decênios do século XX demonstram uma realidade claramente distinta. Primeiramente, o interesse pela política está circunscrito a um grupo bem limitado de pessoas e, não obstante o relevo dado pela comunicação de massa, aos acontecimentos políticos é ainda baixo: “[...] o mundo do espetáculo é muito mais conhecido do grande público” (BOBBIO, 1991, p. 328).

Contudo, se quisermos analisar a participação política do ponto de vista eleitoral, perceberemos que o abstencionismo se apresenta em níveis bem elevados¹. A militância em partidos políticos atinge uma pequena faixa de cidadãos. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), o quadro não melhora muito, se considerarmos a inscrição noutras associações não explicitamente políticas, mas que exercem, frequentemente, uma certa influência na vida política e, por assim ser, podem ser consideradas como veículos subsidiários de participação política, como, por exemplo, os sindicatos e as associações culturais, recreativas, religiosas etc. Outras formas de participação, por serem esporádicas – manifestações de protesto, marchas, ocupação de edifícios etc. –, não levam quase nunca à criação de instrumentos organizativos, isto é, à institucionalização da participação política. (BOBBIO, 1991).

Outro aspecto importante para compor o quadro analítico da participação política é focarmos os modos de ser de um aparelho político ou administrativo do ponto de vista de sua centralização ou descentralização do processo decisório.

Primeiramente, devemos atentar que a centralização e a descentralização não são simplesmente instituições jurídicas, modos de ser de um aparelho político ou administrativo; são diretivas de organização no sentido mais lato e não conceitos imediatamente operativos. Se, de um lado, a descentralização total leva a romper a própria noção de Estado; também de outro, foi detectado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) o caráter utópico de uma centralização total no Estado Moderno, caracterizado por uma grande quantidade e complexidade de finalidades e de funções.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p.329),

Isso significa que todos os ordenamentos jurídicos positivos são parcialmente centralizados e, em parte, descentralizados, isto é, que, considerada a centralização e a descentralização como dois possíveis valores, não existe um sistema político-administrativo que esteja exclusivamente orientado para a otimização de uma ou de outra.

A organização dos Estados sempre se deparou com o problema da descentralização; trata-se, então, de avaliar os instrumentos jurídicos por meio dos quais são valorizados.

Do ponto de vista geral, nota-se uma contínua troca entre centralização e descentralização como consequência de um processo de concentração e desagregação geralmente gradual e muito lento que se manifesta em cada sociedade. Uma vez aceita esta premissa, de que centralização e descentralização são extremos ideais, temos centralização quando a quantidade de poderes das entidades locais e dos órgãos periféricos é reduzida ao mínimo indispensável. Por outro lado, temos descentralização quando os órgãos centrais do Estado possuem o mínimo de poder indispensável às próprias atividades.

Atualmente, o valor fundamental da descentralização é amplamente reconhecido, seja no seio de uma única organização administrativa, seja com referência ao relacionamento entre múltiplas estruturas, que fazem parte de uma organização mais abrangente vista em sua totalidade.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) nos dizem que os estudiosos da ciência e da adminis-

tração, da ciência política e do direito costumam afirmar que o problema da transferência das funções do centro para a periferia é natural em qualquer administração que tenha ultrapassado certas dimensões, compreendendo não apenas a administração estatal, mas também o de entidades públicas menores e de grandes entidades empresariais privadas.

Há tempos foi esclarecida a conexão entre administração pública e mudança das estruturas sociais com a conseqüente necessidade de que o desenvolvimento das estruturas administrativas seja adequado a esta mudança, ativando uma inteligente distribuição de funções e de tarefas, obedecendo a critérios que, à luz das transformações sociais do momento, permitam que as mudanças realizadas apresentem um substancial conteúdo e uma operacionalidade real. (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 2000).

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p. 50) afirma que, do ponto de vista do direito público,

[...] em particular, o problema da subdivisão das funções e de tarefas não é um problema de organização, de responsabilidade apenas, das entidades administrativas centrais e das outras entidades, de órgãos que estejam separados, mas é um fenômeno que engloba, em sua generalidade, a maneira de ser, as qualidades e os predicados de um determinado aparelho, seja ou não estatal, ou a ação de um poder público.

A descentralização não está relacionada diretamente com a democracia. Por outro lado, vale destacar que descentralização constitui na luta pelas autonomias locais um importante processo de solidificação de propostas democráticas. É possível identificar, na descentralização, o instrumento através do qual podem manifestar-se inteiramente as forças da nação (do Estado Comunidade), em contraposição às forças do Estado (do Estado-pessoa) que é institucionalmente dominado pelo princípio da centralização. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p.51), “a descentralização seria o meio para poder chegar, através de uma distribuição da soberania, a uma real liberdade política.”

No entanto, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), sustentar uma estreita conexão da descentralização com a liberdade e com a democracia é um erro. Este consiste no fato de ter partido de um postulado de uma distinção dicotômica, que foi depois rigidamente mantida, entre centralização e descentralização, os dois termos entendidos como posições bem definidas e contrapostas, ou seja, uma polarização de valores no sentido de considerar a descentralização como o polo positivo, no qual se situam valores como a liberdade individual e o autogoverno democrático, enquanto a centralização é o polo negativo, autocrático e totalitário. É também verdade que, para esses autores, as exigências de igualdade, que são também de democratismo, sejam bastante favorecidas pela centralização.

Entretanto, quando focamos nossas análises no pluralismo, a ideia que ganha corpo é aquela em que, com os interesses nacionais, alinha-se uma série de interesses próprios das comunidades menores para cuja obtenção predisõem-se estruturas autônomas e descentralizadas. Assim sendo, a descentralização parece constituir o meio jurídico mais apropriado para a afirmação do pluralismo dos centros de poder. Todavia a descentralização pode ser somente um instrumento que visa a dar consciência efetiva ao pluralismo, mas depende da efetividade deste a imissão nas estruturas políticas e administrativas do conceito de “parte” e de órgão, ou entidades que podem definir-se exponenciais de determinadas forças que se movimentam no âmbito do ordenamento.

Em **Pluralismos dos centros de poder e as teorias democráticas participativas**, realizaremos uma análise sistemática sobre o debate – que predominou durante o século XX e início do XXI – da questão democrática diante de uma nova gramática social em que atores

emergiram clamando por demandas sociais reprimidas. Pretendemos analisar o processo histórico de formação de um conjunto de teorias democráticas participativas, arcabouço teórico-metodológico das propostas de elaboração de ordenamentos do uso e ocupação do solo, os Planos Diretores. Por fim, apresentaremos a análise do processo de formulação do Plano Diretor Participativo da cidade de Araraquara em **O Plano Diretor de Araraquara: experiência de democracia representativa com procedimentos participativos** tendo como referencial o conjunto de teorias democráticas participativas apresentadas.

Pluralismos dos centros de poder e as teorias democráticas participativas

As teorias Pluralistas definem que o processo político-decisório representa a forma que os centros de poder procuram, através do embate e do conflito de ideias, inserir na norma estatal a sua norma particular. Assim sendo, no limite, a concepção Pluralista compõe-se com a Democrática, pois, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000, p.928),

[...] pluralismo é a concepção que propõe como modelo a sociedade composta de vários grupos ou centros de poder, mesmo em conflito entre si, aos quais é atribuída a função de limitar, controlar e contrastar, até o ponto de eliminar, o centro do poder dominante.

Portanto, o pluralismo é uma corrente de pensamento político que se opõe à tendência de concentração e unificação do poder, própria da formação do Estado Moderno. O pluralismo é apresentado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000) como proposta remédio contra o poder exorbitante do Estado e, assim sendo, se distingue-se da teoria da separação dos poderes, que propõe a divisão do poder estatal, não em sentido horizontal, mas em sentido vertical. Diferencia-se, igualmente, da teoria do liberalismo clássico que propõe a limitação da onipotência do Estado pela subtração à sua ingerência de algumas esferas de atividade (religiosa, econômica e social geralmente), nas quais os indivíduos possam desenvolver livremente sua própria personalidade. Diferencia-se, por fim, da teoria democrática que entende a participação mais ampla possível dos cidadãos nas decisões coletivas como solução.

Entretanto o fato de o pluralismo distinguir-se de tais teorias não significa que se lhes opõe. Na concepção de Bobbio (2000, p.928),

[...] as propostas das doutrinas pluralistas são perfeitamente compatíveis, já com as propostas da doutrina constitucionalista, uma vez que a divisão horizontal do poder não obsta, mas integra a divisão vertical, já com as da doutrina liberal, visto a limitação da ingerência do poder estatal constituir, *de per se*, condição de crescimento e desenvolvimento dos grupos de poder diversos do Estado, já com as da doutrina democrática, pois a multiplicação das associações livres pode constituir um estímulo e uma contribuição para o alargamento da participação política.

Todas as teorias, para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), são compatíveis e, por isso, visam ao mesmo alvo em comum: o Estado como único centro de poder. O pluralismo

[...] impugna-lhe a tendência à concentração, o constitucionalismo a indivisibilidade, o liberalismo o caráter absoluto, a democracia a concepção descendente e não ascendente do poder. (BOBBIO, 1991, p.928).

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000), desse processo, emergem redes de alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que, em diferentes locais do globo, estão se mobilizando para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade,

o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos, produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal.

É justamente nesse contexto que se insere o debate sobre democracia ou sobre as exigências de “democratismo”, como afirmam Bobbio, Matteucci e Pasquino (2000). A concepção de democracia da primeira metade do século XX foi marcada pelo enfrentamento entre duas idealizações de mundo e sua relação com o processo de modernização do ocidente: a primeira, batizada de liberal-democrata por C. B. MacPherson (1966), e a segunda marxista, que entendia a autodeterminação do mundo do trabalho como fundamental ao processo de exercício da soberania por parte dos cidadãos-produtores. Como fruto desse enfrentamento, na segunda metade do século XX, surgiram concepções hegemônicas no interior da teoria democrática que tentaram responder a três questões: a relação entre procedimento e forma, a do papel da burocracia na vida democrática e a da inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala. Passemos para análise de cada uma dessas respostas.

Santos (2003) – com muita propriedade, na publicação *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*, fruto de um projeto em que analisou processos democráticos participativos em diversos países –, apresenta uma análise histórica de como a democracia participativa vem sendo implantada em regiões como na América do Sul, no Continente Africano e no Continente Asiático. As suas análises convergem para a formatação de dois eixos nas teorias democráticas. No primeiro eixo, denominado **democracia como forma**, Santos (2003) se ateuve à análise de um conjunto de concepções teóricas, disseminadas durante a primeira metade do século XX, que convergiram para a criação da **corrente hegemônica de democracia**. O principal foco dos debates foram os procedimentos representativos que permitiam aos indivíduos serem representados perante o Estado em democracias de escala. O segundo eixo, a partir da segunda metade do século XX, passou a ser denominado como **concepção não hegemônica de democracia**. Nele, o processo democrático é entendido como um mecanismo de aperfeiçoamento da convivência humana que possibilite uma inovação institucional da democracia, que se abre, por sua vez, para a pluralidade humana do ponto de vista da ampliação do bem comum e da criação de uma nova gramática social.

A democracia como forma, e não como substância, foi a resposta dada pela teoria democrática hegemônica às críticas feitas pela teoria marxista de democracia. Para Kelsen (1929), o ponto central era criticar a ideia de que a democracia poderia corresponder a um conjunto preciso de valores, a uma forma de organização política. O autor formula essa questão em termos neokantianos na primeira metade do século XX:

[...] quem considera inacessíveis ao conhecimento humano a verdade absoluta e os valores absolutos deve considerar possível não apenas a própria opinião, mas também a opinião alheia. Por isso, o relativismo é a concepção do mundo suposta pela ideia de democracia [...]. A democracia dá a cada convicção política a mesma possibilidade de exprimir-se e de buscar o ânimo dos homens através da livre concorrência. Por isso, o procedimento dialético adotado pela assembleia popular ou pelo parlamento na criação de normas, procedimentos esses que se desenvolve através de discursos e réplicas, foi oportunamente conhecido como democrático. (KELSEN, 1929, p.105-106).

Nessa formulação, o procedimento é uma tentativa de articular relativismo moral com métodos para a solução de divergências, métodos que passam pelo parlamento, assim como por formas mais diretas de expressão (Kelsen, 1929, p.142). Esse procedimento elaborado por Kelsen (1929) será discutido durante o período entre guerras e no imediato pós-guerra por Schum-

peter (1995) e Bobbio (1986). Esses dois autores analisaram o método procedimentalista da doutrina kelsiana de democracia em uma forma de elitismo democrático.

Ambos, Schumpeter (1995) e Bobbio (1986) tomam como ponto de partida para a reflexão “o questionamento da ideia de uma soberania popular forte associada a um conteúdo de sociedade proposta pela doutrina marxista” (SANTOS, 2003, p.45). Schumpeter critica esse elemento ao construir, no seu livro *Capitalism, socialism and democracy*, um questionamento que coloca em xeque a capacidade do povo governar. Na concepção de Schumpeter (1995), não podemos pensar na soberania popular como um posicionamento racional pela população ou de cada indivíduo acerca de determinada questão. Portanto o elemento da democracia remete à soberania popular e não à forma. Nesse momento, Schumpeter (1995) toma uma preocupação procedimental com as regras para a tomada de decisão e a transforma em um método para constituição de governos. A questão da participação é excluída desse processo e não faz parte da argumentação procedimental, mas sim de uma teoria da sociedade de massas.

Nesse momento, identificamos que a doutrina schumpeteriana de democracia adota integralmente o argumento da manipulação dos indivíduos nas sociedades de massa, os quais cedem a impulsos irracionais e extrarracionais e agem de maneira quase infantil ao tomar decisões. Apesar de ser um argumento fragilizado, pois não diferencia grandes mobilizações de massas de formas de ação coletiva, foi amplamente utilizado pelas concepções hegemônicas da democracia.

Bobbio (1986), avançando na transformação do procedimentalismo em regras para a formação de um governo democrático, entende a democracia como um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria a pena destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na formação do eleitorado. Portanto essa via de afirmação da concepção hegemônica de democracia no pós-guerra leva do pluralismo valorativo à redução do jogo democrático e à identificação da democracia com as regras do processo eleitoral. No entanto, em nenhum momento, no itinerário que percorrem Kelsen (1929), Schumpeter (1995) e Bobbio (1986), o procedimentalismo não comporta formas ampliadas de democracia.

Outra discussão central na consolidação da concepção hegemônica de democracia foi a forma como a burocracia e a sua indispensabilidade foram sendo trazidas para o centro da teoria democrática. Esse debate está situado no período entre guerras e no debate entre o liberalismo e a teoria marxista. Weber (1963) será o teórico que colocará no interior do debate democrático um questionamento sobre a inevitabilidade da perda de controle sobre o processo de decisão política e econômica pelos cidadãos e seu controle sobre as formas de configuração burocrática. O motivo central pelo qual a forma de democracia clássica participativa, elaborada por Rousseau, não ter prevalecido reside, fundamentalmente, na emergência de formas complexas de administração estatal que levaram à consolidação de burocracias especializadas na maior parte das esferas geridas pelo Estado na modernidade. A burocracia está ligada ao surgimento e desenvolvimento do Estado moderno que promoveu, para Weber (1978, v.2, p.1394), “a separação do trabalhador dos meios materiais de produção, destruição, administração, pesquisa acadêmica e finanças em geral [...]”. Dessa forma, a separação entre trabalhadores e meios de produção constitui um fenômeno geral e abrangente que envolve não apenas os trabalhadores, mas também os militares, os pesquisadores científicos e todos os indivíduos comprometidos nas atividades complexas na esfera da economia e do Estado. Vale destacar que, para Weber, no entanto, o fenômeno da complexidade criava tensões entre a soberania crescente, referindo-se ao controle dos governos pelos governados, e soberania de-

crescente, referindo-se ao controle dos governados pela burocracia. E é justamente nesse recorte teórico que percebemos o pessimismo de Weber (1978) ao identificar na burocracia uma emergência de uma “jaula de ferro” da administração, engendrando ações emotivo-passionais estimulantes de novos poderes de caráter carismático.

Ao longo do século XX, mais precisamente na sua segunda metade, essa discussão sobre complexidade e inevitabilidade da burocracia foi se fortalecendo na medida em que as funções do Estado foram crescendo com a instituição do *welfare state* nos países europeus. O Estado cresceu em funções ligadas ao bem-estar social. Nesse sentido, o pessimismo de Weber sofre uma mudança de perspectiva, ou seja, a inevitabilidade do crescimento da burocracia foi mudando de tom, assumindo uma conotação positiva.

Bobbio (1986) sintetizou a mudança de perspectiva em relação à desconfiança weberiana com o aumento da capacidade de controle da burocracia. Construiu uma interpretação que relaciona as transformações pelas quais as sociedades passam como fundamental para o surgimento de competências técnicas:

[...] à medida que as sociedades passaram de uma econômica familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada e planificada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos, especialistas... Tecocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão comum. (BOBBIO, 1986, p. 33-34).

Há, nesse trecho, uma clara radicalização do conceito weberiano de burocracia. Bobbio (1986) compreende que, a partir do momento em que o cidadão optou por fazer parte da sociedade de consumo de massa e do Estado de bem-estar social, está abrindo mão do controle sobre as atividades políticas e econômicas por ele exercidas em favor de burocracias privadas e públicas.

Há ainda um terceiro elemento que constitui a concepção hegemônica da democracia. Essa concepção afirma ser a representatividade a única solução possível nas democracias de grande escala. Dahl (1998, p.110) defende essa posição com maior ênfase afirmando que

[...] quanto menor for uma unidade democrática maior será o potencial para a participação do cidadão e menor será a necessidade para os cidadãos de delegar as decisões do governo para os seus representantes. Quanto maior for a unidade, maior será a capacidade de lidar com problemas relevantes para os cidadãos e maior será a necessidade dos cidadãos de delegar decisões para os seus representantes.

O fundamento da representação pela teoria hegemônica de democracia é a autorização. Nesse sentido, constituem-se dois pilares que a sustentam a ~~autorização~~ **autorização**. O primeiro, que diz respeito ao problema do consenso dos representantes, surge, dentro da teoria democrática clássica, em contradição às formas de rodízio no processo de tomada de decisão característico às formas de democracia direta (MANIN, 1997). No contexto dessa concepção, o exercício direto da gestão própria das antigas cidades-estado ou das repúblicas italianas estava envolto pela falta de autorização que era substituída pelo conceito do igual direito à ocupação dos cargos de decisão política. Quando surge a ideia de consenso no interior dos debates sobre uma teoria racional da política, o sorteio, o pensamento de exercício direito deixa de fazer sentido e é substituído pelo consenso que se constitui enquanto um mecanismo racional de autorização.

Mills (1977) trará a segunda forma de justificação da questão da representação, juntamente com a questão da capacidade das formas de representação de se refletirem as opiniões no âmbito da sociedade. Para Mills (1977), a assembleia é uma miniatura do eleitorado, e toda

assembleia representativa é capaz de expressar as principais tendências do eleitorado. Esse enfoque levou à constituição de uma teoria hegemônica de democracia que privilegiasse o papel dos sistemas eleitorais na representação do eleitorado (LIPJART, 1984). No entanto a concepção hegemônica de democracia, ao contemplar o problema das tendências do eleitorado em escala ampliada, ignora suas três dimensões, a saber: a autorização, a identidade e a prestação de contas (recentemente introduzida no debate democrático). Se por um lado, como afirma Dahl (1998), a autorização via representação possibilita o exercício da democracia em escala ampliada; por outro lado, dificulta a prestação de contas e a representação de múltiplas identidades, ou seja, a representação, pelo método da tomada de decisão pela maioria, não contempla as identidades minoritárias as quais não terão expressão no parlamento. No que diz respeito à prestação de contas, ao diluí-la no processo de reapresentação no interior de um bloco de questões, compromete a desagregação desse processo. É, nesse momento, que se desenha um terceiro limite da teoria democrática hegemônica: limitação em apresentar agendas e identidades específicas.

Contudo os marcos históricos “fim da guerra fria” e “aprofundamento do processo de globalização” reabrem o debate entre democracia representativa e democracia participativa o qual se aprofunda mais nos países em que a diversidade étnica é maior. Neles, formaram-se grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos básicos reconhecidos (BENHABIB, 1996; YOUNG, 2000). Essa dificuldade ocorre, em certa medida, pela questão de a diversidade de interesses chocar-se com o particularismo de elites econômicas (BÓRON, 1994).

Esse contexto abre uma reinterpretação da teoria democrática hegemônica, denominada por Santos (2003) de concepções não hegemônicas da democracia. Na segunda metade do século XX, surgirá uma concepção que reconhecerá que a democracia não constitui um mero acidente ou uma simples obra de arquitetura institucional. Essa percepção é formatada em resposta ao arcabouço teórico construído pela teoria democrática hegemônica que vincula procedimento com forma de vida e compreende a democracia como mecanismo de aperfeiçoamento da convivência humana (SANTOS, 2003). Nessa concepção, encontrada na obra de autores como Lefort (1986), Castoriadis (1986), Habermas (1995), Lechner (1988), Bóron (1994) e Nun (2000), a democracia assume uma gramática de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade. As concepções não hegemônicas apresentam as mesmas preocupações que as hegemônicas: como reconhecer a pluralidade humana, não apenas a partir da suspensão da ideia de bem comum, mas a partir dos critérios que, primeiro, enfatizam a criação de uma nova gramática social e cultural e, em segundo, buscam a compreensão da inovação social articulada com a inovação institucional com a procura de uma nova institucionalidade da democracia (SANTOS, 2003).

Primeiramente, é fundamental compreender que a democracia não é um acidente ou uma obra de engenharia institucional. Ao contrário, é uma nova gramática histórica, uma forma sociohistórica não determinada por quaisquer tipos de leis naturais. Nessa concepção, Castoriadis (1986, p.274) fornece elementos críticos à teoria de democracia hegemônica:

[...] alguns pensam hoje que a democracia ou a investigação racional são autoevidentes, projetando, assim, de maneira ingênua a excepcional situação da própria sociedade para a história em seu conjunto.

Castoriadis (1986) aponta que a democracia sempre indica uma ruptura com tradições estabelecidas, e, portanto, a tentativa de instituição de novas determinações, novas normas e novas leis. Dessa forma, a indeterminação não se refere apenas ao ocupante da posição de poder,

mas às dimensões societárias de discussão dos procedimentos democráticos. Essa discussão rompe com o procedimentalismo produzido pela teoria hegemônica de democracia. Habermas (1984) foi o autor que abriu espaço para se pensar o procedimentalismo como prática social e não como método de constituição de governos. Para tanto, o autor proporá dois elementos no debate democrático contemporâneo: em primeiro lugar, a pluricidade, capaz de gerar uma gramática societária. A esfera pública é um espaço no qual indivíduos podem problematizar em público uma condição de desigualdade no âmbito privado. O princípio “D” de Habermas (1984) permite discutir as ações em público dos indivíduos excluídos de arranjos políticos através de um princípio de deliberação societária. Para Habermas (1985 apud SANTOS, 2003, p.52) “apenas são válidas aquelas normas-ações que contam com o assentimento de todos os indivíduos participantes de um discurso racional”. Ao discutir um princípio de deliberação amplo, o autor recoloca, no interior do debate democrático, um procedimentalismo social e participativo. Esse debate é tributário da pluralidade das formas de vida existentes nas sociedades contemporâneas, pois, para ser plural, a política tem de contar com o assentimento desses atores em processos racionais de discussão e deliberação (SANTOS, 2003). Em outras palavras, o procedimentalismo democrático de Bobbio (1986) não pode ser visto como um método de autorização de governos. Ao contrário, tem de ser, como afirma Cohen (1997), uma forma de exercício coletivo do poder político com uma base pertencente a um processo livre de apresentação de razão entre iguais. Assim, a conexão entre procedimentalismo e participação reside no pluralismo e nas diferentes experiências de democracia representativa com procedimentos participativos.

Há outro elemento que, segundo Santos (2003), deve ser levado em conta ao analisar a questão das teorias não hegemônicas de democracia: refere-se ao papel de movimentos sociais na institucionalização da diversidade cultural. O autor constrói uma análise dessa vertente partindo de Williams (1981), que entende que cultura compreende uma dimensão de todas as instituições – econômicas, sociais e políticas – as quais envolvem uma disputa sobre um conjunto de significações culturais. Os movimentos sociais estariam envolvidos em uma disputa pela ampliação do campo político o qual engendraria uma disputa pela ressignificação de práticas (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 1998). A ampliação do campo político tem uma relação direta com a atuação dos movimentos sociais que, no limite, possibilitaram a transformação de práticas dominantes, o aumento da cidadania e a inserção política de atores sociais excluídos.

Na América Latina, a transformação da gramática social sofreu um impacto significativo da literatura sobre ressignificação das práticas democráticas. Para Lechner (1988, p.32), nos processos de democratização

na América Latina, a atual revalorização dos procedimentos e instituições formais de democracia não pode apoiar-se em hábitos estabelecidos e normas reconhecidas por todos. Não se trata de restaurar normas regulativas, mas de criar aquelas constitutivas da atividade política: a transição exige a elaboração de uma nova gramática.

A democracia na América do Sul, no seu processo de reestruturação, não passou pelo desafio de limites estruturais da democracia. O que fez, na verdade, foi inserir novos atores na cena política que, no limite, instauraram uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova gramática social. Ao se construir essa agenda de mudanças limitadas nesses marcos discutidos acima, em primeiro lugar, recolocou-se, no debate democrático, a relação entre procedimento e participação social, ou seja, uma nova forma de relação entre Estado e sociedade, transformando o Estado em um novíssimo movimento social. Em segundo

lugar, o aumento da participação social levou a um redesenho sobre a adequação da solução não participativa e burocrática ao nível local, trazendo novamente o problema da escala no interior do debate democrático. Nesse sentido, o êxito das experiências participativas nos países recém-redemocratizados do Sul está relacionado à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo. Castoriadis (1986) constrói uma interpretação que diz que as inovações que parecem bem-sucedidas nos países do Sul estão relacionadas à instauração de um novo *eidos*, ou seja, de uma nova determinação política fundamentada na criatividade dos atores sociais. Em terceiro lugar, surge o problema da relação entre representação e diversidade cultural e social. Nesse ponto, existe uma correlação entre o aumento do número de atores envolvidos na política com a, conseqüente, diversidade étnica e cultural dos atores sociais e os interesses envolvidos em arranjos políticos impactando, por fim, a credibilidade da representatividade. Em outras palavras, os grupos mais vulneráveis socialmente – setores menos favorecidos e as etnias minoritárias – não conseguem que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores predominantes economicamente ou mais prósperos. Por essas razões, a articulação entre democracia representativa e democracia participativa (SANTOS, 2003) parece mais promissora na defesa dos interesses da identidade das camadas sociais subalternas.

Portanto, a emergência de formas complexas de administração estatal levou a consolidação de uma burocracia especializada na maior parte das esferas geridas pelo Estado. O processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Araraquara, dada a sua complexidade, reforçou a atuação dessa burocracia especializada afastando o cidadão dos debates que foram travados no Conselho Municipal de Planejamento Urbano Ambiental, CMPUA. Como veremos a seguir, o caráter tecnocrático do Plano impôs limites à capacidade dos atores sociais de transferirem práticas e informações do nível social para o administrativo.

O Plano Diretor de Araraquara: experiência de democracia representativa com procedimentos participativos

A cidade de Araraquara institucionalizou um processo de elaboração do seu plano diretor – iniciado em 1999 e concluído em 2005 com a aprovação do Plano Diretor Participativo pela Câmara Municipal –, que buscou sedimentar uma conexão entre democracia e procedimento participativo na elaboração da política urbana local.

A primeira fase de elaboração do Plano Diretor de Araraquara esteve sob responsabilidade do Secretário Lincoln Ferri do Amaral. A segunda fase se inicia com a saída de Lincoln e a posse de Luiz Antonio Nigro Falcoski em 2002. Falcoski é professor da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, com doutorado em arquitetura e urbanismo e possui diversos trabalhos técnicos publicados sobre planejamento urbano. O Secretário de Desenvolvimento Urbano de Araraquara, Falcoski, inicialmente, montou um Sistema Municipal de Planejamento Urbano – SMPUA – o qual tinha como estrutura central um Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana – CMPUA. Instituído pela Lei 5831, de 5 de junho de 2002, foi concebido para ser um instrumento funcional e organizativo de um Sistema Municipal de Planejamento e Política Urbana, SMPUA, conforme legislação específica referente ao Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental de Araraquara, PDPUA. A estrutura do CMPUA deveria estar integrada à prefeitura e à sociedade civil com o objetivo de formular políticas, planos, diretrizes, programas e projetos relacionados à política urbana e ambiental.

O CMPUA foi estruturado em uma Assembleia Geral, Presidência, Diretoria, Coordenadoria de Comissões Técnicas, Coordenadoria de Audiências Públicas, Coordenadoria de Gestão da Informação e Consulta Pública ou popular. A administração do CMPUA foi constituída por um presidente, três diretores e um secretário executivo, com mandato de dois anos. O CMPUA foi composto por trinta e nove membros mais um presidente, cuja indicação e eleição obedecem aos critérios formulados pelo poder público local. A análise da estrutura do CMPUA revela que a designação dos representantes da sociedade civil organizada, de entidades e seus respectivos suplentes cabe ao prefeito indicar. Já os representantes titulares e suplentes das Regiões de Planejamento Participativo foram eleitos por suas respectivas plenárias.

O CMPUA, previsto no PDPUA de Araraquara, tem uma composição que gerou um compromisso, no máximo, com uma certa parceria entre Estado e sociedade civil, e de forma alguma com uma delegação de poder. Pelo fato de a composição do CMPUA ter colocado um peso maior na representação de entidades técnico-profissionais, podemos qualificá-lo como um espaço de participação de um “tecnocratismo de esquerda” (SOUZA, 2003), bem distante de um compromisso forte com a democratização do planejamento.

No entanto devemos nos lembrar de que o caráter de conselho é, na sua essência, consultivo, e mecanismos para dificultar ou impedir que os interesses da maioria da população sejam contrariados pelos interesses ligados aos empresários dos setores imobiliário e industrial, principalmente, deveriam ter sido previstos e incorporados.

Note-se, igualmente, que, quando descrevemos as competências do CMPUA, a palavra deliberar só aparece uma vez, recaindo a ênfase sobre termos como propor (uma ocorrência), zelar (duas ocorrências), estimular (duas ocorrências), estabelecer, avaliar... O caráter deliberativo está presente em alguns trechos, pois cabe ao conselho aprovar uma série de coisas. Entretanto o cunho deliberativo acha-se diluído em meio a alusões que lhe emprestam um caráter consultivo em várias situações. Retomemos, como exemplo, o Artigo 3º, item IV:

[...] Deliberar sobre a instalação de comissões técnicas e grupos temáticos especiais, para assessoramento, consultoria técnica e profissional e sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação e composição de membros do CMPUA, Secretarias e órgãos públicos, e colaboradores externos de profissionais e universidades. (ARARAQUARA, 2002, grifo nosso).

Apesar de a palavra deliberar iniciar esse item, ela se dilui em meio a forma que deverá ocorrer, ou seja, “deliberar sobre a instalação” e “para o assessoramento, consultoria técnica e profissional” e não deliberar sobre os pareceres elaborados por técnicos.

A composição do CMPUA, objeto do Artigo 4º, completa o quadro de frustração, ao conceder assento com direito de voz e voto a um grande número de representantes do próprio Estado, de grupos profissionais específicos – vorazes por privilégios e detentores do saber técnico – e de setores empresariais. Assim sendo, a composição do CMPUA foi aquela que, tranquilamente, poderia constar de um plano elaborado por uma Prefeitura conservadora, mas com nuances de tino demagógico. Tecnicamente, elabora bem, estruturalmente, o CMPUA, apesar de muitas deficiências que lhe conferem certa fraqueza, mas distante do ideário da Reforma Urbana¹ do que seria de se esperar, a participação se acha frouxa e deficientemente prevista.

1 O Fórum Nacional de Reforma Urbana existe desde 1987. Em todos esses anos, estimulou a participação social em conselhos, organizaram cursos de capacitação de lideranças sociais, discutiu a elaboração de planos diretores democráticos para as cidades. Uma das maiores conquistas foi o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>> Acesso em: 25 maio 2011.

Entrevistas colhidas de diversos técnicos, no ano de 2005, foram reveladoras: não se percebeu, da parte do corpo técnico, nenhum compromisso forte com o ideário da Reforma Urbana. Não foi surpresa, em vista disso, que, em um folheto produzido com a programação da I Conferência da Cidade, realizada pela Prefeitura Municipal de Araraquara em maio de 2003, a necessidade de participação popular seja explicada de forma canhestra, evidenciando uma visão que tende a privilegiar a consulta em detrimento de algo mais ousado. Segundo o documento, para a implementação do Plano Diretor ocorrer

[...] é necessária uma nova cultura urbana caracterizada por estratégias de planejamento, um processo de gestão participativa e democrática, ação compartilhada entre poder público e a sociedade civil, bem como a adoção e implementação de Planos de Ação contendo documentos, programas e projetos estratégicos para um desenvolvimento urbano sustentável e com justiça social (ARARAQUARA, 2003).

O CMPUA, da maneira como foi instituído e aprovado, trai um compromisso, conforme já se disse, no limite, com uma certa parceria entre Estado e sociedade civil, e não traz uma verdadeira delegação de poder para a sociedade civil. Na prática, o Sistema de Planejamento Urbano corre o risco de reduzir-se, no essencial, a uma instância consultiva. Integrado por 39 pessoas mais um presidente, das quais treze dos três níveis de governo, treze entidades ligadas às regiões de Planejamento Participativo e designadas para integrá-lo e treze da “comunidade”, o CMPUA representa mais um Conselho cooptado pelo poder público municipal.

Por fim, além desses aspectos, o quesito participação foi marginalizado pela voraz e verborrágica retórica de um Sistema de Planejamento Urbano que não transferiu poder deliberativo à sociedade civil, mas sim a colocou em bases técnicas e formais, sob controle, portanto, do poder público municipal e de detentores do saber técnico.

Considerações finais

Todos esses casos apresentam uma característica em comum: restauraram o processo de redefinição da ampliação democrática no seu contexto cultural ou da gramática social em curso. Isto é, os casos de democracia participativa estudados por Santos (2003, p.56) iniciam-se

[...] com uma tentativa de disputa pelo significado de determinadas práticas políticas, por uma tentativa de ampliação da gramática social e de incorporação de novos atores ou de novos temas à política.

Focalizando, no caso do Brasil, o processo de democratização e de constituição de novos atores comunitários, surgiu, de modo semelhante à concepção do direito a ter direitos (SADER, 1988; DAGNINO, 1994), como componente da redefinição de novos atores sociais. Santos (2003) aponta, em todas as análises produzidas nesse projeto, o mesmo tipo de redefinição de novos atores sociais. No caso da marcha dos cocaleros (camponeses cultivadores e coletores de coca) na Colômbia, Ramirez (1996) demonstra que a luta contra a eliminação das plantações de coca expressa o reconhecimento de uma identidade alternativa dos camponeses à construída pelo Estado a respeito deles.

Santos (2003, p.57) demonstra, que a despeito das muitas diferenças entre os vários processos políticos analisados em seu projeto, há algo que os une à teoria contra-hegemônica de democracia:

[...] os atores que implantaram as experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente

por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminador. Reivindicar direitos de moradia (Portugal), direitos a bens públicos distribuídos localmente (Brasil), direitos de participação e de reivindicação do reconhecimento da diferença (Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique) implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva.

É possível identificar, nesses processos, a constituição de um ideal participativo e inclusivo como parte de projetos de libertação do colonialismo ou de democratização. Nesse sentido, a ideia de participação e de inclusão política, quer na Índia, Brasil, África do Sul, Moçambique ou Portugal, construiu agendas de transformação social focadas na questão da instituição de mecanismos participativos na construção de uma normatização, como diz Castoriadis (1986), na qual a democracia, como projeto de inclusão social e de inovação cultural, é a tentativa de instituição de uma nova soberania democrática.

Essa demonstração de Santos dos processos de libertação e os processos de democratização partilham de um elemento comum. A inovação, entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão, implica a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, de redefinição de identidades e vínculos e no aumento da participação, especialmente na esfera local.

A questão urbana está umbilicalmente conectada ao desenvolvimento de um procedimento democrático-participativo de elaboração de políticas públicas urbanas. Tanto o desenvolvimento, quanto à aplicação de instrumentos que normatizem o uso e a ocupação do solo estão inseridos em um padrão de intervenção estatal e de relações entre Estado e sociedade que precisam ser compreendidos. O padrão de intervenção estatal urbana no Brasil foi desenhado pelo processo de construção de instrumentos de planejamento urbano que, ao longo do século XX, variaram em centralização das decisões e recursos, em fragmentação institucional e, principalmente, em sua impermeabilidade das políticas e agências públicas criadas para o atendimento das demandas dos cidadãos. O caráter impermeável aos cidadãos das políticas contribuiu para a penetração de interesses privados na esfera estatal e para a ausência de controle público. Em muitos casos, o poder público, pressionado por atores sociais de relevância econômica, acabou cedendo na concessão de benesses como perdões de dívidas geradas pela tributação territorial urbana.

A análise do processo participativo concreto vivenciado na cidade de Araraquara é revelador do quão complexo é a instituição de mecanismos participativos na elaboração de políticas públicas. O Plano Diretor de Araraquara recua em relação aos pressupostos autonomistas, democráticos e participativos na consolidação de um processo de formulação, implementação, gestão e monitoramento de políticas públicas urbanas. No limite, a análise do processo democrático instaurado em Araraquara para a elaboração do Plano revelou que o procedimento instituído reconheceu, implicitamente, que o povo teria dificuldade em formar um posicionamento racional acerca das questões relativas ao planejamento urbano. O desenho institucional criado para conduzir a elaboração do Plano Diretor Participativo ocupou-se, fundamentalmente, com questões procedimentais para a tomada de decisões. A questão da participação, forçosamente, foi excluída ou, na melhor das hipóteses, reduzida a bases controladas pelo poder público. Portanto, a Araraquara que surge desse processo é economicamente moderna, ecologicamente correta e democraticamente conservadora.

É uma cidade economicamente moderna, pois se conscientizou da mundialização da economia e da comunicação e, em consequência, passou a fazer parte de uma lógica competitiva exclu-

dente entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros, isto é, as cidades.

Nesses termos, a nova questão urbana teria agora como nexos central a problemática da competitividade urbana. Por outro lado, ver a cidade como um agente econômico competitivo é relegá-la à categoria de uma empresa que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo de planejamento e execução de suas ações.

Consoante a esse contexto, a questão ecológica não poderia ficar apartada da imagem de uma cidade que queira construir um estereótipo de empresa que se aproxima de um mercado competitivo. Em outros termos, ser uma cidade ecologicamente correta pode ser um dos fatores distintivos na acirrada competição entre as cidades, pois ser detentora dessa classificação significaria que há, no município, um capital ecológico acumulado – fruto, por exemplo, de investimentos públicos em infraestruturas voltadas para o saneamento: coleta de lixo e correta destinação deste; fornecimento de água tratada para 100% das residências; coleta e tratamento de 100% do esgoto doméstico produzido etc. –, a ser desbastado pela economia privada, principalmente indústrias e prestadoras de serviços.

Por fim, ser democraticamente conservadora é se revestir do que há de mais moderno no processo de formulação e implementação de políticas públicas – principalmente daquelas com alto poder gerador de renda, como é o caso das políticas públicas urbanas –, participativas. Na realidade, a análise do processo histórico de formulação do Plano Diretor de Araraquara revelou uma lógica implacável: a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão. Referimo-nos à prática usual de inserção dos interesses de mercado no processo de planejamento e decisão, na constituição de diferentes tipos de agências públicas, no surgimento de novos tipos de associação empresarial com o aporte de capitais por parte do poder público para financiar empreendimentos, com o fito de transferir recursos financeiros, fundiários e políticos para grupos privados.

Bibliografia

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. **Cultures of politics, politics of cultures**: revisioning Latin American social movements. Boulder: Westview Press, 1998.

ARARAQUARA. Lei municipal ordinária nº 5831, de 05 de junho de 2002. Dispõe sobre a criação, organização e funcionamento do Conselho Municipal de Planejamento e Política Urbana Ambiental – CMPUA – e dá outras providências. Ofício número 209/51, envio de autógrafo de lei aprovada dispondo sobre a criação do Plano Urbanístico da cidade. Araraquara, 2002.

ARARAQUARA. **I Conferência da Cidade**: programação. Araraquara, 2003. 1 folheto.

BENHABIB, S. Toward a deliberative model of democratic legitimacy. In: BENHABIB, S. Benhabib (Org.). **Democracy and difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996. p.67-94.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale et al. Brasília: Editora da UnB, 2000. v.1.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- BÓRON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- CASTORIADIS, C. **L'Institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975.
- _____. **As encruzilhadas do labirinto**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- CASTORIADIS, C. et. al. **A criação histórica**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1992.
- COHEN, J. **Procedure and substance in deliberative democracy**. Cambridge: MIT Press, 1997.
- DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAHL, R. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981. 2v.
- _____. **The theory of communicative action**. Boston: Beacon Press, 1985.
- _____. Discourse ethics: notes on a program of philosophical justification. In: _____. **Moral consciousness and communicative action**. Translated by C. Lenhardt and S.W. Nicholsen. Cambridge: MIT Press, 1990. p.58-59.
- _____. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização: o passado e o futuro da soberania e da cidadania. **Novos estudos do CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p.55 XX, nov. 1995.
- KELSEN, H. Essência e valor da democracia. In: _____. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes. 1993. p.23-107.
- LECHNER, N. **Los patios interiores de la democracia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- LEFORT, C. **Pensando o político**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- LIJPHART, A. **Democracies. Patterns of majoritarian and consensus government in twenty-one countries**. New Haven: Yale University Press, 1984.
- MACPHERSON, B. C. **The Real World of Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MILLS, C. W. A sociedade de massas. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. São Paulo: LTC, 1977. p.307-325.
- NUN, J. **Democracia gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000.
- RAMIREZ, M. C. **A política do reconhecimento e da cidadania no Putumayo e na Baixa Bota Caucana**: o caso do movimento cocalero de 1996. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt>>. Acesso em: 22 fev. 2005.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalism, socialism, and democracy**. Nova York; London: Harper & Brothers, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano** – um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

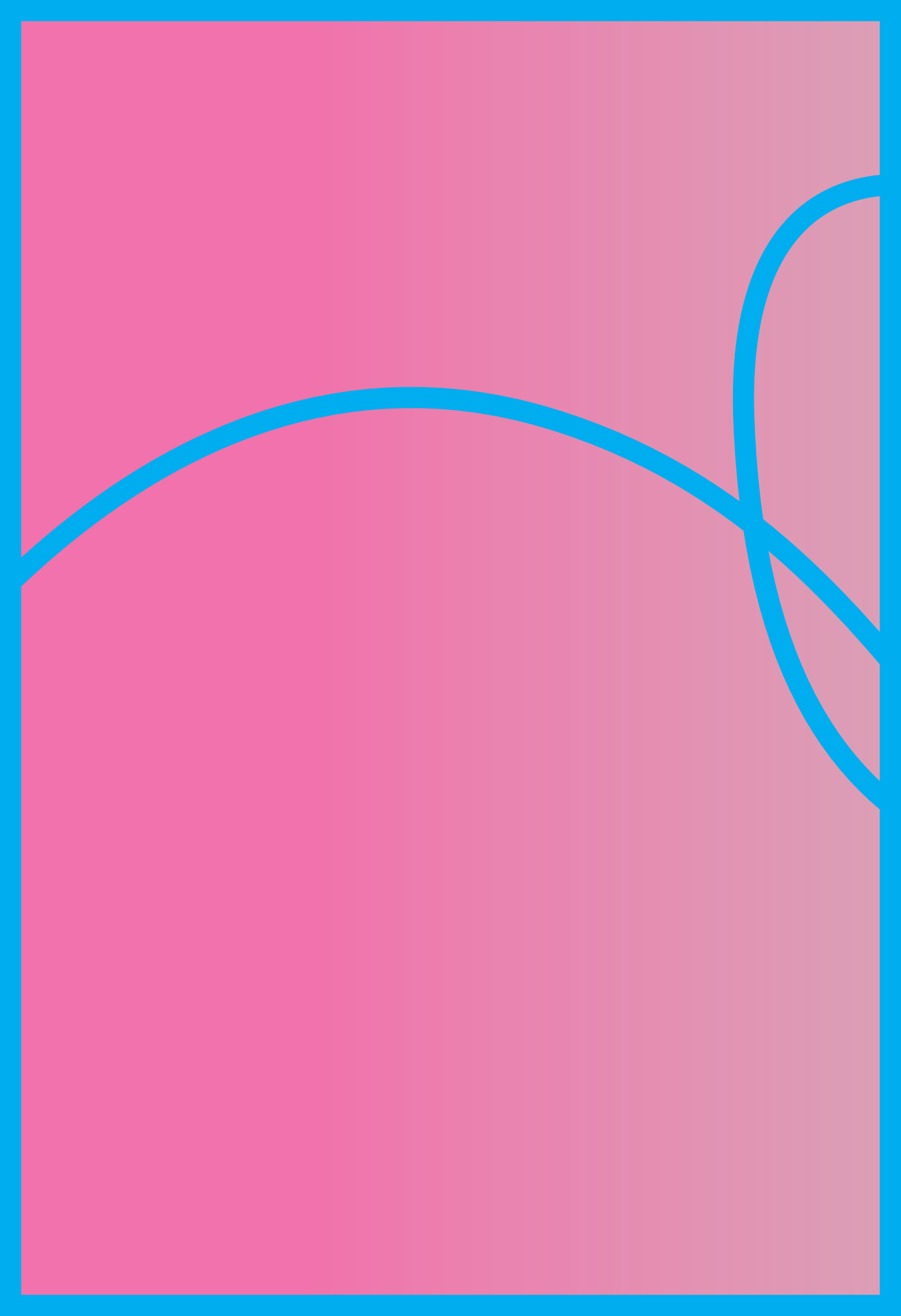
WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. **Economy and Society**. Berkeley: University of California Press, 1978.

WILLIAMS, R. **Culture**. Glasgow: Fontana, 1981.

YOUNG, I. M. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

1 Segundo dados do TSE, as eleições brasileiras para presidência da República, no seu primeiro turno, tiveram 18% de abstenção eleitoral dentre os cidadãos aptos para o voto, 135.804.043 eleitores. Disponível em: <www.tse.gov.br>. Acesso em: 05 abr. 2011.



The image features a vertical gradient background transitioning from a light pink on the left to a light green on the right. A thick, bright blue line starts on the left edge, curves upwards and then downwards to form a large, open loop, and then continues as a wavy line across the middle of the page. The word "ENSAIOS" is written in a bold, blue, sans-serif font in the bottom right corner.

ENSAIOS

Sem Fôlego: Panoptismo e Biopolítica na Narrativa de Kim Ki-Duk

Isabela Morais¹

Resumo:

O presente artigo pretende fazer uma análise do filme do diretor sul-coreano Kim Ki-Duk *Sem Fôlego* (Soom – 2007) a partir das noções de olho do poder, panoptismo e biopolítica tais como foram pensadas por Michel Foucault e ulteriormente desenvolvidas por Giorgio Agamben. Os filmes de Kim Ki-Duk, entre outras características, são conhecidos por seus enredos pouco convencionais: personagens complexos e misteriosos com atitudes inesperadas, poucos diálogos e muitas simbologias. *Sem Fôlego* conta a história de um condenado à pena de morte que tenta suicídio pelo medo extremo da execução e de uma mulher que ao se descobrir traída e solitária passa a visitá-lo. Pouco comentado pelos críticos é um personagem fundamental que tece a trama: o vigia da prisão, que através do poder de observação das câmeras nos permite refletir sobre a sociedade disciplinar. O filme permite refletir sobre as diferentes e atuais formas de olhares do poder, visto que o próprio diretor constrói a narrativa se apoiando nos diferentes olhares que a câmera pode proporcionar, desde a visibilidade midiática da televisão até as imagens colhidas pelas câmeras de segurança da prisão. Outro fato do filme que nos permite refletir sobre o conceito de biopolítica, forjado por Michel Foucault e desenvolvido por Giorgio Agamben, é a não soberania que o condenado tem sobre sua vida, ou o direito de morte, uma vez que mesmo condenado a morrer, ele é salvo pelo Estado das suas tentativas de suicídio. Ou seja, o Estado detém o poder de sua vida e a autonomia sobre sua morte. Segundo Agamben, tal fato não se restringe apenas ao corpo do condenado à morte, mas a todos os corpos da sociedade moderna, cujo poder e soberania constituem-se justamente através da biopolítica que transforma a todos em homo sacer: insacrificáveis, porém matáveis. Ademais, pretendemos situar o filme na filmografia do diretor, estabelecendo contato com outras obras do mesmo, como *Casa Vazia* (2004) e *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera* (2003).

Palavras-chave: Kim Ki-Duk, *Sem Fôlego* (Soom), panoptismo, biopolítica, morte, Foucault, Agamben.

Abstract: This article aims to make an analysis of the film by South Korean director Kim Ki-Duk *Sem Fôlego/Breath* (Soom – 2007) from the notions of eye power, biopolitics and panoptismo such as were thought by Michel Foucault and subsequently developed by Giorgio Agamben. Movies of Kim Ki-Duk, among other characteristics, are known for their unconventional plots: mysterious and complex characters with unexpected attitudes, few dialogues and many sym-

¹ Mestranda em Sociologia/Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp Araraquara. Orientador Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca. Bolsista CAPES. isabelamoraistp@gmail.com

bologies. *Sem Fôlego/Breath* (Soom) tells the story of one sentenced to death trying to suicide by extreme fear of execution, and a woman who when you discover betrayed and lonely goes to visit him. Little commented by critics is a fundamental character that weaves the plot: the watchman from prison, that through the power of observation cameras enables us to reflect on the disciplinary society. The movie lets you reflect about the different current and forms of looks of power, since the Director builds the narrative resting on different looks the camera can provide, since the media visibility up television images taken by the prison's security cameras. Another fact of the film allows us to reflect on the concept of biopolitics, pro forged and developed by Michel Foucault, Agamben Giorgio is not sovereignty that the convicted person has about his life, or the right to death, since even sentenced to dying, he is saved by status of their suicide attempts. In other words, the State holds the power to his life and autonomy over his death. According to Agamben, this fact is not restricted only to the the body of the condemned to death, but to all bodies of modern society, whose power and sovereignty are precisely through the biopolitics that turns everyone in homo sacer: unsacrificed, but able to be killed. Furthermore, we intend to put the film in the director's filmography establishing contact with other works of the same, as *Casa Vazia/3 Iron* (Bin-Jip, 2004) and *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera/Spring, Summer, Autumn, Winter ... and Spring* (Bom yeoreum gaeul gyeoul geurigo bom, 2003).

Keywords: Kim Ki-Duk, *Sem Fôlego/Breath* (Soom), panoptismo, biopolitics, death, Foucault, Agamben.

“De vez em quando
todos os olhos se voltam pra mim,
de lá do fundo da escuridão
esperando que eu seja um deus
querendo apanhar, querendo que eu bata,
querendo que eu seja um Deus”.

Todos os Olhos – Tom Zé (1973)

Parece uma ideia consensual a de que a arte consegue captar e representar aspectos da realidade social, que os teóricos dissecam em seus textos acadêmicos, de maneira sintética e brilhante. Escolhemos a seguinte epígrafe justamente pela capacidade que a letra de Tom Zé tem de reproduzir a sensação de vigilância que Michel Foucault descreve em *Vigiar e Punir*, quando desenvolve a ideia de panoptismo. A vigilância é um dos aspectos que vamos abordar na análise que iremos desenvolver nesse artigo sobre o filme do diretor sul-coreano Kim Ki-Duk, *Soom* (2007), traduzido no Brasil por alguns críticos como *Fôlego* e por outros como *Sem Fôlego*². Conhecido por seus enredos inusitados, seus personagens complexos com atitudes muitas vezes inesperadas, Kim Ki-Duk criou mais uma vez uma narrativa cheia de simbolismos ainda que com poucos diálogos, onde a máxima bakhtiniana “todo ato humano é um enunciado” torna compreensível a criação de sentido através também da linguagem não-verbal.

A primeira cena do filme se passa dentro de uma cela quando um dos detentos tenta se matar, enfiando um objeto cortante na garganta. Do ambiente asséptico e frio da cela passamos para a sequência na casa da protagonista Yeon, cujo ambiente é também igualmente asséptico e frio. A voz que ecoa é a do jornalista que informa que o prisioneiro, da cena anterior, é Jang-Ji, condenado a pena de morte e que já havia tentado suicídio anteriormente. Yeon descobre, no desenrolar da narrativa, que está sendo traída pelo marido, o que explica a distância e a frieza na relação dos dois: durante todo o filme ela não trocará uma só palavra com ele. Em meio a isso o bombardeio midiático sobre o condenado a morte que tentara se suicidar invade de tal forma seu dia a dia que é a ele que ela recorre para construir um novo sentido para a sua vida no momento de crise com o marido. Ela passa a visitá-lo, encontrando nele um interlocutor com quem pode dividir suas lembranças, angústias e extravasar sua criatividade.

Dois pontos pouco mencionados quando se forja uma sinopse do filme são aqueles que provavelmente mais chamariam a atenção de Michel Foucault. Há um personagem que permeia e traça o filme todo: o vigia da prisão. Da sua sala de vigilância, ele acompanha pelo monitor a chegada de Yeon à prisão e é ele quem permite que ela entre, ele quem decide quanto tempo eles podem se falar, qual é o limite das visitas. Em última instância, é ele quem “paga pra ver” aonde Yeon quer chegar com as suas visitas. Outro ponto é a insistência da morte: faz sentido para o espectador (ao menos algum) quando na sua primeira visita Yeon conta a Jang-Ji que na infância esteve morta por cinco minutos e descreve a ele a sensação que vai persegui-la por toda a vida. E eis a nossa escolha pela tradução *Sem Fôlego*: Yeon esteve morta por segurar a respiração por mais de cinco minutos. E é assim que ela tentará matá-lo na sua

² Escolhemos aqui a segunda por entendê-la como mais coerente com enredo do filme.

última visita, enquanto eles fazem sexo. Aparentemente, a intenção de Yeon é compartilhar a boa sensação que sentiu nos cinco minutos que esteve “morta” com Jang-Ji, como forma de acalmá-lo, para que não se machuque mais, como ela chega a pedir a ele. Afinal de contas é essa a grande questão: Jang-Ji está com medo da pena de morte e tenta se matar por isso. Mas se ele vai morrer de qualquer forma, se o Estado vai matá-lo, por que não deixam *e/le* se matar, por que ele não pode morrer quando quer?

O olho do poder:

Em *Vigiar e Punir*, Michel Foucault desenvolve o conceito de panoptismo (FOUCAULT, 2010, p. 186-214), intrínseco à noção de sociedade disciplinar. Para o pensador francês há uma mudança de paradigma do antigo regime para a modernidade, no que tange à noção de poder, sua visibilidade e estratégias de punição e controle dos corpos. Se até o advento da modernidade, a punição por crimes era espetacular, de forma a servir de exemplo a todos, e também exaltar o poder e autoridade do soberano, o paradigma da modernidade se altera: é necessário controlar e vigiar os corpos de maneira a torná-los mais produtivos.

Antes de desenvolver a tese sobre o panoptismo, Foucault fala sobre os procedimentos de uma sociedade durante o surto de peste, onde “o olhar está alerta em toda a parte” (idem, p. 186): todas as pessoas fechadas em suas casas, um fiscal por área, responsável pelo controle das pessoas, dos doentes e dos mortos. Uma rede de comunicação que serve como o tipo ideal de dominação e controle. Um tipo ideal que de fato não se realiza em toda a sua potência, mas que realmente serve de parâmetro para uma nova forma de controle social em uma sociedade de grandes massas.

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 2010, p. 187-188)

Foucault analisa então um novo tipo de arquitetura para as prisões desenvolvido por Bentham, o *panopticum*, cuja estrutura revela o procedimento da sociedade disciplinar. A arquitetura consiste em celas individuais com uma torre central que é capaz de visualizar o que se passa em cada uma das celas, de forma que a torre pode observar atentamente os corpos detidos. Entretanto, os prisioneiros não são capazes de ver o olho da torre. Logo, os prisioneiros não sabem ao certo se estão ou não sendo vigiados, uma possibilidade que cria uma potência, onde os indivíduos, se sentindo permanentemente vigiados, ou na iminência de, passam a se vigiar (cf. FOUCAULT, 2010, p.191). Um novo tipo de poder, produtivo, que visa adestrar e potencializar os corpos.

O modelo *panopticum* não se restringe às prisões, mas será o paradigma das demais instituições de controle dos corpos: escolas, hospitais, etc.

O entendimento do Foucault a respeito das formas de poder, seus dispositivos e tecnologias tende a entender tais estratégias sempre em movimento e desenvolvimento. Em *História da Sexualidade I – A vontade de saber* (1988), Foucault menciona como por exemplo, a confissão cristã, acabará por ajudar a desenvolver os dispositivos de sexualidade da modernidade burguesa, extrapolando sua intenção primeira e se desenvolvendo e articulando novos propósitos investigativos de controle dos corpos.

Se pensarmos dessa mesma forma, entenderemos o próprio panoptismo em desenvolvimento. A sensação de vigilância e suas formas de fazê-lo se desenvolveram conforme as técnicas da sociedade capitalista. Uma ideia presente em Walter Benjamin (1994) no seu importante texto de 1936 *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* é a de que conforme mudam as técnicas de reprodutibilidade mudam também as formas de percepção (cf. BENJAMIN, 1994, p.185). Logo, se o desenvolvimento técnico do capitalismo potencializa os métodos, a percepção destes também se altera.

A partir daí é importante vislumbrar as questões das câmeras de segurança, hoje cada vez mais comuns e presentes. Ninguém, ou dificilmente alguém, se incomoda com o fato de estar sendo sempre vigiado. E se, tal como no dispositivo de sexualidade em que a necessidade de se falar sobre seu corpo, seus desejos e sua sexualidade acabou por produzir uma sociedade que entende no falar sobre o sexo uma forma de “libertação da repressão”, também acabamos por incorporar de tal forma o panoptismo que ele se faz presente em todas as esferas da vida social.

O olho do poder, analisado por Foucault, acabou não só se restringindo à esfera do poder punitivo/produtivo. Um exemplo presente no próprio filme é a maneira pela qual Yeon “conhece” Jang-Ji: a notícia da tentativa de suicídio de Jang-Ji foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Um aspecto salientado por Guy Debord em *A sociedade do espetáculo* (2003), já delineado por Benjamin no artigo supracitado, é justamente o fato de que o a visão, a visibilidade torna-se o principal dos sentidos na sociedade moderna, superando o tato. Para Debord, tal fato demonstra a superação da realidade pela representação em nossa sociedade. Leon Farhi Neto (2007) em seu artigo “Disciplina ou espetáculo? Uma resposta pela biopolítica”, que busca trazer os pontos divergentes e as possíveis aproximações entre a obra de Foucault e Guy Debord, sintetiza muito bem como a relação entre visibilidade e poder se altera com o advento da sociedade disciplinar:

No espetáculo, os holofotes iluminam o poder, enquanto os indivíduos são relegados às sombras. Na disciplina, ao contrário, as luzes estão voltadas para os indivíduos, enquanto o poder, em sua difusão pela rede disciplinar, ofusca-se, perde o brilho. Na disciplina, há individualização qualificada do múltiplo da plateia. No espetáculo, é a nitidez individualizada dos poucos personagens em cena que captura o olhar absorto da massa. (NETO, 2007, p.6-7)

Ainda que muitos considerem o mote do filme improvável, impossível, a extrema visibilidade hoje em dia permitiria de fato que alguém se aproximasse de outra pessoa sem nunca tê-la visto ou conhecido pessoalmente. O princípio do panoptismo se espalhou por todo corpo social³. A superexposição midiática a que todos estamos expostos se potencializa cada vez mais com o avanço do aparato tecnológico cada vez mais acessível. Ao afirmar que o poder é produtivo na sociedade disciplinar, Foucault nos deixa aptos a perceber que o espectro da vigilância nos torna vigias não apenas de nós mesmos, mas também do outro. Estamos cercados dos por *todos os olhos*. E hoje qualquer câmera de celular é passível de registrar e publicar desde os atos mais banais, até mesmo ser a testemunha de um crime ou o desliz de alguma celebridade.

É verdade, porém, que os tipos de vigilância se distinguem ao longo do corpo social. A potência e intencionalidade de uma câmera de vigilância em uma prisão é distinta do olhar indiscreto de uma câmera de telefone celular. O próprio filme de Kim Ki-Duk trabalha muito bem com a distinção das diferentes câmeras que o compõem.

3 Michel Foucault já foi utilizado para a análise de outras narrativas. A questão da vigilância e da sociedade disciplinar foram tratadas por diferentes críticos e intelectuais ao analisarem filmes como *1984*, baseado na obra de George Orwell, ou ainda o clássico *Laranja Mecânica*, de Stanley Kubrick. Cf. as referências na bibliografia deste artigo.

Nos propomos aqui a trabalhar com essas distintas câmeras, esses “olhares distintos” enquanto gêneros do discurso. Segundo o pensador russo, Mikhail Bakhtin os gêneros do discurso são *tipos relativamente estáveis* de enunciação (BAKHTIN, 2010, p. 262), caracterizados por uma determinada entoação, localidade, tipo de interlocutores envolvidos no diálogo. É claro que estava longe do horizonte bakhtiniano – e muito provavelmente da maior parte dos intelectuais que trabalham com este conceito – pensar gênero do discurso em relação aos diferentes tipos de “olhares” do poder. Entretanto, traremos este conceito para pensar as diferentes formas com a qual o diretor e roteirista do filme *Sem Fôlego* constrói sua narrativa.

Ki-Duk trabalha basicamente com três olhares, que se utilizam do mesmo objeto (câmera de filmagem) de formas peculiares: o primeiro é o olhar midiático. O discurso televisivo, a câmera da TV, tem um papel fundamental na possibilidade de criação do mote do filme: a possibilidade de Yeon conhecer a história de Jang-Ji e ir até ele. Este discurso é caracterizado por uma fala jornalística muitas vezes imparcial que narra as imagens capturadas. No caso do filme, é mostrado o hospital onde Ji fora internado, a prisão onde está preso, em flashes que tornam possível a localização do objeto de enunciação por qualquer espectador. Neste caso, há uma aparente equivalência entre quem é olhado e para quem é exibido, passando, é claro, pelo crivo da emissora de TV que forja as demandas do que serve de espetáculo e merece ser exibido, sabido. Em tese, todos somos passíveis de sermos noticiados e a televisão espera enquanto interlocutor de fato a grande massa. É quase como se o desejo das massas de serem filmadas, anunciado por Benjamin em 1936, tenha sido atendido (BENJAMIN, 1994, p. 183).

O segundo olhar trabalhado por Kim Ki-Duk é a câmera de vigilância da cadeia. É a própria edição de imagens do diretor que nos permite pensar aqui na câmera como um outro tipo de discurso, que constrói consigo novos sentidos. O diretor, em determinados pontos da trama, intercala as tomadas da câmera, digamos cinematográfica, com as imagens captadas pelas câmera de segurança. A percepção das imagens se altera, visto que há uma diferença material entre elas. Sabemos exatamente por que estamos vendo determinada cena do filme através da câmera do diretor ou da câmera do vigia. Analisemos a sequência de cenas da quarta visita de Yeon para Jang-Ji: a partir da segunda visita, Yeon passa a decorar a sala de visitas na qual encontra com Jang-Ji. Cada visita reflete a sensação de uma estação do ano. O marido de Yeon percebe a mudança de comportamento da esposa e o preparo desses encontros e resolve segui-la, justamente nesta terceira visita “temática”, digamos assim, em que Yeon decora a sala com as cores e sensações do Outono. Assim que Yeon entra na prisão, seu marido desce do carro e pergunta quem ela visita. Neste momento, assistimos ao filme através da câmera de segurança. O vigia que vinha se divertindo com a inusitada história de Yeon com um condenado à morte, ganha agora outro personagem: seu marido.

Enquanto isso, Yeon, como de costume, canta para Jang-Ji. Pela primeira vez durante as visitas temáticas, Ki-Duk dá um close no policial que acompanha as visitas, justamente na hora em que ele olha para a câmera de vigilância. Ela é então filmada, também pela primeira vez, sendo ali consagrada enquanto personagem. Imediatamente, passamos a visualizar a visita de Yeon e Jang-Ji através do monitor de vigilância do vigia. Se o vigia, na primeira visita temática deu o sinal para que acabasse a visita na hora em que Yeon e Ji se beijaram, desta vez ele deixa que eles se envolvam a vontade. É o tempo suficiente para que o marido de Yeon entre na sala do vigia e assista também à visita da esposa.

Saber é poder. Não há uma equivalência entre aquele que é observado e aquele que observa. Ademais, não é uma filmagem feita para exibição. No caso da possibilidade o fato do marido de Yeon ter assistido a filmagem é uma demonstração do poder do vigia.

Diferentemente do terceiro gênero que, neste caso, engloba os outros dois: o cinematográfico. Walter Benjamin já chamara a atenção ainda no seu texto de 1936 ao fato de que o filme é uma obra de arte cuja produção pressupõe a reprodução (BENJAMIN, 1994, p.171-172). Ou seja, uma película é feita para ser exibida em massa. A aproximação que Kim Ki Duk faz desses dois “gêneros” é bastante curiosa.

Segundo Foucault, é quase indiferente qual a pessoa que habita a torre de vigilância (FOUCAULT, 2010, p.191-192). Qualquer um pode ser o vigia. De fato, no filme a metáfora é feita, uma vez que nós só vemos o rosto do vigia através do seu reflexo na tela do monitor. Ademais, ele não é filmado enquanto um personagem, mas a câmera o é. Curiosamente, quem interpreta o vigia é o diretor do filme, Kim Ki Duk. Desta forma ele nos sugere uma analogia interessante entre aquele que tem o poder das imagens e a partir delas constrói uma narrativa, define seus rumos, lapida os olhares; e o vigia que durante todo o filme exerce esse papel, de direcionar o rumo da história conforme o poder que as imagens que lhe concebem.

O marido de Yeon a proíbe de visitar Jang-Ji, depois de segui-la. Ele vai até a prisão e conta para Ji que ela não irá mais visitá-lo e diz que cuidará bem dela. Jang-Ji tenta se suicidar novamente.

Biopolítica ou tanotopolítica?

“Por que você me traiu com um condenado a morte? Você queria acabar com a minha auto-estima?” É com esta questão que o marido de Yeon a interroga. E esta talvez seja a questão que permeie o imaginário daqueles que leem a sinopse do filme. O que gostaríamos de pontuar aqui é a maneira que o marido de Yeon trata o condenado a morte nesta sentença: para ele Yeon teria premeditadamente “escolhido” o “pior homem possível” para traí-lo e vingar-se da traição que sofria. De maneira alguma, ele cogita que poderia haver algum laço de empatia entre os dois, simplesmente por não considerar um condenado a morte como um alguém que seja passível de constituir tais laços. É o marido de Yeon que fala em alto e bom tom que ele fora condenado por ter matado sua família: a polícia o encontrara dormindo ao lado da mulher morta, como posteriormente nos contaria o telejornal que informa Yeon sobre a terceira tentativa de suicídio de Jang-Ji.

Se a grande inquietação do marido de Yeon é aquela, a nossa poderia se traduzir pela seguinte: “Alguém que tenta se matar por três vezes e cujo destino próximo é uma morte certa... por que não deixam que ele morra?” Salientamos aqui que este é um alguém, que como mesmo o marido de Yeon salienta em sua questão, é alguém considerado “inferior”, “desprezível”. Quais os mecanismos de poder explica essa insistência do Estado que o mantém vivo para matá-lo ao seu tempo?

Recorremos aqui às reflexões do já citado Foucault, mas também do pensador Giorgio Agamben. Acreditamos que esta questão que o filme sublinha está intimamente relacionada a noção de biopolítica, forjada por Foucault, mas também na sugestão de Agamben de uma certa tanatopolítica.

Em *A vontade de saber* (1988), Foucault afirma que a *vida* entra na história através da sistematização dos fenômenos inerentes à vida da espécie humana na ordem do poder e do saber (MORAIS, 2010). Seguindo o raciocínio já explicitado em relação à sociedade disciplinar, a ideia é de que o poder haja através de dispositivos que interferem diretamente nos corpos, tornando-os mais produtivos. Se pensarmos nas políticas de massa, de controle populacional,

a medicina com suas interdições e verdades sobre o corpo, as “vacinas obrigatórias”, etc., ficará mais clara a percepção de que há um tipo de poder que age diretamente em nossos corpos. Falando aqui novamente da mudança de paradigma de poder e soberania do antigo regime para as sociedades modernas, é como se antes houvesse um poder que era legitimado pela possibilidade de poder matar aquele que está sob sua custódia; agora, o poder é produtivo e encontra-se na capacidade de alterar e potencializar a vida.

Procurando desenvolver os aspectos levantados por Foucault, Giorgio Agamben inicia seu livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* (2002) falando sobre a distinção entre os gregos dos seguintes termos para a definição do que seja vida: *zôé* “simples fato de viver comum a todos os seres vivos” (AGAMBEN, 2002, p.9) e *bíos* “forma ou maneira de viver própria de indivíduo ou de um grupo”. A vida do homem que vive em sociedade, do homem político da pólis é definida através do conceito de *bíos*. Ao longo de sua obra, entretanto, Agamben procura mostrar como em nossa sociedade a política tem se aliado e, por que não dizer, se edificado sob a noção de *zôé*, ou seja, a vida nua, a mera existência biológica. Temos até uma continuação do raciocínio de Foucault sobre biopolítica. Entretanto a diferença entre os dois autores está na dimensão de política: enquanto em Foucault é bastante conhecido:

o decidido abandono da abordagem tradicional de poder, baseada em modelos jurídico-institucionais (a definição de soberania, a teoria do Estado), na direção de uma análise sem preconceito dos modos concretos com que o poder penetra no próprio corpo de seus sujeitos e em suas formas de vida. (AGAMBEN, 2002, p.12-13)

Agamben procura justamente relacionar a dimensão de tecnologias do poder e tecnologias do eu, vislumbradas por Foucault, de maneiras separadas, procurando o ponto de intersecção entre “o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico de poder” (AGAMBEN, 2002, p. 14). A tese de Agamben é de que “a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano” (idem, grifos do autor).

Giorgio Agamben, partindo de um método bastante parecido ao de Foucault, desenvolve sua argumentação a partir da análise de alguns eventos da história política da modernidade, outros que parecem “intrusão de princípios biológico-científicos na ordem política (como a eugénica nacional-socialista)”, ou ainda “o debate atual sobre a determinação normativa dos critérios da morte” (idem, p.128) procurando demonstrar como eles adquirem verdadeiro sentido quando são restituídos ao contexto biopolítico (ou tanatopolítico). Segundo o pensador, o paradigma oculto do espaço político da modernidade é o campo de concentração.

Ao refletir sobre a gênese do *habeas corpus*, Giorgio Agamben afirma que a democracia moderna nasce da reivindicação desse *corpus* que deve estar presente para se fazer mostrável:

Se é verdade que a lei necessita, para a sua vigência, de um corpo, se é possível falar, neste sentido, do “desejo da lei de ter um corpo”, a democracia responde ao seu desejo obrigando a lei a tomar sob seus cuidados este corpo. Este caráter ambíguo (ou polar) da democracia é tão mais evidente no *Habeas Corpus*, pelo fato de que, enquanto ele era destinado em sua origem a assegurar a presença do imputado no processo e, portanto, a impedir que ele se subtraísse ao juízo, na nova e definitiva forma ele se converte em obrigação, para o xerife, de exibir o corpo do imputado e de motivar sua detenção. *Corpus é um ser bifronte, portador tanto da sujeição ao poder soberano quanto das liberdades individuais.* (AGAMBEN, 2002, p. 130)

Este corpo que deve ser fazer mostrável é o corpo de Jang-Ji que, mesmo que condenado a morte, ele *precisa estar* presente no dia de sua condenação. A morte que o Estado lhe causará

é a punição na qual ele deve estar presente; esta é uma morte diferente do que a morte ele que quer causar a si mesmo.

Sobre a morte, Agamben trata ao falar de dois eventos: a eutanásia, sua defesa através do texto de Binding e a eutagenética nacional-socialista; e a politização da morte, com a definição dos marcos biológicos de onde termina a vida e começa a morte, numa discussão que parece misturar o político e o médico.

Quanto à eutanásia, Agamben traz o texto de Binding traduzido por “A autorização do aniquilamento da vida indigna de ser vivida”, onde o autor para explicar a impunibilidade do suicídio, é induzi-lo a concebê-lo como “expressão de uma soberania do homem vivente sobre a própria existência”. Agamben analisa as implicações do conceito de vida indigna de ser vivida, ou simplesmente, vida sem valor, de Binding, demonstrando como que este *valor* está intimamente ligado a uma noção jurídica:

na perspectiva da biopolítica moderna, ela [a eutanásia] se coloca sobretudo na intersecção entre a decisão soberana sobre a vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação, e assinala o ponto em que a biopolítica converte-se necessariamente em tanatopolítica. (AGAMBEN, 2002, p. 149)

O caso de Jang-Ji não tem a ver com a eutanásia, já que ele não *escolhe* a morte: o seu desejo de morrer vem justamente do medo que sente da condenação, da morte imposta. Tal condenação seria em si uma evidência de que o Estado considera a sua “vida como indigna de ser vivida”. Porém, neste caso em que biopolítica e tanatopolítica parecem se misturar, Jang-Ji não é soberano da sua própria existência: sua vida é “matável” e o Estado zela pelo seu corpo biológico, mantendo-o vivo para que ele esteja presente para a execução da sentença. “Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal.” (idem).

Extrapolando na argumentação, poderíamos dizer que durante o antigo regime e seu método de tanatopolítica, se um condenado a morte tentasse suicídio dificilmente o poder soberano iria se esforçar para impedi-lo ou salvar sua vida. Não há um compromisso com a sua vida, mas apenas o poder de tirá-la. A tanatopolítica da sociedade disciplinar moderna além do poder sobre a morte, exerce também um poder sobre a vida, num relação intrínseca com a biopolítica. O caso de Jang-Ji deixa evidente essa ligação.

Tratar de tanatopolítica e biopolítica para refletir sobre uma narrativa fictícia, ainda mais sobre um condenado a morte não deve nos iludir quanto ao fato de que, segundo Agamben, somos todos nós *homo sacer*: vida insacrável, porém matável. Uma das análises mais interessantes de Agamben é relacionar o fato biológico do nascimento à atribuição de cidadania, refletindo nada menos que sobre a declaração dos direitos humanos, que segundo ele, “representam aquela figura original da inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação” (AGAMBEN, 2002, p. 134).

Vale a pena ler as palavras de Agamben a respeito:

Não é possível compreender o desenvolvimento e a vocação “nacional” e biopolítica do Estado moderno nos séculos XIX e XX, se esquecermos que em seu fundamento não está o homem como sujeito político livre e consciente, mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal pelo princípio da soberania. A ficção aqui implícita é a de que o *nascimento* torne-se imediatamente *nação*, de modo que entre os dois termos não possa haver resíduo algum. Os direitos são atribuídos ao homem (ou brotam dele), somente na medida em que ele é o fundamento, imediatamente dissipante (e que, aliás, não deve nunca vir à luz como tal), do cidadão. (AGAMBEN, 2002, p. 135)

Sujeitos assujeitados?

Mesmo demonstrando aqui todo o aparato de soberania e poder conforme pensa Agamben, enxergamos os atos dos sujeitos representados na narrativas dentro da dimensão de microfísica do poder de Foucault, no sentido de pensar que onde há poder há resistência, há contra-poder. A começar pela não previsibilidade das ações das personagens. Yeon, diferentemente do que concebe seu marido, encontra em Jang-Ji um interlocutor. A “escolha” de Yeon em se aproximar dele fica clara, como já dissemos, quando ela conta a ele sobre sua experiência com a morte. Ao decidir visitá-lo, Yeon subverte a ideia de que a vida de um homem que matou sua família “não tem mais valor”. Ao decorar a fria sala de visitas, levando papéis de paredes, flores, músicas, Yeon subverte a função daquele espaço. Ainda que sejam brechas “permitidas” pelo olho do vigia, é ele mesmo quem se intriga com os atos surpreendentes de Yeon e faz disso seu entretenimento: a vigilância vira espetáculo, justamente pela ação inesperada de seus sujeitos.

Ao conversar sobre suas angústias com Jang-Ji, Yeon opera em uma espécie de cura que dialoga com outro filme de Kim Ki Duk, talvez o mais conhecido entre o público brasileiro, o *Primavera, Verão, Outono, Inverno... e Primavera* (2003). O primeiro ambiente que decora a sala é a primavera em que conta sobre sua infância, o trauma com azaleias, com as quais seu pai lhe batia por desenhar nos cadernos, demonstrando tanto seu encanto com as artes desde cedo (Yeon é escultora) quanto o enfrentamento com a repressão. Em seguida, decora com o Verão, em cuja visita ela descreve novamente a sensação de estar morta por cinco minutos. Nessa visita, o vigia “permite” que eles se beijem por mais tempo. A terceira visita é o outono, em que Yeon decora as paredes com a paisagem da montanha Seorak (conferir), na qual conheceu seu marido, e descreve a cena a Jang-Ji. É precisamente nesta visita que o marido a segue e a partir daí eles começam a encarar de frente o problema entre eles.

Ao saber da terceira tentativa de suicídio de Jang-Ji, Yeon decide vê-lo. Dessa vez é o marido quem a leva, numa atitude que mescla respeito, admiração e resignação. Yeon não leva nenhum artefato para decorar a sala. A sala se apresenta tal qual ela é: branca e fria. É de fato inverno e neva do lado de fora. Yeon não diz nada, apenas beija Jang-Ji. O vigia assiste mais uma vez, ele intercala a cena de sexo dos dois, com a câmera de vigilância externa que filma o marido e a filha de Yeon brincando com a neve. Yeon então tenta matar Jang-Ji, com um beijo sufocante, talvez numa tentativa de proporcionar a ele a sensação prazerosa de morte que ela teve, *sem fôlego*.

Jang-Ji resiste. A cela representada por Kim Ki Duk não é a descrita por Foucault, talvez por se tratar de uma cela para condenados a morte, cujos corpos, talvez, não necessitem ser tão vigiados e adestrados, mas apenas mantidos vivos para o momento da execução. Diferentemente da cela apresentada no filme *Casa Vazia* (2004), em que a questão da visibilidade é muito importante, tanto que é exatamente com ela que o protagonista trabalha: sua capacidade de se tornar invisível diante dos olhos atentos do carcereiro.

Jang-Ji compartilha a cela com mais três detentos: um entendido na técnica de Do In, outro que faz desenhos nas paredes com a ponta da escova de dentes (que é, por sinal, o instrumento afiado utilizado por Ji para se matar) e o terceiro que sente um afeto especial por Ji. Este detento sempre se aproxima do corpo de Ji, o acaricia, ele sente ciúmes da aproximação de Yeon. A relação entre os detentos, como característico dos personagens e narrativas de Ki-Duk, é bastante lacônica.

A conclusão do filme é a resolução dos dramas: Yeon sai da prisão e brinca feliz com o marido e a filha, vivendo verdadeiramente o inverno, a última das estações a ser representada em

suas visitas temáticas. A canção que costumava cantar nas visitas a Jang-Ji foi entoada no carro quando voltava pra casa, demonstrando uma leveza e reconciliação com o marido que a acompanha no canto. Embalados pela canção de inverno entoada pelo casal, Kim Ki-Duk nos mostra o desfecho de Jang-Ji: durante o sono, ele é morto por enforcamento pelo detento que lhe tinha carinho, aliado aos outros dois que abraçam firmemente seu corpo. Finda a angústia de Jang-Ji.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *O Freudismo*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In *Magia e Técnica, Arte e Política* Ensaios sobre literatura e História da Cultura - Obras Escolhidas Vol 1. p. 165-196 São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994

CAPELLER, Ivan. *Kubrick com Foucault ou O desvio do Panoptismo*. Ciberlegenda, nº 13, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/ivancap1.htm#_ftn7> Acesso em 19 de abril de 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Pedro Martins. *Kim Ki Duk celebra a vida*. In Caderno 3, Diário do Nordeste. Publicado em 23 de setembro de 2008. Disponível em <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=574483>> Acesso em 19 de abril 2012.

KI-DUK, Kim. *Sem Fôlego (Soom)*. [Filme]. Coreia do Sul, 2007.

_____. Verbete da Wikipedia sobre Kim Ki Duk. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Kim_Ki-duk> Acesso em 19 de abril 2012.

MORAIS, Isabela. *Apontamentos sobre o corpo e a sexualidade no mundo burguês: entre Foucault e Bakhtin*. In MAGALHÃES, Bóris Ribeiro (org). SABATINE, Thiago Teixeira (org) SOUZA, Luís Antônio Francisco (org) *Corpo, sexualidade e direito: coletânea de textos do 1º Seminário Michel Foucault*. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2010. CD-ROM ISSN 2177-8728

PINTO, Paulo Roberto Giardullo. O Panóptico: Foucault confirma Orwell. In Revista Espaço Acadêmico – Nº28, Setembro de 2003 – ISSN 1519.6186 Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/028/28cpinto.htm>> Acesso em 19 de abril 2012.

NETO, Leon Farhi. *Disciplina ou espetáculo? Uma resposta pela biopolítica*. In. Revista Aulas. Dossiê Foucault. Nº3, dez 2003/mar 2004. ISSN 1981.1225. Disponível em <www.unicamp.br/~aulas/pdf3/20.pdf> Acesso em 19 de abril 2012.

ZANIN, Luiz. *Um filme de fôlego*. In. Cinema, Cultura & Afins. Publicado em 25 de abril de 2008. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/luiz-zanin/um-filme-de-folego/>> Acesso em 19 de abril 2012.

História da Arte e das Ciências

Humanas:

Palcos para Lutas Linguísticas

Murilo Rocha Seabra¹

Resumo: O presente texto explora brevemente alguns aspectos da história da arte, da história da historiografia e da história da geografia do século XX, tentando mostrar que as definições de cada um desses campos estão mais para investidas militares do que para degravações de suas respectivas essências ou naturezas. Ao mesmo tempo, constrói-se um modelo ou estilo de análise que talvez possa ser estendido para outros campos e fenômenos. A última seção trata de uma investida militar específica que serve para conferir aparência epistêmica aos textos. Ela é identificada como a estética da austeridade.

Palavras-chave: filosofia da arte; filosofia das ciências humanas; linguagem; estética

Abstract: The present text explores briefly some aspects of the twentieth century history of art, the history of historiography and the history of geography in an attempt to show that the definitions of these domains are more like military enterprises than depictions of their essences or natures. Simultaneously, a model or style of analysis is elaborated that might be extended to other domains and phenomena. The last section deals with a specific military enterprise that serves to provide texts with an epistemic appearance. It is identified as the aesthetics of austerity.

Keywords: philosophy of art; philosophy of the human sciences; language; aesthetics

¹ Graduado e mestre em filosofia pela Universidade de Brasília (UnB).

É possível narrar a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos de várias formas diferentes

É possível narrar a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos de várias maneiras diferentes. Nada nos impede de afirmar, por exemplo, que desde o *Salon des Refusés* o que ela tem vivido não é nada mais e nada menos do que um lamentável processo de degradação. O impressionismo fez a pintura perder completamente o rumo. Já que os inícios só podem ser assinalados retrospectiva e arbitrariamente, por que não dizer que a queda da arte começou no momento preciso em que Monet encostou o pincel na tela pela primeira vez? As pinturas que passaram a atrair a atenção desde então poderiam ter sido feitas por crianças! E não encontramos formas igualmente indefinidas e cores igualmente borradas nas paredes dos hospícios? Igualmente indefinidas! Igualmente borradas! Num caso, porém, temos um não saber pintar involuntário, não escolhido – e menos ainda alardeado. No outro caso, temos um não saber voluntário, escolhido – e alardeado, muito alardeado.

E a pintura arrastou consigo a música... Que começou a substituir paulatinamente suas composições refinadas e engenhosas por ruídos cimentados uns sobre os outros das formas mais rudimentares possíveis. E a poesia? A poesia da primeira metade do século XX apresenta sinais manifestos de decadência: os versos cuidadosamente metrificados, as rimas cuidadosamente elaboradas e os temas cuidadosamente escolhidos de outrora cederam lugar a aberrações simplesmente indignas do rótulo 'poesia'. Ah, a *Semana de 22* é hoje aplaudida! Aplaudida! O mundo está de cabeça para baixo... E a escultura? A mesma coisa aconteceu com a escultura! A mesma coisa! Seus artífices também resolveram desaprender a esculpir. Já nos fins do XIX, a falta de habilidade com o bronze e o mármore começaram inspirar mais respeito e veneração do que a habilidade. E o teatro? Um absurdo! Um absurdo!

Por todos os lados, por todos os cantos: a arte está em franca decadência. A pintura moderna é essencialmente uma pintura mal feita e a contemporânea não chega sequer a ser pintura! E o mesmo pode ser dito de todas as artes... De todas as artes! E como se não bastasse o fato de que ao longo do XX os rótulos 'pintura', 'música', 'poesia', 'escultura', 'dança' etc., passaram a designar espécies ameaçadas de extinção, uma vez que simplesmente pararam de se reproduzir, ainda por cima apareceram rótulos para os seres duvidosos que nele começaram a proliferar: 'readymades', 'instalações', 'performances', 'happenings', 'penetráveis' etc.

Mas não é evidente que um trabalho onde uma pessoa murmura ciclicamente palavras ininteligíveis enquanto contorce o seu corpo de maneira indigesta não passa de uma peça de teatro mal feita? Uma peça de teatro mal feita! Terrivelmente mal feita! Tão mal feita que refrata o rótulo 'teatro'! Ela não deveria ter direito de cidadania no mundo da arte! Mas se a chamarmos de 'performance', ela poderá agora ser uma performance bem feita! Aqui está o perigo! Sim, aqui está o perigo... Admitir novas categorias artísticas é fornecer às aberrações do mundo contemporâneo – que por sua extrema falta de qualidade não se encaixam em nenhuma categoria artística tradicional – categorias nas quais se encaixem! Nas quais possam ser boas!

Já se disse que os espécimes que alcançam a suprema perfeição inauguram novos gêneros. Mas o que vemos acontecer no XX são espécimes inaugurando novos gêneros por terem alcançado a suprema imperfeição! Readymades?! Instalações?! Performances?! A degradação artística do XX está se fazendo acompanhar por uma correspondente degradação linguística... Que acaba por camuflá-la! Se tivéssemos mantido a terminologia da arte referendada

pelos séculos! Ah, se a tivéssemos mantido! Então, conseguiríamos ver com clareza que as invenções do XX pura e simplesmente não são obras artísticas!

Não devemos subestimar os efeitos da transformação da linguagem. Pois é através dela que pensamos, é através dela que qualificamos o mundo. É através dela que se configura a nossa sensibilidade. As palavras são as lentes através das quais olhamos para a realidade que nos circunda – se elas estiverem avariadas, como identificaremos as avarias que surgirem em nossa frente? Se a linguagem e a realidade estiverem ambas empenadas para o mesmo lado, tudo parecerá em ordem! Parecerá! Não ‘estará’, mas ‘parecerá’! Uma transformação linguística não é apenas uma transformação linguística. Ela é também uma transformação do olhar. Uma distorção linguística não é apenas uma distorção linguística. Ela é também uma distorção do olhar. Sim, sim... Infelizmente! O mundo está de cabeça para baixo.

Sim, a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos pode ser narrada como uma história decadente

Sim, a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos pode ser narrada como uma história decadente, como uma história de perda de parâmetros, de perda de critérios, de perda de valores, de perda de sentido. A habilidade, o equilíbrio, a técnica, a harmonia, a perícia, a simetria, a originalidade: tudo pulverizou-se, tudo gaseificou-se, desaparecendo em plena luz do dia. Sim, ela pode ser narrada como uma história de perda de *qualidade*, até mesmo de perda de *identidade*. Ou seja, de perda de si mesma... Sim, de perda... Só de perda... A história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos pode ser narrada como uma história puramente negativa. Não houve nela ganhos. Apenas excessos e desmoronamentos. Ela não avançou. Só regrediu.

E ela de fato foi narrada assim. Por várias vozes. Situadas nos mais diversos nichos sociais. Dentro das instituições... E também nas ruas. Tanto na esfera pública... Quanto na esfera privada. Algumas com mais poder de influência sobre o curso dos acontecimentos... Outras com menos. Mas nenhuma sem poder algum e nenhuma com todo poder em mãos. As forças das diferentes vozes e dos diferentes punhos que movem a história são sempre ponderadas. Elas jamais decidem tudo. Também não há nada que não possam, mesmo que minimamente, mesmo que risivelmente, inclinar para lá ou cá.

Uma tia de Monet, por exemplo, bastante entendida de arte, expressou numa carta sua desolação em relação ao sobrinho:

Seus desenhos nunca vão além dos esboços que você já conhece, mas, quando resolve acabar algo e fazer um quadro, o resultado são uns borrões grosseiros dos quais se envaidece e pelos quais sempre há alguns idiotas que o congratulam. Não faz nenhum caso das minhas observações. Como não estou à sua altura, decidi guardar o mais profundo silêncio. (*apud* REWALD, 1991, p.58)

Monteiro Lobato, por sua vez, ficou verdadeiramente horrorizado com a exposição de Anita Malfatti de 1917. Como escreveu em sua crítica, a arte que ela apresentava, que ela trazia para dentro das fronteiras nacionais, era uma arte que tinha perdido o rumo “sob a sugestão estrábica de escolas rebeldes, surgidas cá e lá como furúnculos da cultura excessiva” (LOBATO, 1964, p.59). É possível ser mais duro com alguém que se dedica à pintura? Estrabismo! Furúnculos! Ele certamente não mediu suas palavras. “Terá na verdade algum crítico lucidez nítida do impacto que uma frase sua, ou um adjetivo mesmo, em meio a um parágrafo que ele rapidamente bate à máquina sobre determinada exposição, pode causar no pintor jovem – ou mesmo no ar-

tista 'calejado'?", perguntou Aracy Amaral (1983, p.16). Porém, um pouco tarde demais. Ao que parece, Anita Malfatti abalou-se bastante com a crítica de Monteiro Lobato, o que se evidencia no fato de que depois de sua temporada nos Estados Unidos ela passou a frequentar o convencional ateliê de Pedro Alexandrino (AMARAL, 1983). Realmente, Monteiro Lobato não mediu suas palavras. Ou então ele as mediu cuidadosamente. Para que cortassem fundo. Para que as feridas expostas fossem de difícil cicatrização. Estamos, afinal, falando não de um aventureiro qualquer cujo manejo da escrita deixa bastante a desejar! Estamos falando de Monteiro Lobato!

São produtos do cansaço e do sadismo de todos os períodos de decadência: são frutos de fins de estação, bichados ao nascedouro. Estrelas cadentes, brilham um instante, as mais das vezes com a luz do escândalo, e somem-se logo nas trevas do esquecimento. (LOBATO, 1964, p.59)

O que há de se notar aqui, mais do que a fracassada profecia de Monteiro Lobato, é o seu poder diretivo, prescritivo, performativo. O aspecto pretensamente descritivo do seu discurso mascara a sua intenção modeladora: longe de constituírem uma mera descrição, as palavras de Monteiro Lobato representam uma verdadeira *investida militar* que visa fazer a realidade efetiva conformar-se à realidade narrada. Ele não pode estar narrando fria, neutra e objetivamente o triste ocaso da arte moderna em 1917. O que ele está fazendo é *arregimentando* o público paulista para sua causa: ele está *solicitando* que lancemos "nas trevas do esquecimento" essa arte que se afigura como nova, mas que, na verdade, é uma mera expressão de decadência.

Embora eles dêem como novos precursores duma arte a vir, nada é mais velho do que a arte anormal ou teratológica: nasceu com a paranóia e com a mistificação. [...] De há muito já que a estudam os psiquiatras em seus tratados, documentando-se nos inúmeros desenhos que ornaram as paredes internas dos manicômios. A única diferença reside que nos manicômios esta arte é sincera, produto ilógico de cérebros transtornados pelas mais estranhas psicoses; e fora deles, nas exposições públicas, zabumbadas pela imprensa e absorvidas por americanos malucos, não há sinceridade nenhuma, nem nenhuma lógica, sendo mistificação pura. (LOBATO, 1964, p.60)

Monteiro Lobato certamente não conseguiu antever que a associação com a loucura deixaria de ser em pouco tempo ofensiva se tornar elogiosa. De fato, assistiu-se ao longo do século XX uma massiva *inversão de valores* no espaço lexical estético: termos que no início do XX funcionavam inequivocamente de forma desqualificadora, no fim do XX já funcionavam de forma qualificadora; termos que no início do XX funcionavam inequivocamente de forma qualificadora, no fim do XX já funcionavam de forma desqualificadora. Mas quem jamais conseguiria prever uma semelhante sublevação linguística? Quem jamais conseguiria prever que palavras singelas e aparentemente inocentes como 'beleza', 'harmonia' e 'equilíbrio' veriam, num espaço de menos de cem anos, os seus sentidos duramente atacados e finalmente invertidos, deixando assim de ser invariavelmente usadas como expressões de aprovação e passando a ser mesmo usadas como expressões de desaprovação?

Então, houve mãos que empunharam a pena para escrever a história da decadência da arte – e não apenas para descrevê-la, mas para efetivamente canalizá-la e direcioná-la rumo à decadência. Contudo, algo deu errado. Escreveram com fúria... Mas sem a persistência necessária para a vitória. Ou cometeram o equívoco de não aglutinar seus escritos em compêndios imponentes e incontornáveis. Ou então simplesmente não tiveram a força eufórica e o entusiasmo insano de seus adversários. Por fim, precisaram contentar-se com a derrota: recolheram-se da esfera pública para a esfera privada, sem terem conseguido impor a sua versão dos fatos... Que para elas talvez não fosse apenas a versão correta, mas a única versão concebível!

Sim, a única versão concebível! Uma coisa é pensar da forma *x* e admitir a possibilidade de se pensar da forma *y* sem estar com a cabeça fora do lugar ou sem ter sido mistificado... Outra coisa é pensar da forma *x* e não admitir a possibilidade de se pensar da forma *y* sem estar com a cabeça fora do lugar ou sem ter sido mistificado! Concedemos a todo mundo o direito de *achar* o que quiser... Mas não de *saber* o que quiser! Sim, vale a pena examinarmos o modo como utilizamos os verbos 'achar' e 'saber'. Nós sabemos! Os outros acham! Ah, as vozes que se levantaram contra a arte moderna e a arte contemporânea... Elas não foram suficientemente convincentes para reconduzir a arte para o bom caminho... Ou para o que *elas* tomavam como o bom caminho! Também não conseguiram preservá-la das mais baixas imposturas... Ou do que *elas* consideravam como as mais baixas imposturas! Não conseguiram mantê-la dentro dos seus justos limites... Ou não conseguiram mantê-la dentro dos seus *estritos* limites! De uma forma ou de outra, a crítica não seguiu as rédeas do cavalo com a firmeza necessária... E ele fugiu.

É verdade que nada nos impede hoje de cruzar os braços, franzir a testa e estampar um semblante cheio de desgosto ao entrarmos nas galerias de arte moderna e contemporânea. Nada. Mas estaremos sujeitos a olhar para os lados e descobrir expressões desaprovando a nossa expressão de desaprovação. Não aprovando e sim desaprovando! O contrário do que acontecia no início do XX... Mas que transformação gigantesca – senão da sensibilidade, ao menos da cultura gestual! Sim, há que se distinguir entre o plano das expressões verbais e o plano das expressões não verbais da sensibilidade. O primeiro constitui um espaço de elaborações conscientes e trabalhadas, ainda que sejam expressões de reações automáticas e impensadas – o registro verbal do gosto representa, assim, um compromisso explícito, tanto mais forte quanto mais durador for o seu suporte, e é natural esperar que esse registro procure reunir ao seu redor todos os argumentos reforçadores que estiverem à mão. O segundo, ao contrário, constitui o espaço privilegiado das reações automáticas, ainda que jamais se deva excluir de vista a possibilidade de afetação – e ele deve ser prezado e contabilizado tanto mais por ser a mídia teórica ainda hoje predominantemente linguística e verbal, e quase nada pictórica e visual.

Há muito tempo se sabe que “os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas”, e também que elas “precisam ser tachadas de impróprias e assim excluídas de qualquer posição no projeto do discurso dominante” (JENKINS, 2005, p.40). E o que vemos aqui, nos olhares atravessados contra as mais pontuais expressões de desgosto perante as obras de arte moderna e contemporâneas, é uma espécie de implacável domínio dos dominados. Assim como ocorria no início do XX, não se pode gostar pura e simplesmente do que se quiser – não se pode gostar pura e simplesmente do que se gosta. É preciso ainda vigiar a própria sensibilidade, é preciso ainda conformá-la aos termos do gosto dominante, é preciso ainda gostar do que a *intelligentsia* diz ser necessário gostar.

Experimente apontar hoje para um quadro numa galeria de arte contemporânea e perguntar “O que é isso?”. Sobre você cairão imediatamente olhares de desdém... Como se você não estivesse com a cabeça no lugar! Como se você precisasse ser desmistificado! Como se você carregasse o ranço do figurativismo que precisa ainda ser a todo custo exorcizado! Sim, é como se você tivesse agido, com sua pergunta, como uma simples marionete de uma mentalidade. Sim, perguntar “O que é isso?” hoje é violar um tabu... Assim como no início do XX pintar um quadro que não oferecesse nenhuma resposta óbvia à pergunta “O que é isso?” era violar um tabu. Ah, foi tão árdua a batalha pelo direito de pintar quadros que não oferecessem nenhuma resposta óbvia à pergunta “O que é isso?” sem ser ridicularizado que agora é preciso

sufocá-la impiedosamente onde quer que ela surja! Trata-se de uma erva daninha... Uma erva daninha! Não pense duas vezes antes de arrancá-la! Não podemos deixar que se alastre!

Com efeito, a pergunta “O que é isso?” está hoje estigmatizada... No início do XX era tudo diferente, tudo diferente. As regras do discurso eram outras. Perguntar “O que é isso?” não era cometer uma gafe, não era ofensivo, não depunha contra a própria inteligência. Você não simpatiza com a arte moderna? Ah, não se preocupe! Não se preocupe! Não há nada de errado com você! O problema não está com você! Como indica o testemunho de Monteiro Lobato, uma expressão não verbal de desgosto numa exposição de arte moderna tinha no início do XX toda a probabilidade de encontrar uma acolhida favorável:

A fisionomia de quem sai de uma de tais exposições é das mais sugestivas. [...] Nenhuma impressão de prazer ou de beleza denunciam as caras; em todas se lê o desapontamento de quem está incerto, duvidoso de si próprio e dos outros, incapaz de raciocinar e muito desconfiado de que o mistificaram grosseiramente. (LOBATO, 1964, p.61)

O sentimento incômodo que ele descreveu aqui devia estar entalado em muitas gargantas, esperando que alguém ousasse expressá-lo, pois o artigo de Monteiro Lobato precipitou uma série de críticas a Anita Malfatti na imprensa.

O verdadeiro amigo de um pintor não é aquele que o entontece de louvores; sim o que lhe dá uma opinião sincera, embora dura, e lhe traduz chãmente, sem reservas, o que todos pensam dele por trás. (LOBATO, 1964, p.64)

O que todos pensam dele por trás? A aparência e a realidade! Mas quem tem o poder de distinguir sempre e inequivocamente a máscara do rosto? A transformação de uma mentalidade é sempre lenta... De modo que podemos, sim, esperar que coexistam dentro de uma mesma pessoa opiniões conflitantes – e não apenas dentro de um mesmo nicho social. Mas qual delas é aparente? Qual delas é real? Qual deve abandonar? Com qual deve se identificar? A vencedora é a real... A vencedora é o rosto! “Quadros, que já haviam sido vendidos, foram devolvidos à artista, e houve mesmo quem pretendesse rompê-los a golpes de bengala”, lembra Paulo Mendes de Almeida (1976), à época com doze anos de idade. Para Monteiro Lobato, o público estava certo em achar que a arte moderna não era arte. E os artistas modernos errados em achar que era arte. O lugar da palavra ‘certo’ é aqui. O lugar da palavra ‘errado’ é ali.

Entretanto, é possível também narrar a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos de maneira sensivelmente diferente

Entretanto, é possível também narrar a história da arte dos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos de maneira sensivelmente diferente. Como se ela tivesse sido marcada não por um desregramento gratuito, mas por uma luta bastante meditada contra os limites inteiramente arbitrários que sufocavam o fazer artístico... A introdução de colagens por Braque e Picasso não foi uma perversão da pintura, foi uma ampliação dos seus horizontes plásticos... Ao desafiar a fronteira que separava os sons que poderiam ser legitimamente aproveitados dos sons que deveriam ser obrigatoriamente descartados pela música – em suma, ao defender o direito de cidadania dos ruídos –, John Cage não trabalhou em prol da degeneração da sua arte, ele não trabalhou em prol da sua queda de qualidade, ele trabalhou em prol da sua renovação, ele trabalhou em prol do alargamento do seu universo de possibilidades: “Tudo é

válido. Entretanto, nem tudo é tentado” (CAGE, 2006, p.332). O que motivou a crítica de Monteiro Lobato a Anita Malfatti não foi o bom senso. Não foi o bom gosto. Não foi a lucidez. Não foi a perspicácia... Foi a estreiteza! Não há mistério nenhum aqui! As coisas são de fato muito simples, muito simples... Ele se autorrepresentava como um mero defensor dos “princípios imutáveis” da arte, um mero defensor das suas “leis fundamentais” (LOBATO, 1964, p.60). Mas ele foi apenas o porta-voz da mentalidade do seu tempo e do seu meio, que o atravessava e o ultrapassava. Uma mentalidade! Faltou aqui a Monteiro Lobato autonomia de pensamento. Sim, sim... Um dos golpes mais pungentes que se pode desferir sobre um suposto pensador independente é diluir a sua autonomia intelectual numa rele e amorfa mentalidade. Dizer que Monteiro Lobato não fez mais do que expressar a mentalidade do seu tempo e do seu meio é efetivamente marionetizá-lo. Mas se o curso da história tivesse sido outro, é possível que hoje Oswald de Andrade e não Monteiro Lobato teria a sua autonomia de pensamento cancelada e inscrita numa mentalidade local e transitória – é possível que hoje Oswald de Andrade e não Monteiro Lobato estaria marionetizado. Então, resguardemo-nos de jogar para lá e para cá o termo ‘mentalidade’ e seus correlatos. Ele também tem algo de arremetimento militar.

Princípios imutáveis? Leis fundamentais? O que os críticos esquecem é que até os princípios mais imutáveis e as leis mais fundamentais têm história! E também geografia! Eles variam de época para época e de lugar para lugar... Eles são apenas verbalizações de uma sensibilidade local e transitória... Ah, os princípios imutáveis e as leis fundamentais pretendem simplesmente descrevê-la, pretendem simplesmente assinalá-la... Sem em nada afetá-la, sem em nada alterá-la... Como se ela fosse a mesma para todos os seres humanos. Como se ela fosse imune aos discursos que a circundam. Princípios imutáveis? Leis fundamentais? Eles estão muito longe de ser meras traduções das ranhuras de uma sensibilidade humana universal para a linguagem cotidiana! Meras traduções? Ah, muito longe! Pelo contrário, eles imprimem nela as suas marcas... Eles fomentam a sensibilidade que os valida. Colocá-los no papel não é litografá-la!

Mas puxamos sempre as palavras solidificadoras (por exemplo, a palavra ‘saber’, que finca, que gruda o sabido ao chão) para as nossas próprias opiniões e empurramos as palavras volatizadoras (por exemplo, a palavra ‘achar’, que desgruda o achado do chão) para as opiniões dos outros. Tentamos solidificar o que afirmamos e volatizar o que negamos! Parece realmente que as palavras da linguagem capazes de legitimar e de deslegitimar encontram-se em meio a dois jogos... Um deles é o jogo conhecido como “cabo-de-guerra”; o outro, o jogo conhecido como “batata quente”. As palavras legitimadoras, nós as puxamos com toda a força para a nossa própria visão das coisas... As palavras deslegitimadoras, nós as lançamos o mais rapidamente possível sobre a visão que os outros têm delas. Revisitemos agora um trecho já citado aqui do artigo de Monteiro Lobato:

Embora dêem-se como novos, como precursores duma arte a vir, nada é mais velho do que a arte anormal ou teratológica: nasceu com a paranóia e a mistificação. (LOBATO, 1964, p.60)

Vocês querem a palavra ‘novo’? Não, vocês não podem ficar com ela! Trata-se de uma palavra legitimadora demais... Tomem a palavra ‘velho’! A opinião que Monteiro Lobato expressa em seu artigo não é mais do que a “opinião geral do público não idiota” e “dos críticos não cretinos” (LOBATO, 1964, p.65). Nem todo mundo pensa como ele sobre a arte moderna... Mas os não idiotas pensam como ele! Os não idiotas e os não cretinos! Sim, é possível simpatizar com as obras de Anita Malfatti! Porém, é só quem não simpatiza com elas que está “de cabeça não virada” (LOBATO, 1964, p.65).

Como se vê, a estreiteza é jogada de um lado para o outro pelas diferentes versões da história da arte moderna e contemporânea. Ninguém quer ficar com ela... De um lado para o outro, de um lado para o outro... Até que um dos lados não encontra mais forças para tornar a arremessá-la, não encontra mais forças para desfazer-se dela. E se conforma com a derrota. E se conforma com a atribuição de estreiteza. Com a perda do seu *status* simbólico e consequentemente com a perda do *status* simbólico da sua visão das coisas... Quando chegamos ao fim de uma guerra simbólica, durante a qual tudo é confuso, tudo é incerto, a palavra 'estreiteza' então deixa de ser uma palavra que ninguém sabe exatamente onde colocar e passa a ser uma característica que fica num lugar bem preciso... Ela deixa de ser a palavra 'estreiteza' para virar a estreiteza! Sim, aos poucos ela cria raízes... Aos poucos ela se ontologiza... Aos poucos ela passa a fazer parte da realidade. Não sou eu que penso que Monteiro Lobato foi estreito! Ele foi estreito! O mar de signos, que num momento favorece uma das partes litigantes, rearranja-se no próximo para favorecer a outra... Aos poucos... Paulatinamente... Gradativamente... Afinal, é de uma mentalidade que estamos falando... Uma pessoa pode mudar subitamente de opinião... Mas quando aumentamos o número de pessoas envolvidas, as mudanças ficam proporcionalmente mais lentas e mais entregues à estatística... Aos poucos... Princípios imutáveis? Leis fundamentais? O que era antes um fato vira uma opinião e o que era antes uma opinião vira um fato. Sim, os fatos podem ser volatizados e as opiniões podem ser solidificadas. Monteiro Lobato foi estreito. Sim, ele foi! Não acho, eu sei! As opiniões que vencem a guerra deixam de ser opiniões. Deixam de parecer performativas para parecerem puramente descritivas. Puramente descritivas. Uma opinião verdadeira e justificada já não é mais uma mera opinião!

Sejamos sinceros: futurismo, cubismo, impressionismo, e *tutti quanti* não passam de outros tantos ramos da arte caricatural. É a extensão da caricatura a regiões onde não havia até agora penetrado. Caricatura da cor, caricatura da forma – mas caricatura que não visa, como a verdadeira, ressaltar uma idéia, mas sim desnorrear, aparvalhar, atordoar a ingenuidade do espectador. (LOBATO, 1964, p.61)

Ah, o que temos aqui foi uma proposta de classificação que não vingou. Que não virou realidade. O que para Monteiro Lobato foi a expressão autônoma do seu pensamento hoje não passa da expressão de uma mentalidade. Não nos contentamos em reduzir as opiniões das outras pessoas a meras opiniões. Também queremos fazer com que elas sejam apenas instâncias ou casos específicos de uma opinião que em última análise não é sequer delas... De uma opinião que as ultrapassa. De uma opinião que as perpassa. Sim, tratamos de diluir toda a autonomia de pensamento delas numa mentalidade. Numa mentalidade... Não é você que pensa assim. Não se trata de uma opinião sua. Você que é dela.

Os signos legitimadores são puxados continuamente para perto. Os signos deslegitimadores são empurrados continuamente para longe. E assim vão de um lado para o outro, de um lado para o outro, de um lado para o outro. Até que se fixam. Quem prefere o signo 'conservador' ao signo 'inovador'? Quem prefere o signo 'reacionário' ao signo 'revolucionário'? Quem prefere que suas opiniões sejam desclassificadas como simples expressões de uma mentalidade ao invés de serem discutidas por seu próprio teor? Quem quer ser estigmatizado?

É só quem não dá a mínima para os seus próximos que consegue aceitar de bom grado as qualificações que lhe são imputadas. Ao mesmo tempo, porém, ninguém tem o poder de decidir como uma guerra simbólica terminará. Monteiro Lobato e a tia de Monet poderiam ter vencido. Sim, poderiam! O curso dos acontecimentos futuros *nunca* está definido de antemão – pelo menos, é o que os estudos acadêmicos nos fazem crer. Os adversários da arte moderna eram

a maioria! Então, o que aconteceu? Eles se convenceram de que estavam errados? Não! Eles morreram sem deixar grandes descendentes. Levaram suas expressões de desgosto e os argumentos que as justificavam para o túmulo. Eles não simplesmente morreram. *Eles morreram sem deixar grandes descendentes*. Existe uma diferença aqui. Pois todo mundo morre, tanto os antigos quanto os modernos, tanto os de um partido quanto os do outro. Todo mundo morre. Mas por um curioso fator, que suspeito ter relação com o *afeto*, os partidos litigantes arregimentam seguidores em diferentes proporções e em diferentes ritmos. O prato mais pesado da balança torna-se leve e sobe... E um novo equilíbrio, uma nova ordem, uma nova verdade é instaurada. Assim, podemos hoje dizer com certeza – embora não determinar ainda por quanto tempo! – que aquilo que se degradou não foi a arte... Foi a visão segundo a qual a arte se degradou.

A história da disciplina de história ao longo do XX foi igualmente turbulenta

A história da disciplina de história ao longo do XX foi igualmente turbulenta. Ela passou por transformações epistemológicas tão profundas que se um eminente historiador do início do XX fosse transportado para os dias de hoje, ele provavelmente cairia em prantos. O que aconteceu com a minha disciplina? História econômica? História das mentalidades? História vista de baixo? História da infância? História do meio ambiente? História oral? História das mulheres? História das drogas? Ah, a história voltou ao antiquarismo! A razão é que no início do XX os historiadores achavam que a história precisava debruçar-se fundamentalmente sobre questões políticas. Não sobre questões políticas do presente, é claro. Mas sobre questões políticas do passado. Contudo, eles *não* chamavam o que faziam de ‘história política’, nem de ‘história do passado’, muito menos de ‘história tradicional’. Eles chamavam o que faziam simplesmente de ‘história’ e a si mesmos simplesmente de ‘historiadores’. Os fenômenos políticos do passado esgotavam *tudo* o que havia para ser *legitimamente* estudado pela história... Tudo.

Então, quando Marc Bloch e Lucien Febvre começaram a fazer história econômica, os historiadores sentiram imediatamente as suas entranhas reagindo: eles pareciam estar querendo misturar a água ao óleo... História econômica? História da evolução dos preços? Não iria dar certo! Não se tratava de história e sim de jornalismo ou algo do gênero! “A história é a política do presente; a política é a história do passado”, conforme cunhou John Seeley (apud BURKE, 1992, p.10). O que para ele era evidentemente uma *descrição* neutra e objetiva da essência de sua disciplina. Mas não apenas de como ela *era*, mas também de como ela *deveria* continuar a ser! É claro que ninguém iria proibir Bloch e Febvre de tematizarem o que bem entendessem. Eles podiam escrever sobre a economia. Eles podiam escrever sobre a cultura. Eles podiam escrever sobre o presente. Eles podiam escrever sobre qualquer coisa. Sim, eles podiam... Contudo que não chamassem o que escreviam de ‘história’! Se quisessem usar o rótulo ‘história’, que escrevessem sobre questões políticas do passado! Nem tudo é história... Nem tudo! Há espaço para tudo... Mas não dentro da história! O que está em jogo aqui é a identidade da disciplina de história. Questionamentos temáticos e metodológicos profundos, questionamentos fabris profundos, suscitam quase sempre questionamentos de identidade.

Entretanto, Marc Bloch e Lucien Febvre lançaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale* em 1929... Sim, 1929! Quando a esfera econômica atraiu uma atenção urgente, muito mais do que a esfera política. Era impossível portanto ignorar o que eles escreviam. Os historiadores das velhas gerações deploravam a degradação da sobriedade epistemológica da história

encabeçada por Bloch e Febvre... Mas eles já estavam a caminho do túmulo. E para as novas gerações pareceu mais inteligente e mais interessante seguir Bloch e Febvre – ampliando os limites temáticos e metodológicos da história ao invés de dar as costas para as inovações por eles introduzidas.

Não faltou quem dissesse “Isso não é história!” em resposta aos extravagantes trabalhos que passavam ao largo da política do passado. Nem quem dissesse que se eles satisfaziam os requisitos mínimos necessários para serem considerados trabalhos históricos, não satisfaziam os requisitos mínimos necessários para serem considerados trabalhos históricos de qualidade. Talvez você passe pelo crivo da identidade. Mas não passará pelo crivo da qualidade... Os requisitos mínimos necessários! Entre 1929 e 1945, apenas 2,8% dos artigos publicados nos *Annales* foram dedicados à história política. Mas eles representaram 49,9% dos artigos da *Revue historique*. Evidentemente, os historiadores dos *Annales* sabiam perfeitamente que estavam transgredindo tabus, o que explica o fato de no mesmo período haver nos *Annales* uma proporção maior de artigos discutindo teoria do que na *Revue historique* (DOSSE, 1994, p.53).

Além de desafiarem os limites temáticos da história, ameaçando a sua nobreza, as novas gerações desafiaram também os seus limites metodológicos, ameaçando a sua solidez. Era mesmo imprescindível utilizar fontes não oficiais? Era mesmo preciso aventurar-se em terrenos pantanosos? Ah, baderneiros! As novas gerações lidavam com temas de pouca importância empregando métodos altamente questionáveis! Fontes não oficiais? Fontes orais? O uso de fontes não oficiais na primeira metade do XX e de fontes orais na segunda metade pareceu aos historiadores tradicionais um verdadeiro ultraje à seriedade científica do seu campo de estudos. Contudo, aqueles que na primeira metade do século XX formavam a esmagadora maioria, no fim do século XX já formavam a esmagada minoria.

As transformações epistemológicas pelas quais passou a disciplina de história realmente não aconteceram de forma suave e tranquila. O processo foi traumático para as duas partes litigantes. Não apenas para os historiadores das novas gerações cujo *status* de historiadores era continuamente colocado sob suspeita, mas também para os historiadores tradicionais, que perderam o poder de colocar tudo o que quisessem sob suspeita. Historiadores tradicionais? Eles não viam a si mesmos como historiadores tradicionais! Eles eram os guardiães da história! Da verdadeira história! A adjetivação foi proposta por seus adversários, é claro. Que pretendiam mostrar que ela tematizava apenas uma *parcela* do que era *legítimo* tematizar, utilizando apenas uma *parcela* dos métodos que era *legítimo* utilizar. E o fato de que ela criou raízes, o fato de que hoje chamamos de ‘história tradicional’ a história que segue a lógica fabril da história do início do XX, significa que os historiadores das novas gerações venceram a disputa. Mas eles aproximaram a disciplina de história da sua verdadeira essência, da sua verdadeira natureza? Não sei. Talvez tenham desdobrado o seu quadro de referências de forma mais lógica e consistente do que queriam os seus adversários. As coisas parecem ter acontecido como se as premissas “Sócrates é um ser humano” e “Os seres humanos são mortais” já estivessem dadas – e os historiadores tradicionais não quisessem deixar que os baderneiros extraíssem a conclusão de que “Sócrates é mortal”. A cadeia metálica das implicações puramente lógicas certamente favoreceu os historiadores das novas gerações.

A história oral só conseguiu se consolidar em fins do XX, tendo enfrentado muita resistência por parte dos historiadores. Contudo, a história oral também encontrou um número significativo de historiadores prontos a defendê-la – sem os quais ela certamente não teria hoje o lugar que tem dentro da história. Assim, todo o mar de signos que banhava a história oral foi reconfigurado. Não espontaneamente. Mas por meio de lutas. Ela deixou de ser objeto de escárnio:

Os historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas – ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado. “Nesta questão eu sou quase totalmente cético”, observou A. J. P. Taylor, causticamente. “Velhos babando acerca de sua juventude? Não!” (PRINS, 1992, p.164)

Para tornar-se uma parte indispensável da história:

Quanto às fontes orais, são intrinsecamente diferentes das fontes escritas, mas são do mesmo modo úteis. [...] O grupo a que pertenço, em Barcelona, é contra a história social, a história política, a história das mulheres, a história dos marginais; nós queremos uma história sem adjetivos, uma história bem-feita, uma história que seja útil. E estamos convencidos de que essa história bem-feita, sem fontes orais, é uma história incompleta. (VILANOVA, 1994, p.46)

Do mesmo modo úteis! Pouco a pouco, os signos deslegitimadores da história oral (‘inútil’, ‘frágil’, ‘imprecisa’, ‘insatisfatória’, ‘incompleta’, ‘inacabada’, etc.) passaram a qualificar a história como um todo:

Ao mesmo tempo, sabemos que a fonte oral é uma fonte viva, é uma fonte inacabada, que nunca será exaurida, e portanto que a história bem-feita que queremos fazer é uma história inacabada. [...] Mas a história que queremos fazer é mais completa que uma história contemporânea feita sem fontes orais. (VILANOVA, 1994, pp.46-47)

Perdendo assim a razão de serem tomados como signos deslegitimadores. Fiquemos em paz... Estamos todos condenados ao inacabamento! Estamos todos condenados à imprecisão! Cabe aqui observar um fato curioso. Monteiro Lobato não tentou deslegitimar a arte moderna dizendo que ela não era nova e sim velha? A história oral tentou legitimar a si mesma dizendo que ela era velha e não nova:

No cerne do contra-discurso elaborado pela história oral no decorrer dos anos 60, há, em primeiro lugar, a vontade de derrubar o interdito estabelecido pela história crítica do século XIX, que expulsa a tradição oral do campo científico em proveito das fontes escritas. A história oral opõe a esse veto uma dupla questão acerca da legitimidade e, sobretudo, da anterioridade milenar. Convoca o pai da história, Heródoto, que foi o primeiro a realizar o seu *inquérito*, com o olho e o ouvido, com a observação direta e o testemunho. [...] A história oral, assim, vem se dando títulos de nobreza antiga [...]. (TREBISCH, 1994, p.22)

O que significa que a história oral não representou ruptura alguma. Pelo contrário, ela estava em perfeita continuidade com a metodologia tradicional da história. Não havia razão para escandalizar-se com o uso de gravadores de voz. Ou seja, nem o signo ‘velho’ é invariavelmente deslegitimador, nem o signo ‘novo’ é invariavelmente deslegitimador. A função legitimadora ou deslegitimadora de um determinado signo não pode ser descortinada de maneira fácil e direta. Ela pode variar tanto de um lugar para outro quanto de um momento para outro.

Os horizontes temáticos e metodológicos da história eram muito mais estreitos no início do XX do que são hoje. E eles não se ampliaram sozinhos. Eles não se ampliaram espontaneamente. Houve uma luta para ampliá-los, bem como para deter sua ampliação. Houve uma luta para transformá-los de limites perfeitamente racionais em limites completamente arbitrários, uma luta que processou-se tanto por meio de afrontas bombásticas quanto por meio de alfinetadas discretas... Tanto por meio de trabalhos que os colocavam explicitamente em questão quanto por meio de trabalhos que simplesmente não os levavam em consideração.

Os historiadores que se posicionaram contra as transformações fabris da história não estavam, aos seus próprios olhos, tentando impedir o desenvolvimento da sua disciplina, mas tentando impedir que ela se degradasse. Eles achavam que ela não poderia ser modificada sem ser descaracterizada, sem perder a sua identidade. Quando Bloch e Febvre começaram a fazer história econômica, os historiadores do seu tempo e do seu meio não quiseram chamá-la de 'história'. Por quê? Eles incluíam o objeto de estudo 'política' na própria *definição* do campo de estudo 'história'. O que deveria ter permanecido em *silêncio*... A situação ideal para os historiadores tradicionais era aquela onde não precisavam enunciar em alta e clara voz: "Os problemas que tematizamos e os métodos que utilizamos esgotam os problemas tematizáveis e os métodos utilizáveis pela disciplina de história". O tácito deve permanecer tácito.

É possível, com efeito, fazer ao menos duas histórias diametralmente opostas das transformações epistemológicas pelas quais passou a disciplina de história ao longo do XX

É possível, com efeito, fazer ao menos duas histórias diametralmente opostas das transformações epistemológicas pelas quais passou a disciplina de história ao longo do XX. De acordo com uma delas, a história ampliou paulatinamente seus horizontes temáticos e metodológicos. De acordo com a outra, ela perdeu paulatinamente as estribeiras. Sim, a história epistemológica da disciplina de história ao longo do XX pode ser narrada tanto com palavras desalentadoras quanto com palavras eufóricas. E o mesmo pode ser dito da disciplina de geografia. No início do XX, os geógrafos nunca pensariam que em seu campo de estudos surgiriam coisas como "a geografia dos sons, a geografia dos cheiros e a geografia dos gostos" (CLAVAL, 2003, p.159). Nem que a pintura de paisagens poderia vir a despertar tanto interesse (CLAVAL, 2003, p.160).

Não existe dúvida alguma de que houve coisas que aconteceram com a geografia, mas não com a história, e coisas que aconteceram com a história, mas não com a geografia. Contudo, o fato é que não precisamos nos esforçar muito para encontrarmos paralelos entre o que os historiadores e o que os geógrafos dizem acerca das trajetórias de suas disciplinas. O que é dito de Vidal de la Blache, alçado ao papel de pai da geografia moderna, é sem grandes alterações dito de Leopold von Ranke, alçado ao de pai da historiografia moderna. Os dois contribuíram de maneira significativa para traçar os contornos e definir os núcleos de suas disciplinas, bem como para extirpar delas o amadorismo, representado, na geografia, principalmente pelas figuras dos viajantes, dos funcionários do governo e dos militares, e, na história, também pelas figuras dos viajantes e dos funcionários do governo, mas, sobretudo pela figura dos antiquários. Porém, se Vidal de la Blache e Leopold von Ranke tiveram o mérito de assentar os fundamentos de suas disciplinas, de torná-las disciplinas efetivamente científicas, eles também tiveram o demérito de restringi-las tanto temática quanto metodologicamente de forma excessiva. Eles excluíram muito mais do que deveriam ter excluído do campo dos objetos legitimamente tematizáveis e dos métodos legitimamente aplicáveis pelas suas disciplinas.

Em todo caso, é o que começaram a dizer ao longo do século XX cada vez mais historiadores e cada vez mais geógrafos. As suas disciplinas deixavam fora dos seus limites, sem se embasarem em razões verdadeiramente convincentes, uma ampla gama de problemas teóricos e recursos técnicos. Naturalmente, a maioria dos geógrafos e dos historiadores, tanto os que dentro das universidades tinham pouco quanto os que tinham muito poder, a princípio não

pensava assim. Na visão deles, o passado recente de suas disciplinas era glorioso. Elas não tinham estacionado no tempo. Pelo contrário, avançavam paulatina e ininterruptamente, sólida e seguramente. Seus domínios e métodos também se alargavam. Porém, num ritmo sadio.

Assim, os nomes de la Blache e Ranke eram evocados para que fossem mantidos fora das suas disciplinas tão arduamente construídas os elementos perturbadores trazidos pelas ovelhas negras das novas gerações. Contudo, não demorou muito para que as ovelhas negras passassem a afirmar que la Blache e Ranke *não* defendiam visões tão estreitas quanto os la blacheanos e os rankeanos. Corrigindo a primeira edição do seu *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, Yves Lacoste disse:

Quando escrevi este livro, eu imputava essa permanência da exclusão dos fenômenos políticos do campo da geograficidade à influência considerável exercida por Vidal de la Blache sobre a escola geográfica francesa [...]. (LACOSTE, 2001, p.115)

Porém, ele foi depois levado a “modificar profundamente esta explicação”, pois o último livro de la Blache, “desconhecido da quase totalidade dos geógrafos franceses de hoje”, desafiava de forma radical o “famoso ‘modelo vidaliano’” (LACOSTE, 2001, p.115). Analogamente, no prefácio da coletânea *A escrita da história: novas perspectivas*, Peter Burke escreveu:

A nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional, aquele termo útil, embora impreciso, posto em circulação pelo historiador da ciência americano Thomas Kuhn. Será conveniente descrever este paradigma tradicional como ‘história rankeana’, conforme o grande historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), embora este estivesse menos limitado por ele que seus seguidores. (Assim como Marx não era um marxista, Ranke não era um rankeano.) Poderíamos também chamar este paradigma de a visão do senso comum da história, não para enaltecê-lo, mas para assinalar que ele tem sido com frequência – com muita frequência – considerado a maneira de se fazer história ao invés de ser percebido como uma dentre várias abordagens possíveis do passado. (BURKE, 1992, p.10)

Os cânones! Eles possuem força simbólica! É estrategicamente interessante chamá-los para o nosso lado! Sim, vamos roubá-los dos nossos adversários! Vamos roubá-los! Vamos reescrever o passado! Não de acordo com o que *pensamos* que ele foi... Mas de acordo com o que ele *realmente* foi! Os cânones! Os ancestrais sagrados das nossas disciplinas! Eles são continuamente evocados pelos nossos contemporâneos e conterrâneos para deslegitimar o que fazemos. Para deslegitimar o que nos *parece* perfeitamente legítimo. Para deslegitimar o que *sabemos* ser perfeitamente legítimo. Não podemos assim evocá-los para *legitimar* o que *parece* a eles ilegítimo? Mas que *sentimos* ser legítimo? Mas que *sabemos* ser legítimo? Roubemos o passado deles. Roubemos as armas que usam para nos deslegitimar.

Os mestres nunca são tão estreitos quanto os seus discípulos! Não, o que fazemos *não* é novo. O que fazemos *não* representa ruptura alguma com o passado. O que fazemos *não* fica fora dos limites epistemológicos das nossas disciplinas. Não estamos quebrando regra alguma. Pelo contrário, o que fazemos é velho. O que fazemos está em perfeita *continuidade* com o passado. O que fazemos fica *dentro* dos limites epistemológicos das nossas disciplinas. Ao mesmo tempo, porém, queremos que o nosso trabalho seja reconhecido como novo em alguma medida. Para que ele tenha valor... Pois não adianta reafirmar o que já foi reafirmado. Queremos que o nosso trabalho seja reconhecido como novo! Mas não muito novo... Não a ponto de não estar mais dentro do jogo.

Mas não recorremos apenas aos objetos tematizados para afirmar ou para negar que um determinado trabalho é historiográfico

Mas não recorremos apenas aos objetos tematizados para aceitar ou rejeitar um determinado trabalho como realmente pertencente ao gênero que ele diz pertencer. Não recorremos apenas aos seus métodos de angariar informações e de tratá-las para que possam ser utilizadas no tecido do texto. Recorremos também ao seu estilo de escrita, que indica, entre outras coisas, o público a que se destina. Sim, o estilo de escrita. A um texto científico, a um texto acadêmico, não basta que seja sólido, coeso, profundo e interessante. Não basta que ele veicule conhecimentos e que ele enseje pensamentos. Ele precisa ser também *sério*, ele precisa ser também *sóbrio*. E a seriedade e a sobriedade manifestam-se por meio de uma miríade de sinais. Estudá-los, analisá-los, destrinchá-los, sem dúvida, é enormemente complicado, pois eles pertencem ao nível subperceptivo da estética: invariavelmente escondidos no segundo plano, eles fazem seus efeitos serem sentidos, mas não a sua presença. Mas o trabalho talvez seja recompensador. Pois eles mostram que os critérios estéticos também possuem o seu peso, além dos critérios epistêmicos na consideração e avaliação dos empreendimentos teóricos.

Um texto com muitas citações não é apenas um texto que fala ao nosso intelecto, é também um texto que fala aos nossos *sentidos*. Do ponto de vista puramente *estético*, um texto que não possui citação alguma ou que possui apenas uma citação aqui e outra ali exerce sobre a nossa sensibilidade um impacto nitidamente diferente de um texto cuja vivacidade está completamente sufocada por citações. O primeiro não gera de forma tão contundente quanto o segundo a impressão de que estamos diante de um texto saturado de conhecimento, de um texto que não nos é oferecido simplesmente para desfrutarmos de suas subidas e descidas e idas e vindas. Não, ele tem algo a dizer... Uma verdade a comunicar... Ele é um texto sério. Um texto com teor cognitivo. É um texto no qual podemos confiar.

A insistência na importância da leitura, em prejuízo do pensamento, sugere que o importante é mostrar grande erudição. E os artigos de filosofia são prova disso. As listas bibliográficas são enormes. Em artigos de apenas quinze páginas há mais citações e referências do que em obras inteiras dos filósofos conhecidos [...]. Quem insiste na importância da leitura deve pensar em quantas vezes os clássicos citaram em suas obras clássicas. As *Meditações* não fazem uma só citação. Nem a *Crítica da razão pura*. Não mostra isso de maneira clara que a ênfase deve ser posta não na leitura e sim em alguma outra coisa, como, por exemplo, na própria reflexão? (ARMIJOS, 1998, p.53)

A *aparência* epistêmica é tão importante quanto o *conteúdo* epistêmico. E ela pode ser buscada e alcançada de diversas formas. Através de citações e mais citações. Ou através de uma fraseologia pouco colorida... Deliberadamente pouco colorida! Tudo depende do público, é claro. Tudo depende do público. Ele pode não exigir uma supressão da cor... Contanto que os seus matizes permaneçam relativamente pálidos! Ou que variem entre alguns poucos tons de cinza! Pois um texto colorido demais já *não* é interpretado pelas nossas retinas como um texto que oferece conhecimento. Se ele tiver ingredientes epistêmicos, eles estarão em segundo plano, escondidos atrás do seu elevado teor estético. É como se a episteme e a estética fossem inversamente proporcionais. Como se uma refratasse a outra. E a detentora da palavra sóbria, da palavra séria, da palavra razoável, da palavra que merece ser ouvida, da palavra que não se perde em circunvoluções, é a episteme, não a estética...

É *desestetizando-se* que a crítica de arte puxa para si mesma seriedade. É *desestetizando-se* que ela puxa para si mesma autoridade para julgar as obras de arte. É *desestetizando-se*. Ou melhor, é aparentemente *desestetizando-se*. Aparentemente! É tentando, através de uma cuidadosa alquimia, neutralizar seus elementos estéticos... Pois tudo o que ela tem são elementos estéticos! Do mesmo modo, a ciência e a filosofia puxam para si mesma seriedade *desestetizando-se*. A ciência e a filosofia puxam para si mesma autoridade para discorrer sobre a realidade *desestetizando-se*. É *desestetizando-se* que elas diferenciam-se da arte. Ou melhor, é aparentemente *desestetizando-se*... Aparentemente! Por exemplo, é neutralizando a narrador, homogeneizando o timbre da sua voz, transformando-o num narrador ponderado, num narrador sóbrio – num narrador onisciente que tem uma visão de tudo, mas não se situa ele mesmo em nenhum lugar.

Os ingredientes estéticos são inelimináveis. Eles não podem sequer ser reduzidos. Só é possível, jogando com eles, dar a impressão de que estão ausentes. Mas o fato de que um triângulo é um triângulo-escaleno não significa que ele não seja um triângulo! Os artigos publicados nos jornais são cuidadosamente escritos de acordo com regras que visam eliminar o que têm de poético... Cuidadosamente escritos de acordo com a estética da austeridade – que é apenas uma estética entre outras. Qual jornalista nunca passou pela experiência de ter que substituir a última palavra de uma frase só porque ela rimava com a última palavra de uma frase vizinha? As rimas podem ser interessantes numa manchete... E no meio de um artigo, uma ou duas até são admissíveis, pois elas têm uma grande chance de passarem despercebidas. Mas as rimas não podem ser numerosas demais... Não, não podem. Se um jornalista sentou para escrever num dia particularmente inspirado e as palavras fluíram numa intensidade tal que seu artigo ficou pronto em questão de minutos, ele precisará, no momento da revisão, suprimir o excesso de rimas que porventura apareceram para não dar a impressão de que escreveu um texto poético... De que escreveu um texto não sério. O artigo já estava pronto! Já estava gramaticalmente impecável! Mas ficou gracioso demais... É preciso mexer nele!

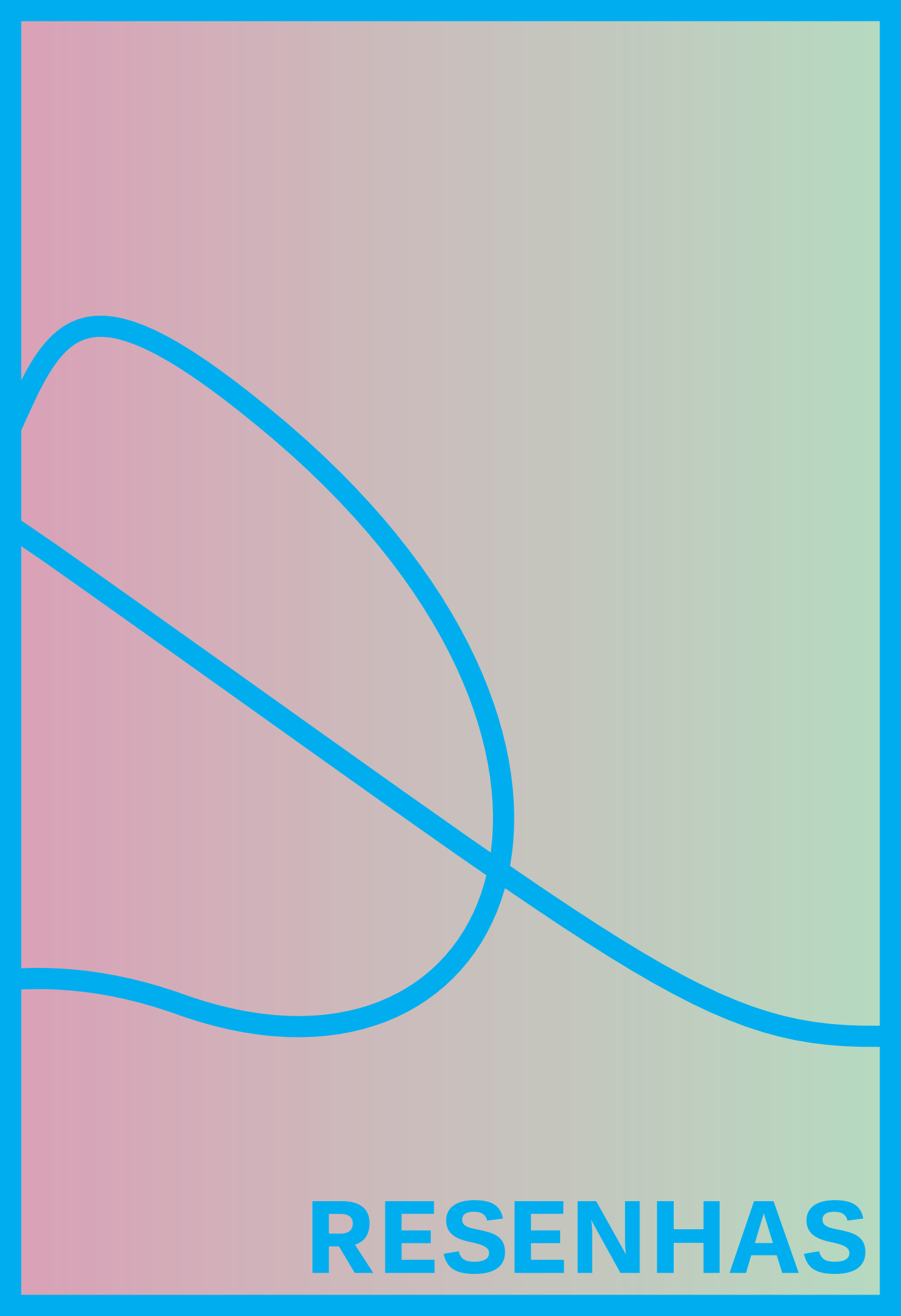
Sim, ele tem que *desestetizar* o seu artigo, ele tem que despi-lo da sua poesia, da sua fluidez, da sua cor, do seu sabor, para gerar a impressão de que ele é digno de confiança, de que ele traz um sólido conteúdo epistêmico. Por quê? Porque a verdade é um subproduto da estética da austeridade. Ah, os ingredientes estéticos dos jornais televisivos! Eles não desempenham um papel fundamental na tarefa de fazer com que ele pareça digno de confiança? Como o apresentador pode não ser o porta-voz da realidade, se usa um terno escuro, se franze a testa nos finais das frases e se as pronuncia sempre com uma voz grave? Imagine um apresentador usando roupas alaranjadas com bolinhas azuis e quadradinhos verdes! É claro que os sinais da seriedade podem variar de lugar para lugar e de época para época... E que nem todo mundo os leva invariavelmente à sério... Mas eles existem. Sem dúvida, eles existem.

Porém, há algo de perverso na estética da austeridade. É que as exigências estilísticas e formais impostas sobre os textos para que eles pareçam veicular conhecimento muitas vezes têm o efeito colateral de limitar socialmente a circulação do seu conteúdo. Assim, encontramos trabalhos teóricos analisando e denunciando, com a devida dose de inflamação, a exploração de um determinado grupo social por outro, mas que, apesar de conterem informações e reflexões que seriam certamente úteis para abalá-la e talvez extingui-la – num movimento perfeitamente congruente com a intenção dos seus autores –, estão redigidos segundo moldes estéticos que os fazem parecer sérios, que os fazem parecer veículos confiáveis de saber, porém com o custo de os tornarem ininteligíveis aos verdadeiros interessados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Mendes. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- AMARAL, Aracy. *Arte e meio artístico: entre a feijoada e o x-burger (1961-1981)*. São Paulo: Nobel, 1983.
- ARMIJOS, Gonzalo. *De como fazer filosofia sem ser grego, estar morto ou ser gênio*. Goiânia: UFG, 1998.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAGE, John. O futuro da música. In: FERREIRA, Glória & COTRIM, Cecília (orgs.). *Escritos de artistas: anos 60/70*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- CLAVAL, Paul. "A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia". In: CORRÊA, Roberto & ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à nova história*. Campinas: Ensaio, 1994.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2001.
- LOBATO, Monteiro. *Paranóia ou mistificação? A propósito da exposição Malfatti*. In: *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- REWALD, John. *História do impressionismo*. Tradução: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- TREBISCH, Michael. *A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história*. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- VILANOVA, Mercedes. *Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais*. In: FERREIRA, Marieta Moraes (org.). *História oral*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.





RESENHAS

PORTUGAL, Sílvia; MARTINS, Paulo Henrique (org.) *Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais*. Coimbra: Imprensa de Ciências Sociais, 2011. 127p.

Joana Pimentel Alves¹

Cidadania, Políticas Públicas e Redes Sociais resulta de um conjunto de reflexões de investigadores portugueses e da América Latina, acerca das transformações das sociedades e dos desafios teóricos e metodológicos que essas mudanças representam para as ciências sociais. Organizado por Paulo Henrique Martins e Sílvia Portugal, este livro compila um conjunto de textos que trazem uma nova abordagem sobre as democracias actuais, a participação, a cidadania e a produção de bem-estar.

O livro é composto por dez textos. O primeiro é a introdução à obra, e importa sobre ele deixar algumas notas. Escrito pelos organizadores, dá a conhecer globalmente o conteúdo do livro, o projecto que esteve na sua origem, e apresenta as referências teóricas centrais da obra, a saber: a dádiva e a teoria das redes. É, por este último aspecto que, a leitura da introdução se revela valiosa. Porque o paradigma da dádiva e a teoria das redes sociais são ainda marginais no âmbito das ciências sociais, a sua caracterização, ainda que breve, permite que o leitor compreenda a sua natureza e consiga enquadrar os trabalhos aqui presentes num contexto de reflexão mais amplo.

¹ Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC). Desde Janeiro de 2012 que é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e frequenta o programa de Doutoramento em Sociologia da FEUC. Os seus interesses de investigação centram-se na produção de cuidado pela família, dando especial destaque ao cuidado da dependência, às questões do reconhecimento do papel dos cuidadores informais, e aos impactos do cuidado nas suas vidas.

Como explicado, a perspectiva a partir do paradigma da dádiva e da teoria das redes sociais, aqui adoptada, permite superar uma limitação usual nas ciências sociais: a separação da análise das coisas da análise dos laços. Assim, as relações sociais e o seu conteúdo são observados conjuntamente, com o objectivo de “ [...] visibilizar laços sociais e formas de associação que, de um modo geral, não são considerados na análise da cidadania e das políticas públicas” (p.9). Compreendemos, então, que os contributos teóricos aqui reunidos afirmam a vitalidade do dom nas sociedades contemporâneas e a importância das redes sociais para desvendar formas simbólicas, sociais e associativas nas discussões acerca da participação e da cidadania.

O primeiro texto é da autoria de Paulo Henrique Martins, e intitula-se “O dom como fundamento de uma cultura democrática”. Nele, o autor reflecte e identifica as dificuldades de construção e emancipação de um pensamento democrático participativo. Dificuldades que, para o autor, são passíveis de serem observadas em diversos contextos e que resultam, principalmente, de dois aspectos: por um lado, das resistências levantadas pelo pensamento utilitarista e mercantilista, que ainda é hegemónico; e, por outro, da insuficiente compreensão das relações entre simbolismo, poder político e democracia.

Em “Confianza e deliberación: las condiciones éticas de la participación democrática”, María Cristina Reigadas fala-nos da importância das políticas públicas promoverem laços de confiança entre os diferentes actores. O seu estudo centra-se no contexto latino-americano, analisando a consolidação das instituições democráticas e a qualidade dos debates sobre a qualidade da democracia. Conclui que as políticas públicas não podem ser pensadas apenas pelo Estado; mas serem geradas no âmbito de processos de conversação e de deliberação que envolvam outros actores, no sentido em que isto

umenta a sua credibilidade. Seguidamente, os textos de Portugal e Ruivo partem da teoria das redes para discutir as relações entre público e privado na sociedade portuguesa.

Assim, em “Dádiva, Família e Redes Sociais”, Sílvia Portugal demonstra a vitalidade do dom nas sociedades contemporâneas e a importância das redes sociais e da família na provisão de bem-estar no contexto português. Já em “A face oculta da lua: reflexões sobre as relações entre o formal e o informal”, Ruivo afirma a interdependência entre sistema formal e informal, declarando que todas as actividades formais possuem aspectos informais “[e, portanto,] o sistema informal não é uma entidade distinta e totalmente separada do sistema formal” (p.59). No caso concreto das políticas públicas, a reflexão revela-nos a coexistência entre um modelo hierárquico-formal com um modelo horizontal-informal na concepção e execução das políticas públicas em Portugal.

Adriana Marrero faz uma crítica ao conceito de capital social a partir do uso que teve na América Latina. Não deixando de demonstrar o sucesso que o conceito teve (e ainda tem) na teoria sociológica e na formulação de políticas públicas, a autora mostra que ao invés de ajudar ao (re)descobrimto dos laços sociais, o seu uso veio contribuir para que se atribuisse uma dimensão económica às trocas que aí circulam, ignorando-se as motivações e os significados que as acções têm para os sujeitos.

Seguidamente, Aécio Matos, em “Os Determinantes Sociais da Saúde”, discute como o lugar que ocupamos na estrutura social influencia, de modo directo, o acesso e a qualidade de serviços de saúde que na realidade pudemos usufruir. Ele mostra, assim, a existência de uma correlação directa entre o posicionamento das populações no quadro político e a sua capacidade de influenciar as decisões institucionais. O objectivo do autor é mostrar como a democracia participativa pode melhorar a qualidade

desses mesmos serviços e, portanto, a saúde das populações.

“O papel das redes sociais nas políticas sociais. O caso da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados”, escrito por Maria José Hespanha e Pedro Hespanha, vem demonstrar como um programa construído para se trabalhar em parceria, coloca ele próprio muitas limitações a um trabalho desta natureza, especialmente a uma participação efectiva das famílias e da comunidade. Os autores concluem que nesta rede de cuidados “o papel deixado à família e à comunidade parece ser muito limitado e corresponder a uma ideia (tradicional) de que os grupos primários partilham a responsabilidade de cuidar dos seus descendentes e de que tudo o que se lhes exige é que colaborem com o Programa para este poder desempenhar a sua missão” (p.103).

Os dois últimos textos, da autoria de Breno Fontes e Eliane da Fonte respectivamente, centram também a sua análise na área da saúde, concretamente na saúde mental e no processo de desinstitucionalização em curso na sociedade brasileira. Se o texto de Breno Fontes mostra as potencialidades de se articular o campo médico, com o campo das organizações da sociedade civil e a esfera das redes primárias de sociabilidade; já o de Eliane da Fonte, discute os modelos tradicionais de avaliação dos cuidados de saúde, chamando atenção para a necessidade de construção de instrumentos e indicadores que dêem conta do impacto dos modelos de prestação de cuidados na qualidade de vida dos doentes mentais.

Nesta colectânea, a tríade Estado-mercado-comunidade é (re)pensada de uma forma inovadora, no sentido em que os autores não só interrogam velhas e novas teorias, mas propõem ainda leituras e conceptualizações alternativas e trazem para a sua reflexão novos actores e novas formas de organização da sociedade que têm substituído progressivamente aqueles que

foram dominantes no século XX. E, portanto, podemos afirmar que estamos perante uma colectânea importante para quem trabalhe sobre a questão da cidadania, das políticas públicas e das redes sociais, mas, também, simplesmente para quem se interessar por estas temáticas. O facto deste livro cruzar narrativas disciplinares diversas e confrontá-las com investigações provenientes contextos sociais diferentes, torna-o numa obra interessante, mais completa e, por isso, susceptível de interessar a um público mais vasto. Para mais, a análise da cidadania e das políticas públicas através do paradigma da dádiva e das redes sociais evidenciou aspectos que as análises mais tradicionais continuam a ignorar: importância do informal para pensar e compreender o sistema formal. Os textos reunidos evidenciam ainda, de forma clara, que nem tudo o que circula em sociedade é motivado pelo cálculo racional e pela troca mercantil. No actual contexto de crise económica e recuo na protecção social, pensar o mundo social através de um modelo de circulação dos bens que difere intrinsecamente daquele que é analisado pelos economistas, torna-se interessante e desafiador para os investigadores sociais.

FELTRAN, Gabriel de Santis
**Fronteiras de Tensão: política
e violência nas periferias
de São Paulo.**
São Paulo. Ed. UNESP.
CEM Cebrap. 2011

Paulo Artur Malvasi¹

As periferias e os setores populares em São Paulo foram tradicionalmente estudados pela literatura sociológica e antropológica dos anos 1970 e 1980 a partir da chave da política dos movimentos sociais urbanos. A partir dos anos 1990 e 2000, entretanto, uma *virada* histórica colocou as mesmas periferias figurando no debate público como *locus* da violência e do crime. Ao se debruçar sobre as dinâmicas do poder nas *margens* do social – dinâmicas que articulam duas categorias – em *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* Gabriel de Santis Feltran inova e avança nos debates ensejados nas periferias da cidade contemporânea. Simultaneamente ao problema do crime e da violência no tecido social das periferias, incluída no texto o autor enfrenta a questão do direito e da cidadania oriunda dos movimentos sociais urbanos. Da tese do doutorado resultou seu presente livro, um estudo vigoroso e original sobre as transformações nas periferias da cidade de São Paulo nas últimas décadas. De fato, é o conjunto que faz sobressair esta obra que, recente no campo de estudos da sociologia e da antropologia urbana, já é referência para quem – no início do século vinte e um – pretenda olhar de forma consistente e atual as “periferias das cidades”.

1 Antropólogo, doutor em Saúde Pública; Docente e Pesquisador do Mestrado Profissional Adolescente em Conflito com a Lei (UNIBAN); Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Sociais em Saúde Pública (LIESP – USP).

Com as bases estabelecidas na etnografia realizada entre os anos de 2005 e 2010, o livro enfoca o contraste entre duas gerações de moradores da região de Sapopemba, zona leste da capital paulista. A primeira geração chegou à periferia nos anos 70, e a segunda geração nasceu ali nos anos 90. Ao contrastar as perspectivas das duas gerações e articulá-las, o estudo revela como o *projeto* (da primeira geração) de ascensão baseado no grupo familiar e no modelo do trabalhador estável tornou-se incerto (para a nova geração), e passou a concorrer com um “*antiprojeto*” (o “mundo do crime”) que propicia renda, possibilidade de consumo e status entre os pares geracionais. Segundo o autor, embora o crescimento numérico dos integrantes do crime seja incontestável e não desprovido de sentido, o processo de expansão do crime tem dimensões politicamente mais importantes.

Na primeira parte do livro, “A expansão do mundo do crime”, Feltran argumenta que, entre os jovens que nasceram e cresceram durante os anos 1990 e 2000 em periferias de São Paulo, o *mundo do crime* já se constituía em um *marco discursivo* em disputa por legitimidade social com outros discursos – como o do trabalho e o da moral familiar operária. O processo analisado por Feltran não se refere apenas ao crescimento das atividades criminais. A primeira dimensão politicamente relevante da expansão do crime, segundo o autor, é interna às periferias: o crescimento do crime como *marco discursivo*, representação social, que posiciona o crime como uma instância de poder nas periferias. A força do argumento está em demonstrar na trajetória dos jovens e de suas famílias que esta expansão é legítima, isto é, o *mundo do crime* já não é mais alheio ao mundo da organização dos bairros. O autor descreve diferentes trajetórias e situações em que o crime é ator que interfere no regimento de conflitos e na resolução de problemas cotidianos; o crime passa a ser também ator de gestão

de populações. Dessa forma, o crime passa a disputar legitimidade com o trabalho, com a família, com a igreja, elementos centrais do projeto de mundo da geração moradora das periferias paulistas nos anos 1970. A segunda dimensão política analisada por Feltran, “de fora para dentro”, estabelece a vinculação do crime com os territórios periféricos da cidade e de seus habitantes; uma figuração presente nos debates públicos que se confunde com a criminalização das periferias e de seus moradores.

No meio da pesquisa de campo, em 2006, Feltran acompanhou um evento dramático – os “ataques do PCC”² – que se tornou exemplar para a caracterização dos efeitos da *expansão do marco discursivo do crime* nos debates públicos. Ele acompanhou com certa proximidade (“de perto”) as reações das pessoas de Sapopemba, e também à distância (“de longe”), via noticiários. Segundo Feltran, a repercussão do *evento* amplificou a “fala do crime” (Caldeira 2000): a imprensa, sobretudo a sensacionalista, deu subsídios para que a “vingança” contra os “bandidos” fosse consumada. Embora inseridos formalmente num regime político fundado sobre a universalidade dos direitos, processa-se uma disputa simbólica em que o direito universal para “bandidos” seria uma afronta à própria democracia. Sob fontes acessadas em sua etnografia, o autor revela que a repressão policial após os “ataques do PCC” se voltou para todos aqueles que se “parecem” com “bandidos”. “Morrem, nesse contexto, não necessariamente quem cometeu os crimes, mas quem tem a mesma idade e cor de pele,

2 Difundido pela imprensa como uma onda de ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC), o evento ocorrido em maio de 2006 envolveu ataques a prédios públicos e a policiais. O relatório *São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006*, maior estudo sobre o tema realizado desde então, aponta a corrupção policial contra membros do grupo como o principal elemento disparador do evento. Em uma semana o número de assassinatos chegou a quatrocentos e noventa e três, sendo a maioria realizada pela polícia militar do Estado de São Paulo

que usam as mesmas roupas ou os mesmos acessórios daqueles identificados publicamente como criminosos, ou seja, os jovens das periferias urbanas” (Feltran 2011: 187). Nestas “fronteiras de tensão”, não apenas os jovens “do crime”, mas, de forma geral, os jovens das *periferias* sofrem por parte das instituições públicas um estranhamento de seus rostos e corpos, de seus modos de comportamento, bem como de seus discursos. Embora a maioria dos jovens busque as alternativas fugazes no mercado de trabalho lícito, e não as atividades ilícitas, a invisibilidade pública facilita a violência contra eles. Nesse contexto, a repressão, o encarceramento e o extermínio dos “bandidos” muitas vezes atingem quem é visto como semelhante.

Na segunda parte do livro, “As margens da política”, o autor retoma o estudo das ações coletivas ao etnografar o CEDECA Sapopemba em suas múltiplas relações. O CEDECA Sapopemba compõe o movimento da infância e da adolescência que, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, empreendeu a luta para a substituição de uma política baseada no paradigma da “situação irregular” por outra baseada no paradigma da “proteção integral”. De acordo com o discurso desse movimento social, as crianças e os adolescentes não seriam mais vistos como “irregulares”, “abandonados”, “desviantes” – mas antes como *sujeitos* cujos direitos estão ameaçados ou violados e que, por conseguinte, devem ser restaurados. A ação estatal se deslocaria, teoricamente, da repressão para a proteção especial. Se na primeira parte do livro Feltran analisou a *expansão do crime*, nesta segunda parte ele analisa o processo que intitulou de *expansão da gestão*.

Para compreender o que autor nomeia de *expansão da gestão*, é importante destacar que o CEDECA Sapopemba era responsável, durante a pesquisa de Feltran, pela execução de medidas socioeducativas no bairro. Segundo o Sistema Nacional de Aten-

dimento Socioeducativo (SINASE), as entidades que fazem o atendimento devem encaminhar os adolescentes para serviços públicos que garantam o direito à cidadania; o atendimento socioeducativo deveria, em sua concepção normativa, permitir ao adolescente o direito a ter direitos, a participação em uma comunidade política organizada em torno da cidadania universal. O estudo da dinâmica concreta do CEDECA empreendida pelo autor revela a tendência de a entidade assumir as atividades-meio (a *gestão*), pois há uma série de condições que permite aos serviços negar o atendimento ao adolescente. Se não tem escolaridade suficiente não pode ser encaminhado ao curso profissionalizante, se possui antecedentes criminais, se ostenta tatuagens, o adolescente vê sua inserção no trabalho formal prejudicada; se ele é viciado em *crack* e não há tratamento disponível no sistema de saúde, o resultado é que a própria entidade terá que fazer alguma coisa. As entidades acabam por expandir a gestão em seu ambiente interno, assumindo necessidades não supridas pela rede de proteção, que tanto pela nossa Carta Magna quanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estado deveria garantir. Segundo a análise de Gabriel Feltran, assim como o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – o CEDECA Sapopemba – as entidades responsáveis pelo atendimento socioeducativo assumem atividades que não são inicialmente de sua responsabilidade, ficando o adolescente desta forma enredado em um universo circunscrito sem o “direito a ter direitos”. Quando, entretanto, a organização expande a sua ação para além da gestão, e faz a defesa política dos direitos dos adolescentes contra a violência policial, por exemplo, os membros da organização sofrem perseguição e violência, sendo também criminalizados.

Ao analisar a *expansão do crime* e a *expansão da gestão*, Gabriel Feltran articula as duas pontas de sua discussão sobre política e violência e chega ao argumento político

central de sua tese: nas últimas décadas, a violência social e a violência política, associadas, criaram outra fronteira que separa quem está de um lado e quem está de outro na visão polarizada de “guerra contra o crime”. Os jovens moradores dos bairros de periferias e os movimentos sociais que defendem seus direitos situam-se em uma “fronteira de tensão”. Nesta fronteira, os adolescentes (e de forma geral a população das favelas) não conseguem acessar a esfera dos direitos e são vítimas da violência policial e do crime; os militantes que defendem essa população também passam a ser vítimas de violência.

A discussão proposta por Feltran leva a uma análise complexa da violência no contexto das periferias paulistas: os jovens moradores sofrem cotidianamente tanto a *violência social* – uso da força imanente à *expansão do mundo do crime*, baseada na hierarquização praticada tanto pelos criminosos quanto pela repressão policial – quanto a *violência política* – uso da força dirigida à locução política, voltada para silenciar indivíduos que portam conjuntos de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial. Neste sentido, ambas as violências atuam para deslegitimar as periferias no mundo público. O episódio da repressão aos “ataques do PCC” é exemplar: a violência policial concentrou-se nas periferias de São Paulo; a violência social dirigida aos “bandidos” se expandiu para todos os cidadãos que com eles se pareciam e, além disso, se coadunou com a violência política que expandiu tanto o ódio aos moradores da periferia quanto a sua estigmatização no mundo público. Essa violência brutal que fere os corpos de jovens e os silencia politicamente são transferidas para os relacionamentos cotidianos em periferias e passam a habitar a experiência daqueles que sofreram e ficaram silenciados.

Ao revelar a dinâmica da violência social e política que permeia a vida cotidiana

dos moradores de Sapopemba, *Fronteiras de Tensão* nos leva a reconhecer que a democracia brasileira, além de conviver com a violência criminal, possui um nível importante de violência política. A transição da ditadura militar para a democracia tem se mostrado um processo complexo de mudanças e de continuidades na sociedade brasileira. A violência política não se extinguiu perante a democratização: ela continua existindo sob outra forma nos anos 2000 e se mostra, sobretudo, no conflito social inscrito nas periferias da cidade.

Fronteiras de Tensão preenche uma lacuna importante no debate das ciências sociais sobre os conflitos urbanos. Ao apontar para as novas fronteiras das periferias de São Paulo com o mundo público, este livro de Gabriel Feltran é uma *lufada de ar fresco* no debate sobre os conflitos que emergem nas margens das cidades e do estado. Essa etnografia seminal tem estimulado desdobramentos teóricos e metodológicos significativos para toda uma geração de pesquisadores que estuda o tema, como Daniel Hirata, Karina Biondi, Daniel De Lucca, Adalton Marques, o próprio autor desta resenha, entre outros. O vigor da empreitada iniciada por essa geração de etnógrafos (antropólogos e sociólogos), a disposição de conhecer os interstícios das dinâmicas sociais e políticas das periferias, criou um dos polos mais animados dos debates na área de ciências sociais nos últimos anos. *Fronteiras de Tensão* é a linha divisória entre formulações polarizadas sobre as periferias urbanas e o estudo crítico e criativo das múltiplas passagens existentes nas margens.

FELTRAN, G. S. *Fronteiras de Tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. Ed. UNESP. CEM Cebrap. 2011.

Referências

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

SINHORETTO, Jacqueline.

A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos de autoria

Juliana Tonche ¹

Sobressai ao leitor de imediato a atualidade de *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*, de Jacqueline Sinhoretto, haja vista as discussões que, principalmente desde o período da redemocratização do país, têm falado a respeito do acesso à justiça, da necessidade de democratização das instituições, isto sem perder de vista as pressões e os compromissos do Estado brasileiro com agências internacionais. Há que se lembrar também da repercussão dos índices que demonstrariam o aumento da violência no país (desde meados da década de 1970), que culminaram no surgimento da violência como um problema nacional na década de 1990 e que vieram acompanhados da sensação de crescente medo e insegurança; além do próprio desconhecimento de grande parte da população e falta de credibilidade nas instituições que seriam responsáveis pelo incremento da democratização. Algumas destas questões, aliás, pautaram discussões quando da época da Reforma do Judiciário em 2004.

O livro resultou de uma densa pesquisa de doutorado cuja tese, defendida na Universidade de São Paulo em 2007, recebeu menção Honrosa no Prêmio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa atribuído pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra –Portugal, em 2009. De uma forma geral, é possível dizer que a obra versa sobre um projeto inédito

¹ Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. Membro do Grupo de Estudos em Violência e Administração de Conflitos (GEVAC-UFSCar) e do Núcleo de Antropologia do Direito (NADIR-USP). É editora regional da newsletter Global Dialogue - International Sociological Association (ISA)

de reforma da justiça, que viria a ser concretizado através da inauguração dos Centros de Integração da Cidadania (CIC).

Os Centros analisados pela autora ainda funcionam no estado de São Paulo. São dez postos instalados em regiões periféricas dos municípios de São Paulo, Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato e Campinas. De acordo com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a missão do CIC é promover o exercício da cidadania por meio da participação popular e garantir formas alternativas de acesso à justiça. São vários os serviços oferecidos à população, desde emissão de documentos, orientação jurídica até mediação de conflitos, sem contar cursos e oficinas, mas a disponibilidade destes serviços, bem como a participação de órgãos parceiros, varia de unidade para unidade.

Sobre o ideário envolto ao processo de criação do CIC observamos que contrariamente ao discurso recorrente que a respeito do aumento das vias de acesso da população à justiça procurava sempre formas de facilitar os meios pelos quais a população poderia acionar a justiça, os idealizadores do CIC faziam o movimento inverso e refletiam sobre as possibilidades de levar a justiça até os locais mais distantes: “*Pelo discurso de criação do CIC, a franja transformaria o centro.*” (2011:22). Muito mais do que isso, tratava-se de preencher os espaços vazios deixados pela ineficiência da expansão do Estado de direito, tratava-se de retirar os magistrados de suas torres de marfim (tipo de imagem bastante recorrente nos discursos daqueles profissionais do Direito de vertente mais crítica), tratava-se, enfim, de buscar uma maior integração das instituições e maior proximidade destas com a população, tal como aconteceria, numa imagem idealizada utilizada pelos iniciadores do CIC, com os serviços de justiça oferecidos numa “cidade do interior”.

O CIC nasce, portanto, como uma iniciativa de aproximar a justiça dos cidadãos,

num movimento de levar a justiça até as pessoas e não o contrário. Diante da inacessibilidade de grande parte da população à justiça, da distância física que separa os bairros mais distantes dos prédios que prestam os atendimentos, dos rituais altamente formalizados, do desconhecimento e falta de integração entre os serviços, o programa visava a agilização, o pronto atendimento, a desburocratização e integralização dos operadores e dos serviços. O surgimento do CIC está ligado, portanto, a constatação de que à justiça não é oferecida a todos os cidadãos brasileiros de forma igualitária, mais do que isso, não se trata somente de uma questão de acesso, mas também da exclusão de grande parte da população que não chega sequer a acionar serviços de justiça para dirimir seus conflitos (a não ser quando são obrigados a fazê-lo) e desconhecem as principais funções atribuídas aos operadores do Direito.

A despeito de todas as inovações e resultados positivos pretendidos, a análise aprofundada da autora, de caráter etnográfico, nos mostra o quanto este programa vai se distanciando de seu desenho original. Ficam evidentes as apropriações, as distorções e as ressignificações que ocorrem em meio a um campo de disputas em torno dos significados de justiça, democracia e cidadania; um processo cuja dinâmica foi captada de forma aguçada pela análise. Verificamos as dificuldades de manutenção de um projeto de reforma da justiça quando ele necessariamente envolve demais agentes externos:

Seria essa a função original do CIC: a de melhorar todo o sistema de justiça, com seus conteúdos transformadores. Contudo, em vez de colonizar as instituições com seu discurso reformador, o CIC foi colonizado pelas práticas tradicionais do sistema de justiça e do serviço público. (2011, p. 69).

É esse processo de apropriação política do CIC que vamos acompanhando ao longo do livro.

No capítulo 1, intitulado *Um projeto de reforma de justiça*, contamos com a recuperação das memórias acerca da iniciativa do CIC. Sua história remonta a reunião de alguns profissionais do direito, principalmente magistrados vinculados a vertente garantista². É interessante observar na fala de seus idealizadores a grande novidade que seria trazida pelo CIC, que é não apenas facilitar o acesso do cidadão comum à justiça, mas antes levar a justiça até a população mais afastada. Entretanto, como bem aponta a autora, a solução pode até ser inovadora, mas ela não rompe com a lógica vigente, pois continuam a defender o exercício da justiça como restrita a *experts* e não é possível verificar efetivamente uma participação política de representantes da comunidade em seus processos de tomada de decisões.

Indo mais além, é possível inferir que se pretendia também desmistificar a figura do juiz e se fazê-lo conhecer nesses espaços da periferia. De acordo com o livro, podemos estender este argumento e pensar numa possível estratégia profissional em que o reconhecimento do papel do juiz serviria aos fins de subjugar essa população antes que ela comece a questionar o *status quo* vigente. É por este sentido que caminham as conclusões deste capítulo, ou seja, elas tocam na questão do controle social, já antecipando algumas das conclusões mais gerais da obra. Seria possível então identificar dentre os objetivos do CIC a idéia de seria preciso sujeitar essa população ao Estado democrático de Direito para que ela não fique vulnerável a outras soberanias propulsoras da desordem.

Os estudos sobre sistema de justiça no Brasil é o título já bastante explicativo do se-

2 O Garantismo se vincula ao conceito de Estado de Direito e é um modelo jurídico destinado a limitar a arbitrariedade do poder estatal. O garantismo penal busca fortalecer o direito penal mínimo, através de critérios à intervenção penal, deslegitimando qualquer ação que coloque a "defesa social" acima dos direitos e das garantias individuais

gundo capítulo do livro. Sinhoretto percorre toda a produção nacional a respeito do tema citando os muitos autores, mas sem perder de vista as linhas mais gerais que estes estudos vão delineando. Desde então, já é possível entrever que a democracia figura como o grande tema desta área de estudos, bem como o “aprisionamento do novo pelo antigo”, um processo que pode bem ser acompanhado através da própria história de criação do CIC, do qual é um exemplo.

Como aponta a autora, uma parte considerável da bibliografia sobre o tema do sistema de justiça no Brasil ora foca nas continuidades ora nas rupturas em relação ao contexto de redemocratização. Em alguns casos, os autores se esforçam por mostrar o quanto iniciativas propostas a partir do contexto de inovações constitucionais obtiveram alguns sucessos. Essas iniciativas teriam de alguma forma aumentado o acesso do público, especialmente o de baixa renda, à justiça, promovendo mais cidadania e levando à consolidação de um Estado Democrático de direito no país, na medida em que melhorariam também a administração de justiça. Na contramão, outros estudiosos se depararam com exemplos mais práticos, a partir de estudos micro-orientados, com obstruções nessas vias que poderiam levar à maior democratização dos canais da justiça. Estes estudos primam por mostrar as continuidades e as dificuldades de mudança, sobretudo na *cultura*, posturas e ideologias presas então a um passado antidemocrático, de opressão e abusos (seriam talvez estes últimos mais o foco dos estudos sobre polícia no Brasil):

Não deixa de ser intrigante que os estudos sobre o ‘sistema de justiça’ e ‘justiça criminal’ produzam interpretações tão divergentes. Se aqueles valorizam a novidade e a redefinição das instituições no contexto democrático, esses enfatizam a continuidade de práticas autoritárias (ou hierárquicas, como preferem os antropólogos) a despeito de inovações constitucionais (2011, p.147).

A partir desta breve descrição do campo, não é difícil concluir que a análise de Sinhoretto se aproxima mais do segundo tipo de estudo.

No capítulo 3, *Onde e como são os Centros de Integração da Cidadania*, temos uma descrição espacial, demográfica e social dos distritos onde se localizam os postos do CIC na capital paulista. São expostos os indicadores sociais, tanto de fontes secundárias, que a autora buscou, quanto as que foram produzidas para a própria pesquisa. São descritos também os serviços que compõem o CIC, contrastando muitas vezes a oferta de serviços disponíveis com aquelas que foram a princípio imaginadas pelos seus idealizadores.

Ademais, as instalações das unidades do CIC que foram sendo construídas com o passar do tempo permitem observar sua história na medida em que revelam “*as camadas de um programa que foi se transformando*” (2011:215). Os primeiros prédios eram mais simples e denotavam a importância maior que se dava na época à reunião num mesmo espaço de ofertas de diferentes serviços e profissionais que ficariam mais próximos da população (a justiça indo até o povo). Aos poucos a escassa oferta de serviços cedeu lugar a uma preocupação maior com a aparência das instalações que perdem seu conteúdo “humano” inicial.

Outro resultado que se pode depreender da história do programa contada pela a autora mostra como as instituições naqueles lugares acabam prestando muitas vezes serviços para os quais oficialmente não foram designadas. Isto depende, em grande parte dos casos, do atendimento inicial ou do resultado da triagem que é feita quando os usuários chegam ao CIC e isto acaba definindo até mesmo o resultado do serviço que usuário buscou no local. Ou seja, o desfecho do atendimento fica sujeito à interpretação do primeiro atendente local sobre a situação do cidadão que buscou o CIC.

Não é possível deixar de mencionar também um grande achado do trabalho de cam-

po da autora que é a atuação “criativa” da Polícia Civil nos postos do CIC observados. O desempenho da polícia é definido pela própria instituição enquanto uma atuação preventiva. Constatou-se que, na prática, o que se faz é tentar resolver o conflito antes que ele culmine em violência, mas para tanto não se verifica um padrão de atendimentos, ao contrário, mobilizam-se diferentes recursos de acordo com o caso e a eficácia na produção de resultados satisfatórios resulta justamente desta mescla. Vemos ao longo do livro uma argumentação consistente sobre essa ação dúbia realizada pela polícia nos postos do CIC e também sobre um processo realizado ali de tornar invisível a violência que o tempo todo bate às portas do programa.

O capítulo 4 intitulado *A administração de conflitos no CIC* é central na obra, ele nos fornece um panorama bastante esclarecedor do que acontece nos postos, como é o dia-a-dia ali, através dos relatos do caderno de campo da pesquisadora. Sua etnografia faz um retrato fiel do que tem sido os atendimentos do público oferecidos pelo programa através de seus funcionários e as audiências de conciliação. Neste capítulo contamos, portanto, com mais detalhes sobre os conflitos levados ao CIC, podemos acompanhar uma descrição deles e a análise de seu processamento pelos diferentes serviços de justiça ofertados.

Novamente se destaca a atuação dual da polícia que consiste basicamente na mobilização de dois sistemas diferentes para a produção de acordos. Em alguns momentos tenta-se reproduzir o ritual da justiça em que a busca do consenso se dá entre indivíduos livres e iguais de acordo com as normas escritas, mas constantemente ameaça a utilização do ritual penal, invocando o perigo da perseguição do Estado sobre o indivíduo. O resultado perverso disso é que se abre uma oportunidade para que as pessoas possam utilizar o poder da polícia na defesa de interesses particulares.

Existe, portanto, um campo de possibilidades para aqueles que se dirigem ao CIC, pois ali se praticam diversas opções de tratamento, e o direito estatal parece não ter prevalência sobre os demais. Fato não menos importante é que as opções de resolução não são igualmente apresentadas a todos e o poder de escolha tampouco é usufruído por todos os indivíduos em conflito. Disso decorre que

(...) A possibilidade de transitar e escolher entre as diversas ordens não apenas é resultado da existência de uma hierarquia social, é mecanismo de produção de hierarquias. Mais poderosos são os que estão em melhor condição de escolher as regras do jogo na mediação de seus conflitos de interesse (2011, p. 314).

Cabe questionar, portanto, como faz a autora, que se as próprias instituições estatais aplicam uma combinação de direitos que reforça a vulnerabilidade de um grupo social, as suas possibilidades de resistência contra a hierarquia e contra a exclusão, como imaginavam os primeiros defensores do programa, se tornam muito limitadas.

Essa pluralidade de ordens jurídicas, a coexistência de lógicas diversas de resolução de conflitos, além de serem complementares, e não divergentes como se pode a princípio imaginar, produzem resultados diversos de justiça; também não esclarecerem as fronteiras do direito e produzem somente arranjos temporários para o cessar do conflito, de modo que as pessoas voltam a procurar novos meios de resolução.

Fica evidente também o quanto a denominação pequenas causas, ou conflitos de menor potencial ofensivo, geralmente não são condizentes com a dimensão real do problema. Não são poucos os casos em que se tenta mais de uma via para resolver a contenda e as partes saem ainda descontentes, com acordos provisórios, sem terem sido contempladas as suas reais necessidades.

Colabora para esse quadro o fato de que todos os grupos profissionais ali atuantes se recusam a tratar da questão da violência. Não obstante,

é significativo notar que o inverso não se produz, isto é, a polícia –agência penal– trata questões estritamente cíveis, no âmbito do CIC. Se há alguma coerência no sistema, ela está no predomínio do interesse de regulação econômica sobre a vigilância da proteção física dos cidadão (2011, p. 342).

Chegamos assim a mais uma importante conclusão da obra. A preferência que se dá no CIC ao tratamento de questões que se situam no âmbito econômico, tanto melhor quanto se reduzir estritamente a questões de valores monetários, pode muito nos revelar a respeito de uma educação para o consumo eficiente da população, em que fica patente a questão do controle positivo dos corpos e sua docilização.

Se a postura geral entre os funcionários nos locais é a de evitar discussões que fujam do simples desacordo a respeito de questões financeiras, de forma que muitas vezes os reais motivos da discórdia ficam subentendidos em favor do desfecho mais rápido e simples, parece então que *“a melhor solução é aquela em que as partes não precisam do juizado, sendo capazes de elaborar por si mesmas acordos com valor jurídico”*. Mas então

qual seria assim a especificidade do juizado especial como ritual de administração de conflitos exclusivo?” (...) “Na medida em que a justiça informal recusa o julgamento e o ritual pelo qual as partes debatem em linguagem comum, mediados por um terceiro imparcial, ela esvazia o caráter público do exercício da justiça, devolvendo a resolução dos conflitos aos domínios privados (2011, p. 347)

Pudemos ver neste capítulo, portanto, que o desempenho do ritual informal dos juzizados especiais cíveis é bastante heterogêneo e permeável à impregnação de categorias, lógicas e resoluções alheias ao primado do

direito, ao mesmo tempo em que existe naquele espaço uma preponderância da racionalização econômica.

Corpos do poder: fazendo diferença na periferia é o título do último capítulo do livro, que vale ressaltar, ainda conta com um anexo que trata da experiência do CIC no Acre. Como o próprio nome do capítulo sugere, fala-se então da questão dos corpos, não somente daqueles que precisam ser disciplinados, mas daqueles que disciplinam. Portanto daqueles que se constituem enquanto público alvo do programa, com suas demandas pouco interessantes para o exercício prestigioso da justiça, quanto dos operadores do direito que exercem suas funções nos postos do CIC.

Se a idéia inicial era renovar a administração da justiça, de maneira diversa o que está ocorrendo no CIC é a perpetuação de um sistema que garante distribuição desigual de recursos e direitos entre os estratos hierarquizados da sociedade. Assim, embora o pluralismo jurídico possa diversificar os canais e rituais de resolução de conflitos, de maneira que é possível dizer que o programa efetivamente aumenta a oferta de acesso à justiça, por outro lado não promove o primado do direito estatal. O ritual judiciário não consegue compensar a falta de equidade dos cidadãos diante das leis e das instituições públicas: *“o cidadão pode efetivar uma demanda de reparação, mas não se firma como autor autônomo no espaço público, dependendo da tutela e do favor do funcionário público para exercer a cidadania (...)”* (2011, p. 355).

Pode-se argumentar que a pluralidade traz mais liberdade, mas ela igualmente permite o agenciamento de interesses e hierarquias. A fragmentação elimina garantias de eficácia; como diz a autora, ritualiza-se a miudeza do cotidiano e a contrapartida é que o ritual judicial se rotiniza, se informaliza e perde a ritualidade necessária à garantia de imparcialidade. A formalização, a presença

de um terceiro neutro e a assistência das partes por um advogado podem garantir que as partes litiguem num mesmo patamar de igualdade, mas o ritual judiciário clássico não introduz apenas equilíbrio entre as partes, ele opera também diferenciações e assimetrias. O mesmo acontece com a justiça informal, que vista muitas vezes como solução para os problemas do sistema de justiça, pode abrir espaço para que se operem outras formas de violência.

O conteúdo do livro não esgota suas potencialidades explicativas. O conceito de campo de gestão estatal de conflitos, inaugurado com o livro resultante da tese, se destaca por incorporar em sua análise o uso da informalidade e das técnicas não-judiciais de administração de conflito pelas instituições estatais. Estas são questões muito instigantes trazidas pelo livro, já que diante do atual quadro de congestionamento do Judiciário abriu-se margem para o surgimento de diversas iniciativas de programas de justiça alternativas. É importante atentar para o que se está produzindo nestes locais em termos de justiça, equidade e cidadania. São necessárias novas pesquisas como esta, que verifiquem a microfísica do poder utilizando categorias foucaultinas caras à autora nos pontos mais distantes daqueles locais que originariamente produzem justiça. É um livro extremamente interessante para pesquisadores da área, para aqueles que exercem atividades no meio ou mesmo para aqueles que se interessam pelo assunto, que não se restringe as distantes periferias, mas diz respeito a todos nós.

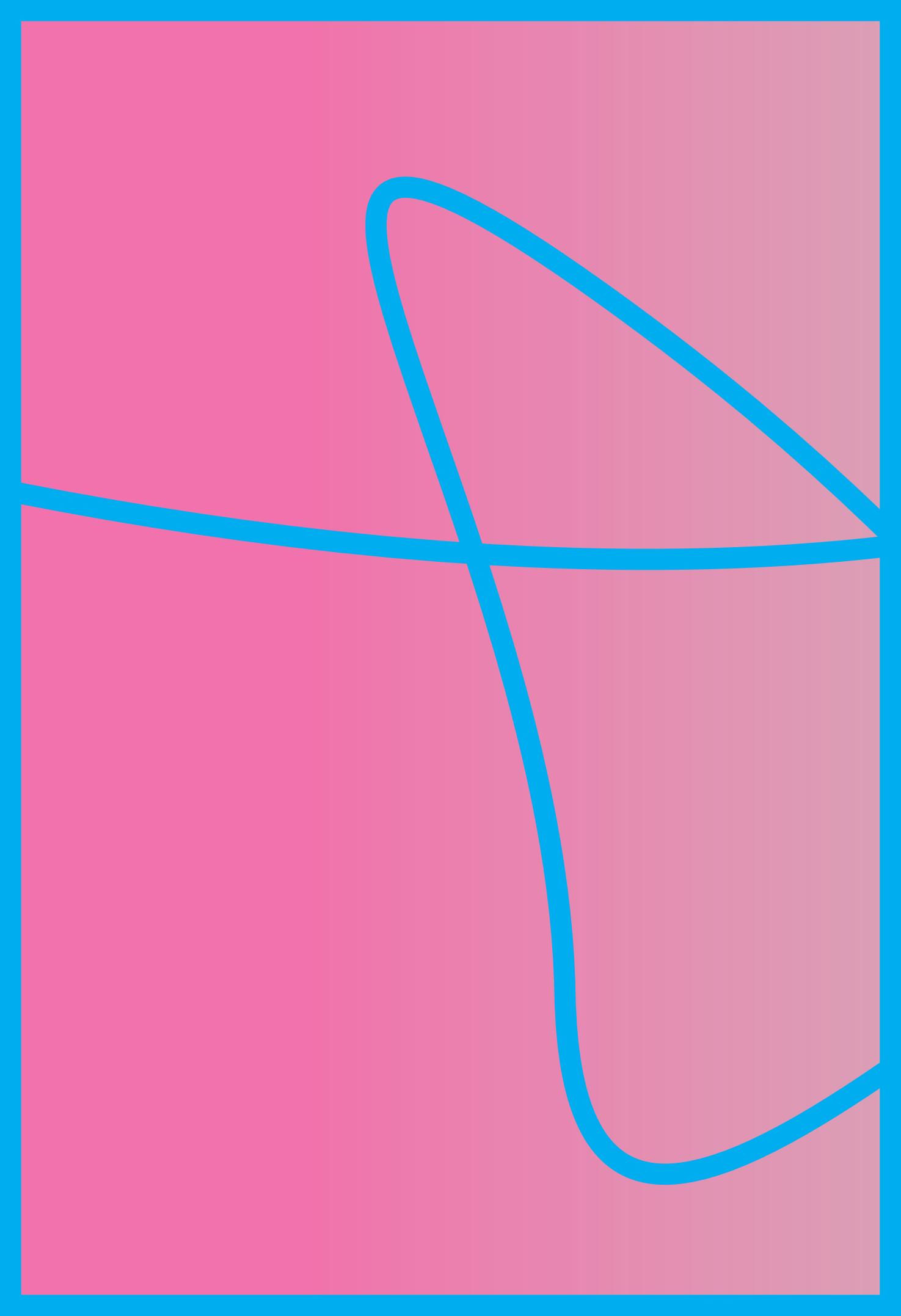
Referências bibliográficas

SINHORETTO, J. *A justiça perto do povo. Reforma e gestão de conflitos*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2011. v. 1. 438 p.

_____. *Campo estatal de administração de conflitos: múltiplas intensidades de justiça*. Anuário Antropológico, v. 2009, p. 109-123, 2010.

Site consultado em 25/05/2011:

<http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=52&Cod=52>



The image features a vertical gradient background transitioning from a light pink color on the left to a light green color on the right. A thick, bright blue line starts on the left edge, curves upwards and to the right, then loops back to cross itself, and finally curves downwards and to the right towards the bottom edge. The word "RELATO" is printed in a bold, blue, sans-serif font in the bottom right corner.

RELATO

A Pesquisa de Campo com Trabalhadores Domiciliares na Indústria de Calçados: Caminhos e Obstáculos

Felipe Rangel¹

Resumo: Este texto apresenta descrições e reflexões acerca do trabalho de campo de uma pesquisa focada no trabalho informal na indústria de calçados, muitas vezes realizado no ambiente domiciliar dos trabalhadores. O estudo é situado nas cidades de Franca, Jaú e Birigui, três grandes polos produtivos do Estado de São Paulo, onde, a partir de estudos de caso em unidades produtivas informais (*bancas*), procuramos conhecer as condições em que o trabalho é realizado na informalidade. Buscamos analisar, fundamentalmente, a influência dos discursos sobre empreendedorismo na legitimação do trabalho autônomo informal. O presente artigo relata os caminhos pelos quais a pesquisa foi conduzida e as dificuldades encontradas, sobretudo para o acesso às bancas informais em um contexto de crescimento da fiscalização.

Palavras-chave: informalidade; indústria de calçados; empreendedorismo.

Abstract: This paper aims to present descriptions and reflexions about the field work of a research focused in the informal work of the shoes industry, often performed in domiciliar environments of workers. The study is set in the cities of Franca, Jaú and Birigui, these are the three major production poles of São Paulo. We intend to analyze the conditions which work is undertaken in informality, as well as the influence of entrepreneurship's discourse in the legitimation of informal self-employment. It describes the ways in which the research was conducted and the difficulties found, especially to access the informal units of production in a context of growth monitoring.

Keywords: informality; shoes Industry; entrepreneurship's discourse

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da UFSCar – bolsista FAPESP.

A abertura econômica do início da década de 90 teve como consequência a inserção das empresas nacionais na lógica competitiva internacional. Desencadeia-se um acelerado movimento para a modernização das indústrias brasileiras, que, nesse caso, significou adequação aos padrões produtivos globais. O processo de reestruturação produtiva passa a articular, na esfera do trabalho, novas e velhas formas de exploração do trabalhador, as jornadas de trabalho aumentam e ocorrem tentativas de desregulamentação do uso da força de trabalho com a flexibilização dos contratos. Dissemina-se a prática de subcontratação.

Nessa conjuntura, o setor de calçados sente significativamente os impactos dessas transformações. Nos grandes polos de concentração das indústrias calçadistas do país, os trabalhadores foram afetados com a redução dos postos de trabalho provocada pelo processo de desterritorialização industrial, no qual unidades produtivas se deslocam do seu local de origem para áreas de pouca tradição sindical e mão de obra abundante. Lima (2009) demonstra as artimanhas pelas quais parte da produção de calçados do Sul e Sudeste brasileiro foram atraídos para regiões do Nordeste, com destaque para os Estados do Ceará, Paraíba e Bahia, que, se antes não apresentavam significativa tradição industrial, nas últimas décadas surgem como grandes exportadores de calçados. Indústrias de vestuários e calçados, aproveitaram incentivos fiscais concedidos por essas regiões e deslocaram sua produção numa estratégia de redução de custos. O emprego gerado nessas regiões já nasce precarizado, com acesso incerto a direitos sociais e convivendo constantemente com a instabilidade provocada pela permanente mobilidade do capital (LIMA, 2009). Contudo, a noção de precariedade deve ser considerada em termos comparativos, numa região em que os trabalhadores, em sua maioria, desconheciam a atividade industrial ou relações de trabalho formais, até mesmo os empregos precários criados pela migração da produção são percebidos como avanços (LIMA, 2009).

A situação dos trabalhadores dos tradicionais polos produtores de calçado do Sul e Sudeste brasileiros aparece ainda mais complicada ao considerarmos que somado a esse processo de migração industrial ocorreu a adesão das fábricas que permaneceram ao modelo de “produção enxuta” (Castells, 1999), que visa reduzir a quantidade de mão-de-obra necessária para a produção com o intuito de diminuir os custos sem perda de produtividade. Como alternativa ao desemprego, milhares de trabalhadores se lançaram à informalidade e ao trabalho domiciliar, tornando-se prestadores de serviço subcontratados pelas fábricas de calçados. A legitimação do trabalho informal e instável, por vezes, se dá através de um discurso que valoriza a autonomia e o espírito empreendedor, mas que no fundo mascara a impossibilidade de acesso a um emprego estável para a maioria dos trabalhadores, é, na prática, um empreendedorismo por necessidade (LIMA, 2010). O trabalho autônomo informal é **ressignificado sob a ideia de empreendedorismo**, aplicando contornos modernos a uma situação de instabilidade não mais vista como transitória, mas inerente à flexibilidade das novas formas de organização do trabalho.

Franca – Primeiro contato com o campo

Morei por dois anos na cidade de Franca, período em que entrei em contato com o que posteriormente viria a ser meu objeto de pesquisa. O polo industrial da cidade é o **maior produtor de calçados masculinos do Brasil**, empregando cerca de 27 mil pessoas em 732 empresas, entre fábricas e prestadoras de serviço formalizadas. Para se ter noção da importância da produção de calçados para a cidade, deve-se acrescentar a esses dados outras milhares de pessoas que sobrevivem da confecção dos sapatos e artefatos de couro, mas estão ocultas atuando na informalidade.

A indústria de calçados, invariavelmente, envolve uma quantidade significativa de trabalhadores informais. Como estratégia para a redução de custos e eliminação de gargalos, etapas mais artesanais da confecção do sapato, como a costura manual e o pesponto (costura mecanizada), são terceirizadas e repassadas a unidades produtivas informais, conhecidas como bancas. Não raro, essas oficinas são instaladas nos domicílios dos trabalhadores, onde a atividade é executada longe dos olhos de órgãos reguladores e em condições precárias. Nos últimos anos, o Ministério Público do Trabalho tem realizado tentativas de fiscalização da relação das fábricas com as bancas terceirizadas, objetivando combater o trabalho informal. No entanto, baseados no que verificamos na pesquisa de campo efetuada na cidade, podemos afirmar que o trabalho precário nas bancas informais ainda é bastante disseminado.

Se, por um lado, o aumento da fiscalização não tem conseguido combater eficientemente a proliferação de bancas irregulares, por outro, teve o efeito de deixar os trabalhadores informais apreensivos em relação à recepção de pessoas desconhecidas. Não fossem os contatos que estabeleci na época em que residia na cidade, teria encontrado maiores dificuldades para obter acesso a esses trabalhadores. Após realizar uma revisão bibliográfica sobre as questões tratadas e um levantamento de dados para caracterizar os polos, precisei ir a campo para dar prosseguimento à pesquisa.

Entrei em contato com um colega que reside em Franca, seu pai é funcionário de uma fábrica de calçados e ele próprio já trabalhou no ramo, expliquei o estudo que vinha fazendo e perguntei se ele poderia me auxiliar no acesso a algumas bancas informais. Ele prontamente se dispôs a colaborar. Elaborei um roteiro de entrevista e nos encontramos em um dia combinado. Caminhamos pelo seu bairro, com destino a algumas bancas que ele previamente havia selecionado. O número de bancas espalhadas pelo bairro me impressionou, contei treze em um intervalo de cinco quarteirões. Muitas funcionavam em pontos comerciais, com porta de enrolar e entrada barrada por biombos de madeiras. Quando instaladas nas residências, podíamos constatar a existência das bancas pelo barulho das máquinas de costura nas garagens.

Mesmo sabendo que meu estudo se concentrava nos trabalhadores informais, meu colega insistiu para que visitássemos a empresa de um conhecido seu, uma banca regularizada. Argumentou que Milton, o proprietário da empresa em questão, era um exemplo de ex-funcionário de fábrica que montou o próprio negócio e “deu certo”. A oficina é instalada num ponto comercial, bem arejada e iluminada. O banqueiro nos informou que a empresa era regularizada e todos os quinze funcionários – seis homens e nove mulheres, incluindo a própria esposa – registrados. Milton, que foi funcionário de fábricas de calçado por 14 anos, montou sua banca de pesponto 15 anos atrás. Durante quatro anos trabalhou junto com a esposa dentro da própria casa. Segundo ele, por vezes chegava a trabalhar até treze horas por dia, sem descanso semanal.

Há 11 anos, Milton alugou o espaço onde a banca funciona hoje, contratou os primeiros funcionários e comprou as primeiras máquinas, que antes eram alugadas. Dois anos depois a empresa e os funcionários foram regularizados. Quando perguntamos se a iniciativa de montar a própria banca é mais vantajosa em termos de condições de trabalho e renda do que a permanência como trabalhador assalariado, Milton nos respondeu que banca só é bom pra quem não vê problema em trabalhar mais do que o normal. Na opinião dele, todos que tentam conduzir o próprio negócio passam por dificuldades no começo, por isso, disposição pra trabalhar muito é fundamental. Ao mesmo tempo, se considera sortudo por “ter dado tudo certo”. Conhece muitos colegas que tentaram o mesmo caminho e não tiveram o mesmo êxito, mesmo sendo “sérios e bons de trabalho”. Tem consciência de que seu caso não é a regra e que os banqueiros em geral têm muita dificuldade para desenvolver suas empresas, prova disso é que, nas

palavras dele, “todo mundo que mexe com calçado em Franca sabe que a grande maioria das bancas não são regularizadas e trabalham muito”.

A visita à **banca de Milton foi positiva para a pesquisa por diversos motivos**. Primeiramente, nos deu elementos para pensar como a ideologia do empreendedorismo pode ser apropriada pelos trabalhadores. Além disso, foi a partir de Milton que conseguimos acesso à segunda banca. Ao conversarmos a respeito do trabalho informal em Franca, Milton nos disse que é comum encontrar trabalhadores que preferem trabalhar em casa, na informalidade, do que na fábrica e que o vizinho dele representava um desses casos. Perguntei se havia a possibilidade de conseguirmos conversar com seu vizinho. Milton disse que sim e nos levou até lá.

“Pode deixar entrar Jorge, não é fiscalização não. Os meninos são gente boa”. Só após ouvir a recomendação de Milton é que Jorge, o vizinho, pareceu ficar mais à vontade para nos receber. Jorge montou sua oficina de pesponto na garagem de sua casa, onde trabalha junto com mais cinco pessoas da vizinhança, obviamente, ninguém é registrado. O espaço é pequeno para a quantidade de pessoas e o cheiro de cola estava forte. Jorge diz preferir trabalhar em sua própria banca do que como assalariado fabril. A autonomia no ambiente de trabalho e o rendimento maior compensam a condição de informalidade, na perspectiva do banqueiro. Assegurou que nunca recebeu uma visita de fiscais e que não tem receio algum em trabalhar na informalidade. Disse que já pensou em regularizar sua situação, mas o excesso de impostos é um empecilho. Ao prestar o serviço de pesponto, prefere as fábricas menores. De acordo com ele, as fábricas maiores têm trabalhado apenas com bancas formalizadas e as menores dependem mais da prestadora de serviço.

Jorge ganha por peça produzida, assim como a maioria dos banqueiros. Alegou que a fábrica para qual trabalha frequentemente insiste para que ele pegue um lote maior de peças. Ele nos disse que recusa por gostar de trabalhar em um ritmo mais tranquilo, produz cerca de 60 pares de sapato por dia. Contudo, admite que em períodos de alta produção na fábrica a banca tem que aumentar a produtividade também. Nesses casos, a banca trabalha das 7:00 às 21:00 horas. As opiniões do banqueiro não parecem demonstrar uma ânsia pela ascensão social. Aparentemente, a motivação para continuar no próprio negócio, ainda que na informalidade, tem uma relação mais estreita com a noção de autonomia e a com possibilidade de vivenciar a condição de “patrão de si mesmo”. Quando questionado sobre perspectivas para o futuro, Jorge disse que espera morrer trabalhando na sua banca. Quanto à possibilidade de ocorrência de algum imprevisto que o impossibilite de trabalhar no pesponto, concluiu que a falta de suporte em casos de emergência é o lado negativo da informalidade, mas, segundo ele, “Deus cuida para que nada aconteça”.

Meu colega tinha pensado em uma outra oficina para me levar, mas quando chegamos no local não havia ninguém em casa. Estávamos indo embora pelo mesmo caminho que viemos, passando pela grande quantidade de bancas que eu havia reparado antes. Perguntei o que ele achava de pararmos em alguma oficina e perguntar se as pessoas estavam dispostas a conversar. Ele me disse que poderíamos tentar, mas achava que não daria certo. E ele tinha razão.

A primeira banca em que tentei por em prática minha tática improvisada funcionava em um ponto comercial cuja entrada estava tampada com um biombo de madeira, deixando apenas o espaço para uma pessoa passar. Coloquei a cabeça para dentro, me identifiquei e perguntei se poderia falar com o responsável. Era um ambiente escuro, no qual seis pessoas trabalhavam, nenhuma delas sequer deu atenção para a minha presença, exceto um rapaz que saiu de traz de uma máquina de costura e se apresentou como o responsável. Apresentei-me e falei um pouco sobre a pesquisa que estava fazendo. O rapaz, que aparentava ter por volta de 25 anos,

olhou-me com desconfiança durante o todo o tempo em que eu falava. Ao término, disse-me que estava cheio de trabalho e que não poderia colaborar. Agradei e fui embora.

O mesmo aconteceu na oficina seguinte. Trabalhavam no local um casal de idosos e um garoto com não mais que 12 anos. Assim que me apresentei e falei sobre a pesquisa, o garoto desapareceu. O homem disse que ali só trabalhavam ele e sua mulher e que o neto costumava ficar brincando na oficina. Disse-me que apareci em um dia ruim, estava com a produção atrasada e que não poderia conversar comigo. Novamente, agradei e saí.

Percebi que seria muito difícil conduzir a pesquisa entre as bancas informais sem um “porteiro” que me introduzisse no campo. Os trabalhadores ficavam apreensivos quanto à possibilidade de fiscalização e multa à empresa contratante, que deixaria de repassar serviço para àquela oficina. Milton me recebeu com atenção e respondeu solicitamente minhas perguntas porque estava regularizado, mas, sobretudo, porque havia existido a mediação do meu colega. Assim como Jorge nos recebeu bem após sermos apresentados por Milton. A partir de então passei a organizar melhor meu trabalho de campo, tratando de garantir alguma mediação antes de tentar abordar os trabalhadores.

Jaú – Construindo a mediação

O polo de Jaú também faz parte do recorte do meu estudo, logo, a pesquisa de campo com trabalhadores informais na cidade também era necessária. Eu nunca havia visitado Jaú, não conhecia alguém que residia na cidade, nem, ao menos, tinha contato com alguém que conhecia alguém que morava na cidade. Como já havia aprendido em Franca, se eu chegasse às oficinas sem um “porteiro” as minhas chances de sucesso seriam pequenas. Eu tive, então, que conseguir uma mediação que me permitisse o acesso ao campo. A maneira encontrada foi através do SEBRAE.

O polo de Jaú, ainda em busca de consolidação, toma corpo principalmente a partir dos anos 90, logo, já no contexto de reestruturação produtiva. O desenvolvimento da indústria calçadista local já nasce atrelado à lógica da “produção enxuta”. Não ocorre um grande processo de precarização das relações de trabalho em Jaú porque sua cadeia produtiva já se desenvolve em tempos de trabalho flexível. Organizado na forma de APL (Arranjo Produtivo Local), o polo conta com apoio de diversas instituições a suas indústrias, entre elas o SEBRAE. Por isso, percebemos no contato com o SEBRAE a possibilidade de uma entrada privilegiada no campo.

Entrei em contato por e-mail com a gerente do SEBRAE de Bauru, que é responsável, também, pelo suporte às empresas de Jaú. Após cerca de um mês trocando mensagens, nas quais eu expliquei a pesquisa que vinha fazendo, consegui marcar uma visita a duas fábricas da cidade. A partir da minha experiência em Franca, compreendi que é possível abrir caminho até as bancas informais por meio das empresas regulamentadas, de mais fácil acesso.

Preparei um roteiro de entrevista com questões mais pertinentes a uma conversa com industriais e, no dia combinado, viajei até a cidade e fui conhecer as duas fábricas selecionadas pela funcionária do SEBRAE. Em ambas fui bem recebido. A primeira contava com apenas três funcionários. Toda a produção era realizada em bancas terceirizadas. Como nos informou o proprietário “para se tornar fabricante no setor de calçados não é preciso uma fábrica, apenas um produto. Existindo um produto a ser confeccionado, toda a produção pode ser executada através das inúmeras bancas domiciliares”. A empresa em questão terceiriza sua produção para cinco bancas espalhadas por Jaú, uma de pesponto, uma de corte, duas de facheta (forro abaixo da palmilha) e uma de montagem. Uma sexta banca, de montagem, que prestava ser-

viço para a fábrica foi descartada por reclamar muito a respeito do preço pago por cada peça produzida. Algumas dessas bancas ainda repassam parte do serviço que pegam para ser executado em outras unidades produtivas, o que caracteriza a atividade de quarteirização. Todas as bancas são oficinas domiciliares de produção familiar. A utilização de mão de obra informal pelas microempresas é generalizada, responde à necessidade de se reduzir custos e manter o padrão de competitividade. O proprietário entrevistado chegou a afirmar que, se precisasse registrar todos os trabalhadores necessários para manter sua média de produção, o número de funcionários contratados mais que triplicaria.

A segunda fábrica tinha dois irmãos como proprietários. Fui recebido por Fábio, com o qual conversei durante uma hora e meia. Ele pareceu bastante animado com a situação de ser entrevistado. Mesmo dizendo diversas vezes que meu estudo era de matriz sociológica, não consegui convencê-lo de que o meu trabalho era diferente do que faz um engenheiro de produção. Fábio me disse que também trabalhava com bancas terceirizadas, mas, segundo ele, eram todas formalizadas. Consegui marcar uma segunda visita a Jaú, na qual Fábio se comprometeu a me colocar em contato com alguma das terceirizadas que prestam serviço para ele.

Na segunda incursão à cidade, fui direto para a fábrica de Fábio. Chegando lá fui recebido por seu irmão, Rafael, Fábio não estava. Este também foi bastante atencioso comigo, acredito que muito por causa da utilização do SEBRAE como contato. Muitas vezes ouvi dos empresários entrevistados a respeito da boa relação do SEBRAE com as empresas da cidade. Comentei sobre a visita às bancas terceirizadas que tinha combinado com Fábio. Rafael se dispôs a me levar até uma delas, ainda que eu tenha insistido que só o endereço seria suficiente. Fiquei sabendo também que, diferente do que me foi informado na visita anterior, todas as terceirizadas eram informais.

Rafael me levou de carro até uma casa na periferia de Jaú. Tocou a campainha e, quando uma senhora apareceu, perguntou se esta poderia conversar um pouco comigo. Ela consentiu e me convidou para entrar, Rafael foi embora em seguida. Solange trabalha sozinha na oficina localizada nos fundos da casa onde mora com o marido e os dois filhos. Sua jornada de trabalho começa às 7h da manhã e vai até às 19h, aproximadamente. Nos períodos de maior produção, a jornada pode ir até às 22h e incluir os domingos. Não há qualquer tipo de contrato entre a banca e a fábrica, o acordo é somente verbal. Quando questionada se prefere o trabalho na fábrica ou na banca, Solange diz preferir a banca “[...] aqui, qualquer coisa, eu tô na cozinha, eu passo um pano na cozinha. A hora que eu acabo eu já estou na minha casa”. Além do trabalho na oficina, Solange ainda é responsável pela preparação das refeições para o marido e pelas demais tarefas domésticas. Ela nos disse que pretende parar de trabalhar no fim deste ano. Está cansada e o cheiro da cola tem provocado dores de cabeça. No entanto, necessita da aprovação do marido, que possui uma pequena loja de autopeças e vê na banca de Solange um acréscimo considerável na renda familiar.

Terminada a conversa, precisei da ajuda de Solange para descobrir como chegar ao endereço da outra banca, que nos foi indicada por Rafael. Peguei um ônibus e fui até o outro lado da cidade, um bairro de periferia recém loteado. Enquanto descia a rua, verifiquei a existência de muitas oficinas na vizinhança, todas domiciliares.

Chegando à casa indicada por Rafael, fui recebido por Júnior, um rapaz de 16 anos, filho da responsável pela banca. Ele já esperava minha chegada, Rafael havia ligado para sua mãe informando que eu iria, mas ela tinha um compromisso e não estava presente. A oficina estava instalada na cozinha da casa, que só tinha mais dois cômodos, um quarto e um banheiro. Júnior estava bastante constrangido com a minha presença. Quando perguntado sobre a relação

da banca com as fábricas, Júnior de entregou um caderno com todas as anotações da mãe acerca dos rendimentos e dos serviços que presta para cada empresa, me tratando como se eu fosse uma espécie de fiscal. Segundo o rapaz, a mãe trabalha como gari contratada pela prefeitura e a banca funciona apenas como complementação de renda. Durante os períodos de maior demanda das fábricas, a mãe trabalha das 18 horas, quando chega em casa, até por volta das 2 horas da manhã. Júnior ajuda a mãe na banca há um ano, antes trabalhava em outra banca no mesmo bairro. Segundo ele, ganhava muito pouco na banca anterior e ajuda mais a família trabalhando na oficina da mãe. Não tem nenhuma remuneração fixa, mas, de acordo com ele, a mãe não lhe deixa faltar nada. No ano que vem pretende conseguir um emprego em uma das fábricas da cidade. Acredita que o trabalho na fábrica é melhor do que na banca, pois existe a possibilidade de ter registro em carteira. Sobretudo, como empregado de uma empresa, poderá ter o próprio salário.

Por intermédio de Júnior obtivemos acesso a outra oficina, localizada em uma casa na mesma rua. O serviço da banca era executado na garagem da casa de Rosa, 45 anos, na qual vive com o marido, o filho, a nora e a neta. Funciona como terceirizada de uma banca maior no mesmo bairro, representando o processo de quarteirização. Rosa não sabe para quais fábricas a banca que lhe repassa a produção presta serviço, mas, pelo grande volume de encomendas, acredita que seja para mais de uma. A nora de Rosa também trabalha na banca. Juntas, cumprem uma jornada de trabalho que vai das 7h às 19h, intercalada com os afazeres domésticos. Nos períodos em que a nora está ausente, Rosa cuida da neta de 3 anos, o que, de acordo com ela, vem atrapalhando um pouco seu “ritmo” de trabalho. No momento da visita, a neta estava sentada sobre a mesa de produção brincando com pedaços da cobertura para o salto. Rosa e a neta passam grande parte do dia na garagem, onde, por sinal, predomina um forte cheiro de cola.

Ao contrário do que percebemos em Franca, em Jaú encontramos casos em que o discurso empreendedor está totalmente ausente da fala dos trabalhadores informais. Nas três oficinas domiciliares a que tivemos acesso, nos deparamos com mulheres que percebem e executam o trabalho na informalidade apenas como uma estratégia de complementação da renda familiar. Não demonstram a crença, ainda que vaga, em uma possibilidade de crescimento profissional a partir do desenvolvimento do próprio negócio. A maior margem de liberdade proporcionada pelo trabalho informal não é exaltada como condição para tornar-se o próprio patrão, mas sim convertida em tempo disponível para destinar ao cuidado da casa e dos filhos.

Birigui – Mediação do sindicato

Atualmente, estamos trabalhando o acesso aos trabalhadores informais em Birigui. Assim como em Jaú, não possuímos qualquer contato na cidade que possa nos facilitar a entrada no campo. Tentei visitar alguma empresa do polo por intermédio do SEBRAE, no entanto, após quase dois meses de tentativas, não consegui uma resposta positiva. Consegui então, contatar o sindicato dos trabalhadores nas indústrias de calçados de Birigui e marquei uma reunião com a presidente.

Birigui é conhecida como a capital do calçado infantil. No fim da década de 90, o Ministério Público promoveu de diversos empreendimentos informais, apoiado por denúncias do sindicato dos trabalhadores. Sabendo disso, estava hesitante quanto a possibilidade de acesso a bancas informais com a mediação do sindicato. Mas, no entanto, não possuía muitas alternativas. Após a entrevista com a presidente do sindicato, descobri que o meu pessimismo tinha algum fundamento. Um dos pontos fortes do sindicato dos trabalhadores em Birigui parece ser

o combate ao trabalho informal nas bancas. De acordo com a presidente, se o sindicato souber de oficinas informais, faz a denúncia. Assim, conseguimos do sindicato, até agora, apenas uma visita à **duas empresas da cidade, na qual fui acompanhado por membros do GETM (Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades da UFSCar)**.

Eu estava confiante quanto à possibilidade de obter acesso aos trabalhadores informais a partir do contato com empreendimentos formais, como já havia ocorrido em Franca e em Jaú. No entanto, no dia da visita, a presidente do sindicato fez questão de nos acompanhar. Naturalmente, a presença da sindicalista condicionou as respostas dos proprietários das fábricas. Sabendo da posição do sindicato perante a questão do trabalho informal, dificilmente algum empresário iria dizer que trabalha com oficinas domiciliares na frente da presidente do sindicato dos trabalhadores.

No momento estou tentando conseguir, ainda por meio do sindicato, o acesso a alguma banca formal que teve seu início na situação de informalidade. Tenho como intenção aproveitar os contatos que o proprietário/trabalhador dessa banca certamente tem. Contudo, o obstáculo que encontro agora é conseguir visitar essas oficinas sem a companhia de um membro do sindicato.

Considerações Finais

Neste texto, busquei relatar a minha experiência de pesquisa apresentando algumas dificuldades que encontrei e os caminhos que segui. Descrevi alguns casos com os quais me deparei nesse estudo, expondo aqui os que considero representativos de cada polo estudado e da trajetória da pesquisa. Venho apendendo que o trabalho de campo requer paciência e desenvoltura do pesquisador, tanto para a construção dos canais de mediação quanto para lidar com os imprevistos que inevitavelmente surgem.

Justifico a descrição desses casos, por vezes um pouco extensa por outras demasiadamente concisas, para argumentar que, em um contexto de crise do assalariamento, a informalidade pode ser resignificada sob o termo empreendedorismo, e defendida como alternativa aos pobres (LIMA, 2008). Nesse processo, o sucesso ou o fracasso econômico são atribuídos exclusivamente à capacidade empreendedora do agente, desviando o foco de questões mais estruturais, inerentes às contradições do modo de produção capitalista. Como resultado, verificamos a ampliação da vulnerabilidade desses trabalhadores.

Referências

CASTEL, Robert. (1998) *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

LIMA, J. C. (2010). Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias (UFRGS. Impresso)*, v. 12, p. 158-198.

_____. (2009) A terceirização e seus espaços: os territórios da precariedade - a experiência da indústria de confecção e calçados. In: DAU, Denise Motta; RODRIGUES, Iram Jácome; CONCEIÇÃO, Jefferson José da. (Org.) (2009). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho*. 1ed. São Paulo: Annablume, v. 1, 69-84.

NAVARRO, Vera Lúcia. (2006). *Trabalho e Trabalhadores do Calçado*. São Paulo, Expressão Popular.

